

Movimento Sindical:
TENDENCIAS INTERNACIONAIS

TDI

Teoria Debate Informação

Revista da
Associação Profissional
dos Sociólogos do Pará

Edição Especial



T. D. I.

TEORIA, DEBATE E INFORMAÇÃO

No. 7

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
<i>Thomas Mitschein</i>	
ITÁLIA: DEPOIS DA “DÉCADA DE HEGEMONIA SINDICAL	12
<i>Elmar Altvater</i>	
SOBRE OS SINDICATOS E A CRISE - UMA ANÁLISE ..EMPÍRICO- COMPARATIVA.....	53
<i>Otto Jacobi</i>	
EL SINDICALISMO ESPAÑOL EN LA TRANSICIÓN Y LA CRISIS.	87
<i>J. M. Zufiaur</i>	
SINDICATO E SOCIEDADE NA PALAVRA DOS METALÚRGICOS.....	149
<i>Roque Aparecido da Silva</i>	
O SINDICALISMO PARAENSE HOJE	167
<i>Elson Luiz Rocha Monteiro</i>	
SINDICATOS, DICTADURA Y TRANSICIÓN: CHILE A LA LUZ DE LA EXPERIÊNCIA BRASILEÑA	178
<i>Gonzalo Falabella</i>	
DEBATE: MOVIMENTOS SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA	214

*Alex Fiúza de Melo, Edna Maria Ramos de Castro, Hecilda Mary Veiga,
Rosa Acevedo, Thomas Mitschew*

EDITORIAL

A presente edição especial da Revista T.D.I. - Teoria, Debate, Informação coloca em pauta os temas SINDICALISMO E MOVIMENTOS SOCIAIS, vistos através de diversas óticas e diversos contextos históricos e conjunturais.

Expressa o esforço conjunto da Associação Profissional dos Sociólogos do Pará e da Casa de Estudos Germânicos da Universidade Federal do Pará, em colaborar no sentido de animar o debate acerca de um tema tão rico e controvertido.

Expressa também a intenção de concentrar, sempre que a oportunidade se apresente, sob a forma de edições especiais, temáticas básicas que, pela sua natureza, sejam igualmente estimulantes. Esta é a primeira edição especial. Espera-se que outras se sigam a esta, alternando-se com as edições ordinárias.

Comissão de Editoração da T.D.I.

APRESENTAÇÃO

Thomas Mitschein

I

Crescimento econômico e ocupação plena foram a base que fez com que os sindicatos da Europa Ocidental, na “longa” fase de prosperidade depois da II Guerra Mundial, fortalecessem de maneira decisiva o seu “bargaining power” e as suas possibilidades de influência nas fábricas e na sociedade.

Se considerarmos os conteúdos e as formas da política sindical neste período, podem-se diferenciar, então, a grosso modo, duas tendências da ação sindical: enquanto em países como a RFA, Suécia, Inglaterra, Áustria, etc., onde, por períodos prolongados, partidos social-democratas assumiram o governo, conformou-se um tipo de pacto político que se caracterizava pelo fato de as instâncias estatais cuidarem do emprego e do bem-estar social e os sindicatos, em contraposição a isso, mostrarem em grande medida disposição para cooperação perante as obrigações e exigências da acumulação de capital, levou por outro lado, principalmente na Itália, mas em parte também na França, a confrontação de classes, que no fim dos anos 60 ganhava em dinâmica, a uma radicalização da política sindical. Junto à militância das lutas salariais era característico o ataque cada vez mais importante contra a organização capitalista do trabalho, que manifestou-se por exigências qualitativas, como pela abolição de trabalhos restritivos, etc.

A época foram saudados pelas esquerdas europeias, principalmente os sindicatos italianos, como exemplo paradigmático de uma prática sindical combativa e dissidente, e foram contrapostas, à orientação de

parceria social dos sindicatos nos países governados pela social-democracia. Tornou-se evidente, no entanto, com a recessão da economia mundial na segunda metade dos anos 70, que ambos os modelos de representação de interesses operários podiam servir, somente, como alternativa em tempos de crescimento econômico e de aproximação à ocupação plena.

Que a autonomia da luta operária determine o desenvolvimento do capital, era uma das teses centrais dos teóricos do “operarismo” italiano que se preocuparam com uma reformulação do marxismo enquanto ciência operária. Esta visão, que definia a “mão-de-obra como o aposento natural de toda dinâmica capitalista” (Tronti, 1974 p. 36), mostrou-se, no entanto, altamente questionável na medida em que o agravamento da crise de acumulação levou para a defensiva tanto os sindicatos orientados por uma prática mais cooperativa como também os orientados pela luta de classes, visto que, com o início do desemprego em massa, a divisão e a concorrência dentro da classe operária foram aprofundadas, as inovações tecnológicas na organização do processo de trabalho levaram a uma redução do operariado industrial e a substituição da política keynesiana por estratégias de austeridade neoliberais introduziu o ataque às conquistas sociais do movimento operário e sindical.

Resumindo: o enfraquecimento do poder de representação sindical provocado pela crise, evidenciou-se também como uma crise das teorias sindicais de esquerda, o que se manifesta no fato de uma série de autores que interpretaram a espetacular onda de greves, no início dos anos 70, como indicador de reconstrução da classe operária nas metrópoles do mercado mundial, hoje não mais encaram o operariado industrial e os seus sindicatos como uma força transformadora do sistema capitalista.

II

Embora liberdades sociais como o direito de greve, negociações salariais livres, direito à organização social nas fábricas, etc., sejam condições importantes para os assalariados poderem representar

coletivamente os seus interesses perante o capital, a sua existência ainda não garante a realização efetiva do objetivo primordial da política sindical, isto é, a diminuição da concorrência entre os trabalhadores. Diminuição essa que não depende apenas da vontade e da militância daqueles que se organizam, mas de uma forma decisiva, também, da constituição de condições médias do processo de valorização do capital. Caso estas condições não existirem a luta sindical enquanto luta econômica viria a sofrer profundas restrições, (Mitschein, 1981)

Deve-se considerar este aspecto estrutural, na medida em que analisarmos a situação dos sindicatos na América Latina e, mais especificamente no Brasil, e a sua luta por autonomia e independência desde a época da implantação do modelo de industrialização substitutiva de importações.

A integração subalterna do operariado urbano no pacto populista em países como Brasil e Argentina levou, a saber, ao controle estatal dos sindicatos, mas garantiu, ao mesmo tempo, ao proletariado emergente condições mínimas de segurança social que pela sua própria força dificilmente poderia ter alcançado, considerando a heterogeneidade da estrutura sócio-econômica, bem como a situação política.

O atrelamento dos sindicatos às instâncias estatais é, por um lado, sem dúvida uma forma de integração negativa imposta repressivamente; mas visto que o Estado compensa até certo nível a fraqueza dos sindicatos na forma de “companhias de seguro” (Marx), ele cria condições para que o modo de funcionamento da estrutura corporativista sindical possa alcançar a consciência dos trabalhadores como mecanismo de defesa dos seus interesses sociais.

Vinícius Caldeira Brant chama a atenção para este aspecto quando escreve: “A própria lei “facista” encontrou resistência, provocou indignação entre os empresários e serviu de base à convicção de que o governo protegia os empregados contra os patrões. Dessa forma a defesa da legislação do trabalho foi durante muito tempo encarada pelos trabalhadores como garantia de seus interesses e as críticas ou ataques à proteção governamental dos sindicatos apresentavam-se como expressão

de interesses patronais ou reacionários. O fato de que o reconhecimento dos sindicatos implicava seu enquadramento na estrutura legal e, portanto, limitava a liberdade de associação, aparecia como secundário diante da dureza da coerção privada até então sacramentada pelo Estado”. (V. C. Brant, 1980, p. 36).

Sabemos que no Brasil esta situação começou a mudar a partir da implantação de um modelo de industrialização voltado para o mercado mundial, cuja lógica seguiu o princípio “primeiro o econômico, depois o social” e que marginalizou os elementos de integração do “velho” corporativismo sindical.

Enquanto o pacto-populista tinha garantido ao proletariado urbano um certo poder de barganha de cunho político, nos moldes do novo modelo, a luta sindical por melhores condições de vida transformou-se, novamente, em “caso de polícia”. (F. H. Cardoso)

Não é por acaso que a camisa de força corporativista levava os primeiros golpes significativos no ABC Paulista, ou seja, no coração do capitalismo brasileiro.

Foi aqui que nasceu um operariado que se constituiu, do ponto de vista da sua formação de classe, “fora do Estado” (Moisés 1981, p. 61), e que, pelo menos em fases de conjuntura favorável, e em decorrência das especificidades do processo de produção nos setores industriais tecnologicamente mais avançados, dispõe de um poder de barganha que não mais tolera a subordinação dos sindicatos em relação ao Estado.

Surgiu, portanto, no centro da economia brasileira um movimento sindical para o qual a luta por melhores salários e condições de trabalho e o ataque contra a tutela do Estado começaram a se tornar idênticos.

Apesar dos grandes impactos que este “novo sindicalismo” deu para a vida sindical e política no Brasil, ele não conseguiu “deitar por terra uma ordem institucional antiga e que até hoje conta com muitos defensores abertos ou velados no governo, no aparelho de Estado, entre o empresariado, e, sobretudo, entre os próprios sindicalistas”. (M. H. T. de Almeida, 1983, p. 213).

Não é a minha intenção entrar aqui em uma discussão sobre a questão das perspectivas de uma unidade sindical no Brasil, criada em torno de reivindicações que visam o desacoplamento definitivo dos sindicatos em relação ao Estado.

Trata-se de um problema extremamente complexo que está sendo amplamente debatido dentro do próprio movimento sindical.

Gostaria apenas de ressaltar que uma análise da posição ambivalente de uma boa parte dos sindicalistas em relação a esta bandeira de lutar tornar-se-ia estreita demais se for atribuída somente às tradições históricas do “peleguismo”.

Deve-se perguntar qual é o efeito mobilizador de uma reivindicação como autonomia e independência sindicais para aquelas categorias operárias empregadas - sem mencionar as que o mercado formal de trabalho não absorve - que pelo seu fraco poder de barganha enfrentam até dificuldades para colocar em prática as normas trabalhistas definidas pelas instâncias estatais.

Considerando as profundas diferenças das condições sociais das diversas camadas proletárias em sociedades como estruturas sócio-econômicas altamente heterogêneas, a unidade sindical parece viável apenas na base de um projeto político que privilegia o aspecto que une todos os trabalhadores: a sua posição subalterna em relação ao sistema imperante.

III

Na presente edição especial da T.D.I. são apresentadas diferentes linhas de desenvolvimento de política sindical em vários países da Europa Ocidental e da América Latina. Desta forma objetiva-se contribuir para a discussão sobre as condições da atuação sindical em contextos diferentemente estruturados sob dominação burguesa.

No seu ensaio sobre Itália, Elmar Altvater discute como a “ofensiva de classe” do sindicalismo italiano, diante do segundo plano da recessão econômica internacional, perdeu a sua dinâmica e, finalmente, foi contida.

Na sua conclusão ele destaca que a reestruturação das relações sociais, gerada pela crise e dirigida contra as classes subalternas, exige novas estratégias e formas de organização, pois a esperança de poder resgatar através de uma retomada do crescimento econômico o “velho” modelo político, tem o caráter de uma “ilusão reformista” (L. Magri).

Diferentemente disso, Otto Jacobi parte, na sua análise comparativa da situação dos sindicatos na Inglaterra, na Alemanha Ocidental e na Itália, da premissa de que o compromisso keynesiano estaria apenas temporariamente interrompido. O provável fracasso das estratégias neoliberais faria possível uma volta ao keynesianismo e desta maneira os sindicatos estariam em condições de superar o seu enfraquecimento atual.

Que o pacto de Moncloa seja um exemplo para um Pacto Social à brasileira foi afirmado há pouco tempo por vários observadores do processo de democratização no Brasil.

I. Zufiaur, *que levanta a questão da interrelação entre política sindical, transição política e crise econômica na Espanha, oferece ao leitor brasileiro a oportunidade de testar a validade desta analogia.*

O ABC de São Paulo e a Amazônia - estes “dois mundos” dentro das mesmas fronteiras nacionais são um bom indicador dos desafios que o sindicalismo no Brasil enfrenta do ponto de vista da heterogeneidade da estrutura sócio-econômica.

Analisando as formas distintas de condução da luta sindical dos metalúrgicos, Roque Aparecido da Silva, encara a superação das divergências internas no movimento sindical como pressuposto importante para fortalecê-lo e levar para frente a elaboração de propostas alternativas no plano institucional.

Elson Monteiro descreve a situação e os problemas do sindicalismo no norte do Brasil.

Nove anos depois do golpe de Estado contra o governo João Goulart no Brasil é derrubada a “Unidad Popular” de Salvador Allende no Chile. Porque hoje em dia o Brasil caminha para uma democratização do sistema político e porque o Chile permanece estancado?

*É esta a questão levantada por **Gonzalo Falabella**, que analisa o papel dos sindicatos dentro do processo político nos dois países depois da implantação de regimes autoritários.*

IV

O debate “Movimentos Sociais e a Construção da Democracia” está sendo documentado no final desta edição especial da T.D.L, promovido pela Associação Profissional dos Sociólogos do Pará e realizado em abril de 1984. Em consequência de problemas de espaço a discussão posterior deixou de ser reproduzida aqui.

LITERATURA

Vinícius Caldeira Brant: Sindicatos de trabalhadores, in: Paul Singer, V. C. Brant (organizadores): São Paulo: O Povo em Movimento, Petrópolis, 1981.

Thomas Mitschein: Die Dritte Welt als Gegenstand gewerkschaftlicher Theorie und Praxis. Zur Analyse der internationalen Politik metropolitaner Gewerkschaften, Frankfurt/New York, 1981.

José Álvaro Moisés: A Estratégia do Novo Sindicalismo, in: Revista de Cultura e Política, nº 5/6, 1981.

Maria Hermínia Tavares de Almeida: O Sindicalismo Brasileiro entre a Conservação e a Mudança, in: Bernardo Sorj et al. (organizadores): Sociedade e Política no Brasil Pós-64, São Paulo, 1983.

Mário Tronti: Arbeiter und Kapital, Frankfurt, 1974.

ITÁLIA: DEPOIS DA “DÉCADA DE HEGEMONIA SINDICAL”

Elmar Altvater

A década e meia de 1968 a 1984 na Itália pode ser chamada com toda razão “década de hegemonia sindical”.¹ A esquerda sindical não apenas olhou para a “luta de classes na Itália”, como admirou a militância dos trabalhadores italianos, orientou-se pelos debates teóricos e estratégicos, moldou a singularidade italiana, o “caso italiano”, a um modelo que deveria ter validade também em outros países. No entanto, com bastante frequência não foi compreendida a dinâmica que abrange as lutas de classes em sociedades burguesas. Em primeiro lugar, uma sensata retrospectiva mostra que apesar de enormes progressos dos sindicatos italianos, êxitos similares também podem registrar desde 1968 os sindicatos que normalmente se comportaram pouco militantes e, sim, tranquilos economicamente e que estão integrados em um sistema “ordenado” de relações industriais - como na Alemanha Ocidental ou nos países escandinavos. Em segundo lugar, é uma lição a ser tirada da tradição teórica gramsciniana de que nos tempos de crise política a burguesia (ou “o capital” representado pelos empresários ou organizações empresariais) quer mobilizar reservas contra a “ofensiva operária”: através de reestruturação tecnológica e econômica das fábricas e setores, através da segmentação do mercado de trabalho e, como consequência disso, através de uma cisão da classe operária, através de medidas monetárias (desvalorização da moeda, inflação) em conexão com as influências do

¹ Accornero - 1981

mercado mundial, através de modificações no sistema político para fechar as possibilidades de influência dos “esquerdistas” (no mais amplo sentido). A crise política ou “orgânica” pode, segundo Gramsci, resultar em uma “revolução passiva”, isto é, acabar em uma derrota do movimento operário e dos sindicatos e ter como consequência a integração subalterna em um sistema, queiramos ou não, inteligentemente reorganizado pela burguesia, ao aparato hegemônico.

Não deu resultado, assim pode-se resumir no fim da década e meia dos sindicatos italianos, assegurar institucionalmente os progressos evidentemente materiais através, inclusive, de influências fortificadas no sistema político. No começo “da ofensiva de classes” na Itália uniram-se - fruto de lutas militantes - os três sindicatos (CGIL, CISL e UIL) que se tinham separado em 1947, na época de apogeu do anticomunismo, não por iniciativa da CIA do então sindicato único CGIL, novamente em prol de uma “confederazione” agindo homogeneamente. No ano de 1984, 12 anos depois da união de Firenze, há ameaça de uma nova cisão provocada por um governo liderado por um socialista. Trata-se da “scala mobile”, a correção monetária à la italiana, com que os trabalhadores foram protegidos das consequências da inflação. O governo Craxi, paradoxalmente no poder em consequência da ação retardada da luta de classes em que a democracia-cristã, pela primeira vez na história da Itália do pós-guerra, não colocou o primeiro ministro, tentou abolir primeiro a “scala mobile” e depois modificá-la de tal forma que os trabalhadores italianos perderam em média mais ou menos 135 \$. Enquanto o sindicato comunista-socialista greva se opondo, a socialista/social-democrata UIL e a cristã CISL estavam dispostas a entrar em acordo diante da promessa de uma redução da taxa de inflação, e da fria liquidação da scala mobile. Não se trata aqui apenas de 135 \$, mas de um símbolo: a “scala mobile” foi conseguida homogeneamente em 1947 e desde aquela época defendida de todos os ataques do patronato italiano ou de parte do FMI. Precisava chegar um governo socialista para poder realizar através de uma cisão dos sindicatos até agora homogêneos o corte cirúrgico na “scala mobile”.

Evidentemente os tempos mudaram; no começo do ciclo de luta: foram conseguidos êxitos materiais enormes, a unificação dos sindicatos após muito tempo de cisão, significativa expansão das possibilidades de participação nas fábricas e no sindicato. Em contrapartida, no fim: uma redução forçada dos salários reais, a ameaça de uma nova cisão, a arrogância do sistema político que quer exercer o poder também sem a participação dos sindicatos e inclusive contra eles. Olhemos para trás, sem raiva, e tentemos descobrir os pontos mais importantes deste desenvolvimento.

1. O “CASO ITALIANO”

De forma diferente dos países da Europa central e norte, a Itália carrega uma série de problemas que também não puderam ser resolvidos durante os anos de rápido crescimento econômico. O desenvolvimento econômico na Itália mostra-se bastante penetrante, não é apenas transformação quantitativa, mas processo de transformação social. Isto levou no decorrer dos anos sessenta e setenta a graves problemas, hoje resumidos na expressão “caso italiano”. Este caso italiano é constituído essencialmente pelos paradoxos:

- O acelerado desenvolvimento econômico não pôde suprimir o subdesenvolvimento de uma região inteira (do “Mezzogiorno” do sul da Itália) e em compensação pode-se colocar a afirmação de que o subdesenvolvimento do sul era uma condição do crescimento;

- O acelerado desenvolvimento econômico nunca na história do pós-guerra levou a uma situação de plena ocupação, tanto que a Itália ficou tanto tempo como um tradicional exportador de mão-de-obra, quanto se expandiram os mercados de trabalho estrangeiros;

- Apareceu uma simbiose singular entre a forma de funcionamento do sistema político e o caráter e estrutura da dinâmica de desenvolvimento econômico, que não é responsável por ter ficado ininterruptamente, de 1945 a 1980, o mesmo partido no poder, a democracia-cristã, apesar de frequentes mudanças de governo;

- Apesar da permanente ocupação não plena, a classe operária italiana é altamente militante e com os seus sindicatos pôde conseguir aumentos salariais bastante altos, principalmente a partir da metade dos anos sessenta;

- O nível de produtividade da economia italiana - visto de alguns setores - está, porém, abaixo da média da maioria dos outros países capitalistas desenvolvidos, de forma que os custos salariais na Itália cresceram, comparativamente, rápido e são também altos conforme o nível;

- Como resposta a estas condições, surgiram transformações na estrutura econômica, que levaram a que a economia italiana apesar dos altos custos salariais ficasse, comparativamente no mercado mundial, capaz de concorrência na crise dos anos setenta;

- Este resultado, porém, somente pôde ser alcançado através de uma política de desvalorização permanente da moeda italiana nos anos setenta.

Deve-se entrar em algumas destas características contraditórias para poder entender melhor a essência e a problemática dos sindicatos.

1.1. O SUL DA ITÁLIA

O Mezzogiorno italiano começa a mais ou menos 30 km ao sul de Roma. Neste território mora aproximadamente 35% da população da Itália, porém, esta região aporta apenas cerca de 28% do produto interno bruto. No Mezzogiorno recai ao redor de 25% da renda do trabalho não-autônomo e nele é efetuado 30% de todos os investimentos. Somente 30% dos empregados trabalha no sul e apenas um pouco acima de 20% da ocupação industrial recai no Mezzogiorno. Ao mesmo tempo, o sul tem cerca de 45% dos desempregados e mais de 40% dos subempregados. A produtividade na agricultura do Mezzogiorno atinge apenas três quartos da do norte e centro da Itália. Na indústria, a vantagem na produtividade do norte e centro da Itália perante o pouco desenvolvido sul ainda é ao redor de 20%.

A exigência política de desenvolvimento do sul começa imediatamente depois da unificação da Itália em 1861. Contudo teve pouco êxito, como comprovam os dados anteriormente mencionados. As causas disto são múltiplas e de modo algum podemos procurá-las no setor econômico. Em todo caso fica claro que hipóteses, da maneira como foram sistematizadas e transformadas em propostas políticas na teoria do “balanced growth” (Rosenstein-Rodan, 1943; Scitovsky, 1964; Nurkse, 1952), não podem ser bem sucedidas. Estas hipóteses querem dizer que a implantação de um centro industrial acarreta efeitos de extensão regional que desembocam em um “crescimento econômico equilibrado”. Desta forma procedeu-se tradicionalmente no sul: concentração em alguns projetos de desenvolvimento na esperança de que se formasse ao redor dela uma estrutura econômica dinâmica que possibilitasse a passagem para um “crescimento econômico autosuficiente”. Por conseguinte entenderam-se as medidas estatais de fomento para o sul como temporárias; elas deviam pôr em andamento o desenvolvimento (“take off to self-sustained growth”) mas não se tornar elemento fundamental de um desenvolvimento, na verdade, patológico.

Isto vale também para a “cassa per il Mezzogiorno” (Südkasse) fundada no ano de 1950, cuja política de reforma estava antes orientada por um restabelecimento das relações quase feudais (da “mezzadria”) do que por uma reforma agrária, como foi planejado, e em parte começado, desde os anos da resistência italiana, ainda durante a Segunda Guerra Mundial.

Desde a segunda metade dos anos cinquenta, a “cassa per il Mezzogiorno” concentra a sua política de fomento predominantemente nos projetos industriais. Grandes acearias e complexos químicos em alguns centros do sul (Taranto, Bari, etc.) devem acarretar uma cadeia de pequenas indústrias para desta forma, relativa às teorias do crescimento equilibrado, gerar uma estrutura industrial dinâmica. Contudo os resultados foram apenas as chamadas “catedrais no deserto” que hoje representam os mais evidentes símbolos de subdesenvolvimento do sul. Elas estão mais no processo de produção de capital do norte italiano ou do

mercado mundial do que possam formar centros de uma estrutura industrial em desenvolvimento, e autosuficiente, das regiões do sul da Itália. Assim é explicável que o fomento do sul através da “cassa per il Mezzogiorno” (e outras medidas do fomento da economia) contribuiu mais para o desenvolvimento do norte que para eliminação do subdesenvolvimento do Mezzogiorno.

O modelo de desenvolvimento do sul pode ser designado, desta forma, como *subalterno e integral* para o desenvolvimento da economia italiana do norte (segundo D’Antonio, 1976). Ao mesmo tempo que o sul foi feito desta maneira *funcional* para o desenvolvimento econômico do norte, pôde ser enfraquecido o potencial de conflito social; pois o subdesenvolvimento do sul tornou-se, com isto, uma condição prévia do desenvolvimento econômico italiano, que nos anos cinquenta e sessenta produziu índices de crescimento tão altos que neste país também chegou-se a falar em um “milagre econômico”. Com as subvenções estatais, principalmente através da “cassa per il Mezzogiorno”, foram reduzidos os conflitos sociais do subdesenvolvimento, sem modificar na base a estrutura do subdesenvolvimento (segundo Giulio Amato conforme Alf. 1977, 144). Esta forma de *funcionalidade do subdesenvolvimento para o desenvolvimento* certamente poderia continuar ainda por mais tempo se o processo de desenvolvimento do capitalismo italiano nos anos setenta não tivesse chegado a um limite. O subdesenvolvimento do Mezzogiorno coloca para fora agora todos os impulsos negativos que ainda puderam ser cobertos através do saldo de capital até o fim dos anos sessenta. A consequência não é apenas uma pendente de prosperidade do norte para o sul, mas também ao mesmo tempo um desemprego, bastante acima da média. Da própria dinâmica de desenvolvimento do sul parece não resultar nenhum melhoramento da situação. Pelo contrário, parece como se esta situação tivesse ainda piorado nos últimos anos (Pugliesse, 1979, 10). A política econômica de preparação de infra-estrutura, subvenções e créditos com juros favoráveis² também levou à formação de camadas sociais que

² Allen e Stevenson, 1974.

não têm nenhum interesse em uma modificação substancial do tipo de desenvolvimento. Neste contexto não apenas podemos mencionar a Máfia, cuja base econômica foi fortificada através da política de fomento estatal do sul, mas também o chamado *clientelismo* no campo político, visto que a disposição econômica sobre o dinheiro como fator de influência política pode ser, e foi, usada e abusada (v. Bieling, 1981).

A industrialização havida no sul não gerou nenhuma estrutura social correspondente. Os capitais industriais são administrados de fora da região, em se tratando de indústrias privadas ou de projetos estatais e mistos no Mezzogiorno. Assim, o desenvolvimento do setor industrial pode ser chamado de “assimétrico” (Graziani, 1979, 16); o desenvolvimento industrial do sul não produziu nenhuma estrutura industrial *de classe*. Os componentes das camadas dirigentes não são arraigados no sul, mas vêm do norte e são responsáveis por empresas do norte e centro da Itália. Com a administração das múltiplas subvenções estatais surgiu uma burocracia estatal que é clientelisticamente dependente do centro, em Roma. Ao mesmo tempo a classe operária é extraordinariamente fraca, e não apenas quantitativamente, mas também em relação à oferta de emprego, nível salarial e organização.

A questão do sul, Gramsci já salientou isto, é o problema chave da sociedade italiana; sem uma perspectiva fidedigna para solucionar o problema do Mezzogiorno nenhuma esquerda pode ter êxito na Itália. Também para os sindicatos o sul é, de ângulos diferentes, o grande desafio de sua estratégia; são os emigrantes meridionais nos Estados do norte que carregam o movimento grevista em 1968/69, que definem a imagem do “oparaio di massa”, do “operário de massa” das grandes fábricas, mal remunerado e comparativamente pouco qualificado. Os sindicatos precisam mudar não apenas a sua “linha”, mas a sua forma de política (sindicato de conselhos) para poder organizar este operário-modelo. E, ainda, o sul é a reserva de domínio político da democracia-cristã. Enquanto que no norte, e principalmente no centro da Itália, a esquerda ganha em influência no decorrer dos anos setenta - de forma nítida na vitória eleitoral de 1975 (eleições regionais) e de 1976 (eleições gerais) -, no Mezzogiorno

domina quase infatigavelmente o regime democrata-cristão. A consolidação da esquerda política e dos sindicatos no sul sempre foi restrita em termos comparativos.

No geral pode-se dizer que, como em outros países também, o subdesenvolvimento de uma região é extraordinariamente funcional para a manutenção de uma cultura conservadora e de um domínio politicamente autoritário. As estratégias dos sindicatos ou de uma esquerda política fracassam na medida em que elas não possam solucionar a estrutura do subdesenvolvimento, mesmo que devam apresentar grandes êxitos, como na Itália depois de 1968 na parte desenvolvida do país.

1.2. A ESTRUTURA INDUSTRIAL ITALIANA

Podemos salientar aqui duas particularidades em comparação a outros países da Europa Ocidental: primeiro, o grande peso das pequenas e médias empresas e, segundo, a importância das empresas estatais em contraposição à economia privada.

No começo dos anos setenta, acima de 50% dos ocupados trabalhavam na indústria têxtil, em empresas com até 100 empregados e apenas 24% em empresas com mais de 1.000 operários e funcionários. Na Alemanha Federal, menos de um terço dos empregados no setor industrial está na pequena e média empresa, enquanto que quase um terço trabalha em empresas com mais de 1.000 empregados. Estes dados referem-se a uma série de problemas.

Portanto, comparando internacionalmente, a estrutura empresarial do capitalismo italiano parece ter ficado para trás. Isto não tem necessariamente consequências negativas para o cultivo de desenvolvimento tecnológico mais jovem, visto que a aplicação é relativamente indiferente ao tamanho da empresa (Cantelli, 1980, p. 65). A partir daí não pode-se concluir que as pequenas e médias empresas tenham que, tecnologicamente, vir atrás. Pelo contrário, frequentemente trata-se de unidades extremamente produtivas e capazes de concorrência. Claro, alguns, vão muito longe para poder enxergar na eficiência da

pequena e média empresa o “novo milagre italiano” de uma adaptação flexível às exigências do mercado mundial (Le Monde, 1980, 84). É claro que a observada eficiência da pequena e média empresa nos anos setenta não é condicionada tecnologicamente sozinha, outros dois momentos desempenham aqui um papel: primeiro, a reorganização da estrutura industrial no sentido de uma descentralização da produção e de uma flexibilidade da oferta para poder seguir, se possível imediatamente, os deslocamentos de demanda nos mercados internacionais. Os grandes grupos, então, não têm mais o risco da adaptação, em seu lugar, surgem pequenas empresas dinâmicas, cujo desaparecimento, se elas eventualmente falirem, também é politicamente mais suportável que a paralisação de seções na fábrica de grandes empresas sindicalmente bem organizadas. Segundo, desta maneira é feita a tentativa de dar forma mais flexível à organização operária e ao recrutamento de mão-de-obra, do que no caso da grande empresa. A existência da pequena e média empresa refere-se, portanto, à tentativa de fazer passar inadvertida a rigidez estrutural e política na economia italiana.

Enquanto que na ofensiva do movimento operário depois de 1968/1969 tanto puderam ser aumentados os salários como também foi amplamente aumentada a segurança do emprego ante as demissões, as pequenas e médias empresas puderam-se privar da influência dos sindicatos sobre a evolução salarial e a organização operária, assim como sobre contratações e demissões.

Sobre um estudo discutido ampla e controvertidamente a respeito de ocupação e capacidade de produção na Itália, Giorgio Fuà escreveu a tese de que a Itália, por um lado, teria ficado atrás dos outros países da Europa Ocidental em relação ao nível de desenvolvimento de produção e produtividade (e também em relação à estrutura empresarial, porém em relação ao nível salarial, à jornada de trabalho e às condições de trabalho, teria evoluído da mesma forma que os outros e, em parte, teria-se tornado inclusive Vorreiter. Aqui refletem-se as conquistas da fase do “outono quente”, como a equiparação de sexos no processo de produção (segundo Fuà na Itália os salários das mulheres são em média 75% dos salários dos

homens, na República Federal da Alemanha este valor está em 70%), uma redução efetiva da jornada de trabalho, direito à manifestação nas demissões e, mediante isto, redução da mobilidade do trabalho controlado pela empresa, melhores condições de aposentadoria em uma escala que, conforme escrevem Cantelli (1980, 87) ou Fuà (1976), está acima da mediada Europa Ocidental.

A respeito da distribuição regional das pequenas e médias empresas, aparecem na Itália, da mesma forma, algumas particularidades. Neste contexto, alguns autores falam de três Itálias (Graziani, 1978; Bagnasco, 1977). Enquanto as grandes empresas privadas (Fiat, Olivetti, Magneti Marelli, etc.) estão localizadas predominantemente no triângulo industrial, Turim-Milão-Génova-Veneza, do norte e as grandes empresas estatais atuam principalmente no sul do país, concentra-se a eficiente pequena e média indústria preponderantemente na Itália Central, mais especificamente nas regiões em que o PCI está no governo. (Claro, pode-se escrever a tese de que a pequena e média empresa definem a estrutura social do PCI (Graziani, 1978, 61). O relativo equilíbrio e a sólida riqueza das regiões Emilia Romagna, Toscana e Umbrien resulta, afinal, da existência de um setor eficiente da pequena e média empresas, que é, também, concorrente no mercado mundial.

Pequenas e médias empresas tiram as vantagens econômicas do acesso especial ao mercado paralelo de trabalho, através da grande flexibilidade, em detrimento dos empregados, através do escape de determinações legais, através das dificuldades dos sindicatos para estar tão presentes nas pequenas e médias empresas quanto na grande empresa. Como base para a “economia sommersa” (“economia clandestina”), o setor da pequena e média empresa é, portanto, um problema econômico-social e político para o país.

Na Itália as empresas estatais são uma herança do fascismo. Os primeiros complexos controlados estatalmente foram implantados nos anos trinta. Contudo, também nos anos cinquenta é sessenta, ao contrário por exemplo da Alemanha Federal, o setor estatal não foi “reprivatizado”, mas ainda ampliado.

Nos anos cinquenta e sessenta, o setor das empresas controladas estatalmente era um crédito do desenvolvimento econômico italiano. Ele servia principalmente para a preparação de um ponto de partida de produção e de mercadorias de investimentos necessários para a industrialização; em contrapartida, nos anos sessenta, o setor estatal - na verdade, apenas em parte e insuficientemente - foi colocado para o controle keynessiano da demanda efetiva e o restabelecimento inútil de um equilíbrio regional. Finalmente, nos anos setenta, o setor estatal serve principalmente ao domínio do fenômeno da crise interna e internacional (segundo Penacchi, 1980, 13). As empresas estatais põem uma quota sobreproporcional nos investimentos de capital bruto do país, e isto vale principalmente para as regiões do Mezzogiorno. Tem também grande importância uma divisão de trabalho específico entre o setor privado e o setor estatal; as empresas privadas italianas estão localizadas predominantemente nos setores tradicionais da indústria, as firmas estrangeiras, entram nos setores modernos da indústria (indústria eletrônica, química, petrolífera); as empresas estatais italianas, ao contrário encontram-se principalmente nos setores da indústria pesada.

Nos anos setenta, evidenciou-se que o caráter “simbólico” do setor estatal não poderia existir sem conflitos em relação à economia privada italiana. Como nos anos trinta, as empresas estatais atuaram como alavanca para uma “socialização das perdas”, com efeito negativo sobre a função de investimento das empresas estatais. A quota de investimentos de capital bruto das empresas estatais nos investimentos totais de capital bruto da indústria do ferro, do aço e de metais não ferrosos cai de 80,4% em 1972, para 65,6% em 1976.

Acresce-se, porém, ainda um outro fator bastante negativo: a distribuição dos investimentos de capital das empresas estatais no setor industrial e no setor de prestação de serviços modifica-se em favor do setor de prestação de serviços. Em 1970 são efetuados 64,4% de todos os investimentos estatais no setor industrial e o resto, de 35,6%, no setor de prestação de serviços; em 1977 a relação desloca-se para 42,4% na indústria e 57,6% no setor de prestação de serviços (dados segundo

Vignola, 1980, 208). Isto é culpa principalmente de as empresas estatais também serem dirigidas segundo os critérios de cálculo de rentabilidade da economia privada e não segundo as “normas de comportamento público” (Amoroso, Olsen, 1978, 2). A isto corresponde também o comprometimento das camadas dirigentes do setor estatal em escândalos políticos e econômicos que sacudiram a sociedade italiana nos anos setenta. Desta forma pode-se deduzir, finalmente, que o sistema das empresas privadas na Itália não é expressão de força do Estado intervencionista italiano, mas antes momento da sua debilidade, contanto que se faça da capacidade de intervenção o critério de apreciação. Somente uma reforma do setor estatal, como é também exigida pelos sindicatos, poderia ativar este instrumento visando a um “novo desenvolvimento”.

1.3. MERCADO DE TRABALHO E CUSTOS SALARIAIS

O desemprego na Itália durante todo o período do pós-guerra, mesmo durante o período do chamado milagre econômico, nunca esteve abaixo da margem de 3%, apesar de um saldo negativo da migração.

Mas as cifras do mercado de trabalho da Itália precisam ser interpretadas com especial cuidado, visto que nelas a situação real do mercado de trabalho é reproduzida apenas insuficientemente. Isto tem a ver especialmente com a formação de um chamado *segundo mercado de trabalho* que, conforme diferentes avaliações, serve de intermediário a 2 ou 3 milhões de pessoas.

O “segundo mercado de trabalho”, de trabalho irregular, surgiu em meio de uma grande oferta de mão-de-obra em consequência das estratégias empresariais de baixar os custos salariais não com uma estratégia frontal contra os sindicatos, mas através de uma estratégia evasiva adequada da estrutura da economia italiana. No sistema de ocupação irregular, os sindicatos também quase não estão presentes, os custos salariais são relativamente baixos e baixariam convenientemente o nível médio dos custos salariais na economia italiana, se eles estatisticamente pudessem ser alcançados pelo menos adequadamente.

Como também em outros países industrializados, na Itália, os custos parciais de salário aumentaram bem mais rápido no decorrer dos anos setenta do que nos anos sessenta. No período de 1963a 1970a taxa média de crescimento anual era de 3,3%, no período de 1970 a 1977, pelo contrário, 15,5% (na média da OECD: de 1963 a 1970, 3,0%, de 1970 a 1977 8,1%). Portanto, enquanto na média dos países industrializados desenvolvidos as taxas de crescimento dos custos parciais de salário ultrapassaram um pouco o dobro, na Itália elas se quintuplicaram.

Para o forte aumento dos custos parciais de salário na Itália - se se calcular na moeda nacional - são, geralmente, citados três argumentos:

- em primeiro lugar, a “explosão salarial” em consequência do “outono quente” e da fortificação dos sindicatos nos anos setenta;

- em segundo lugar, a baixa produtividade, em termos comparativos, da economia italiana;

- por último, a “indexação” dos salários na forma da “scala mobile”.

Neste sentido deve ser aprofundado o último ponto citado.

A “scala mobile”, isto é, a correção monetária, foi instaurada na Itália em 1947 e apresenta uma das mais importantes conquistas do movimento sindical italiano na fase posterior à Segunda Guerra Mundial. A indexação salarial baseia-se no princípio de que os aumentos de preço são equilibrados automaticamente através de um reajuste salarial, para que desta forma os salários reais não possam ser influenciados pelo desenvolvimento da inflação e/ou por uma política de desvalorização (Patriarca, 1981, 15). Aqui é decisivo o caráter “automático” da adaptação.

O modo de ação do mecanismo da “scala mobile” aplicada na Itália, na verdade, é substancialmente dependente da sua forma. De acordo com a forma da função de indexação salarial, as perdas salariais reais podem ser compensadas à vontade, mediante aumentos de preço. Nisto são de especial importância:

- a composição da cesta de mercadorias, na qual seja medida a taxa de aumento de preços;

- o ano-base do índice de preços; quanto mais atrás ele fica, tanto maiores são as distorções no movimento do índice;

- o período em que se efetua a equiparação dos salários; parece evidente que este não possa suceder diariamente, mas apenas em intervalos periódicos. Quanto maiores forem os intervalos, tanto mais pode-se manifestar a taxa de inflação como diminuição dos salários reais;

- se, a quando do aumento de preços, os aumentos salariais sucederem como importância absoluta ou como adaptação percentual;

- a estrutura salarial; desde que se efetue o reajuste em valores absolutos, salários altos abaixo da média são atingidos acima da média e vice-versa.

Depois das reformas da “scala mobile” em fevereiro de 1975 e em fevereiro de 1977, os salários italianos são adaptados a cada 4 meses ao desenvolvimento dos preços para equilibrar a perda de poder aquisitivo. Cada percentagem de aumento de preços de uma cesta de mercadorias é manifestada em uma determinada importância em Liras (“punto di contingenza”), que é de 2389 Liras desde 1977. Aqui parte-se da ficção de que 2389 Liras no mês são iguais a um por cento de uma renda mensal. Naturalmente este não é o caso em todos os setores, de forma que chega a haver cobertura (“copertura”) da perda de poder aquisitivo através da inflação. Segundo um estudo do ISTAT, o grau de cobertura das perdas salariais reais através da inflação de 1975 e 1976 oscilava entre 166% nos trabalhadores “blue-collar” no comércio e 22% nos funcionários mais velhos no serviço público. Este mecanismo tem, portanto, uma “dinâmica redistributiva” dentro da classe dos ocupados dependentes. Pois, no decorrer do tempo, chega a haver uma adaptação dos grupos salariais de baixo para cima, em que as categorias pagas acima da média vivenciam uma adaptação à média, isto é, para baixo. No entanto este mecanismo desempenha um papel apenas durante o tempo que a “copertura” se movimentar através da “scala mobile” ao redor de 100%.

A indexação dos salários na Itália não foi nenhum impedimento contra efeitos redistributivos em favor do lucro. Em uma indexação

perfeita da renda pode-se realizar uma redistribuição em favor do lucro somente se a produtividade subir (De Vivo e Pivetti, 1980, 11) e não aparecer nenhum aumento salarial conquistado nas negociações de salário. Contudo, o sistema italiano apresenta alguns problemas graves, para os quais, em parte, já foi chamada a atenção. Por um lado, cai o grau de “copertura” na medida em que os salários reais aumentam, contanto que o “punto di contingenza” esteja fixado em valores absolutos e não seja adaptado. Por outro lado, cada aumento salarial autônomo, conseguido através de negociações de salários dos sindicatos, atua no mesmo sentido. Assim acontece, portanto, que - como explicado anteriormente - a defesa dos salários reais através da indexação salarial apresenta um grau sempre menor e cabe uma importância crescente às negociações de salário e às lutas trabalhistas dos sindicatos. Este sistema mostra também, com toda clareza, que a indexação salarial não é uma instituição que garante automaticamente a posição salarial real e relativa, mas tornou-se mesmo objetivo das negociações e das discussões políticas e sociais entre governo, associações patronais, sindicatos e instituições internacionais (que exigiam a sua abolição). Em 1976/77 o resultado era a conservação da “scala mobile” com reforma simultânea dos seus mecanismos. Objeto do conflito é tanto a composição da cesta de mercadorias quanto a localização do “punto di contingenza” ou do intervalo no qual deve suceder a adaptação salarial ao desenvolvimento da inflação. Estas discussões não acabarão, de forma alguma, em breve.

A argumentação com os custos salariais despreza a relação, no sentido de que apenas os custos salariais são interessantes para cálculos econômicos das empresas: a *rentabilidade* do capital aplicado que, claro, não é apenas dependente exclusivamente dos custos salariais, mas também dos custos de capital. Para o argumento dos custos salariais ter sentido precisa-se acrescentar sempre: os custos salariais são muito altos na taxa de rentabilidade específica desejada pelo capital, que, no entanto, não é dada invariavelmente para sempre, mas é expressão de determinadas constelações de forças na sociedade e na relação de concorrência no mercado mundial. Como acabamos de ver, as empresas estão altamente

endividadas, o que leva a um forte ônus dos juros dos lucros. Para melhorar a situação dos lucros e, com isso, as possibilidades de investimento e a tendência de investimento poderia, portanto, ser acionada também uma política de redução dos juros. Mas estas, segundo expõe o economista democrata-cristão Nino Andreatta (*Corriere della Sera*, 19 de nov. de 1976), poderiam ser reduzidas de forma eficiente somente se a taxa de inflação fosse diminuída. Para baixar a taxa de inflação precisam ser reduzidos, porém, segundo sua tese, os custos salariais como variável estratégica. A própria redução de custos salariais pode, à exceção da redução de salários, ter sucesso através da abolição dos feriados, através da redução de faltas, através da modificação do princípio de ancianidade ou através de uma eliminação da “scala mobile” e da fiscalização de obras sociais. Sobre estas ideias, que acabam em uma distribuição em favor do capital, são desenvolvidos princípios para melhorar a produtividade da economia através de uma reestruturação.

2. O “OUTONO QUENTE” DE 1969

Os problemas estruturais da economia e da sociedade italianas encontram uma explosiva expressão no fim dos anos sessenta no movimento grevista, que abrange todo o país e todas as camadas operárias. Para apresentar os motivos de forma detalhada levaríamos muito tempo. É, sim, um conglomerado de motivos - problemas de integração dos imigrantes no norte, aumentos salariais insuficientes, a organização autoritária do trabalho nas fábricas, problemas com o fornecimento de lugar para moradia, etc. - que necessita apenas de pequenas oportunidades para se desdobrar em conflitos sociais.

No decorrer do ano de 1968 e na primeira metade do ano de 1969, realizam-se nas fábricas do norte paralisações espontâneas do trabalho e organizadas pelos sindicatos. Na Itália fala-se, em alusão à “Mairevolte” pararissense de 1968, em um “maio furtivo”. O movimento grevista atinge um ponto culminante em setembro/outubro de 1969. Nesses meses há greves em quase todas as regiões e em quase todos os setores. A quantidade

de horas perdidas durante a luta trabalhista ultrapassa em 1969 a casa dos 300 milhões.

Fábricas são tomadas, chega a haver choques com a polícia. Em 19 de novembro, finalmente, o movimento culmina em uma greve geral. As exigências não visam mais apenas a objetivos tradicionais dos sindicatos, como aumentos salariais e jornadas de trabalho, trata-se como um todo das condições de trabalho e de vida, de uma melhora das condições de moradia nos centros industriais do norte, de mais democracia: *Vogliamo tutto* (queremos tudo) é a palavra de ordem que se torna a fórmula-chave para toda uma época. Trata-se de mais direito de controle político por parte dos sindicatos, que se torna realidade na exoneração do estatuto dos trabalhadores (*statuto dei lavoratori*) no ano de 1970. Os sindicatos têm agora o acesso às fábricas que lhes foi vetado durante décadas.³ Em toda parte formam-se conselhos de fábrica e mais tarde também “conselhos de zona”. A fase até o começo da crise do mercado mundial no ano de 1974 é, no geral, caracterizada por reformas econômicas, sociais e políticas que de fato melhoram a posição da classe operária italiana. O movimento popular desdobrado neste período dinamita as estruturas organizatórias tradicionais dos sindicatos. Em 1972 chega a haver uma unificação dos três sindicatos (saídos em 1947 do sindicato unificado) comprometidos na mesma política. Fala-se nesta fase que no relacionamento do movimento popular e dos sindicatos, estes últimos têm uma tarefa difícil (*cavalcare il tigre*).

Para o posterior desenvolvimento, são significativos não apenas os potentes direitos de controle dos sindicatos nas fábricas, uma restrição da mobilidade conforme o mercado de trabalho e interna da fábrica, mas também transformações radicais na estrutura salarial. Nesta fase a política salarial torna-se “solidária” (Salvati, 1978, 51), isto é, com a política salarial são niveladas diferenças salariais entre diversos setores, faixas

³ Após a Segunda Guerra Mundial formam-se nas fábricas “*commissioni interne*”, as quais possuem todavia apenas direitos limitados relativamente à organização dos empregados nas empresas.

etárias, homens e mulheres, grupos de qualificação. Isto não apenas tem um efeito unificador para a mão-de-obra do país, mas toma possibilidades dos empresários de reagir a modificações econômicas de forma flexível, em detrimento dos operários. Ao mesmo tempo é reduzida a mobilidade do trabalho, principalmente através da “Cassa Integrazione Guadagni” (uma variante do dinheiro-desemprego); visto que cada desempregado recebe garantidos 93% do salário líquido, perde-se a obrigação ou estímulo para mudança de local de trabalho.

Na área econômica, as conquistas do “outono quente” são mensuráveis diretamente. A renda bruta dos trabalhadores e funcionários sobe em 1970, portanto no ano em que entram em vigor os aumentos salariais, em média ao redor de 16,7 %, em 1971 são 15,0%, em 1972 são 10,8% e em 1973 18,0%. Este desenvolvimento atua como distribuição em favor dos empregados dependentes.

Simultaneamente, a produção industrial é influenciada negativamente em consequência das muitas horas de trabalho perdidas através de greves.

Também no sistema político, os abalos dos anos sessenta são extraordinariamente fortes. A formação do governo de centro-esquerda de 1962 resulta em uma cisão do partido socialista. Os movimentos populares não se podem canalizar em nenhum dos partidos tradicionais, e surgem novos agrupamentos de esquerda, como o *potere operaio*, *lotta continua* ou *il manifesto*. Forma-se ao mesmo tempo a direita neofacista, começa a fase do “terror negro”, que precede ao “terror vermelho” na segunda metade dos anos setenta. O aparato estatal é implicado em uma série de atentados, de forma que o sistema das instituições políticas também não saiu da fase quente de lutas de classes sem perdas de legitimação. O ponto culminante é composto pela tentativa de golpe do príncipe Borghese (junto com o chefe do Serviço Secreto Miseli) no ano de 1970, que apenas pôde ser evitado. Pietro Nenni, o líder do partido socialista vê nesta fase uma analogia com o ano de 1922, em que Mussolini marchava sobre Roma. Um império estatal como na Grécia em 1967 está dentro do provável (segundo Romagnoli/Treu, 1977,83).

Nesta atmosfera completamente politizada, o movimento grevista também não poderia ter permanecido apenas na área das discussões econômicas da sua condição de vida. Naturalmente acabamos de ver que este não era, de modo algum, o caso. Exigências salariais são colocadas e entendidas como um motor de transformações sociais. Também correspondem aos objetivos dos grevistas melhora das condições de trabalho, da jornada de trabalho, do direito à moradia, do transporte coletivo, etc. As exigências mais importantes, porém, visam a *um controle* amplificado do processo de produção na fábrica por parte dos empregados; a palavra de ordem é democratização, com o qual não se pensa em um tipo de participação a exemplo da Alemanha Ocidental, mas em um primeiro passo fundamental para transformação da sociedade. Não apenas nos grupos esquerdistas, também dentro dos sindicatos, visam as lutas não só a reforma, mas a *revolução*.⁴

O grau de mobilização de massa é extraordinariamente alto. Neste contexto desenvolvem-se os sindicatos como novos sujeitos políticos. Couffignal acha que até o fim dos anos sessenta os partidos políticos tradicionais pareciam amplamente paralizados em consequência da grande mobilização de massas e que criaram um espaço que foi ocupado temporariamente pelos sindicatos: portanto os sindicatos não mais apenas como comissões de representação econômica do operariado, mas como sujeito político no sistema político. Este desenvolvimento manifesta-se também no aumento do grau de organização sindical. Uma das consequências principais do movimentado do “outono quente” é a unificação das três confederações sindicais. Estes tinham-se separado do

⁴ Com relação a isso deve ser observado que o modelo revolucionário dentro da esquerda sindical não se orientava exclusivamente no exemplo de Revolução de Outubro. As tentativas de subtrair ensinamentos através do processo ocorrido na China foram da relevância. Foram refletidas ainda as experiências culturais da “Nova Esquerda”, dos movimentos estudantis da Europa Ocidental, da militância dos negros americanos. Foi marcante para o movimento sindical italiano que a ruptura cultural entre o movimento trabalhista tradicional e a inteligência crítico-socialista das Universidades não teve nenhuma importância, diferentemente do que ocorrera p. ex. na Alemanha.

sindicato unificado e dividido em sindicatos de orientação cristã, social-democracia-socialista e comunista. O próprio processo de decisão não se efetua sem influência dos conflitos aparecidos entre ocidente e oriente. Para a classe operária esta cisão foi, nos anos cinquenta e sessenta, a grosso modo, *negativa*, visto que nas empresas era possível aproveitar-se intercaladamente das três confederações sindicais. Principalmente, o sindicato comunista CGIL (Confederazione Generale Italiana del Lavoro) foi obrigado a sair totalmente de muitas fábricas do norte.

Seria tolo aceitar que as três confederações sindicais, que se tinham unido no acordo de Firenze, tivessem ficado inalteradas no processo de luta de classes. As transformações manifestam-se simbolicamente na mudança das antigas personalidades nos sindicatos. No começo dos anos setenta aparecem novos líderes sindicais, que, como pessoas, respondam simbolicamente pela década dos anos setenta: Luciano Lama na liderança da CGIL substitui Agostino Novella; Bruno Trentin na liderança do sindicato metalúrgico Fiom, como um dos mais importantes teóricos do “sindicato de conselhos”. Em 1975 Trentin é eleito para a direção da CGIL; Luigi Macaro segue Bruno Storti na liderança da CSIL em 1975 (em 1979 ele é substituído por Carniti); também na liderança da UIL sucedem transformações: no ano de 1976 Giorgio Benvenuto torna-se secretário geral.

Nas próprias fábricas os operários conseguem novos órgãos de controle. Com o *statuto del lavoratori* (estatuto trabalhista) de 1970, são consolidados pela primeira vez na história da Itália direitos do operário na fábrica, como a liberdade de união e o direito a atividades sindicais (artigo 14), a proibição de medidas discriminatórias dos empresários (artigo 15), o direito de formar comissões sindicais de fábrica (artigo 19), o direito dos empregados de se reunir nas fábricas fora do horário de trabalho (artigo 20), o direito das comissões sindicais de estar presente nas fábricas (artigo 27), etc. (“o impresso do Estatuto Trabalhista em Zoll, 1981, 188 e Pedrazoli, 1978, 131).

O direito de reunião é levado muito a sério pelos operários nas grandes fábricas do norte. Já em 1968 surgem grupos de trabalho, *comitati*

unitari di base, comitati d'agitazione, etc., que são legalizados com o Estatuto Trabalhista e representam algo assim como “o lugar de elaboração da consciência operária” (Couffignal, 1979, 230). O movimento popular do “outono quente” resulta em uma democratização da estrutura sindical.

Em muitas fábricas são eleitos delegados desde 1968 e têm as mais diversas funções: controlar a manutenção dos acordos com as empresas, garantir a consolidação da presença sindical em tempos de paz na frente de discussões sociais ou organizar greves, preparar e realizar reuniões, etc. O grau de organização dos delegados é extraordinariamente alto, está cerca de 90%; os delegados são também os sindicalistas mais ativos. O problema radica em encontrar uma forma de institucionalização dos delegados, especialmente para tempos em que as lutas de classes se pacificam. Justamente estas tentativas dos sindicatos são rejeitadas como integracionistas pelas organizações esquerdistas aparecidas recentemente. Uma das formas institucionais decisivas para o futuro da participação operária serão os conselhos de fábrica, que são reconhecidos oficialmente pelos sindicatos desde 1970. No ano de 1972 temos na indústria de elaboração de metais ao redor de três milhões de empregados, 42.886 delegados e 4.291 conselhos de fábrica. Segundo uma pesquisa da “Confindustria”, implantaram-se conselhos de fábrica em mais ou menos 35% das empresas do norte, em mais ou menos 30% das empresas do centro e em mais ou menos 24% das empresas do sul da Itália. Como para não esperar outra coisa, implantaram-se conselhos de fábrica em dois terços de todas as empresas com mais de 1.000 empregados; em contrapartida em apenas 26,5% das empresas com menos de 200 empregados (conforme Couffignal, 1979, 244).

O movimento de conselhos na Itália tem uma longa tradição. Depois da primeira Guerra Mundial são formados em Turim os primeiros conselhos, cuja teoria de Antonio Gramsci (Gramsci, 1967, 17) também corresponde nos anos setenta ao discurso político da esquerda italiana. De forma diferente que em 1919/1920, quando os conselhos de fábrica defendem a tentativa de “construir nas fábricas um poder operário e de iniciar a construção de uma cultura revolucionária dos produtores”

(Gramsci o. J., 68), que alguns anos mais tarde fracassa, os conselhos são concebidos depois do “outono quente” pelos próprios sindicatos visando uma perspectiva de democratização sindical. Eles são a expressão mais desenvolvida da força sindical e da sua consciência na onda de luta de classes desta fase. O sindicato entende-se como “sindicato del consigli”, sindicato de conselho; a consolidação dos sindicatos nas fábricas sai das próprias fábricas e não é pretendida pelos sindicatos do lado de fora das fábricas.⁵

Com os conselhos de fábrica, surge dentro do movimento sindical uma nova infra-estrutura de consolidação nas fábricas; orientação de base e, com ela, a desburocratização, são as características da transformação sindical. Como instituição, o sindicato de conselhos é a garantia de um projeto político que é apontado teoricamente dentro da esquerda sindical italiana como *centralita operaia*, isto é, como o papel principal do trabalhador e da fábrica. Em primeiro lugar são experiências sistematizadas cientificamente que apresentam o fundamento teórico para o sindicato de conselhos; as teorias sobre a nova classe operária, como apareceram na França (Toraïne, Serge Mallet entre outros), e as pesquisas operárias, que são realizadas desde fins dos anos cinquenta pelo grupo e a revista “Oquaderni rossi”, por Alquati, Rieser, Panzieri, entre outros.⁶

⁵ Durante o desenvolvimento são criados após 1969 além dos Conselhos de Fábrica, os “Conselhos de Zona” (Consigli di zona), a fim de que sejam organizadas regionalmente as lutas das diferentes fábricas, bem como possam ser abordados junto aos problemas da fábrica, também os problemas da região. Os sindicatos não receberam os Conselhos de Zona sem restrições, já que com estes formou-se uma organização paralela às sindicais. Os Conselhos de Zonas têm uma grande importância apenas temporariamente. Tendo em vista que, diferentemente das fábricas, falta-lhes o opositor direto, a sua função como instância transmissora dos interesses relativos ao pessoal das empresas não se pode afirmar inequivocamente.

⁶ A teoria do operariado refere-se não apenas a novas estruturas de classes no capitalismo altamente desenvolvido (monopolista), mas também levanta as mudanças correlatas das formas de política e de organização. Estas têm efeitos na relação da classe trabalhadora a organizações tradicionais (partido a sindicato) e na relação e Estado. Compare Rieland

Anabólico sobre estes fundamentos teóricos de um operariado, surge no fim dos anos sessenta e começo dos setenta a figura teórica do “operário popular” que encontra uma correspondência empírica no operário lutador vindo do sul e transferido para alguma seção de uma grande fábrica do norte. O local de vida do operário popular é a fábrica e, por isso, a fábrica torna-se o *centro de luta* das discussões desta primeira “fase ascendente” do desenvolvimento.

No entanto, já naquela época esboçam-se experiências negativas que mais tarde se destacam claramente como limite do ciclo de luta depois do “outono quente”. A conquista de poder do sindicato de conselhos e o seu “garantismo”, isto é, a luta com êxito em muitos aspectos pela melhoria da situação de vida e a ampliação do direito de controle, passam por grandes camadas da classe operária. Os ganhadores desta fase de desenvolvimento são de fato os “operários populares”, principalmente das indústrias de *elaboração de metais*; outras camadas, no setor de prestação de serviços, os camponeses, trabalhadores em pequenas e médias indústrias ficam entusiasmados pela dinâmica, mas acham as conquistas, para si mesmos, bastante menos positivas do que dizem os hinos da *centralità operaia*. As lutas sindicais nesta fase também visam a reformas sociais que teriam trazido vantagens para outras categorias da classe operária. Os meios nestas discussões são greves de fábrica, greves regionais e nacionais. Os “operários populares” da indústria de elaboração de metais também são “altruistas”; nas negociações de salários com as empresas eles defendem investimentos e ocupação no sul; em não poucos acordos salariais não são apenas fixados aumentos salariais, jornada e ritmo de trabalho, mas também verbas para investimentos que levam a empregos e a sua alocação no sul. Contudo, os êxitos deste projeto político não são muito grandes. Mostra-se, como Manko, que o centro de poder da política sindical é a fábrica, onde, naturalmente, são tomadas importantes decisões a um nível

1977; Alquati 1974; Pozzoti 1972; Tronti 1974; o número extra da revista *Autant*, 149-150, set./dez. 1975 e as contribuições in Napolitano et al, 1978, especialmente a de Aris Accornero 1978.

“mais alto” no sistema político. O sindicato de conselhos é bom como fator de poder nas grandes indústrias do norte; ele é limitado enquanto se tratar de influenciar decisões políticas do governo regional e do Estado ou organizar áreas da economia que dificilmente se deixam reunir em conselhos.

Estes limites passam a ser considerados quando a economia italiana entra em uma crise. As empresas têm agora a possibilidade de reagir ao aumento de custos salariais com aumento de preço em grande escala (em consequência da liberação do câmbio e da política de desvalorização possível; v. 1. cap.) e de responder simultaneamente com demissões e “greve de investimentos”. Na teoria operária foi ventilada a ideia política de que a classe operária poderia aproximar um pouco o capital da crise e, com isso, da transformação social, através das atividades espontâneas (v. Agnoli, 1975). Mas quando, nos meados dos anos setenta, o capital entra na crise, evidencia-se que no processo da crise econômica são liberadas tendências de reestruturação altamente complexas que podem causar um “riflusso” (uma mudança de tendência). A crise econômica exige novas respostas políticas para as quais o sindicato de conselhos nascido em 1969 não está suficientemente preparado.

Devido a isso os sindicatos são mais e mais obrigados a desenvolver estratégias complexas que não estão exclusivamente sintonizadas na confrontação militante na fábrica, para encontrar respostas aos processos de reestruturação. Através da ofensiva de classes do “outono quente”, segundo a opinião unânime de todos os observadores, são modificados os problemas principais da economia, a base da política econômica e a dinâmica social da sociedade com consequências, para os sindicatos, difíceis de superar (v. Trentin, 1977 a 1980). Naturalmente em nenhuma fase do desenvolvimento pós-guerra as modificações são suficientemente radicais para tornar realidade o novo modelo de desenvolvimento ansiado totalmente pelos sindicatos e pela esquerda. Em consequência do “outono quente” os anos setenta são, por um lado, de uma ambivalência entre grandes conquistas econômicas e os êxitos políticos dos sindicatos e caracterizados, por outro lado, pelo fato de que as estruturas do

desenvolvimento do capital mediado politicamente na Itália não são violentadas. Na esquerda política e na maior parte dos sindicatos, estão presentes no começo dos anos setenta as exigências de transformações radicais, inclusive a “vontade de revolução”. No começo dos anos oitenta, no entanto, discute-se como se poderia controlar o capitalismo através de reformas iminentes. “Montar o tigre” (cavalcare il tigre) era a fórmula no fim dos anos sessenta e começo dos setenta; no começo dos anos oitenta ninguém mais fala nisso, trata-se agora de “domar o monstro” (aferrare proteo), com o qual se pensa não na classe, operária, mas no capitalismo.

O “outono quente” é um acontecimento destacado na história recente da Itália. Daquele tempo muitos problemas, que os já fortes sindicatos enfrentaram, não mudaram. A sua dinâmica modificou-se através da ofensiva de classes e desde meados dos anos setenta através da crise do mercado mundial. Sem considerar a ofensiva de classes de 1969 não podem ser entendidas nem as estruturas “objetivas” e os problemas lançados por elas para realização dos objetivos político-econômicos, nem podem ser identificadas as dificuldades dos sujeitos políticos para lidar com eles.

3. OS SINDICATOS ANTE UMA POLÍTICA DE “AUSTERITY”

As conquistas sindicais depois de 1968 são, portanto, significativas. Naturalmente, em vista da crise da economia mundial desatada em 1973/74, elas não podem ser detidas com os meios tradicionais da política sindical. Os sindicatos se preparam a nível de fábrica ou de empresa nos lugares de trabalho. Naturalmente constata-se como responsável para as condições econômico-estruturais do trabalho nas fábricas cada vez mais a política econômica estatal. Esta precisaria de aproximar-se dos problemas estruturais com uma perspectiva a longo prazo, mas de fato reagiu apenas a curto prazo no sentido do *muddling through* aos problemas estruturais aparecidos abertamente nos meados dos anos setenta. Tentou-se instituir medidas para criação de empregos, a estrutura industrial deveria ser melhorada em prol do aumento da produtividade - apesar de ultimamente

sem o êxito desejado ou prometido (Valli, 1980, 100). O PCI propagava desde 1975 “um novo modelo de desenvolvimento econômico”, mas não pôde realizá-lo, apesar da conquista de poder nas eleições. O que restou não foi outra coisa a não ser uma política totalmente tradicional de desvalorização monetária para parar a pressão dos custos e, a partir de 1976, uma política de austeridade da qual, devido ao seu projeto político do “compromisso histórico” para o qual o PCI queria entrar junto com a DC, o PCI participou por apoio do governo Andreotti mediante *non sfiducia* (“não-desconfiança”) e desta forma possibilitou um governo de minoria da DC. O projeto poderia muito bem ter resultado se, em 1978, o secretário geral da DC Aldo Moro não tivesse sido assassinado pelas Brigadas Vermelhas. Moro personificou a parte do DC que estava disposta para o “compromisso histórico” e, de forma diferente do seu sucessor Zacagnin, também dispunha da autoridade necessária dentro do partido para impor; um projeto desse tipo. A compensação da DC para a recusa ao voto de desconfiança através do PCI como mais forte partido de oposição, eram certas, se bem que insignificantes, concessões programáticas que no decorrer dos anos seguintes mostravam-se como amplamente insignificantes. O PCI, mas também grande parte dos sindicatos, declaravam-se dispostos ao “sacrifício”, em interesse de uma solução para crise italiana, se a DC promettesse apresentar determinadas “compensações” (*sacrifici e contropartiti*). Os sacrifícios foram, de fato, levados na forma da rígida política de austeridade do governo desde o outono de 1976 (“*la stangata*”, a paulada); no entanto quase não houve compensações, especialmente a criação de novos empregos não corresponde às promessas. Devido a isso, Bruno Trentin acha que a lógica de sacrifício e compensações deixa os sindicatos em uma posição subalterna (Trentin, 1980, 184).

A austeridade praticada pelos democrata-cristãos pode-se resumir da seguinte forma: redução do déficit do orçamento público, a transferência de recursos econômicos da consumação para os investimentos, a redução dos custos salariais, a redução do desperdício administrativo. Os meios com os quais foi acionada esta política,

compostos preponderantemente de aumentos dos impostos, aumentos de preços para produtos de óleo mineral (principalmente para a gasolina), da tentativa de abolição da *scafa mobile*, aumentos tarifais da energia elétrica, telefone, transporte ferroviário, etc. De fato foram colocados à disposição meios para fins de investimento do Estado, na verdade, em uma ordem de importância que em termos quantitativos não trouxe muito e que ainda perdeu-se através de obstáculos burocrático-administrativos. Uma política de “solidariedade nacional e de sacrifício” somente pode-se manter firme se ela trazer, de fato, os empregos prometidos ou se a sociedade unificada não for conflitiva. Ambas as condições não foram e não são o caso da Itália, de forma que a política de austeridade produziu graves conflitos políticos nos quais ela finalmente fracassou.

A política econômica adotada a curto prazo desde 1973 não pôde solucionar nenhum dos graves problemas da economia italiana. Medidas político-estruturais que se adicionam às debilidades estruturais descritas por nós da economia italiana, não eram nem existentes ou expostas muito limitadamente, nem despretenciosamente frustradas. Ao governo italiano resultou atingir uma certa estabilidade da moeda italiana e ativar a curto prazo o balanço de pagamento, fica, porém, a taxa da inflação acima da média e não se pode prever uma redução, pelo menos a curto prazo, do desemprego nos anos oitenta.

4. ALTERNATIVAS SINDICAIS NA CRISE?

A década dos anos setenta pode ser definida com justa razão como uma “década de hegemonia sindical” (conforme Accornero, 1981). No entanto, esta hegemonia não é incontestada e não fica sem perigo. Este período também não é homogêneo; antes pode-se subdividir em uma “fase ascendente”, de 1968/69 até por volta de 1973; em uma fase desde 1977/78, na qual é feita a tentativa de formular uma política de concessões na troca por compensações (esta classificação orienta-se por Rieser, 1981). No começo da década, durante o “outono quente” em 1969, a sociedade italiana é sacudida por uma explosão da luta de classes. No fim desta fase

as manifestações dos novos sujeitos sociais (mulheres, jovens desempregados, estudantes) e de funcionários que não se sentem representados pelos sindicatos (demonstração na Fiat de 40.000 deles em outubro de 1980) indicam que o “ciclo de luta”, que começou em 1969, acabou e provoca o seu próprio movimento oposicionista. No centro deste desenvolvimento contraditório como sujeito ativo, mas também atingido pacificamente, estão os sindicatos que se modificam mais radicalmente na Itália na década posterior a 1969 do que nos 20 anos anteriores ou em qualquer outro país.⁷

A dessintonia entre o desenvolvimento político e o econômico na Itália, mostra que até 1976 a esquerda pode registrar grandes êxitos políticos, enquanto que na economia já se formam tendências que questionam a hegemonia política da esquerda e também dos sindicatos. Na ressaca da ofensiva de classes depois de 1969 são alcançadas algumas reformas políticas retumbantes: o divórcio é facilitado, a proibição do aborto é relaxada, e tudo isto é atestado em referendos nos quais toma parte a totalidade da população.⁸ A hegemonia absoluta da igreja católica parece quebrada. Nas eleições regionais de 1975 o partido comunista da Itália conquista um grande aumento de votos, que ainda é consolidado em junho de 1976 nas eleições nacionais. Sem os partidos de esquerda parece não haver mais nada no sistema político. A ressaca da luta de classes, porém, já regrediu. Transformações estruturais da economia e iniciativas dos empresários levam a que a autonomia dos sindicatos ganha depois de 1969 deva ser defendida. “A crise do sindicato de conselhos” (Trentin)

⁷ Por esse motivo é que os problemas dos sindicatos italianos estão de certo modo bem documentadas na literatura sindical internacional. Veja Von Beyme 1977; Hayward 1980; Olle 1978. Estes poucos títulos completam a lacuna daqueles que não puderam ser citados aqui.

⁸ As leis que facilitavam a separação do matrimônio, bem como a abolição parcial da proibição do aborto foram combatidos firmemente por forças católicas conservadoras. Os referendos, nos quais votava-se com um “sim” para a lei de liberalização ou com um “não” contra esta lei, demonstravam para muitos o surpreendente resultado de uma vitória das forças da esquerda e dos liberais sobre o bloco católica.

aparece como uma “resposta repressiva das classes dominantes” (Trentin, 1977, CXXIII), contanto que sejam geradas condições econômicas nas quais os instrumentos tradicionais do sindicato de conselhos não funcionem mais.

Acabamos de chamar a atenção para o surgimento da “economia clandestina” e de citar os problemas da organização sindical relacionados com isso. É possível continuar se referindo ao crescimento do setor terciário, que leva ao surgimento de novas camadas dificilmente organizáveis sindicalmente. O crescimento das atividades adquiridas pelas mulheres não significa um fortalecimento dos sindicatos, visto que o grau de organização da mulher está abaixo da média. A crescente importância da pequena e média empresas que nós analisamos, apresenta um ataque ao sindicato de conselhos, cuja consolidação é forte, principalmente nas grandes indústrias (v. Rieser, 1981, 62). Estas modificações da estrutura social são, ainda, dramatizadas pelo crescimento do desemprego. Não se pode reunir desempregados em conselhos e organizá-los sindicalmente neste fundamento. Eles também não vêm no sindicato necessariamente o seu órgão representativo; antes pelo contrário, os desempregados italianos começam nas grandes cidades, especialmente no sul (Nápoli), a criar algumas organizações e instituições frequentemente, inclusive, inimigas dos sindicatos. Desenvolve-se, portanto, uma guerra entre o sindicato como uma organização de classes e o “novo” pluralismo social que é dinamizado na crise e através da crise.⁹

⁹ Pizzinato mostra este desenvolvimento de uma maneira impressionante, tomando como exemplo Milão, a maior cidade industrial italiana, na qual se tornaram “os sindicatos simplesmente uma grande minoria”. Dentre os 2,7 milhões de hab., 680.000 são pensionistas, 607.000 trabalham no setor terciário, 626.000 na indústria. Deste último número, 84.000 podem ser retirados, na medida em que eles trabalham em empresas com menos de 15 trabalhadores. Do restante 542.000 cerca de 35% são funcionários. O maior empregador de Milão é hoje a Comana com 25.000 trabalhadores. A questão a ser levantada é o que esta estrutura representa para o sindicato Pizzinato responde que dos 680.000 pensionistas, 29.000 estão organizados na CGIL, portanto 4%. Na indústria

O fim do operariado sindical anuncia-se em fevereiro de 1977 com uma bofetada. Quando o secretário geral da CGIL quer dar uma palestra na Universidade de Roma é atacado pessoalmente pelo “novo movimento estudantil”. A cerimônia é impossibilitada por uma briga geral. Esta foi apenas uma advertência contra o comportamento dos sindicatos na crise; como movimento popular em setembro de 1977, em Bologna, demonstrar, os “novos movimentos sociais”. Anuncia-se a cisão do sindicato em “dois sindicatos” (Asor Rosa): os desempregados organizam-se e não estão mais dispostos a aceitar a “hegemonia” dos partidos de esquerda, semelhante às mulheres, que recusam as formas tradicionais de fazer política. Possivelmente será mais importante para o movimento sindical o “renascimento” de um “sindicalismo corporativo”, depois que o sindicato de conselhos, baseado na figura social do “operário popular”, aspirara a uma unificação da classe operária (inclusive com estratégias altruístas): sindicatos autônomos, principalmente da área do serviço público, praticam um egoísmo militante de exigências, com o qual tentam conseguir para a sua categoria as mais grandes exigências, em detrimento também de outros setores da classe operária. Naturalmente este é apenas o lado superficial do “sindicalismo corporativo”.. Os êxitos da fase pós-1969 contribuíram para uma unificação durante o tempo que foram dinamicamente divulgados e todos os ocupados dependentes puderam ser de uma ou de outra forma beneficiários das lutas. Na fase de militância decrescente, no entanto, trata-se de defender conquistas e isto frequentemente sob proteção dos interesses de *todos* os assalariados. Por conseguinte, o novo corporativismo tem a raiz nas lutas vitoriosas do próprio “outono quente”. Isto mostra-se claramente no longo debate pela mobilidade e solidez da

156.000 estão na CGIL, logo 25%.No setor terciário o grau de organização é precisamente 16,3%. “Nós somos simplesmente uma grande minoria. Se ainda considerarmos os dados em separado que eu não citei, para a CISL e a UIL, chegaremos a exatamente 450.000 membros sindicais. Em outras palavras, de aproximadamente 1,5 milhões de empregados, precisamente um terço está organizado...” (Pizzinato, 1980, 63). Relativamente ao problema da abrangência sindical dos desempregados, veja Aschemann e Frev 1978 e Ramondino, 1977.

mão-de-obra. Uma conquista perante o capital foi conseguir a solidez no trabalho. Naturalmente que sob condições de desemprego e da agravada concorrência no mercado mundial uma tendência deste tipo não se pode manter firme por muito tempo, pois a defesa da solidez no trabalho volta-se contra os interesses superiores que o sindicato não pode descuidar. Esta problemática começa especialmente em uma análise da situação no sul da Itália. Depois de 1969 a classe operária do norte através de normas de acordo de salário e controle de investimento a nível de empresa, aspirava a incluir a classe operária do Mezzogiorno no ciclo de luta através da criação de novos empregos no sul, assim uma política deste tipo não pode ser bem sucedida, se as empresas, argumentando, por força maior, com motivos da crise econômica geral, recusam totalmente investimentos e procedem a demissões nas fábricas do norte. A defesa do emprego e da estabilidade no trabalho mostra-se, então, como duplamente negativa para o sul. A mesma militância, que pode atuar na alta conjuntura, homogeneamente volta-se na fase de defesa do emprego para um sindicalismo corporativo de cisão.

A crise do sindicato de conselhos manifesta-se com toda evidência no fim da década, no outono de 1980, quando os sindicatos apelam para defender o emprego na Fiat de Turim, e organizam uma greve com várias semanas de duração contra as demissões. Os sindicatos, visto em primeiro plano, são bem sucedidos já que as demissões são adiadas. No entanto, no decorrer da dura luta trabalhista 40.000 empregados (funcionários, capazes, porém não só) demonstram contra o movimento grevista e pela retomada das atividades, portanto contra o sindicato (v. Hausmann/Krieger, 1981). Isto é entendido como um “fanal” (v. Chiarmonte/Mariavetti, 1980). Nada teria tornado mais claro que a política sindicalista tradicional na fase pós-1969 entrou em um beco sem saída e que é necessária uma mudança: desenvolver uma nova estratégia sob condições político-econômico-sociais modificadas que possa levar a uma unificação do movimento operário e suprima a desunião.

Os limites do modelo sindical aparecido em 1969 também podem ser reconhecidos e discutidos dentro dos sindicatos. Uma das teorias mais

importantes, tirada deste processo de debates, é a tentativa de desenvolver uma estratégia que não dependa mais só do exercício de poder e militância da fábrica, mas que apresente o sindicato como sujeito político e que ofereça estratégias para uma política econômica estatal alternativa. Esta estratégia contém, principalmente, dois lados: primeiro a declaração de disposição de fazer certos “sacrifícios”, isto é, de corrigir certas conquistas do movimento de classes, posteriores a 1969, contanto que sejam feitas compensações pelos responsáveis políticos, especialmente em relação ao direito de controle político, à ocupação no sul, à eliminação do desemprego juvenil, à democratização da sociedade. O sindicato movimenta-se em uma linha também seguida pelo PCI depois da vitória eleitoral de 1976, a de aceitar, pois, a –“austerità” do governo Andreotti contanto que sejam feitas concessões. Na oposição da militância frontal dos anos posteriores a 1969 há um “modelo de intercâmbio” como é típico em quase todos os países da Europa ocidental (v, Crouch e Pizzorno, 1978). Depois que o operariado ofensivo perdeu sua força, os sindicatos tentam definir novos objetivos, formas de imposição das exigências e níveis das conversações, a partir dos quais possa ser aberta uma saída do beco para as estratégias até agora aplicadas. Aqui o conhecimento é fortalecido politicamente.

Ponto culminante destes esforços dos sindicatos é o documento de Eur (o palácio de conferências no subúrbio de Roma Eur), que é assinado pelas três confederações sindicais CGIL, CISLe UIL em janeiro de 1978. As avaliações de Eur são extraordinariamente contraditórias. A linha seguida em Eur é definida por alguns como “consequência extrema de uma falta de estratégias” (Penacchi, 1981, 96), por outros, como “único exemplo para uma política sindical moderna na Europa” (segundo Trentin, 1980, 197). As exigências sobre as quais as três confederações sindicais puderam-se unir referem-se todas, aos problemas estruturais da economia italiana, assim como foram apresentadas: à reorganização das empresas estatais, a uma reestruturação no sentido de um endividamento das empresas privadas, a um controle de mobilidade do trabalho, à concessão de uma política salarial moderada, à exigência de desenvolvimento do sul, a uma redução do déficit estatal ligado a uma reforma estatal, e,

principalmente, devem ser adotadas medidas para eliminação do desemprego juvenil que implicam também uma reestruturação do sistema educacional italiano.

Depois de janeiro de 1978, houve fortes discussões dentro do movimento sindical em torno da linha seguida em Eur. Portanto o intercâmbio de sacrifícios e compensações por parte da Confindústria e do governo não apenas foi aceita na forma apresentada pelos sindicatos, como desenvolveu-se dentro dos sindicatos também uma oposição. O documento final carecia, finalmente, da interpretação e esta foi dada várias vezes por fonte competente. Era, principalmente, o secretário geral da CGIL, Lama, que interpretava em várias entrevistas a jornais o documento de Eur como concessão inteligente nas questões dos custos salariais e da solidez e mobilidade do trabalho (v. Lama, in: *La República*, de 24 de Janeiro de 1978, impresso em alemão: Lama, 1979, 454).

A realização de Eur através de contínua adaptação às exigências do sistema, encontra forte crítica interna dos sindicatos, inclusive entre as três confederações sindicais. No entanto, não se pode realizar uma “interpretação muito aproximada” do documento de Eur. A questão é, portanto, quais apresentam os erros ou pontos fracos da linha seguida em Eur. Segundo Trentin, Eur mostra as seguintes lacunas: primeiro a análise da situação econômica e social é insuficiente para formular afirmações objetivas fundamentadas. Por conseguinte, o documento de Eur fica no geral e não se mostra coerente nem detalhado o suficiente para que possa ser transformado nas diversas áreas de política sindical. Isto vale principalmente na área de precária ocupação na economia clandestina que não é citada no documento de Eur (Trentin, 1979, 205). Segundo, faltam algumas áreas da política salarial dos sindicatos que no futuro devem-se tornar importantes, como a política energética ou a questão da redução da jornada de trabalho por exemplo. Terceiro, não é levado em consideração que com o documento de Eur, é dada uma recusa ao tradicional sindicato de conselhos, sem que também fosse proposta uma nova forma de política sindical. Bastaria desenvolver afirmações objetivas e propostas, se o sindicato, como sujeito da realização destas propostas, não for

simultaneamente incluído na relação sobre alternativas (Trentin, 1979, 180).

Um acabamento produtivo e contínuo a desenvolver a linha de Eur é extremamente dificultado devido às transformações no sistema político da Itália, depois de 1978. A unificação das três confederações sindicais conseguida depois de 1969, que possibilitou em Eur a formulação do documento comum, torna-se cada vez mais frágil com o reagrupamento dos partidos depois de 1978. As três confederações sindicais têm as suas tradicionais ligações político-partidárias: a CGIL com o partido comunista e com partes dos socialistas, a CISL com a democracia-cristã e a UIL com o partido socialista, com os social-democratas e com os republicanos. A política de tolerância dos governos democrata-cristãos, agiu através dos comunistas para os sindicatos, igual a um ponto de conflito, como o ingresso dos socialistas no pacto do governo com a democracia-cristã depois de 1980. é uma ilusão aceitar que a unidade sindical não fosse atingida pelas protelações no sistema político, ou mais ainda, no sistema partidário.

Eur teve de colocar indícios para um novo sindicalismo na Itália e nisso mostrou apenas a falta de solução de determinadas estratégias. Uma reimpressão da plataforma de Eur (Eur II), também não conseguiu remediar esta falta. O *modelo conflitivo* do “outono quente” entrou em crise nos meados dos anos setenta, o modelo de intercâmbio indicado em Eur entrou no fim dos anos setenta. Não existe, na verdade, uma alternativa real para isso, mas sim algumas propostas políticas isoladas que são amplamente discutidas dentro dos sindicatos.

No documento de Eur não se encontra nada sobre a questão de uma diminuição da jornada de trabalho. Em 1969, depois de ter sido introduzida a semana de 40 horas na Itália, comparando em termos europeus, a jornada de trabalho está, de qualquer forma, bastante abaixo da média (v. EGI, 1980), e surgiu a questão da redução da jornada de trabalho objetivando a segurança do emprego não *no meio* das propostas políticas dos sindicatos. O problema é mais complexo que em outros países em consequência da estrutura do mercado de trabalho italiano, de forma que ela não pode ficar

despercebida em uma discussão sobre redução da jornada de trabalho . Na importância dada à economia clandestina e ao segundo mercado de trabalho com o “lavoro nero”, uma redução da jornada de trabalho também poderia levar a que aumente a procura por segundos empregos. A consequência seria antes uma redução dos empregos oferecidos, que uma redistribuição dos empregos existentes para mais trabalhadores à procura de emprego. Apesar disto, a CSIL exige “menos trabalho para todos” para manter o nível de ocupação ou para aumentá-lo até. A CGIL é mais asséptica ante esta reivindicação e exige uma redução articulada, isto é, diferenciada, da jornada de trabalho, dependendo dos setores afetados. Está em aberto a questão de como deveria ser estruturada uma redução da jornada de trabalho. A CGIL desenvolveu o modelo “6x6”, isto é, uma semana de 36 horas que se divida em 6 dias de trabalho. Naturalmente este modelo, que inclui o trabalho aos sábados, foi fortemente criticado, contribuindo, assim, neste meio tempo para uma modificação deste modelo (v. Bentivogli, 1980).

Questões de estrutura salarial também desempenham um importante papel nas discussões sobre redução da jornada de trabalho. E finalmente a obrigação a um segundo emprego pode ser dissipada se os salários individuais forem altos o suficiente para possibilitar a tranquilidade das necessidades de vida dadas culturalmente. No entanto, em muitos setores, especialmente no serviço público, não é este o caso. A questão da jornada de trabalho tem a ver, além disso, com a organização do serviço público e do trânsito. Uma redução da jornada de trabalho em nada adiantaria, nem no sentido de uma ampliação do tempo livre nem no sentido da segurança do volume de ocupação, enquanto não forem adaptados os serviços públicos. Em consequência disso, a problemática da redução da jornada de trabalho está estreitamente ligada com os problemas da organização da vida social, ou seja, do tempo livre (v. Andolfi, Ingrosso e Manghi, 1980). Na Itália os empresários também defendem a flexibilização da jornada de trabalho, como em outros países capitalistas altamente desenvolvidos. Para opor uma alternativa a esta estratégia não basta a simples exigência da redução da jornada de trabalho, enquanto não forem ligadas

significativamente com elas reformas estruturais da sociedade (v. Andolfi, 1980; Perrulli, 1981 a).

Junto à questão da redução da jornada de trabalho (e à exigências citadas no documento de Eur) a discussão pelo *fundo de solidariedade* tornou-se importante para os sindicatos. Foi proposto pelo governo (na Lei Nº. 302 de 1980) descontar 0,50% dos salários para um fundo de solidariedade, com o qual deveriam ser financiados empregos, principalmente no sul. Esta proposta foi rejeitada principalmente pela CGIL. No entanto, a ideia do fundo não perdeu nem simpatia nem protagonistas através desta crítica. Por trás deste projeto não está apenas a CISL, também o grupo da “Revista Trimestrale” aproveitou a proposta apoiando-se no Plano Meidner na Suécia. Se o capitalismo, como ainda aceito na fase posterior a 1969, não puder ser “quebrado”, tenta-se pelo menos “domar o monstro” (*afferare proteo*). A avaliação teórica que serve de base à proposta diz: a crise surgiu de um conflito de divisão que resultou em um aumento do consumo e queda de investimento. Com os reduzidos investimentos, a taxa de acumulação diminuiu e, com ela, a ocupação. Com a ajuda de um “fundo de solidariedade”, a consumação deve ser animada acertadamente para criar empregos, principalmente no sul e especialmente para a juventude (v. La Rivista Trimestrale, 1980, particularmente 143; Baglioni, 1980)

Quinze anos depois da “ofensiva de classes” os sindicatos, depois que quiseram operar com uma série de propostas políticas também nas condições da estrutura político-econômica, encontram-se em uma “defensiva de classes”. As grandes conquistas reformistas, inclusive quando foram disfarçadas em terminologia revolucionária, somente eram possíveis na base da prosperidade econômica. Uma política de reestabelecer a prosperidade para poder conservar na base desta o velho modelo político, mostrou-se, de fato, como uma “ilusão reformista” (Magri, 1976). Naturalmente que uma estratégia da defensiva de classes contra os métodos da reestruturação tecnológica, econômica e política ainda não chegou. Portanto, os sindicatos encontram-se hoje em um dilema estratégico evidente, que tem como consequência, então, que os sindicatos

se orientem sempre mais, nos seus parceiros políticos que ocupam, totalmente contrários à fase posterior a 1969, o vácuo que agora foi deixado pelos sindicatos.

Naturalmente deve-se considerar que as tarefas dos sindicatos são enormes; visto que na crise a chamada estrutura da classe operária se transforma, que conteúdo e forma do trabalho se modificam radicalmente em vista da revolução tecnológica, que a divisão internacional é transformada, nem as estruturas políticas nem a forma de organização dos sindicatos podem ficar as mesmas. Teóricos sindicalistas como Bruno Trentin, Aris Accornero ou Regini Reynieri estão tão conscientes disso quanto as lideranças dos sindicatos. Claro, a conversão de conhecimentos teóricos também se quebra nas oposições políticas práticas que em uma Europa conservadora pluralista são contrários à realização de projetos políticos emancipatórios.

BIBLIOGRAFIA

Accornero 1978 - Aris Accornero, *Operaismo e Sindacato*, in: Napolitano et al. (1978).

Agnoli 1975 - Johannes Agnoli, *Überlegungen zum bürgerlichen Staat*, Berlin(West) 1975.

Alf 1977 - Sophie Alf, *Leitfaden Italien*, Berlin (West) 1977.

Atlen/Stevenson 1974 - K. Allen/A. Stevenson, *Introduzione all'Economia Italiana*, Bologna 1974.

Alquiati 1974 - Romano Alquiati *Klasseanalyse und Klassenkampf: Arbeiteruntersuchungen bei Fiat und Olivetti*, Frankfurt/Main 1974.

Amoroso/Olsen 1978 - Bruno Amoroso/Ole Jess Olsen, *Structural Changes in Italian Industry*, Roskilde University Centre, Research Report n. 1, 1978.

Andolfi/Ingrosso/Manghi 1980 - Ferruccio Andolfi/Marco Ingrosso/Bruno Manghi, Tempo di Lavoro e Tempo di non Lavoro, in: Andolfi et al., *il Lavoro e L'Orario*, Rom 1980.

Aschemann/Frey 1978 - Gunther Aschemann/Cornelia Frey, "Wenn ich arbeite, geht es mir schlecht, arbeite ich nicht, ist es das gleiche - Jugendarbeitslosigkeit und Arbeitslosenbewegung in Italien, in: *Prokla* 32, 1978, p. 111 ff.

Baglioni 1981 - Guido Baglioni, *Prospettiva e Problemi del Fondo di Solidarietà*, in: *Mondo Operaio*, Dez. 1980.

Bagnasco 1977 - A. Bagnasco, *Le tre Italie*, Bologna 1977.

Bentivogli 1980 - Franco Benticogli, *Alie arbeiten, damit alle Arbeit haben - Zur Diskussion der Forderungsplattform der FLM*, in: *kritik*, Nr.20, 1980, p. 98 ff.

Bayme 1977 - Klaus von Bayme, *Gewerkschaften und Arbeitsbeziehungen in kapitalistischen Ländern*, München/Zürich.

Bieling 1981 - Thomas Bieling, *Die Kunst der Unterentwicklung*, in: *Prokla* Nr.42, 1981, p. 117 ff.

Cantelli 1980 - Paolo Cantelli, *L'Economia Sommersa*, Roma 1980.

Chiaromonte/Marianetti 1980 - Chiaromonte/Marianetti, *Dopo il Caso Fiat la Sinistra si Interroga*, in: *Politica ed Economia*, november 1980.

Couffignal 1979 - Georges Couffignal, *I Sindacati in Italia*, Roma 1979.

D'Antonio 1976 - Mariano D'Antonio, *Stato ed Economia nel Mezzogiorno dagli Anni 50 ad Oggi*, in: AA.V.V. *il Governo Democratico dell'Economia*, Bari 1976, abgedruckt in: *Graziani* 1979, p. 272 ff.

EGI 1980 - Europäisches Gewerkschaftsinstitut (EGI), *Verkürzung der Arbeitszeit in Westeuropa*, Brüssel 1980.

Fuá 1976 - Gorgio Fuá, *Occupazione e Capacità Produttive: La Realtà Italiana*, Bologna 1976.

Gramsci 1967 - Antonio Gramsci, Philosophie der Praxis - Eine Auswahl, Frankfurt/Main 1967.

Gramsci O. J.- Antonio Gramsci Räte in Turin, in: J. Pesquete, Räte in Salay und A. Gramsci, Rate in Turin, München O. J.

Graziani (Hrsg.) 1975 - Augusto Graziani, Crisi e Ristrutturazione nell'Economia Italiana, Torino 1975.

Graziani 1978 — Augusto Graziani Le tre Italie, in: Quaderni Piacentini, anno XVII, Febr. 1978, p. 55 ff.

Hausmann/Krieger 1981 Friederike Hausmann/Herbert Krieger, Zentrale Probleme der italienischen Gewerkschaftsbewegung zu Beginn der 80er Jahre, dargestellt am Beispiel des Fiat-Konflikts, in: WSI - Mitteilungen, Mai 1981, p. 298 ff.

HAYWARD 1980 - Jack Hayward, Trade Unions and Politics in Western Europe, London 1980.

Lama 1979 - Luciano Lama, Die Rolle der Gewerkschaft in der italienischen Krise, Frankfurt/Mai 1979.

Nurkse 1952 - Ragnar Nurkse, Some International Aspects of Economic Development, in: The American Economic Review, May 1952.

Olle (Hrsg.) 1978 - Werner Olle, Einführung in die italienische Gewerkschaftspolitik, 2 Bände, Berlin (West) 1978.

Patriarca 1981 - Stefano Patriarca, CGIL: Le Novità della Crisi sullo Sfondò del Congresso, in: Pace e Guerra, n. 2 (nuova serie), Dicembre 1981.

Pedrazzoli 1978 - Marcello Pedrazzoli, Arbeitsrecht, Gewerkschafts-politik und ökonomische Krise in Italien (1968-1977) - Die Illusionen des Arbeitnehmerstatuts, in: Demokratie und Recht, Heft 2/1978, p. 131-155.

Penacchi 1981 -- Laura Penacchi, Sindacato e Programmazione, in: Laboratório Politico, N. 4, 1981.

Perulli 1981 — Paolo Perulli, Sindacato, Politiche degli Orari e Organizzazione del Lavoro, Istituto Gramsci, Sezione Venezia, Convegno di Studio, 30/31 Januar 1981, (Manuskript).

Pizzinato 1980 — Antonio Pizzinato, Milano. La Centralità del Postalmarket, in: il Manifesto, Supplemento al Numero 24.2.81: Lavoro, Liberare il Lavoro o Liberarsi dal Lavoro?

Pozzoti (Hrsg.) 1972 - Claudio Pozzoli, Spatkapitalismus und Klassenkampf: Eine Auswahl aus den Quaderni Rossi, Frankfurt/Main 1972.

Pugliese 1979 - Aldo Pugliese, I Dati dello Sviluppo Economico del Mezzogiorno 1970-77, in: Inchiesta, sept./dez. 1979.

Ramondina (ed) 1977 -- Fabrizia Ramondina, Napoli: I Disoccupati Organizzati, Milano 1977.

Rieland 1977 - Wolfgang Rieland, Organisation und Autonomie. Die Erneuerung der italienischen Arbeiterbewegung, Frankfurt/Main 1977.

Rieser 1981 - Vittorio Rieser, Sindacato e Composizione di Classe, in: Laboratorio Politico n. 4, Juli/August 1981, p. 56 ff.

Romagnoli/Treu 1977 - U. Romagnoli/T. Treu, I Sindacati in Italia: Storia di una Strategia (1945-1976), Bologna 1977.

Rosenstein-Rodan 1943 - P. N. Rosenstein-Rodan, Problems of Industrialization of Eastern and South-Eastern Europe, in: The Economic Journal, June/Sept.1943.

Salvati 1978 - Michele Salvati, Alie Origine dell'Inflazione Italiana, Bologna 1978.

Scitovsky 1964 - Tibor Scitovsky, Growth-Balanced or Unbalanced, in: Papers on Welfare and Growth, London 1964.

Trentin 1977 - Bruno Trentin, Da Sfruttati a Produttori, Bari 1977.

Trentin 1980 - Bruno Trentin, Il Sindacato dei Consigli, Roma 1980.

Tronti 1974 - Mario Tronti Arbeiter und Kapital, Frankfurt 1974.

Valli 1980 - Vittorio Valli, La Politica Economica: Una Cronaca Ragionata del Periodo 1973-79, in: G. Nardozzi (1980).

Zoll 1981 - Rainer Zool, Partizipation oder Delegation Gewerkschaftliche Betriebspolitik in Italien und in der Bundesrepublik Deutschland, Frankfurt/Main 1981.

SOBRE OS SINDICATOS E A CRISE UMA ANALISE EMPÍRICO-COMPARATIVA

Otto Jacobi

1 INTRODUÇÃO

A inversão evolutiva, manifestada na metade dos anos setenta, no desenvolvimento econômico dos países industrializados no ocidente e o advento de modificadas estruturas na divisão econômica mundial de trabalho introduziram uma fase de desenvolvimento econômico claramente diferenciável do desenvolvimento global do pós-guerra. Instaurou-se uma nova situação que não corresponde mais às condições de uma política keynesiana e que não se soluciona com os meios do “demand management” Devido a isto, as modificações estruturais nas condições de crescimento e ocupação levaram a uma mudança de estratégia político-econômica. A substituição do modelo keynesiano de orientação sócio-econômica pelas estratégias de “Laissez-faire” não é, na verdade, determinada através da problemática econômica modificada, mas sim como que pré-estruturada para que políticas econômicas neoliberais correspondam mais aos interesses imediatos de capital que a um programa do “keynes plus”. Que as estratégias do “Laissez-faire” tenham-se imposto em todos os países industrializados, mesmo com sintonia e intensidade diferentes, não é, portanto, de forma alguma acidental. E já que o diagnóstico conclui pela afirmação de que a causa da crise econômica, nas exigências exageradas de assalariados e Estado, estaria no produto social e de que o poder de mercado sindical e a intervenção pública teriam tirado a dinâmica das forças de mercado inovadoras, colocam-se questões sobre as consequências para os sindicatos e as relações industriais em conjunto:

- Será que diante desta nova situação marcada pelas estratégias neoliberais podemos falar em crise da política sindical?

- Será que as estratégias do “Laissez-faire” têm a finalidade de enfraquecer o poder de negociação coletiva dos sindicatos através de modificações estruturais nos respectivos sistemas nacionais de relação industrial e de, no possível, eliminar efeitos disfuncionais do poder de negociação coletiva?

- Será que as políticas neoliberais e neoconservadoras estão em condições de remediar a crise de desenvolvimento através de soluções autoritárias, em detrimento da interação do Estado, das empresas e dos sindicatos?

Desejaria abordar estas questões a seguir. Para isso fundamento-me nas tendências de desenvolvimento reconhecidas desde meados dos anos setenta na Inglaterra, Itália, e na República Federal da Alemanha. Antecipadamente podem-se apontar três resultados gerais:

- Quase sincronicamente com o deterioramento das condições econômicas surge um enfraquecimento da política sindical. Uma consequência imediata é que alguns elementos das relações industriais foram privados do benefício sindical em virtude da modificação de correlação de forças. Transformações estruturais através de novas formas jurídicas e institucionais são, por outro lado, antes parciais que gerais e, postas em funcionamento, ocorrem mais de forma vagarosa que rápida.

- O nível de enfraquecimento das posições sindicais como também a projeção e direção de mudanças estruturais estão sujeitos, em grande medida, a condições específicas nacionais.

- Em vista da estrutura altamente diferenciada e interdependente das sociedades industriais da Europa Ocidental, aparecem as doutrinas neoliberais e neoconservadoras como receitas apodrecidas, das quais, primeiro, precisa ser demonstrada a inutilidade, antes que possa ser concatenada com a magnitude de interação desenvolvida durante o pós-guerra pela política, pela economia e pelas organizações sindicais.

2 RUPTURAS ESTRUTURAIS ECONÔMICAS

2.1 O FIM PROVISÓRIO DA ERA KEYNESIANA

Podemos notar que o modelo I Keynesiano tendo como objetivo o fortalecimento do crescimento e da ocupação perdeu a médio prazo as suas condições de eficiência. Muitos fatores indicam que, atualmente, vivenciamos não o fim, mas um intervalo do keynesianismo.

O objetivo do keynesianismo era, e é, uma economia expansionista, que mediante a diminuição do desemprego em massa e a extensão de um sistema de bem-estar, crie condições para um equilíbrio de antagonismos sociais e com isso garanta a continuidade do modo de produção capitalista. Ele proveu o capitalismo com uma “programática alternativa” que se orienta de modo a assegurar a forma privada da valorização de capital através da intervenção estatal e de modo a ligar nesta forma a lealdade das massas através de um mínimo de bem-estar, assim como de um alto nível de ocupação (Habermas, 1969). O keynesianismo não era e não é apenas um modelo de diagnóstico e terapia econômicos, mas também um modelo para controlar os antagonismos sociais e assim aumentar a estabilidade política das democracias capitalistas. Neste sentido a “mensagem keynesiana” (Robinson, 1953) anuncia uma “revolução conservadora” (Hofmann, 1962).

A essência econômica do keynesianismo é uma política de aumento de demanda, induzida estatalmente, para acabar a capacidade ociosa e o desemprego. Uma condição decisiva para o êxito de uma política de crescimento é a existência de mercados em expansão estagnados por falta de demanda privada, ainda que predomine uma necessidade não saturada. Contudo, quanto maior for o êxito no aumento da produção, da ocupação e da renda, tanto mais estreitam-se as possibilidades de atuação do modelo keynesiano, tendo em vista a segurança do crescimento e da pacificação das contradições sociais. Neste sentido concorda-se com Skidelsky: “Keynes found a way of keeping capitalist democracy working, but only by weakening further the long - run conditions for its survival”. (Skidelsky,

1977, p. 33). A conhecida metáfora de que o .keynesianismo é uma, vítima do seu êxito é certa em duplo sentido para o desenvolvimento do pós-guerra.

Quanto melhor pudesse ser estendida a ocupação, tanto mais difícil seria resolver o conflito de distribuição. O alto índice de ocupação liberaria tanto tendências de aumento salarial condicionadas ao mercado como também fortificaria o poder de negociação dos sindicatos. Explosão salarial e êxitos de distribuição dos sindicatos, conseguidos frequentemente através de greves, entrariam gradativamente em conflito com as condições de acumulação da economia capitalista. O “calcanhar de Aquiles” do keynesianismo, isto é, a incompatibilidade da plena ocupação com estabilidade monetária e margem de lucro suficiente, mostrou-se em que, mediante uma anticíclica política fiscal, congelamento de preços e salários ou mediante uma política de rendimentos e acordos trilaterais, controlava-se o movimento salarial de uma forma insuficiente, visto que eles não representam de forma alguma uma substituição da função congeladora de salários do “exército industrial de reserva”. Surgiu uma situação que Kalecki, já em 1943, transcreveu com o conceito de “political business cycle”: “Indeed, under a regime of permanent full employment, the “sack” would cease to play its role as a disciplinary measure. The social position of the boss would be undermined and grow. Strikes for wage increases and improvements in conditions of work would create political tension” (Kalecki, 1971, p. 140/141). O ponto de partida deste raciocínio é que um equilíbrio estabilizado mediante uma intervenção estatal em uma economia de plena ocupação leva a longo prazo, a uma transformação na estrutura econômica e finalmente também social do capitalismo e por isso ocasiona uma resistência do próprio capitalismo. Em períodos com alto nível de ocupação, o capital, através de uma política de baixos investimentos e de um repasse dos custos aos preços finais, dispõe de mecanismos econômicos para impor ao Estado uma política econômica restritiva que tem como objetivo o enfraquecimento do poder de barganha dos sindicatos para melhorar as condições do capital. Este é um desenvolvimento que se desdobrou totalmente nos anos setenta.

O keynesianismo teve muito êxito em esgotar o potencial expansionista dos mercados. A internacionalização dos mercados do capital-mercadoria, capital-produtivo e financeiro desempenhou um papel predominante neste aspecto. Porém, quanto mais foram esgotadas as chances das ampliações de mercado, tanto mais esgotaram-se os potenciais de crescimento, através de tendências de saturação e ampla concorrência. Servem de base ao novo grau de desenvolvimento tendência que se tem desdobrado a longo prazo e que podem ser descritas com o conceito de ciclo de inovação é de produção. Segundo ele, os produtos industriais e os processos de produção percorrem um ciclo de vida que começa com a inovação e acaba com um amadurecimento gradual na base da estandardização com produção em série (Borner, 1981).

Estão vinculadas com a sequência de produto novo, maduro e normalizado, importantes consequências econômicas. O desenvolvimento de novos produtos e de novas técnicas de produção é reservado quase que exclusivamente às economias tecnicamente mais avançadas, de forma que estes países possam assegurar comparativamente vantagens na concorrência, que dependam do avanço tecnológico. A partir disto, eles poderão construir um alto nível salarial e social, ou manter e superar condições adversas de localização. Desta forma amadurecem, como as tecnologias industriais, especialmente os processos para a produção em série, começa a nova fase de deslocamento do ciclo de produção que serve de base a duas forças motrizes complementares. Nos países industrializados aproxima-se com a “standardização” dos produtos industriais e da sua produção em série, a saturação do mercado. O economista sueco Anell descreveu de forma admirável os efeitos de crescimento do consumo privado e público, mas também o alto grau de saturação alcançado (Anell, 1981). No decorrer do ciclo percorrido pelo produto, a demanda por novos produtos decresce. Com relação a muitos produtos de grande consumo as rendas não podem ser mais ampliadas por esgotamento de mercado. Quanto mais o mercado se aproxima do limite de saturação, tanto mais intensivamente esforçam-se as empresas por novas possibilidades de venda e localizações de produção de custos

favoráveis em países economicamente pouco desenvolvidos. As grandes multinacionais, principalmente, implantam filiais de fabricação em países do terceiro mundo em função do interesse de um prolongamento de vida da sua velha geração de produtos e processos produtivos.

Por outro lado, estes forçam a formação de uma estrutura industrial, para juntar aos seus recursos de matéria-prima capacidades de fornecedores ulteriores e para diminuir a dependência de importação; mas eles aparecem também como novos ofertadores de uma série de mercados internacionais. Quanto mais à frente for o ciclo de produção, tanto mais fecham-se os espaços tecnológicos, primeiro entre os respectivos países industrializados, depois entre os países industrializados tradicionais e os que estão em vias de desenvolvimento. No primeiro estágio do ciclo de produção, um avanço tecnológico assegura superioridade de mercado, porém no estágio superior aumentam gradativamente de peso os fatores de custo. Em vista disso, os países em desenvolvimento que, por seu baixo nível salarial e social - frequentemente assegurados politicamente mediante a repressão aos sindicatos - operam com condições de produção de custos favoráveis, exercem alta força de atração como local para centro de produção industrial. É assim que os então “inovadores” industriais correm o perigo de perderem suas vantagens de concorrência baseadas no avanço tecnológico e de serem desalojados de mercado.

Comparando-se as duas fases que levaram a significativas transformações econômicas desde o fim da Segunda Guerra Mundial, torna-se claro que se atingiu um novo estágio de desenvolvimento qualitativo na divisão de trabalho internacional. A primeira fase, que se prolongou dos anos cinquenta aos sessenta, caracterizou-se pelo fato de os países industrializados ocidentais recuperarem a superioridade econômica e tecnológica dos Estados Unidos. Na fase dos anos setenta, porém, podemos constatar o deslocamento dos centros de produção industrial dos países industrializados para os países em desenvolvimento. “There was no longer a superior North America technology to copy. Instead the OECD countries were threatened “from behind” by a number of newly industrializing countries” (Anell, 1981, p. 52).

Resumindo, constatamos que o ciclo de produção começado em meados dos anos trinta alcançou o estado da estandardização (Mensch, 1979). O estudo da OECD sobre o “Technologica Change and Economic Policy” do ano de 1980 chega à conclusão de que daqui em diante esgotou-se o potencial de crescimento de novas tecnologias que se desenvolveram durante a grande depressão e a guerra, mas que não tinham sido aplicadas em grande escala. Com a concepção do ciclo de produção de modo algum uma determinante exôgena de crescimento econômico - pode-se evidenciar que na longa fase do pós-guerra, através de aplicação do instrumentarismo keynesiano deu bom resultado esgotar completamente os recursos existentes para o avanço econômico, para a paz social e para a estabilidade política, que sem dúvida a partir daí consumiu os recursos do keynesianismo.

2.2. SOBRE O PROBLEMA DA ADEQUAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DO LAISSEZ-FAIRE

A Alternativa de reagir a uma problemática econômica não superável com os meios do já clássico keynesianismo através de uma política de “keynes plus” (European Trade Union Institute, 1979) ou através da volta às estratégias neoliberais ficou no debate acadêmico. A primeira variante estratégica originalmente pretende minar ainda mais interesses, estruturas e mecanismos de ação capitalistas, e a segunda em contraposição, renová-las. Torna-se então entendível o avanço iminente das estruturas neoliberais. E, na realidade, estas ligam a atual fase de desenvolvimento capitalista aos dois âmbitos problemáticos centrais.

Trata-se da capacidade inequívoca - através da convicção básica teórica, social e ideológica - das estratégias do Laissez-Faire de quebrar o “bargaining power” de trabalhadores e sindicatos, através da revitalização do desemprego como meio de política econômica. A formação e conservação de um exército industrial de reserva é, no contexto destas estratégias, uma importante condição para controle da distribuição salarial, assim como para disciplinar o poder de organização e força de luta dos

sindicatos. A baixa dos custos trabalhistas mediante demissões, perdas de rendimento reais e redução produtiva do bem-estar estatal é também, em um outro sentido, uma adequação do problema.

É necessário criar condições de um novo ciclo de produção e de inovação. Em vista do pouco potencial de crescimento existente da geração de processos e produtos anterior e do surgimento de uma nova divisão de trabalho internacional, os países industriais tradicionais ficam ante a necessidade de reformas inovadoras (OECD, 1980). Trata-se de pôr em andamento inovações de processos e produtos através de reformas tecnológicas para capacitar-se a concorrer mediante uma oferta qualitativa de alto valor. Pode-se constatar em todos os países industriais ocidentais uma corrida de modernização que tem por objetivo o aumento de vantagens comparativas de concorrência em termos tecnológicos.

Correspondem a esta constelação problemática principalmente as estratégias econômicas neoliberais. Segundo elas, a causa da crise não está nas quedas de demanda e sim em uma sobrecarga do sistema de mercado que minou a capacidade de inovação e a dinâmica de investimento da economia. A proposta neoliberal de incentivo aos investimentos se relaciona, até certo ponto, de uma forma racional com o problema da criação de um novo ciclo de investimentos, considerando que não depende do tratamento de uma falta de demanda, mas sim de inversões em novas tecnologias de impacto. Atualmente uma política anticíclica gera apenas fracos impulsos de ocupação, mas com o tempo conserva produções não compatíveis retardando a adaptação à nova divisão de trabalho internacional.

Baixas de custos através da redução do nível salarial e social ou através de desvalorizações são, sem dúvida, simplesmente uma estratégia defensiva de adaptação à atual situação da concorrência internacional. O que é prioritário na área da produção são racionalizações e a criação de novos mercados. A microeletrônica apresenta em conexão com a tecnologia dos computadores uma linha de desenvolvimento técnico já aplicável e precisa ser vista como uma tecnologia de base que possivelmente represente o começo de um novo ciclo de produção. A

importância econômica desta nova tecnologia de base está em que é atingido um grau de desenvolvimento da estrutura de produção no qual são quebrados tradicionais obstáculos de automação. Neste contexto, é de grande importância que a nova tecnologia levará, a médio prazo em primeiro lugar, a inovações processuais economizadoras de trabalho e menos a inovações de produção ampliadoras de ocupação. Enquanto se efetuarem renovações de produtos através da microeletrônica, trata-se predominantemente de produtos tradicionais que foram aperfeiçoados através de funções adicionais para produtos qualitativamente de valor mais elevado, mas que com isto entram apenas em uma concorrência com mercadorias já ofertadas no mercado. Efeitos positivos de ocupação pode-se esperar apenas de produtos inteiramente novos, portanto de novos mercados de mercadorias que tenham uma demanda não saturada e que devido a isso se expandem. Na reunião do “Clube de Roma”, na primavera de 1982, foi tirado de Günter Friedrichs, diretor da Divisão de Automação do Sindicato dos Metalúrgicos da República Federal da Alemanha, o seguinte resumo: “Visto a longo prazo, a microeletrônica oferece ambos: melhoras de qualidade tão grandes que é criada uma demanda adicional e produtos de um tipo totalmente novo que criam realmente novos empregos. Contudo há um lapso digno de observação entre a fase em que prevalece a aplicação da microeletrônica, através de inovações processuais, e aquela fase em que são dominantes as inovações de produtos” (Friedrichs, 1982, p. 218).

Nesta fase de transição encontram-se atualmente as economias ocidentais, tanto que as perspectivas de incorporar novamente mão-de-obra demitida no processo produtivo, devem ser designadas como pouco oportunas. Dito de outra forma, quer dizer que a taxa de crescimento crítica - portanto uma dinâmica de crescimento através da qual o desemprego possa ser reduzido novamente - aumentou consideravelmente. Para restabelecimento da total ocupação seria necessário um crescimento de produção que superasse claramente as taxas de crescimento da fase da prosperidade dos anos cinquenta e sessenta. Por este motivo deve-se considerar a médio prazo uma continuação da tendência para o “jobless

growth” (crescimento sem aumento do nível de emprego) (Rothwell e Zegveld, 1979).

2.3. A POSSIBILIDADE DE UMA NOVA SITUAÇÃO KEYNESIANA

A concepção representada aqui a que as estratégias do Laissez-faire correspondem em grande medida, não inclui a expectativa de que elas também atinjam os seus objetivos. Parece ser muito mais a função, e também o destino, das estratégias neoliberais colocar em prática o efeito saneador da crise até o momento em que os instrumentos keynesianos possam ser aplicados novamente. Estratégias neoliberais podem levar adiante a desvalorização do capital já obsoleto, rebaixar o nível salarial e social, aproveitar o desemprego em massa para disciplinar os sindicatos e privilegiar investimentos de racionalização com ajuda de novas tecnologias; mas na criação de um novo período de crescimento com alto nível de ocupação eles mesmos se estorvam. Visto que os componentes de demanda são descuidados sistematicamente, aparecem quedas de demanda que se agravam e se desenvolvem tornando-se componentes independentes da crise; de forma que se espera um prolongamento mas não uma superação da crise. A possível volta de uma situação keynesiana não significa que tudo será igual como já foi e sim que as condições para uma política keynesiana efetiva novamente melhoram.

À minha expectativa de uma nova situação keynesiana servem como base as seguintes hipóteses:

- Não se exclui que - como já ocorreu em fases anteriores de desenvolvimento capitalista - com uma nova tecnologia também apareçam novos mercados aptos à expansão. A microeletrônica é uma inovação de base, mais ou menos comparável com o aço, a eletricidade ou o automóvel (BMFT 1981; Friedrichse Schaff, 1982). Além disso não se exclui que também outras tecnologias, como a biotécnica por exemplo, levarão a inovações fundamentais em muitas áreas (OECD, 1980).

- A proteção ao meio-ambiente é um novo mercado capaz de expansão, que política e economicamente encontra-se na sua fase de surgimento.

- Supõe-se que é de interesse dos países industriais tradicionais não bloquear o desenvolvimento econômico nos países do terceiro mundo, para com isto se conservar ou criar mercados estrangeiros capazes de absorção. Visto que poderia resultar a um ou a outro país, fora dos países industrializados tradicionais, segurar o “structural power” (a capacidade de determinar as regras do relacionamento econômico internacional), e visto que muitos países desenvolvidos dispõem de um crescente “structural power”, aumenta a vulnerabilidade externa dos países industrializados que dependem da exportação (OECD, 1979). E conflitos entre países devedores e credores não fazem os créditos mais seguros, mas sim trazem em si o perigo de uma depressão verdadeiramente gigantesca. “Nothing would have been more fatal at the moment than a contraction of international lending. Credit creates trade, trade secures credit” (Schmidt, 1983, p. 29). Já que os participantes têm ainda apenas a escolha ou de resumir novamente as regras do jogo da economia mundial, ou de perder toda a economia mundial, pode-se esperar um processo de atuação mais ou menos racional de todos os envolvidos (Hankel, 1984).

Eu represento, portanto, uma tese de ciclicidade, cujo núcleo é a afirmação de que, através do efeito saneador da crise, serão atingidas as condições de partida para um novo período de crescimento, e, com isto, para uma nova era de política keynesiana.

Supõe-se aqui que as estratégias do Laissez faire são insuficientes para a utilização do potencial de riquezas ligado com as novas tecnologias e a ampliação de exigências de prosperidade de novos mercados. Por este motivo, crescem oposições políticas e sociais a elas. A experiência histórica, de que com o keynesianismo está a disposição uma alternativa política, social e econômica, ganha mais importância enquanto mais prolongada e unilateralmente forem impostas as vítimas da crise da grande massa da população. Portanto a minha expectativa é de que o grau de desenvolvimento histórico das democracias históricas que produziram com

o keynesianismo uma “mixed economy” e uma “mixed polity” (Ofce, 1983) com a concorrência de capital e trabalho de partidos e associações não seja anulado.

Desta forma a atual situação pode ser entendida como uma crise de interação. As mudanças econômicas e tecnológicas levaram a interpretações concorrentes da situação e dos interesses (Scharpf, 1979). A constelação de forças sociais modificadas favoreceu as forças conservadoras que querem substituir a participação dos sindicatos através de um modelo autoritário baseado nas leis de mercado. A eliminação dos sindicatos do processo de decisão política, como parceiros sociais sem poder de intervenção ou de veto, dificulta a reprodução da estabilidade social e política. A expectativa conservadora de poder restabelecer estruturas políticas pré-keynesianas é anti-histórica e, com o tempo, muito mais irreal que a expectativa oposicionista de uma estrutura de interação restabelecível entre os atores de interesses políticos, sociais e econômicos.

3 A CRISE DOS SINDICATOS E AS RELAÇÕES INDUSTRIAIS MODIFICADAS

Se eu falar a seguir de uma crise dos sindicatos, quer dizer que a nova situação econômica obrigou os sindicatos a modificações nos conteúdos e formas da representação de interesses operários, já que as relações de forças sociais se desarticulam em detrimento deles. A defensiva dos sindicatos, que pode ser observada em qualquer lugar executou-se quase sincronicamente. Interpretando-se isto como crise de abertura para uma nova situação keynesiana, pode-se entender a crise dos sindicatos como expressão de uma debilidade ocasionada especificamente por esta fase, mas também temporariamente limitada. Uma crise, no sentido de que a importância histórica das funções econômicas e sociais dos sindicatos é anulada e são deslocadas para a posição de uma força politicamente negligenciada, evidentemente não existe. As funções de proteção tradicionais dos sindicatos não se tornaram de forma alguma supérfluas. Já que a sociedade pós-industrial está muito distante e que se

deve considerar, por enquanto, um grande período de industrialização total, abre-se aos sindicatos um grande campo de ação. Também o fato de que os sindicatos possam fazer um uso pouco eficiente dos instrumentos colocados à sua disposição nos sistemas nacionais das relações industriais, e ao mesmo tempo não dominem transformações estruturais que lhes imponham limitações duradouras através de novas leis ou instituições, fala contra a sua marginalização. Que o atual enfraquecimento dos sindicatos não se prolongue em uma crise duradoura é uma suposição que não está simplesmente sujeita ao fracasso de estratégias neoliberais e neoconservadoras, mas sim parte do princípio de que os sindicatos ainda representam formas de inovação e reforma.

3.1 CRISE DOS SINDICATOS

As diferentes manifestações das atuais debilidades dos sindicatos podem-se resumir nos pontos abaixo:

1 - O contínuo desemprego em massa prejudicou o poder de mercado dos sindicatos. A redução de exigências salariais com o objetivo de preservar o status quo e a existência de propriedade social alcançada é uma adaptação dos sindicatos a uma situação econômica na qual não existe mais nenhum “positive sum game”; as dificuldades de atingir este objetivo indicam que os sindicatos foram relegados a uma posição defensiva. O seu poder de imposição em relação ao patronato, portanto a sua posição no mercado econômico, sofreu prejuízos principalmente porque os efeitos das lutas trabalhistas caem no vazio. De forma diferente do que sob condições de uma economia próspera, aumentou consideravelmente o risco de greve dos sindicatos, visto que o prejuízo aparecido para os trabalhadores não raramente é inferior à repercussão negativa para os empregados. Custos econômicos de greve na forma de uma modernização e aumentos de produtividade retardados debilitam a capacidade de concorrência das empresas, de ramos industriais ou de economias nacionais como um todo e agravam com isso a situação ocupacional. As fissuras claramente reconhecíveis na solidariedade sindical são apenas o outro lado da

medalha. Formações de blocos e divisões como também conflitos entre grupos de associações dispostos e não dispostos a grevar, levaram a um crescimento notável de situações conflituosas dentro dos sindicatos. Eles justificam quão bem resultou deslocar conflitos externos autênticos dos sindicatos para a sua estrutura interna. O retrocesso, claramente reconhecível nos últimos anos, do volume de greve é, do mesmo modo, um indício para o crescente risco de greve como para a ação disciplinadora do exército industrial de reserva.

2- A debilidade sindical manifesta-se de forma especial no nível micro. No processo de barganha dentro da empresa as representações sindicais dos empregados perderam terreno não apenas devido à situação de pleno emprego, mas também devido aos avanços tecnológicos e reformas de organização trabalhista. As empresas utilizam as transformações como meio de negociação para reestabelecer seu direito de direção e sua capacidade de controle. Para as empresas trata-se não apenas de recuperar seu ilimitado controle sobre o processo produtivo, mas de praticarem uma política de seletividade de pessoal. Por ocasião do recrutamento ou recolocação, principalmente nas demissões, são levados em conta não apenas critérios objetivos mas também políticos para enfraquecer os órgãos de representação sindical. São reconhecidas claramente as tendências de despolitizar o trabalho das comissões de fábrica. Além disso, é comprovável que reflexões para aumentos de produtividade e para segurança da capacidade de concorrência das fábricas encontrem progressivamente receptividade junto às comissões de representantes dos trabalhadores da empresa. Em contrapartida, os empresários partem para a ofensiva e podem conseguir seus objetivos com mais flexibilidade, mobilidade e controle da força trabalhadora, em parte sob eliminação ou instrumentalização das comissões de fábrica, em parte através do estabelecimento de novos órgãos de orientação sutil por parte das empresas.

3 - Para assegurar a existência da organização, e para ser e ficar um reconhecido parceiro de negociação no relacionamento externo, os sindicatos precisam alcançar uma força dos empregados que lhes permita representar de uma forma monopolística a totalidade da parcela da população dependente de trabalho assalariado. Para conseguir esta exigência colocam-se grandes obstáculos no caminho. Em primeiro lugar deve-se afirmar que a antiga tendência de crescimento de afiliados inverteu-se. Reflete-se nas perdas de empregados dos últimos anos, possivelmente, um crescente distanciamento entre assalariados e sindicatos, mas na realidade podemos supor que ele é em primeiro plano resultado do desemprego. Não apenas o desemprego em massa, mas, também deslocamentos em favor do setor terciário poderiam afetar a densidade organizatória e o modelo representativo. O poder de organização sindical é, além disso, posto em perigo através do processo de racionalização que diminui os grupos daqueles empregados dos quadros de pessoal altamente sindicalizados. Em resumo, pode-se partir do princípio de que aqueles setores ativos que eram pouco acessíveis, até agora, à organização sindical ganharam relativa importância. Os aspectos reconhecíveis atualmente de uma crise organizatória agravam-se na medida em que os sindicatos ficam sem resposta em relação às mudanças sócio-estruturais. O perigo de um enfraquecimento de ordem organizatório-estrutural é alto.

4 - Tanto as estratégias sindicalistas de cunho classista, como a reformista, perderam a força de convicção e os indicativos de uma crise de programática sindical aumentam (Regini, 1983). Não se trata mais da participação no crescimento econômico, de forma que as velhas receitas servem bem menos como orientação política. Visto que as estratégias de modernização não podem mais ser rejeitadas e que também os sindicatos vêem nela uma perspectiva de desenvolvimento prometedora, aumenta a sua disposição de consentir cartéis de produtividade e de também não bloquear o aumento produtivo, mesmo se forem negadas compensações políticas de ordem ocupacional, social e de participação. Paralelamente às

tendências de desenvolvimento a nível de fábrica, distingue-se a disposição no contexto sindical isolado e geral para reconhecer a segurança da capacidade de concorrência como critério dominante. Com isto, correm o perigo de se tornar apêndice de uma estratégia de modernização capitalista descontrolada, e arriscam que a solidariedade internacional - antes, aliás, uma pretensão programática que uma realidade prática - se efetue em um relacionamento de concorrência. Não apenas capitalismo nacionais, mas também no seu reboque movimentos sindicais nacionais concorrem pela participação no mercado mundial.

5 - No relacionamento com o Estado, portanto no campo político, a debilidade decisiva dos sindicatos radica em que eles não conseguem mais determinar a relação “salário-distribuição” como na época anterior. Com a perda deste parâmetro de ação, uma arma decisiva, que abria as portas aos sindicatos para o campo político, perde importância. Este desenvolvimento é consequência das estratégias do Laissez-faire, cujo objetivo é reduzir a influência do poder de mercado econômico dos sindicatos sobre o desenvolvimento econômico e a influência do seu poder no campo político sobre a política econômica do Estado. A reconquista do espaço econômico e político anterior dos sindicatos dependerá da sua capacidade de desenvolver um modelo alternativo convincente de desenvolvimento social junto com outros movimentos de reforma, quer sejam tradicionais quer sejam novos, contra a doutrina conservadora, e de representar interesses negligenciados de camadas sociais que de outra forma correm o perigo de serem marginalizadas.

3.2 EXEMPLOS ESPECÍFICOS DE PAÍSES COM DEBILIDADES SINDICAIS

As tendências de desenvolvimento apresentadas podem-se observar em todos os países aqui em discussão, são, porém, diferentes na sua forma de país para país. Eu analiso comparativamente os movimentos sindicais da Inglaterra, da Itália e da Alemanha Ocidental.

1 - Na Inglaterra os sindicatos foram, comparando internacionalmente, enfraquecidos mais eficazmente. A atual magnitude do desemprego e da desindustrialização, o rigor da política econômica neoliberal, a ofensiva de ideologias conservadoras e estratégias populistas foram ofertadas em um único pacote, como não ocorreu em nenhum outro país europeu ocidental, levando à queda do poder econômico e político dos sindicatos britânicos. No campo político foram declarados aos poucos como pessoa “non grata”, não são mais admitidos. O consenso do pós-guerra sobre o estado de bem-estar social e a participação dos sindicatos nas decisões políticas foi abolido pelo governo conservador que pode se permitir rejeitar os sindicatos como consultores, interlocutores e negociadores. Com isto, além da debilidade sindical, antes de mais nada desempenha um papel decisivo a polarização do relacionamento de forças políticas que é extremamente fortificada através do direito ao voto. O tradicional aliado dos sindicatos, o Labour Party, é atualmente um mero parceiro ideológico sem influência política. De maneira diferente que no sistema federativo da Alemanha Ocidental e que no sistema partidário italiano, na Inglaterra a oposição é excluída fortemente do processo de decisão política.

Por trás da constatação geral do enfraquecimento do poder de negociação coletiva dos sindicatos a nível de empresa, escondem-se na Inglaterra estratégias muito diferentes dos empregadores no relacionamento com os “shop stewards” do que com as comissões de fábrica (Brown, Sisson, 1983). O contexto vai da desarticulação por sobre a inobservância, até tentativas de empregar os órgãos de interesse dos empregados e com eles o pessoal para a realização dos objetivos empresariais. Não raramente as empresas podem ampliar o controle sobre o processo de produção e aumentar a produtividade ao aproveitarem a concorrência entre sindicatos, quadros de pessoal ou entre as diferentes frações empresariais. A greve dos mineiros na primavera de 1984 não é de modo algum uma exceção singular. Parece como se, justamente na crise econômica, onde a solidariedade sindical é especialmente necessária, as

linhas concorrentes intersindicais e internas dos sindicatos fossem uma brecha para as ofensivas estratégicas empresariais. Se a rápida queda da frequência de greve remete-se à extensão do decrescente poder de mercado; então as fortes perdas de associados, que são muito maiores que na Itália ou na Alemanha Federal, provam quanto foram afetados também o poder de organização e o monopólio representativo dos sindicatos. A “declaração de guerra” aos sindicatos contribui simultaneamente para uma forte insegurança na sua política e ideologia.

2 - A imagem da crise sindical na Itália é menos significativa. Diante das claras tendências de enfraquecimento no mercado econômico e empregatício, há uma notável capacidade dos sindicatos italianos de manter a sua capacidade negociadora no campo político. Especificamente no processo de “bargaining” diminuíram claramente o poder e a influência dos sindicatos. As empresas estão progressivamente em condições de conseguir modernizações, racionalizações e aumentos de produtividade e com isto de reconquistar a fiscalização perdida para os sindicatos em antigas disputas. Mais que em nenhum outro lugar, os empresários usam nas demissões e contratações as chances para escolha seletiva de pessoal, principalmente a motivada politicamente. As representações sindicais de empregados são desviadas frequentemente para funções de mero “management” da crise, também interessadas na capacidade de sobrevivência das suas empresas através do aumento da eficiência econômica.

A nível empresarial, a perda do poder de mercado sindical manifesta-se de forma exemplar em uma série de setores, principalmente na indústria metalúrgica, onde empregadores privados negaram por mais de dois anos a assinatura de novos acordos salariais. A crescente capacidade de resistência dos empregadores é, sem dúvida, apenas o reverso da pouca capacidade de imposição dos sindicatos. Um indicativo para este fato é o retrocesso do número de greves e da ausência no trabalho ocasionada através disto; comparando internacionalmente, o nível de greve italiano está, sem dúvida, bastante acima da média (Bordogna, 1982).

Nota-se na Itália, como em nenhum outro país, no exemplo de formas de greve modificadas, a perda de poder econômico dos sindicatos. A forma de greve dominante nos últimos anos da greve demonstrativa (*sciopero dimostrativo*), caracterizada pela curta duração e alta participação, refere-se por um lado à alta capacidade de mobilização dos sindicatos italianos, mas por outro lado é expressão da sua enfraquecida posição de negociação perante os patrões. As greve demonstrativas têm menos o objetivo de conseguir acordos com o patronato, e situam-se muito mais no “mercato político” do que no “mercato contrattuale” (Célia, 1983).

Nem na Inglaterra nem na Alemanha Federal os sindicatos fazem esforços com igual intensidade para conseguir manter aberto o campo político e envolver o Estado no regulamento das relações trabalhistas. Os fundamentos da estratégia específica dos sindicatos italianos são múltiplos, já que no movimento sindical italiano existe uma longa tradição, fundamentada teoricamente, de representar preferencialmente, mas de modo algum exclusivamente, os interesses do operariado industrial, e de sentir-se responsável pelo desenvolvimento político, econômico e social como um todo. A pressão desencadeada através da crise econômica capaz de transformar conteúdos políticos e formas de imposição, não mudou substancialmente a política e ideologia dos sindicatos. Os interesses originários da classe operária, que na época do outono quente representavam um aspecto só, ganharam importância, e assim se executou no decorrer dos anos setenta progressivamente uma transformação de exigências do particular para o geral dos sindicatos. “Objectives such as, firstly, social reform and employment, investment and development of the south to follow, and lastly productivity of enterprises and the economy have been the stages in an attempt to take on that role of “representative of the general interests of the collectness of political parties” (Regini, 1983, p. 246-247). Com isto é chamada a atenção à especificação do sistema político na Itália, caracterizada através de governos instáveis, eficiência limitada do aparato estatal e multiplicidade partidária. Junto ao partido comunista, assiste aos sindicatos um forte aliado que não pode ser excluído do processo político de tomada de decisões; além disso, a influência

sindical estende-se também aos dois partidos mais importantes da coalizão de centro-esquerda. Acresce, ainda que o campo político na Itália também é, devido a isso, relativamente grande, porque o setor estatal é por um lado desigualmente mais significativo que na economia alemã ocidental e ainda por outro lado - em contrapartida à Inglaterra - não serve ou quase não serve como instrumento de uma estratégia do Laissez-faire, mesmo assim pouco expressivo em uma comparação internacional.

Estas observações podem ser suficientes para tornar plausível porque, diferentemente da Inglaterra e da Alemanha Federal nos últimos anos, apenas na Itália pôde ser negociado no começo de 1983 um pacto social tripartidário. Mas possivelmente tratava-se apenas de uma trégua, pois no começo de 1984, por pressão dos patrões e do governo - a partir do verão de 1983 dirigido por um primeiro ministro socialista -, chegou a haver negociações sobre uma modificação do pacto social. A parte central era de continuar estreitando a eficácia do regulamento combinado anteriormente pelas três forças sobre uma adaptação automática dos salários à taxa inflacionária. Visto que apenas duas das três confederações sindicais comprometidas politicamente concordaram, depois de ter colocado a central comunista-socialista em uma posição minoritária, não chegou a haver reedição de um arranjo negociado tripartidariamente. Se a desavença tanto intersindical como interna dos sindicatos é remediável, fica incerta a perspectiva de êxito da estratégia sindical de compensar o aumento do poder econômico dos patrões através do aumento do seu poder político. Um sintoma dos esforços de saneamento pelo capitalismo italiano é de que não apenas afluíram abertamente no movimento sindical tendências de cisão, mas que chegou a haver uma confrontação - possivelmente irreconciliável - entre o partido comunista e o partido socialista pelo predomínio como partido popular de esquerda.

3 - Também para a Alemanha Federal podem-se constatar todos os aspectos de uma crise dos sindicatos. Porém falta-lhe o caráter dramático do caso britânico, já que nem os patrões nem o governo dispararam uma ofensiva geral; falta-lhe também a variante italiana de que os sindicatos

buscaram uma compensação para o poder de barganha econômica em declínio. Para explicação do aparente decorrer invisível da crise dos sindicatos alemães é apresentada uma tese dupla:

- O comportamento cooperativista dos sindicatos que se desenvolveu na fase de prosperidade não somente se faz sentir até hoje, senão também deixou menos “distorções” que deveriam ser liquidadas daqui em diante através de ofensivas estatais ou empresariais.

- A perspectiva de modernização apresentada pelo governo social-liberal anterior proveu os sindicatos alemães com uma alternativa de programa.

As relações cooperativista tradicionais entre capital e trabalho foram conservadas também sob as condições da crise ocupacional. A orientação econômica global da política salarial dos sindicatos permitiu adaptar as condições salariais e trabalhistas de forma flexível à situação da crise econômica. As três maiores greves dos passados 10 anos (em 1978 na indústria metalúrgica pela defesa de consequências sociais negativas da reestruturação tecnológica e na indústria siderúrgica pela redução da jornada de trabalho, assim como em 1984 pela implantação da semana de 35 horas de trabalho na economia metalúrgica) confirmam o papel dos sindicatos alemães como organização intermediária e cooperativa. Os resultados da greve, por um lado uma melhor proteção ante a desqualificação profissional e perdas salariais e, por outro lado, a redução do tempo de trabalho anual e semanal, trouxeram êxitos para os sindicatos, mas também mostraram a sua alta disposição de cooperação, já que a política empresarial de redução de custos salariais, de racionalização e de segurança da capacidade de concorrência internacional não foi atingida. O fato de que tenha chegado a haver estas greves é notável em vista do desemprego em massa existente, mas está, por outro lado, inteiramente na tradição da história social da Alemanha Federal. Os sindicatos precisam mesmo evidenciar, periodicamente, devido a suas posições externas, a sua capacidade de greve, para passar pelo teste de dureza dos empresários e ficar reconhecidos como parceiros de cooperação. Ao contrário da Itália, e

especialmente da Inglaterra, a posição dos patrões na República Federal da Alemanha é extremamente forte, porque eles dispõem de associações homogêneas e centralizadas. Um indício disto é que em caso de conflito a duração da greve é relativamente grande e os patrões, normalmente, fazem uso do seu, direito de lock-out.

Menos saneamentos havia para efetuar a nível de empresa e de fábrica; a República Federal da Alemanha é, aliás, um lugar subordinado de processos de bargaining. Diferentemente da Itália e da Inglaterra, as comissões de fábrica não são órgãos sindicais, mas instâncias comprometidas com o equilíbrio da relação social na empresa. Não há, em consequência disso, nenhum motivo para as empresas reordenarem as estruturas de negociação internas. Por último, isto encontra sua expressão em que prevaleçam na política de pessoal critérios de escolha orientados para a produção e o trabalho. Evidentemente as empresas usarão daqui em diante suas chances de esgotar completamente todas as reservas de trabalho ainda tradicionais dos bons anos de pleno emprego.

No campo político, a RFA é antes um centro de consulta que de negociação. Futuramente os sindicatos estarão menos presentes por dois motivos: por um lado a sua influência geral com relação ao desenvolvimento dos salários e da distribuição diminuiu, por outro lado, com a nova direção política decresceu a disposição para os contatos políticos em ambos os lados. É característica e friza com que o governo conservador interferiu de uma forma até então desconhecida na autonomia das negociações entre capital e trabalho e na luta pela redução da jornada de trabalho, colocando-se ao lado dos patrões. Ele não apenas recusa uma redução da jornada de trabalho semanal como elemento prejudicial em termos econômicos, como apoia a redução do tempo de serviço através do fornecimento de meios financeiros para um regulamento de aposentadoria antecipada e incentiva conflitos no meio intersindical da Alemanha.

Que a crise dos sindicatos alemães ocidentais tenha um caráter furtivo mas manifestando-se tendenciosamente, está estreitamente relacionado com o modelo de modernização apresentado prematuramente pelo governo social-liberal (Hauff, Scharpf, 1975). Nesta concepção,

foram oferecidas aos sindicatos extensas possibilidades de influência, que devido à alta dependência econômica externa do setor industrial da economia alemã, têm um interesse original na segurança da capacidade de concorrência internacional como compensação pela sua disposição de reduzir obstáculos sociais de inovação. Foi fornecido aos sindicatos um programa condutor de negociação que esconde a crise da sua política e ideologia. É, todavia, constatável que a reforma da economia alemã também possa ser realizada sem concessões aos sindicatos; estes são, portanto, aliados possíveis mas não imprescindíveis de um bloco de modernização. Não obstante, os sindicatos não desistem da sua posição porque apostam que, apesar dos altos custos sociais, a concepção de modernização também é, afinal, vantajosa para os trabalhadores. Esta posição parte da expectativa, não sem fundamento, de que a economia alemã será uma das ganhadoras na luta por participação no mercado mundial.

3.3 TENDÊNCIAS DE TRANSFORMAÇÃO E DE PERMANÊNCIA DAS RELAÇÕES INDUSTRIAIS

Pode-se explicar facilmente que a crise econômica ocupacional e as estratégias do Laissez-faire enfraqueceram a posição dos sindicatos. Pode-se apresentar suficientes provas para importantes deslocamentos de alguns elementos do sistema de relações industriais, que mostram que por causa da relação de forças sociais modificadas uma série de instrumentos foram como que paralizados e privados do aproveitamento sindical. Porém, poucos resultados podem-se encontrar até agora para a evidente suposição de que Estado e patrões querem estreitar resistentemente os respectivos sistemas de relações industriais através de novas condições das estruturas jurídicas ou institucionais. Por esse motivo, dá-se o acompanhamento não apenas das tendências de transformação - a exemplo dos três países aqui em discussão - mas também salientando quais as características estruturais dos respectivos sistemas regulamentais que se distinguem através de alta estabilidade.

Em relação à República Federal da Alemanha podemos constatar que o nível de institucionalização das contradições sociais não gerou a necessidade de transformações estruturais. O alto grau de legitimidade e efetividade no baixíssimo nível de greve, pode ser conservado também nos anos da crise econômica. Mostrou-se que o sistema alemão das relações industriais dispõe de uma grande flexibilidade que permite tratar funcionalmente problemáticas sócio-econômicas modificadas e minimizar eficazmente novos potenciais de conflitos (Brandt, Jacobi, Müller-Jentsch, 1982). A referência para as características estruturais mais importantes do sistema de regulamento alemão;

- estruturas sindicais centralizadas;
 - estruturas de negociação centralizadas;
 - importância secundária do nível micro como lugar de processos de bargaining;
 - uma representação de interesses autônoma de pessoal que seja sindicalmente independente e que, além disso, esteja comprometida com o bem-estar e a paz da fábrica; um efetivo sistema de medição em caso de impasse; um direito de greve limitado, mas permissão de lock-out como meio de luta empresarial;
 - associações patronais fortes;
- pode ajudar a tornar entendível porque na República Federal da Alemanha não apareceu nenhuma necessidade de paralisar algumas características estruturais vindas ao encontro da representação sindical, muito menos de criar novas formas de direito ou instituições.

A luta trabalhista em 1984 pela redução da jornada semanal de trabalho deixou aflorar dois aspectos interessantes porém contraditórios das relações industriais:

a) A falta de sindicatos organizados na base de tendências políticas e sindicatos profissionais rivais, assim como as estruturas de associações altamente centralizadas atuam (ainda) como trincheira de defesa contra tendências de cisão no movimento sindical. A grande adesão à greve dos

associados e a sua disciplinada realização são indícios para que a mobilização e a disposição de luta dos operários fiquem asseguradas até hoje;

b) Na República Federal da Alemanha a política indicada pelos conservadores sob o rótulo “flexibilidade” para a relação entre empregadores e empregados que tem como objetivo definir apenas condições gerais nos contratos coletivos e deixar a concretização dos seus resultados a nível de empresa, seria uma espécie de suicídio para os sindicatos. Visto que a nível de fábrica não há comissões de negociação sindical, mas apenas as comissões de fábrica e que não podem tomar posições de luta, o monopólio salarial dos sindicatos alemães estaria massivamente em perigo. Resultasse retirar do campo da competência sindical as comissões de fábrica e a consequência seria, então, uma alienação profunda entre base e direção e, portanto, um desmantelamento do poder sindical consolidado estruturalmente.

Nos acordos que lavaram ao fim da greve resultou pela primeira vez aos patrões conseguir novas formas de flexibilidade de jornada de trabalho para setores industriais inteiros. O tempo de funcionamento das máquinas não é mais ligado ao tempo de trabalho das equipes de pessoal, e pode ser fixado para estas últimas, através de regulamentos diversos, da jornada semanal de trabalho. A jornada de trabalho a nível de fábrica vai ser desviada crescentemente dos acordos salariais de múltiplas formas, de modo que o controle sindical passa inadvertido.

Na Itália, onde o sistema das relações industriais é, em comparação com a República Federal da Alemanha, sub-institucionalizado, podemos observar fortes tendências no sentido da paralisação dos conflitos setoriais, mas principalmente a nível de empresa. Ao mesmo tempo pode-se constatar uma alta imobilidade na criação de novas condições jurídicas ou institucionais para o regulamento de conflitos sociais.

O sistema de contrato coletivo que prevê normalmente na vigência de três anos a conclusão de contínuos acordos industriais e de pactos

complementares dos empregados, entrou, contudo, em uma crise quando os patrões privados - principalmente da indústria metalúrgica, o setor industrial central da economia italiana - por momentos negaram aos sindicatos a renovação dos acordos salariais.

Corresponde inteiramente à constelação de forças modificadas que os sindicatos tenham perdido considerável mente o seu antigo “bargaining power” a nível setorial e de empresa e com isso dois parâmetros de ação centrais. O reverso são fortes tendências de centralização do lado sindical. Aqui efetuou-se um deslocamento de competências não apenas para as lideranças dos sindicatos industriais, mas principalmente para as centrais sindicais. Com isto ocorre paralelamente uma série de outras tendências centralizadoras. A direção negociadora cabe às lideranças sindicais que também decidem - como torna-se claro no exemplo da greve demonstrativa - o modo de emprego da força de luta sindical. As negociações com patrões e Estado foram desviadas para o nível macro do campo político. Nesta estratégia, a tentativa dos sindicatos não apenas se manifesta para equilibrar parcialmente o baixo poder de mercado através de amplas chances de influência política. Reflete-se também a convicção de que carecem os difíceis processos de adaptação à crise do mercado mundial e as suas consequências sociais precisam da condução macroeconômica e macropolítica.

A tese de que o processo de centralização iguala-se precisamente a uma paralisação de alguns elementos estruturais do sistema italiano de relações industriais, mas que esta poderia ser novamente revitalizada sob condições modificadas (uma prova disso é a mobilização em massa contra o decreto do governo em fevereiro de 1984 para redução da escala mobile), apóia-se no fato de que tentativas de conseguir um alto grau de legalidade e institucionalização não vieram até agora. Assim estão enfraquecidos exatamente no seu “bargaining power” os órgãos de representação sindical na Itália a nível de fábrica ou empresarial, mas não posto em perigo através de políticas de substituí-las por novas instituições de comissões de fábrica. Embora a arma da greve tenha perdido importância não há nem tendências de estreitar a liberdade de greve quase legítima em comparação à

República Federal da Alemanha, nem de ampliar o direito de “lock-out” restringido consideravelmente. Na verdade, conhecem-se processos arbitrários mas faltam tentativas para construir um caráter arbitrário institucionalizado. E dentro do sistema sindical o alto grau de centralização até hoje não foi institucionalizado na forma de novos estatutos. Neste ponto pode-se ver a Itália como um caso modelo, para que a constelação de forças sociais modificada efetue, na verdade, uma paralisação, ou um outro uso dos diversos elementos do sistema de regulamento industrial, não é, porém, suficiente para desenvolver novas instituições e formas de legalização.

Inglaterra é um caso paradigmático para estratégias com as quais se tenta consolidar institucionalmente a debilidade atual dos sindicatos através de novos regulamentos jurídicos. Ao mesmo tempo, a política do governo conservador também é uma prova de que o objetivo predominante de todas as estratégias do Laissez-faire está na restrição do espaço negociador dos sindicatos, mas não em um grau maior de eficiência e legitimidade. “Perhaps the greatest weakness in the Conservative legislation... lies in the very nature of the policy behind it. It is fuelled by a lunarist (a conveniently neutral word) understanding of industrial relations in which trade unions are basically regarded as an unpleasant blemish in the market economy” (Mackie, 1983, p. 69).

Com as duas “employments acts” de 1980 e 1982 (como também com os outros projetos de lei anunciados no Green Paper “Democracy in Trade Unions”), é perseguida exclusivamente a intenção de desviar o relacionamento entre liberdade individual e organização coletiva, assim como entre padrões e sindicatos, em detrimento dos últimos (Lewis, 1983; Mackie, 1983). As duas leis têm em vista restringir o poder de organização dos sindicatos e a eficácia das medidas adotadas na greve. “Although the Employment Acts preserve the traditional form of the law of industrial conflict, the legal freedom to strike has been drastically curtailed by the reduction of immunities for those engaged in picketing, secondary action, and acts the definition of trade dispute, and the reintroduction of the liabilities of unions as such” (Lewis, 1983, p. 389). Parece que o erro principal da legislação conservadora é repetido no começo dos anos

setenta. É típico das posições conservadoras a afirmação de que a liderança sindical tenta levar as bases a ações militantes; por outro lado é defendida também a concepção de que um problema central das relações industriais na Inglaterra é o pouco controle dos sindicatos sobre seus componentes. O primeiro significa fortificar a posição jurídica dos não-associados (especialmente importante na Inglaterra devido à instituição do closed shop), de baixar o grau de organização dos sindicatos e de cortar a competência das comissões de fábrica, assim desprende-se da outra afirmação modificar os sindicatos - segundo o documento oficial “Trade Union Immunities” – “into more authoritarian organisations, reversing the trend towards the increasing authority of the shop steward and power of the working group at the expense of the authority of branch and national officials” (Department of Employment, 1981, § 125). A constituição do governo Thatcher distingue-se agora por querer realizar ambos os objetivos com meios exclusivamente repressivos. Visto que as lideranças sindicais na sua posição de negociação perante patrões e Estado são muito dependentes do grau de organização e da força de luta e na sua capacidade de compromisso externo da disposição de adesão dos componentes não são suficientes meras medidas restritivas. Precisa-se muito mais da ampliação funcional dos espaços de atuação dos sindicatos.

Em lugar disso, na Inglaterra, os sindicatos não apenas são excluídos do campo político, como não se realiza qualquer esforço de retomar estruturalmente outros elementos centrais das relações industriais. Não se tenta por exemplo, substituir o descentralizado e fragmentado sistema de acordo salarial, portanto sub-institucionalizado através de um deslocamento para o nível macro, o que acarretaria um deslocamento de competência em favor das lideranças sindicais. Da mesma forma não tem sentido conceder às lideranças sindicais o monopólio de greve - como o exemplo alemão -. O sistema de negociação dos empregados, representados na Inglaterra através dos “shops stewards” e atualmente amplamente paralizados, fica também estruturalmente inalterado. Tentativas de estabelecer novas instituições de representações a nível de fábrica são omitidas. Isto tudo está ligado com o receio dos conservadores,

de que as lideranças sindicais poderiam fazer um uso desleal das ampliadas competências e funções. Consequentemente, da mesma maneira não são empreendidas modificações de elementos estruturais que possam-se acrescentar à esfera dos patrões; isto vale tanto para o “lock-out”, como também para aquelas formas extremamente fragmentadas de representação sindical.

Típico da estratégia conservadora é consolidar estruturalmente as atuais debilidades dos sindicatos; mas não modernizar o sistema regulamentar pouco eficiente no sentido da condição macroeconômica e da pacificação social. Por mais que a legislação conservadora tenha acabado com a tradição britânica nas relações industriais não se deve abstrair, considerando a existência de elementos constantes, a possibilidade de que em caso de modificadas correlações políticas e sociais o artigo sistema dominante britânico esteja sendo revitalizado novamente.

Com curto resumo desejo destacar:

a) Apesar das problemáticas econômicas semelhantes e de estratégias de políticas econômicas aproximadas, até agora não são dominantes tendências de desenvolvimento levando à conclusão de que o papel e a função dos sindicatos convergem. Na verdade, podemos observar, no geral, um enfraquecimento da posição sindical, cujas características variam de país para país. Vale para o sistema de relações industriais que podemos constatar paralisações e reestruturações parciais de elementos isolados; isto é, contudo, influenciado, em grande medida por condições nacionais específicas. Há um indicativo de que, no futuro, também se imponham modelos de desenvolvimento antes nacionalmente divergentes que adaptando-se supra-nacionalmente.

b) Há por um lado uma acentuada discrepância entre o paralelismo de crise econômica e crise sindical e da dificuldade, por outro lado, de consolidar o enfraquecimento “conjuntural” dos sindicatos através da reorganização das relações industriais. Até agora as inovações institucionais ficam escassas (Salvati, 1983). Se junto a isto trata-se pura e simplesmente de um “time lag” encerrado com a continuação da crise ou

se as forças de permanência vencendo a fase são próprias dos sistemas de relações industriais, não pode ser respondido claramente.

c) Não pode ser excluída a possibilidade de que os sindicatos se desenvolvam como uma força contrária do fracasso a ser esperado das estratégias do Laissez-faire e tornar-se um importante ator em uma situação que se aproxima novamente do modelo político keyneisiano.

c) Minha tese de ciclicidade parte, portanto, da hipótese de que os sindicatos podem ser jogados não demoradamente na posição de uma força social negligenciada. Naturalmente é uma questão totalmente diferente se o sistema industrial como um todo corre o perigo de entrar na crise. Sobre isto poderia debater mais acertadamente com arriscadas teses prognóstico-comparativas que com este trabalho aqui apresentado.

BIBLIOGRAFIA

ANELL, L. 1981: *Recession, The Western Economies and the Changing World Order*, London.

BAGLIONI, G. and E. Santi (eds.) 1982: *L'Europa sindacale agli inizi degli anni 80*, Bologna.

BAGLIONI, G. and E. Santi (eds.) 1982: *L'Europa sindacale nel 1981*, Bologna.

BAGLIONI, G. and E. Santi (eds.) 1983: *L'Europa sindacale nel 1982*, Bologna.

BMFT - Der Bundesminister für Forschung und Technologie (Hg.), 1981: *Modernisierung der Volkswirtschaft in den achtziger Jahren*, Düsseldorf.

BORDOGNA, L., 1982: *Conflittualità*, in: *Cesos - Le Relazioni Sindicali in Itália*, Rapporto, 1982, a cura di Baglioni, G., Santi E., Squarzon, C., Roma 1982, p. 32-39.

BORNER, S., 1981: *Die Internationalisierung der Industrie*, in: *Kyklos*, 34, S. 14-35.

BRAND, G. Jacobi, O. Müller-Jentsch, W. 1982: Anpassung an die Krise: Gewerkschaften in den siebziger, Frankfurt - New York.

BROWN, W. and Sisson, K., 1982: Industrial relations in the next decade, in: industrial relations Journal, vol. 14, 1/1983, pp. 9-21.

CELLA, G. P., 1983: Determinanti della conflittualità, Relazione presentata al Congresso Nazionale dell' AISRI, Riva del Garda.

CLEGG, S., Dow G. and Boreham, P. (ed.), 1983: The State, Class and the Recession, London-New York.

Department of Employment, 1981: Trade Unions Immunities, London.

European Trade Union Institute, 1979: Keynes Plus - A Participatory Economy, Bruxelles.

FRIEDRICHS, G. 1982: Mikroelektronik und Makroökonomik, in: Friedrichs, G. and Scahff, A. (Hg.), Auf Gedeih und Verderb, Wien, S. 201-223.

FRIEDRICHS, G. und Schaff, A. (Hg.), 1982: Auf Gedeih und Verderb Wien.

HABERMAS, J. 1969: Technik und Wissenschaft als "Ideologie", Frankfurt.

HANKEL, W. 1984: Gegenkurs, Von der Schuldenkrise zur Vollbeschäftigung, Berlin.

HAUFF, V., Scharpf, F. W. 1975: Modernisierung der Volkswirtschaft, Köln.

HOFMANN, W. 1962: Die sakulare Inflation, Berlin.

KALECKI, M. 1943: Political Aspects of Full Employment, in: Kalecki, M. 1971: Selected Essays on the Dynamics of the Capitalist Economy, Cambridge, pp. 138-145.

LEWIS, R. 1983: Collective Labour Law, in: Bain, G. S. (ed.), Industrial Relations in Britain, Oxford, p. 361-392.

MACKIE, K. 1983: Industrial relations law commentary, in: industrial relations Journal, vol. 14, 1/1983, pp. 87-94 and 2/1983 pp. 87-90.

MENSCH, G. 1979: Stalemate in Technology, New York.

OECD, 1979: Interfutures: Facing the Future. Mastering the Probable and Managing the Unpredictable, Paris.

OECD, 1980: Technical change and Economic Policy, Paris.

OFFE, C. 1983: Competitive Party Democracy and the Keynesian Welfare State: Some Reflections Upon their Historical Limits, in: Clegg, S., Dow, G. and Boreham, P. (ed.), The State, Class and the Recession, London-New York, pp. 61-71.

REGINI, M., 1983: The Crisis of Representation in Class-Oriented Unions: Some Reflections based on the Italian Case, in: Clegg, S., Dow, G. and Boreham, P. (ed.), The State, Class and the Recession, London - New York, pp. 239-266.

ROBINSON, J, 1963: Essay in the Theory of Employment Oxford.

ROTHWELL, R./Zegveld, W. (ed.), 1979: Technical Change and Employment, Paris.

SACHVERSTÄNDIGENRAT zur Begutachtung der gesamtwirtschaftlichen Entwicklung, 1981: Jahresgutachten 1981/82, Bonn.

SACHVERSTÄNDIGENRAT zur Begutachtung der gesamtwirtschaftlichen Entwicklung, 1982: Jahresgutachten 1982/83, Bonn.

SCHARPF, F. W. 1979: Die Rolle des Staates im westlichen Wirtschaftssystem: Zwischen Krise und Neuorientierung, in: Carl C. von Weizsäcker (ed.), Staat und Wirtschaft, Berlin.

SCHMIDT, H., 1983: The World Economy at Stake, in: The Economist, February 26, 1983.

SKIDELSKY, R. 1977: The Political Meaning of the Keynesian Revolution, in: Skidelfky, R. 1977: The End of the Keynesian Era, London, pp. 33-40.

EL SINDICALISMO ESPAÑOL EN LA TRANSICIÓN Y LA CRISIS

J. M. Zufiaur

Se há afirmado con acierto que nuestro país ha lenido el triste sino histórico de que las dos oportunidades que en este siglo se le han presentado para construir un régimen de libertades, hayan coincidido con profundas crisis económicas a nivel internacional.

El enorme desafío que ha supuesto, por otra parte, afrontar esa doble tarea - consolidar la democracia y responder a la crisis económica - desde una sociedad probablemente más invertebrada que cuando Ortega acuñó su frase sobre la realidad de España, puede explicar la notable peculiaridad del proceso de transición democrática en nuestro país, peculiaridad que ha puesto en cuestión no pocos dogmas de la sociología y la ciencia política.

En efecto, que en el corto tiempo histórico de 10 años, los herederos de Franco hayan devuelto la soberanía al pueblo español; que un partido en el poder haya prácticamente desaparecido en el curso de unas elecciones; que los socialistas hayan pasado de la clandestinidad a tener la mayor representación popular conocida en la historia de España; que el mayor partido de la oposición durante la dictadura haya pasado a ser una fuerza política marginal, al nivel de representación popular que tienen los comunistas en Suécia; son hechos todos ellos, y muchos otros tan llamativos como éstos que se podrian comentar, los que han dado un carácter tan y peculiar y específico a la evolución democrática española en los últimos años.

A este proceso acelerado de adaptación y cambio de los comportamientos sociales y políticos no han sido ajenos los sindicatos. Es

concluyente a este respecto constatar como el sindicalismo español, que a mediados de los años 70 figuraba a la cabeza del ranking de conflictividad en Europa, ha pasado a protagonizar el más dilatado proceso de concertación social de la última década en el viejo continente.

Durante este período ha sido, sin duda, una de las instituciones que más ha contribuido a consolidar la democracia. Ha constituido igualmente, y creemos que en el futuro ello será más reconocido de lo que es en el presente, con su política de responsabilidad y de moderación, uno de los pocos factores de racionalidad que desde 1977 se han introducido en la política anticrisis en nuestro país. Desde los Pactos de la Moncloa al AES, la política de concertación y de rentas salariales practicada por los sindicatos en España, más por unos que por otros, ha sido probablemente la novedad más significativa y de mayor alcance que se ha producido en la economía española a lo largo de más de una década de crisis económica internacional.

No es menos cierto, sin embargo, que el sindicalismo ha sido la cenicienta de la transición política y que no ha alcanzado el grado de inserción social y de presencia institucional que goza en otros países desarrollados. Lo que es peor, en la actualidad resulta inquietante comprobar como se ha venido extendiendo entre la clase política e intelectual una valoración peyorativa sobre las organizaciones sindicales.

En definitiva, se encuentran ante el riesgo de salir profundamente debilitadas tras de un proceso en el que han sido factor esencial de cambio e integración social.

Es sobre las observaciones que desde una perspectiva de sindicalistas se puede hacer en torno a este período, que va desde la instauración de la democracia y la legalización de los sindicatos hasta el momento presente, sobre lo que pretendemos reflexionar en este trabajo analizando cuáles han sido, a nuestro entender, los elementos vectores que han orientado la estrategia sindical en un sentido y no en otro; exponiendo las características más significativas de la acción sindical y de la negociación colectiva; haciendo una valoración sobre el marco institucional y normativo en el que se ha desenvuelto el sindicato; tratando,

en última instancia, de proyectar la reflexión hacia las carencias y los desafíos que se plantean a nuestro sindicalismo en un contexto de profunda mutación económica y social.

I RAZONES Y CONDICIONAMENTOS DE LA ESTRATÉGIA SINDICAL

Si se trata de encontrar una estrategia perfectamente definida y teorizada de antemano, que explique el comportamiento sindical durante este período, creemos que no se hallará. Por el contrario, han sido un conjunto de circunstancias, de exigencias sociales y políticas, de realidades prácticas o de experiencias concretas, las que han ido conformando actitudes y planteamientos, estrategias y pautas de actuación que han sido básicos en la configuración sindical, a los que vamos a referirnos a continuación:

La consolidación de la democracia

Contrariamente a lo sucedido en muchos países industrializados, donde nuevas actitudes sindicales - la llamada “moderación” sindical - han sido la *consecuencia* de la crisis económica, de la quiebra de un modelo basado en el crecimiento sostenido y continuo, que ha colocado la acción reivindicativa del sindicato en posición defensiva en todos los frentes económicos-sociales fundamentales, (el empleo, el salario, el bienestar social), la moderación, más exactamente la asunción de responsabilidades nacionales e globales, del sindicalismo español *es previa* a la reflexión sobre la crisis y encuentra su razón de ser en la necesidad de afirmar y consolidar el sistema democrático.

En efecto, las dificultades de un proceso de transición de la dictadura a la democracia, la prioridad, para las fuerzas políticas sindicales y sociales, de asentar el régimen de libertades, sitúan los problemas económicos en el marco de soluciones políticas al objeto de disminuir incertidumbres sociales y conseguir una eficacia que beneficie la consolidación del régimen democrático.

Esta actitud de responsabilización, de consenso, de negociación que se inicia en las plataformas democráticas de oposición a través de la “ruptura pactada”, no se modifica sustancialmente hasta el triunfo del PSOE en las elecciones generales de 1982, es decir, hasta lo que podría considerarse el final de la transición y la culminación de la ruptura democrática en nuestro país.

Es, sin duda, también esta voluntad de consenso político lo que explica el posicionamiento sindical ante los *Pactos de la Moncloa*, (aún cuando los sindicatos no participaron en su negociación) pactos que introdujeron novedades importantes y contradictorias con la práctica sindical anterior: negociación sobre inflación prevista, política de rentas que implicaba poner límite al crecimiento de la masa salarial bruta, rompiendo en algunos casos, con los convenios previamente establecidos, autorización de la contratación temporal, incluso subvencionada, etc.

Si bien es cierto que la actitud de los dos sindicatos mayoritarios no fue uniforme, de hecho el rechazo activo frente a los Pactos de la Moncloa quedó reducido a expresiones sindicales minoritarias como CNT, ELA, CSUT, SU y USO.

Criterios de oportunidad política estuvieron asimismo presentes, sobre todo en la época de Abril Martorell, en el tratamiento desde el poder de expedientes de crisis de muchas empresas importantes, en lo que podríamos denominar la *primeira etapa de la reconversión industrial*.

En definitiva, parece indudable que la actitud de compromiso y de pacto nace en nuestro sindicalismo originalmente más en función de la voluntad de consolidación democrática que como respuesta sindical frente a la crisis. Más en función de un consenso político o pacto de sociedad que de una política de concertación o neocontractualista.

El fortalecimiento sindical

Concientes de que la organización de la clase trabajadora y la defensa de sus intereses pasaba por el fortalecimiento sindical, - cuestión, por otra parte, esencial, de cara a afrontar la crisis económica en un sentido progresista - los sindicatos se hallan en 1977 ante un marco de relaciones

laborales inexistente; una profunda dispersión de la negociación colectiva; unas estructuras incapaces de organizar la avalancha de afiliación que se produce tras la legalización en abril de 1977.

En abril se promulgó la Ley 19/77, adecuada a los convenios 87 y 98 de la OIT e inobjetable desde el punto de vista de la amplitud con que se reconoce el derecho de asociación sindical; pêro que no contiene normas projectoras dei *ejercicio* de esa libertad sindical, las cuales hasta la fecha, al no haber entrado todavia en vigor la LOLS, no existen.

La “libertad” por otra parte, no era tanta y sólo existía plenamente, en realidad, para constituir sindicatos, ya que los derechos fundamentales de estos tenían importantes cortapisas, e no existían en absoluto. Así, el derecho a la negociación colectiva supraempresarial estaba sujeto a una confusa normativa (Ley de Convenios Colectivos de 1973, modificada por una enigmática disposición adicional del RLD 17/ 77, de 4 de marzo, que aludia a “representaciones específicas elegidas por los trabajadores y empresários afectados”, como entidades con capacidad negociadora que podían “autorizarse”), pendiente de la homologación del Ministério de Trabajo y con la espada de Damocles de los laudos sobre su cabeza; el derecho a negociar convenios de empresa no estaba reconocido a los sindicatos (se admitió, con limitaciones, en el Estatuto de los Trabajadores de marzo de 1980); no existía apoyatura normativa para la práctica del descuento de la cuota sindical de la nómina del trabajador (check off, que se introdujo con el AMI en 1980), ni para la constitución de secciones sindicales de empresa (a pesar de las claras disposiciones de los convenios de la OIR, fundamentalmente el 87, existía el critério de que los convenios internacionales eran poço menos que letra muerta, mientras no hubiera normas de derecho interno que los aplicaran. El TC inició, a partir de 1981, un cambio de critério); en aplicación dei RLD 17/77 los sindicatos carecían del derecho a declarar huelgas (pese a las disposiciones constitucionales: también ha sido el TC, que admitió el derecho de los sindicatos a declarar huelgas en abril de 1981, quien inicio el camino para modificar la tendência no favorable a la aplicación directa de la Constitución) y conflictos colectivos (el TC admitió este derecho en noviembre de 1982).

Junte a esa necesidad de un nuevo marco de relaciones laborales, concepto en boga por aquel entonces, se produce una fuerte polémica entre las dos centrales mayoritarias, CC.OO. y UGT, respecto de la primacía del sindicato o del movimiento, es decir, el “sindicalismo de nuevo tipo” defendido por Comisiones Obreras.

En realidad la divergencia de fondo no estaba basada en concepciones sindicales diferentes, como la que se ha planteado en otros países, entre un sindicalismo-asociación cerrado sobre sus afiliados y netamente contractualista y otro más abierto al conjunto de los trabajadores, con estructuras unitarias de base y dimensión socio-política. Lo que realmente era objeto de controversia en este debate era la posición de un sindicato, como UGT, volcado hacia formas de actuación y estructuración propios de la legalidad y otro, CC.OO., intentando trasladar la inercia de la clandestinidad hacia la configuración de la nueva realidad sindical, lo que le resultaba más beneficioso que la confrontación entre sindicatos.

La polémica en torno a listas abiertas e cerradas, comités de empresa-secciones sindicales, negociación extra-empresarial de carácter sindical o mixta - en la que significativamente la patronal, hasta 1979, y otros expertos de la derecha, se inclinan por la tesis pro-comité, en línea con el empresariado americano y japonés partidario del sindicato “de la casa”, capaz de promover la cooperación entre los trabajadores y la dirección al margen, según ellos, de la dimensión conflictiva y de clase de los sindicatos de industria y confederales - se atenúa sustancialmente tras las primeras elecciones sindicales de 1978, en línea con las tesis defendidas por el sindicato ugetista.

En esta necesidad de fortalecimiento sindical no eran problemas menores la enorme dispersión de la negociación y el porcentaje importante de trabajadores que quedaban al margen de la contratación colectiva.

La presencia sindical básicamente implantada en las grandes empresas, la carencia de estructuras sindicales de rama o de industria, planteaban la conveniencia de una nueva ordenación de la negociación colectiva en la que el sindicato fuese el punto de referencia: unificando

reivindicaciones, articulando los diversos niveles de la negociación, extendiendo el ámbito personal de la negociación colectiva.

Esta situación explica en gran parte, la tendencia hacia los acuerdos marco y la centralización de la negociación colectiva, y no solamente la búsqueda de una nueva política contractual ligada, como en general ha sucedido en otras experiencias internacionales, a políticas de lucha anti-inflacionista.

Ha sido dato característico de la acción sindical en esta etapa la constante discusión en torno a la siempre presente cuestión de los límites - porque hablar de sí o no en términos absolutos pertenece más al terreno de la ficción del intervencionismo de la Administración en el campo de las relaciones laborales y sindicales.

La primera reacción frente al paternalismo y al intervencionismo del franquismo fue, naturalmente, propugnar su desaparición, pero en esta postura - que comparte la derecha que durante décadas monopolizó el Estado sin sentirse demasiado incómoda - se han sacado, frecuentemente, las cosas de quicio, y a la vez que se pedía que el Estado se abstuera frente a los conflictos, se reclamaba su intervención para llegar allí donde el sindicato no podía hacerlo.

Este planteamiento, basado más en el rechazo político a la dictadura que el franquismo impuso al mundo del trabajo que en un análisis objetivo, puede explicar por qué los sindicatos han admitido la pérdida de competencias de la administración laboral establecida por el Estatuto de los Trabajadores que aumentó la judicialización de las relaciones laborales; algo que no les resulta favorable.

En cualquier caso, la súbita disminución del intervencionismo del Estado en los conflictos y en las relaciones de trabajo, lo que en algunos supuestos se tradujo en abstencionismo frente a situaciones en las que tendría que haber actuado, tuvo incidencia sobre la acción sindical, porque obligó a los sindicatos a multiplicar su esfuerzo para cubrir los vacíos que este repentino y, no siempre justificado, liberalismo fue dejando.

Son este conjunto de factores que acabamos de analizar los que orientan la estrategia sindical de manera prioritaria, sobre todo por parte

de UGT, hacia la configuración de un nuevo marco de relaciones laborales. Tal orientación se concreta en la negociación con CEOE del Acuerdo Básico Interconfederal, el cual sirve de base al Estatuto de los Trabajadores, y en particular a su título III. El posterior Acuerdo Marco Interconfederal (AMI), negociado y firmado antes de la aprobación por el parlamento del Estatuto, consagra una nueva ordenación de la negociación colectiva y el reconocimiento de los derechos sindicales en la empresa.

Para concluir este apartado resulta conveniente resaltar que, apesar de venir de una situación marcada por cuarenta años de ilegalidad sindical, o quizá por ello, las mayores innovaciones introducidas en este período en el terreno normativo o de apoyo sindical no han sido producto de iniciativas legislativas, sino de acuerdos entre las partes sociales, o en todo caso, constituyen el resultado de recursos ante el Tribunal Constitucional. Abundando en ello, baste recordar que la jornada de 40 horas se adelanta por acuerdo a la Ley; que la participación institucional se establece realmente en el ANE o que paralelamente a la negociación de este acuerdo se fijan los criterios para el desarrollo de nuevas modalidades de contratación. Lamentablemente algunas cuestiones, como el patrimonio sindical, han transitado por los acuerdos como objeto renovado y permanente de contrapartida.

La clarificación del mapa sindical

Cuando comenzó, en abril de 1977, el proceso de legalización de asociaciones profesionales de trabajadores y empresarios, se produjo una avalancha ante las oficinas del IMAC. Ese año se presentaron para legalización los estatutos de 3.584 asociaciones empresariales y 2.814 asociaciones sindicales. Bien es verdad que ese número tan significativo no indica, necesariamente, que se trate de organizaciones distintas, porque el proceso implicaba también la legalización de asociaciones de primero, segundo y tercer grado pertenecientes a una misma confederación.

Pero debemos tener en cuenta el importante número de organizaciones de ámbito estatal que se indican en el Cuadro nº 3.

Resultaba evidente, entonces, la necesidad de establecer mecanismos que permitissem conocerlos interlocutores válidos.

El proceso de clarificación dei mapa sindical y empresarial no ha sido igual - pese a que en ambos casos tal clarificación resulta imprescindible - como puede deducirse de las cifras globales de asociaciones profesionales que se indican en el Cuadro no 4.

Establecer un sistema que permitiera saber quién era quién entre la maraña de siglas, no resultaba tarea sencilla. En la experiència comparada europea existen los más variados procedimientos, pero ninguno parecia edecuado a las necesidadesde nuestro país.

Finalmente, se optó por uno que ha sido objeto de ciertas controversias, entonces y ahora, pero que resulta ser el único viable: las elecciones a representantes de los trabajadores en las empresas. Fue así que se produjeron três procesos electorales, en 1978, 1980 y 1982, que han permitido saber que en nuestro país existen dos grandes organizaciones de nivel nacional, UGT y CC.OO; una ELA-STV, con clara predominancia en el País Vasco, y una INTG, con presencia significativa en Galicia.

Los resultados de las elecciones que se ofrecen en el cuadro nº 5, permiten algunas felexiones:

- No han podido consolidarse la tercera fuerza sindical pese a los diversos intentos que ha habido.
- Se ha producido una drástica disminución de los delegados no afiliados, lo que indicar la creciente sindicalización de los organos de representación.
- Ha habido un importante descenso del número total de delegados, 53.000 menos entre el primer cómputo y el último, como consecuencia de la modificación en la normativa electoral y de la propia crisis económica.
- El mantenimiento de un sistema de cómputo de la representatividad sindical sigue siendo indispensable, pese a alguna oposición que ha despertado, como se deduce dei número de sindicatos que han obtenido delegados en las elecciones realizadas:

1980	1982
389	3 1 6

Fuente: I.M.A.C.

- La modificación del panorama sindical existente al comienzo de la transición ha sido notoria: CC.OO., que se presentaba como central claramente predominante, pasó de un claro triunfo, en 1978, a ser la segunda fuerza sindical en 1982. El importante salto que se produjo entre los procesos de 1980 y 1982 - CC.OO. obtuvo 3.800 delegados menos y UGT 3.500 más - puede atribuirse, entre otras razones, pero fundamentalmente, a la política de concertación que uno practicó y el otro rechazó.

A tal fin, hay que recordar que en 1980 CC.OO. realizó una intensa campaña tendente a quebrar por arriba o por abajo - el AM I y en numerosos casos se negó a la firma de los convenios a pesar de haber participado en su negociación. La Fundación “Francisco Largo Caballero” en su análisis de la negociación colectiva para aquel año (1980) afirma que, en el caso de los convenios de sector, UGT firmó el 75% del total, mientras que CC.OO. sólo lo hizo en el 31%. Como más adelante se indica, la incidencia de tales convenios sobre el número total de trabajadores sujetos a ellos es muy alta, debiendo añadirse que acuerdos para sectores cualitativa y cuantitativamente importantes desde el punto de vista de la negociación colectiva (tales como banca, construcción, metal, hostelería o alimentación) no fueron suscritos por CC.OO.

- Por primera vez se produce en el sur de Europa - y a diferencia, por lo tanto de la situación habitual en Portugal, Francia, Italia - una mayoría sindical no comunista, hecho que añade un dato al panorama político español.

- Hay que señalar el escaso número de delegados en relación con el total posible, lo que señala falta de capacidad de los sindicatos para llegar a todos los sitios. Sobre esta cuestión es muy difícil exhibir datos exactos dada la inexistencia de un censo empresarial fiable; sin embargo, un estudio de la Fundación “F. Largo Caballero” (1981) estima que en 1978, de un total de 187.314 centros de trabajo, se celebraron elecciones en 60.017 (el 32,03%); en 1980, sobre 169.048 centros de trabajo el número en el que se celebraron elecciones fue 62.585 (el 37,02%). En 1982, se

celebraron elecciones en 53.601 centros de trabajo, según la misma fuente. La disminución de 8.901 centros con respecto al proceso anterior puede derivar, evidentemente, de cierres de empresas como consecuencia de la crisis.

La realización de elecciones es particularmente escasa en las pequeñas empresas (de hasta 50 trabajadores) donde, según la misma fuente, solo se han realizado elecciones, en 1978, en el 26,4% de los centros de trabajo y, en 1981, en el 34,9% de los mismos. Estos porcentajes se elevan al 77% o al 90% en empresas de mayor tamaño.

Hay que añadir que la clarificación sociológica que derivó de las elecciones se completo con la que se realizó a nivel legal con la atribución del carácter de mayor representatividad, a efectos institucionales, a los sindicatos estatales con un mínimo de un 10% de delegados a nivel nacional y un 15% a nivel autonómico, criterio aceptado, en términos generales, como válido, aunque produce ciertas disfunciones, como es el hecho de que USO, con 6.527 delegados, no tenga esa consideración, y sí la tenga INTG con 1.651.

Aunque no es objeto de este trabajo lo referente a las *organizaciones empresariales*, nos permitimos señalar la circunstancia de que tanto CEOE como CEPYME gozan de una representatividad de hecho, dado que, curiosamente, no se ha puesto en marcha mecanismo alguno para medirla, hasta tal punto que ni siquiera existe un censo fiable de empresas.

El contexto político

Al margen de la connotación ideológica y partidista de los sindicatos en España - que por otra parte no es nueva y entronca con la tradición de dimensión política y vocación de transformación social del movimiento sindical español desde sus orígenes - que sin duda añade a la propia concurrencia sindical (acentuada en un período “constituyente”) la concurrencia política y que, además, tiene una repercusión negativa sobre la afiliación, sobre la implantación en determinados sectores de la clase trabajadora y en definitiva sobre la consecución de un sindicalismo de masas, aparte de todo ello, decimos, lo que nos interesa destacar es la

influencia que el contexto político general ha tenido sobre la decantación de las estrategias sindicales de las dos grandes organizadoras obreras de nuestro país.

Se puede identificar a este respecto três *grandes períodos*: el que va desde 1977 a las elecciones generales de marzo de 1979; el que se inicia con el Acuerdo Básico Interconfederal en junio de 1979 hasta el triunfo socialista en octubre del 82; y la etapa del Gobierno socialista.

El primer período se caracteriza por el consenso político, cuyos ejes son la UCD y el PCE, sobre todo hasta la elaboración de la Constitución de 1978, y con un punto culminante en los Pactos de la Moncloa de octubre de 1977.

En el campo social ello se traduce en una interlocución privilegiada del poder político, e implícitamente de la patronal, incipiente en aquel momento, con Comisiones Obreras que asume el papel del “sindicalismo responsable” y que, por su implantación y cuadros sindicales es, por una parte, temido y, a la vez, considerado como el único que puede poner “orden” entre la clase trabajadora, en transposición de lá famosa frase del Partido Comunista francés en mayo del 68, de que era “un partido de masas y por lo tanto un partido de orden”.

A ello se añade el interés político por que no aumentase la influencia socialista a través del campo sindical, ya que el PSOE era la única alternativa de oposición con capacidad de arrebatar la mayoría electoral a la UCD.

Para completar el cuadro habría que añadir los intentos desde el poder por lanzar una “tercera fuerza sindical”, en torno a USO.

En ese contexto, la posición de UGT resulta complicada. Muchos de sus sectores, con menor experiencia y articulación que CC.OO., pretenden “pasar por la izquierda” al sindicato comunista. Constreñida por la interlocución del poder con CC.OO., desconsiderada por los empresarios, amenazada en su espacio sindical por el lanzamiento de un tercer sindicato, se refugia, con acierto, aunque con una cierta e inevitable imagen “seguidista”, en la unidad de acción (*puntual* se remarcaba) con CC.OO. al objeto de cerrar el paso, con un frente sindical de clase, al surgimiento

de una tercera fuerza y de no quedar aislada de la dinàmica de la acción sindical y la movilización de masas.

Su gran acierto estratégico en este período es, como hemos señalado anteriormente, la defensa de un modelo claramente sindical frente al “movimiento” de Comisiones.

La vaga orientación en que se basaba tal concepto - el “movimiento socio-político” se señalaba - mezcla de una cierta concepción consejista (teorizada por Gramsci y Pannekoek, entre otros) y de práctica sindical clandestina en la que la acción obrera tenía un básico componente de contestación política, implicaba un modelo sindical, que no era ni sindicato ni partido, y que resultaba profundamente inadecuado para la nueva etapa democrática. Tan desfasado como aquella concepción defendida por Carrillo, todavía en 1976, sobre la huelga general política como mecanismo de acceso al poder en la democracia.

En este sentido, la defensa ugetista de un modelo equiparable con los de otros países democráticos, resulta decisiva en la configuración que en el futuro adquiere el espectro sindical en nuestro país.

De otra parte, las expectativas estratégicas de UGT secentranen el posible triunfo electoral del partido socialista, del cual habna de derivarse un marco legislativo favorecedor del “modelo” sindical ugetista, el salto organizativo a través de la devolución del patrimonio histórico, y el crecimiento afiliativo y de representatividad como consecuencia del reflejo favorable de la mayoría socialista entre el electorado.

Este cuadro se quiebra con las elecciones generales de marzo de 1979 que UCD vuelve a ganar. La deseada apoyatura en el PCE tal como se había dado en el período anterior resulta un lastre en el nuevo que se abre, y la “pinza” sobre el PSOE no tiene efectos prácticos sobre sus resultados electorales, resultados que el PSOE mantiene, consolidándose además como la gran fuerza de la izquierda en España.

Si alguna vez Suarez y Carrillo soñaron con la fórmula italiana de comprimir el espacio socialista mediante la cristalización de dos polos, a derecha e izquierda, antagonicos y de difícil o imposible alternancia, era

evidente que tal esquema resultaba impracticable y era, además, peligroso para la consolidación de la monarquía parlamentaria.

Por otra parte, los empresarios empiezan a asustarse de la perspectiva de un sindicalismo español hegemonizado por los comunistas.

Se rompe definitivamente el “idilio” entre el poder y el PCE, El PSOE atrayesa una situación de interinidad tras la crisis dei 28 Congreso y la dimisión de Felipe González en mayo de 1979. La UGT, alejadas las expectativas electorales del partido hermano, y con este en crisis, “resindicaliza” su estrategia, concepto acuñado por la CFDT en Francia tras el fracaso de la unión de la izquierda en el vecino país, después del alejamiento, también en este caso, de las expectativas de cambio político.

En esas circunstancias se produce un hecho aglutinante de las estrategias en presencia, y a la vez determinante, en el campo sindical, de los planteamientos que han de predominar en los años siguientes: la oferta formulada por el ministro Calvo Ortega para que las partes sociales negocien entre sí el proyecto de Estatuto de los Trabajadores, con la promesa de que el Gobierno asumirá en el proyecto de Ley los acuerdos a que puedan llegar.

Ello hace aflorar una clara divergencia estratégica entre los sindicatos mayoritarios. UGT acepta esta negociación bilateral entre sindicatos y empresarios, mientras que CC.OO, la rechaza por no realizarse a nivel político con el Gobierno. El mismo esquema de fondo se reproduce en la negociación del AMI al final de ese mismo año.

En realidad, en esa diferente estrategia socialista y comunista, los unos buscando una mayor normalización de la relación sindicatos-empresarios y Gobierno-oposición, los otros tratando de recuperar y acrecentar una situación de “Gobierno compartido”, quien sale peor parada es CC.OO. Dicha central, al ser utilizada como fuerza de presión para imponer una negociación política (una especie de Pactos de la Moncloa redivivos), presión que la lleva a su marginación del Estatuto y del AMI, sufre un profundo descalabro estratégico y sindical, lo cual va a ser un factor decisivo en el desencadenamiento de las futuras crisis en el movimiento comunista, en sus vertientes sindical y política.

De hecho, la conferencia sindical del PCE de junio de 1980 significa una rectificación de su profundo error estratégico, y casi terminan siendo ellos quienes más pretenden capitalizar aquel acuerdo. Ello se traduce en una voluntad firmísima de llegar a acuerdos en la negociación del ANE, que se inicia en los primeros meses de 1981, voluntad que sin duda tuvo un componente de respuesta a la consolidación democrática tras el golpe del 23 de febrero, però que fundamentalmente responde a la decisión de no volver a quedar marginados del Acuerdo.

Contrariamente a determinadas explicaciones que, a posteriori, se dieron desde CC.OO. acerca de su firma del ANE, nuestra opinión es que era un interés esencialmente sindical quien les llevaba a negociar-lo y rubricarlo. En cambio, y dicho sea de pasada, quien sí se ve forzada a la firma del acuerdo por razones claramente políticas es la CEOE, como lo pone en evidencia la denuncia inmediata del Acuerdo y su constante compañía de deterioro del mismo hasta lograr su práctica paralización.

El enorme triunfo electoral del Partido Socialista resquebraja nuevamente la coincidencia de posturas que durante 1981 y 1982 mantienen los sindicatos mayoritarios.

Mientras la UGT basa su estrategia en la defensa y el cumplimiento del programa socialista, que ha recogido muchos de sus planteamientos, en Comisiones Obreras la victoria socialista desencadena auténtico terremoto interno en cuanto a la actitud de adoptar con respecto a las consecuencias que del triunfo del PSOE puedan derivarse en el campo sindical. En los primeros momentos, son muchos, dentro de CC.OO., los que al comprobar el enorme porcentaje de afiliados al sindicato que había votado a los socialistas, consideran un poço menos que periclitado al PCE produciéndose un movimiento de desmarque del sindicato respecto del partido (dimisiones de Camacho y otros dirigentes de la Eje-cutivadel PCE). El Secretario General de CC.OO, realiza, incluso, una propuesta pública de unidad orgânica con UGT, que, al margen de su inconsistência, encierra un claro componente estratégico: tratar de adelantarse, en buena relación de fuerzas, a un processo de decantación de la ciase trabajadora hacia el campo socialista en el terreno político y también en el sindical,

como consecuencia de la hegemonía del PSOE en la izquierda y entre los trabajadores; condición esta que, por otra parte, ha sido esencial en los países anglosajones para la configuración de un sindicalismo unitario con profundas conexiones con los partidos socialdemócratas, como es el caso de Suecia, Alemania, Inglaterra, Dinamarca, Austria, etc.

Con posterioridad, el debate, tanto en el PCE como en la dirección de Comisiones, se establece entre quienes propugnan ocupar el espacio “del PSOE de antes de su llegada al poder”, aprovechando el desgaste de los socialistas, sin adoptar una actitud de enfrentamiento abierto con el poder y aquellos otros que abogan por un espacio político nitidamente diferenciado del PSOE, un cierto reciclaje del eurocomunismo y una práctica política de clara oposición al Gobierno.

En la práctica, todo ello se traduce en el terreno sindical en una política más de desgaste que de defensa de alternativas posibles, lo que hace inviable cualquier acuerdo con UGT, aún cuando en el diseño estratégico de la central socialista se contempla la conveniencia de un acuerdo sindical en defensa del programa socialista.

Nuevamente, al igual que sucediera en 1979-80, la lucha por la recuperación de un espacio sindical y político por parte del PCE, produce una profunda quiebra en las relaciones intersindicales.

Sería, sin embargo, erróneo circunscribir a esa cuestión las repercusiones que sobre las estrategias sindicales produce el contexto político en este período. Un período en el que probablemente desarrolló menos iniciativa estratégica el sindicalismo de nuestro país.

El Gobierno socialista ha variado sustancialmente los términos de la política de concertación del “cambio político”, que dicen los italianos. De una parte, la propia mayoría absoluta de este Gobierno le ha planteado menores necesidades de buscar un consenso con las partes sociales. De otra, la política monetarista practicada le ha llevado como en otros muchos países, a “pasar por encima” de los sindicatos.

En efecto, en estos últimos años muchos gobiernos tienden a inmunizarse de las obligaciones de negociar con los sindicatos y propenden a reforzar su propia legitimidad sin o contra la representación de los tra-

bajadores, percibiendo que pueden proceder a tomar decisiones sin consensuar las con ella.

El fenómeno es patente y ostensible en la experiencia inglesa y en los EE.UU.; y se presenta bajo formas más suaves y menos evidentes en numerosos países europeos - como Alemania, Bélgica y Holanda - que cuentan con tradiciones notables de colaboración y de relaciones entre las partes sociales y el Estado.

En estos países, los sindicatos han sido prácticamente marginados de la escena política o son simplemente consultados; los trabajadores han sufrido cortes importantes; desigualdades crecientes y desequilibrios sociales (en primer lugar, el desempleo) se manifiestan sin grandes objeciones, como si fuesen inevitables y necesarios para no salir del mercado, de la concurrencia internacional, de un determinado nivel de solidez y de eficiencia de la economía.

En lugar de basar el intercambio y la concertación sobre los sindicatos (recordemos las posiciones de la UGT negándose el pacto triangular en 1983 y 1984 para evitar tener que pactar la política del Gobierno con los empresarios), el Gobierno socialista los ha basado sobre los empresarios, convirtiendo a éstos en el interlocutor privilegiado de la concertación y del consenso sobre la política económica.

Sobre todo hasta la segunda mitad de 1984, se ha seguido una política en la que la concertación ha sido conceptualizada como un factor de rigidez, como un obstáculo para el libre juego del mercado; los sindicatos, vistos como un “elemento retardatorio” y corporativista de cara a la salida de la crisis; las “asociaciones intermedias”, un factor que introduce opacidad en la relación con los ciudadanos.

Tales planteamientos resultan esenciales para comprender que, por primera vez en estos años, en 1984 no se llegue a ningún acuerdo social. En efecto, la creencia de que las bandas salariales introducían rigidez en la negociación colectiva, impidiendo un tratamiento salarial diferenciado en función de la situación específica de cada empresa y sector, y que sin acuerdo el ajuste de los costes salariales iba a ser más efectivo, estaba arraigada entre los responsables de la política económica.

De hecho, como ya fue anunciado por los sindicatos y la experiencia demuestra, no se produce una desagregación significativa de la negociación colectiva a pesar de la falta de acuerdo, como consecuencia del efecto unificador de los convenios sectoriales y provinciales, de una parte, y por la horquilla de referencia que establece el Gobierno con su previsión de inflación (8%) y de topes salariales en el sector público (6,5%), de otra.

El drástico ajuste salarial se produce en efecto (en torno a 3 puntos de pérdida de poder adquisitivo en 1984) pero no como consecuencia de la inexistencia de acuerdo, sino, en el fondo por lo contrario: los sindicatos no pueden o no quieren, o ambas cosas a la vez, romper los topes establecidos en el sector público y sobre todo, no ponen de hecho en cuestión el esquema de negociación sobre la inflación prevista, operando en la práctica con las mismas coordenadas que se hubiesen derivado de un acuerdo, aunque con una conflictividad laboral acentuada y un cierto deterioro de la negociación colectiva en términos, por ejemplo, de pérdida de cláusulas de revisión salarial.

Esta política conlleva una relación conflictiva con UGT y la práctica marginación de Comisiones de la interlocución con el Gobierno.

A partir del segundo semestre de 1984 la efervescencia de tales planteamientos se atenúa, más por razones políticas que como consecuencia de una nueva orientación de la política económica: se deteriora de manera profunda la demanda interna, el empleo no se recupera sino que crece de manera importante el paro, se entra en período precongresual en el partido del Gobierno. La concertación que aparecía como un elemento extraído en el diseño monetarista de los expertos del Banco de España y de los responsables de la economía, se convierte en una prioridad política y en una exigencia para generar confianza y estabilidad a las expectativas económicas.

No siendo ya la cuestión salarial el elemento central del nuevo proceso negociador que se abre con la discusión del AES, los interlocutores sociales adoptan posicionamientos diferenciados ante la negociación.

La posición de la CEOE es, por una parte, pragmática buscando alcanzar determinadas exigencias empresariales (reducción de

cotizaciones, exenciones fiscales, mayores disponibilidades para el sector privado, facilidades para la contratación, canalización de la inversión hacia las empresas privadas, etc.) y, de otra parte, estratégica, intentando congelar determinadas reformas y comprometiendo otras, y sobre todo, apoyando el paso del Rubicón de la política económica del Gobierno. En términos políticos, los empresarios se sitúan ante el acuerdo en la posición de considerar que si este se desarrolla será a fuerza de costes de impopularidad en el electorado socialista y en caso contrario su crítica se basará en el incumplimiento del programa económico que se inscribe en el frontispicio del Acuerdo. El punto más vulnerable de esta estrategia está en la responsabilidad que los empresarios asumen con la firma del Acuerdo en la política de empleo, responsabilidad de la que inmediatamente tratan de desmascararse.

La posición de UGT resulta también pragmática. Con incrementos salariales que realmente pueden sostener el poder adquisitivo de las diversas rentas salariales en el marco de una política económica que ima alguna de sus aristas y se orienta más hacia el empleo, con posibilidades de gestionar partidas importantes de inversión y de fomento del empleo, a la UGT se le presenta la oportunidad de alcanzar viejos objetivos de mayor participación sindical, la ampliación del marco de a negociación a nuevos aspectos de la política de rentas, de inversión, de prestaciones, abriendo así perspectivas cuantitativas para la acción y el protagonismo sindical en una época de crisis.

En cuanto a Comisiones Obreras, sus propias discrepancias internas junto al interés político por no legitimar la política del Gobierno, le conducen a posiciones maximalistas, imposibles de conectar en una plataforma sindical común y, por lo tanto, a una posición inoperante y marginal.

Para concluir, resulta llamativo constatar como durante esta etapa de Gobierno socialista la dialéctica sindical se expresa más en términos de relación de fuerzas en el seno de los partidos de referencia que a través de la acción sindical de masas. Ello es más evidente en el caso de UGT en relación con el PSOE y el Gobierno, pero también se produce entre

Comisiones y las diferentes estrategias representadas en el seno del PCE. Este es un tema que sin duda merece la reflexión del sindicalismo de nuestro país.

Las experiencias concretas

Determinadas experiencias de la práctica sindical han desempeñado, a su vez, una influencia notable sobre los comportamientos sindicales de los últimos años. Entre estas experiencias hay cuatro que merecen resaltarse: la crisis de los sectores de vanguardia del movimiento obrero; la relación permanente con la crisis de las empresas; los Pactos de la Mancloua; el decreto Abril Martorel.

Como ha sido señalado con acierto, la dinámica de la acción sindical ha variado como consecuencia de la crisis de las grandes empresas y los sectores básicos de la industria. En efecto, el esquema de acción sindical propio de los años de desarrollo económico, (esquema agudizado, por otra parte, por la ilegalidad sindical), consistente en que los convenios de las grandes empresas de la minería, la siderurgia, los astilleros e el automóvil, es decir, las grandes fortalezas del movimiento obrero, hiciesen de punta de lanza en la conquista de mejoras salariales o derechos sindicales, y arrastrasen, en un claro efecto emulación, al resto de la negociación colectiva, se rompe al entrar en crisis dichos sectores; se impone otro esquema de negociación en el que los puntos de referencia no pueden ser la SEAT e HUNOSA, sino acuerdos-marco centralizados, de eficacia general.

Por otra parte, el sindicato ha vivido con enorme intensidad la experiencia de miles de expedientes de crisis. La vieja concepción sindical que consideraba la marcha de la empresa como un problema del empresario, ha sido sustituida por la dura constatación de que del futuro de la empresa depende el empleo de todos. La conciencia de que negando el problema no se soluciona la crisis de la empresa, de que la venta de un barco o de una máquina-herramienta no depende del número de huelgas que se hagan, ha llevado al sindicato a una corresponsabilización en la

salida de la crisis, al tiempo que a una concepción más general y menos individual de la defensa en el empleo.

Como hemos señalado anteriormente, la reacción sindical ante los pactos de la Moncloa no fue uniforme. CC.OO, los defendió sin vacilación desde un primer momento, para lo que tuvo que afrontar algún desgaste frente a sus bases más radicalizadas; y en un comunicado de su Consejo Federal afirmo que los valora positivamente porque “dichos acuerdos contienen ventajas sustanciales para los trabajadores que hemos reivindicado durante años”, exagerando, sin duda, en su apreciación de que “en gran medida a este acuerdo se ha llegado por la presión de masas de estos últimos meses”.

La postura de UGT fue menos contundente, lo que le dió un cierto carácter ambiguo. En declaración de su Comité Confederal se deja constancia de la situación económica “excepcionalmente grave” por la que atraviesa el país, se rechaza la marginación sindical y las negociaciones, el tope salarial, y la posibilidad de reducción de plantillas en un 5% para las empresas en los que se superase tal tope. Sin embargo, se acepta el principio de la moderación salarial con contrapartidas, lo que prefigura la conducta posterior de este sindicato.

Lo que empezó con reticencias, acabó siendo reivindicado con general unanimidad. Los Pactos de la Moncloa eliminaron, de hecho, el rechazo al “pacto social” y abrieron paso a un horizonte nuevo en la acción sindical, ya que demostraron que la vía de los acuerdos generales podía ser rentable en términos de reducción de la inflación, de defensa del poder adquisitivo de los trabajadores - sobre todo de aquellos con salarios más bajos - y en la consecución de reformas y de contrapartidas.

Por otra parte, el contraste entre la acción sindical con acuerdo y sin él y los inconvenientes de la ausencia de éste se hicieron patentes durante 1979 con los “topes salariales” establecidos por el Gobierno. Pese a ser un año de enorme conflictividad - 170 millones de horas de huelga - la actuación conjunta de los sindicatos mayoritarios no logró romper los topes establecidos, y los crecimientos salariales pactados en convenio que daron muy por de bajo de las plataformas reivindicativas y de la inflación.

La confrontación sindical frente a una política económica autoritaria e impuesta tenía mayores costes económicos, sociales y sindicales que la pactada. Esta conclusión llevó a la UGT a la proposición de una política de concertación, a la responsabilización, en definitiva, en una política antiflacionista en la que la “autolimitación” salarial pactada pudiese verse compensada con un ajuste más suave de la crisis y una mejor defensa de los intereses de los trabajadores en todos los frentes.

La repercusiones de la crisis

Como consecuencia de la crisis, los comportamientos y las estrategias de las organizaciones sindicales están siendo profundamente modificadas.

La quiebra de las tasas de crecimiento económico y el continuo descenso en los niveles de ocupación están trayendo consigo una política de control salarial y una nueva actitud de “moderación” en sus reivindicaciones por parte de las organizaciones sindicales, e incluso de colaboración de la búsqueda de viabilidad a muchas empresas en crisis. Uno de los dirigentes más cualificados del sindicalismo italiano, Bruno Trentin, señala claramente esta evidencia cuando afirma que “los sacrificios son hoy necesarios, y la acción organizada del movimiento obrero puede incidir sobre su naturaleza, no sobre su cantidad”.

Por otro lado, si el sindicato se desentiende del problema, corre el riesgo cierto de que el ajuste se realice por medio de soluciones autoritarias que logren imponerse merced a la debilitación del movimiento obrero y al retroceso en sus conquistas tradicionales. Frente a estas tendencias autoritarias, el sindicalismo persigue establecer nuevas contrapartidas, controlar los cambios, mantener los niveles de protección social de las clases trabajadoras a través de una política de concertación o de consenso social, que, por otra parte, resulta imprescindible para realizar los reajustes estructurales que son necesarios.

La adaptación de los comportamientos sindicales a las nuevas situaciones viene, pues, dada por las repercusiones derivadas de la crisis y que podríamos sintetizar en las siguientes:

a) La instalación de un porcentaje masivo de desempleo

El paro ha pasado de ser algo coyuntural a convertirse en un fenómeno estructural, como consecuencia del menor crecimiento de la economía y de los cambios tecnológicos. Ello trastoca radicalmente lo que ha sido la orientación tradicional del sindicato durante los últimos 25 años, centrada en la conquista de mayor poder adquisitivo, para dirigirla hacia el empleo. Los sacrificios se imponen como una evidencia necesaria, y surge así en el sindicalismo una política de moderación; con reticencias, pero de una manera irreversible, la productividad y el reparto del trabajo pasan a ser temas centrales de preocupación sindical; el llamado “garantismo” sufre un profundo replanteamiento, al pasar los sindicatos, valga la simplificación, de hacer de gendarmes de cada puesto de trabajo a tener que defender el nivel global de empleo en cada país.

b) La parcelación de la clase obrera

Como consecuencia de la crisis actual, se está produciendo una división, segmentación y parcelación de la clase obrera sin precedentes: la separación entre trabajadores con empleo y desocupados, la economía sumergida, las nuevas modalidades de contratación temporal y a tiempo parcial, la movilidad del trabajo, son fenómenos que aumentan las tendencias corporativas y que nos ponen ante el hecho de que sectores crecientes de trabajadores se sustraen a los canales tradicionales de relación laboral, de negociación y de organización obrera.

c) Los límites de la negociación colectiva

Aún cuando la negociación colectiva sigue siendo un instrumento básico para regular el conflicto en una situación de crisis, no son menos evidentes sus limitaciones a la hora de afrontar los nuevos problemas derivados de la política industrial y las reestructuraciones sectoriales, al abordar las nuevas modalidades de contratación, los niveles de ocupación, la protección a los desempleados, la situación de las clases pasivas, el salario social, etc., desplazándose necesariamente la actividad negociadora

hacia aquellas decisiones que tienen su origen en la política económica, social y legislativa, y por ende, hacia una mayor interlocución con el Gobierno y, en suma, hacia el marco político.

d) La legitimación de la representatividad

La basculación de la negociación colectiva desde el nivel de empresa e incluso sectorial hacia los temas de tratamiento intersectorial, como consecuencia de los fenómenos anteriormente señalados, plantea problemas nuevos con respecto a la centralización de las decisiones en el sindicato, en cuanto a las relaciones de este con los afiliados y con el conjunto de los trabajadores, así como sobre la dinámica de articulación de la negociación colectiva. Por otra parte, el paso de una estrategia de maximización de intereses particulares a otra en la que los sindicatos se ven abocados a la defensa de intereses generales y nacionales acentúa el dilema de tener que compaginar las reivindicaciones inmediatas de los trabajadores con las propuestas globales a medio plazo que los sindicatos expresan.

e) La crisis del “welfare state”

El Mamado estado del bienestar ha tenido una importancia sin parangón en el período que va del final de la Segunda Guerra Mundial a la explosión de la crisis energética. Los grandes objetivos de la política que definen este período en algunos países englosajones, como ha sido el de garantizar a los individuos y a las familias un sustento mínimo, independiente del valor, en el mercado, de su trabajo o su propiedad; la previsión de las “contingencias sociales” de enfermedad, vejez, desempleo; la extensión de los servicios sociales a todos los ciudadanos, todo esto hoy día se ve amenazado. Esa política está en crisis, y con ella la base de una fecunda fórmula de consenso social. Sobre la misma se ha asentado el modelo sindical de la post-guerra en Europa, y a su futuro va ligado el devenir del propio sindicalismo.

II EL CONTENIDO DE LA ACCIÓN SINDICAL Y LA NEGOCIACIÓN COLECTIVA

La acción sindical tiene como dato más destacado, en este período, la política de concertación, (a cuyo contexto sindical y político ya hemos hecho referencia), practicada a través de los macroacuerdos que son, sin duda, los grandes protagonistas.

No vamos a referirnos a su contenido por considerado suficientemente conocido, sino a sus hilos conductores, sus características más destacadas que hoy se aceptan como moneda corriente, pero que hasta muy recientemente no lo fueron tanto, y que son las que exponemos a continuación.

Negociación sobre inflación prevista

La regulación de los crecimientos salariales en base a la previsión de inflación se introdujo en nuestro país como consecuencia de los Pactos de la Moncloa, pero es a partir del AMI cuando los sindicatos, fundamentalmente UGT que lo suscribió, asumen y aceptan el principio que se considera fundamental para la lucha contra la inflación.

En este sentido tal esquema de negociación tiene tres componentes fundamentales: el primero, que podemos llamar de orden político, consiste en aceptar, otorgándole credibilidad, una previsión formulada; lo que implica, en cierta medida, respaldarla, aunque esa aceptación tenga mucho de apuesta, ya que, obviamente, el Gobierno puede equivocarse en sus predicciones.

Una de las razones expuestas por CC.OO. para su oposición al AMI fue, precisamente, su negativa a aceptar la previsión realizada por el Gobierno, porque “se trataba de una forma indirecta de usurpar la autonomía que empresarios y trabajadores han de tener para negociar salarios”. A pesar de esta afirmación, expresada en diciembre de 1979, CC.OO. aceptó, antes y después, esta forma de negociación.

Comisiones Obreras propuso la aplicación de una escala móvil semestral, rechazando el esquema de negociación propuesto porque

“deteriora día a día el poder adquisitivo de los saláries”, UGT, en cambio, lo aceptó “para impedir un proceso de creación de expectativas de inflación a través de la simple indicación automática” de los saláries.

Pero el dato más significativo es que, al adoptar este sistema de establecimiento del incremento salarial, el sindicalismo juega una decisiva carta en favor de una política que tienda a contener el crecimiento de los precios. Se trata de asumir un *compromiso de lucha contra la inflación* que, en frase de Améndola, no requiere contrapartidas.

Se cambia así un esquema de planteamiento anterior y se asume un papel de protagonismo en (a política anti-inflacionista, desde el convencimiento de realizar una defensa de los sectores más débiles de la clase trabajadora por ser la inflación el impuesto más gravoso que recae precisamente, sobre colectivos que, como parados y pensionistas, carecen de capacidad de negociación.

El tercer elemento que está íntimamente unido al principio anterior es el del establecimiento de *clausulas de revisión salarial* que tienen como razón fundamental la conservación de poder adquisitivo en caso de que la previsión no se cumpla, lo cual es imprescindible para mantener los saláries pactados y evitar que la desaceleración de la inflación conduzca a “políticas deflacionistas que originen reducciones importantes del salario real, puesto que esto último llevaría a una importante disminución del consumo de las familias, lo que se traduciría en una fuerte caída de la demanda interior y, por consiguiente, en un retroceso de la producción y el empleo”, según manifestó UGT en un comunicado.

Si se tiene en cuenta que la inflación se redujo en más de un 50% en cinco años y que ello se consiguió, a diferencia de lo que sucedió en otros países de Europa, defendiendo simultáneamente el poder adquisitivo de los saláries, es de justicia afirmar que los trabajadores y sus organizaciones han realizado la contribución más importante al ajuste de la economía española a la crisis. Esfuerzo que, es necesario también decirlo no ha tenido correspondencia por parte del poder político en el pleno reconocimiento y apoyo al hecho sindical en nuestro país.

Las bandas salariales como elemento de solidaridad

Otro aspecto a señalar de los acuerdos marco es el establecimiento de bandas de crecimiento salarial que posibiliten cumplir los objetivos de contención de la inflación y conservación del poder adquisitivo de los salarios mediante procedimientos flexibles que permitan su adaptación a las diversas unidades de contratación. En realidad ya se habían establecido bandas para 1978 (Decreto-Ley 43/77, de 25 de noviembre, promulgado como consecuencia de los Pactos de la Moncloa), y para 1979 (Real Decreto Ley 48/78, de 28 de diciembre, “decreto Abril Martorel”) pero el sistema de señalamiento de los extremos de la banda, ligadas a previsiones de inflación voluntarista - como ya ha sido señalado - y no acompañadas por efectivas cláusulas de garantía salarial provocaron el descrédito del procedimiento y ocasionaron un alto grado de conflictividad.

Los sindicatos han considerado que tales bandas, a las que se pretende hacer efectivas manteniendo la eficacia general de los acuerdos, son esenciales para asegurar condiciones salariales mínimas a los sectores con menor capacidad de presión en la negociación colectiva. Se pretende evitar así que el darwinismo del libre mercado tenga como consecuencia la ineffectividad del objetivo de conservación del poder adquisitivo global de la clase trabajadora, perjudicando precisamente a los sectores más débiles.

Este objetivo ha sido alcanzado, en términos generales, con la excepción de los años 1982 (año de aplicación de ANE, en cuyo acuerdo se pactó la pérdida de dos puntos de salarios) y de 1984 (sin acuerdo), en que el crecimiento de los precios superó los incrementos en las retribuciones.

Separación entre incrementos salariales y aumento de la productividad

El AMI supuso una sustancial modificación del criterio con el que se venía abordando la productividad en la negociación colectiva desde la década de los 60, basada en su vinculación con las retribuciones. La mejora de la productividad que, como se ha afirmado, fue el tema central de los convenios en los años de expansión económica, se obtuvo

fundamentalmente por la vía de la flexibilización de la estructura de los salários.

Esto dio lugar al establecimiento del heterogéneo y complicado sistema de pluses, característico de los salários de los trabajadores españoles, que ha sido objeto de reiteradas críticas.

El planteamiento sindical, frente a esta situación, fue, por una parte, establecer una definición más global de la productividad (negociada en el AMI), y por otra, separarla del salario vinculándola a factores prioritarios tales como la inversión y el empleo.

Ello supuso un cambio sustancial respecto del anterior esquema de negociación. Si antes del AMI las reivindicaciones salariales eran la suma de la inflación pasada, más el incremento de la productividad del año anterior, a partir de 1980 no sólo se negocia sobre previsión de inflación, sino que, separando, el incremento de productividad de las subidas salariales, se establece un nuevo tipo de prioridad negociada: destinar lo productivo al mantenimiento y a la creación de empleo.

En este sentido en el acuerdo se indicaba que los aumentos de productividad se aplicarían al “restablecimiento y/ou mejora del excedente empresarial, inversiones que creen puestos de trabajo o incentivos salariales vinculados a la mejora de la productividad”. Hay que señalar, que, dentro de ese orden de prioridades, el restablecimiento del excedente empresarial se estableció “para aquellas empresas en situación de crisis cuyo nivel no alcance el considerado como normal”.

Es de lamentar, sin embargo, el irrelevante o nulo desarrollo que el tratamiento de la productividad tuvo en los convenios colectivos, como consecuencia de la negativa empresarial a negociar tales cuestiones, amén de la propia inexperience sindical en negociar otra cuestión diferente a las denostadas tablas de rendimiento.

Un análisis del Ministerio de Economía y Comercio (1982) afirma que “sin lugar a dudas, la incorporación masiva en los convenios colectivos de las recomendaciones del AMI en materia de productividad hubiera incidido positivamente sobre la eficacia del aparato productivo español.

Sin embargo, estas directrices, apenas se recogieron en la negociación colectiva del bienio 1980-1981”.

La negativa empresarial a negociar productividad, mutilando así un componente esencial de los acuerdos, le ha resultado notoriamente rentable. Desde 1980 poéticamente la totalidad del incremento de la productividad se ha traducido en excedente empresarial, como parecen evidenciar todos los análisis sobre participación en el PIB.

Afirmar, por lo tanto, que en estos años los sindicatos no han practicado una política de moderación salarial, como reiteradamente se hace, resulta sencillamente asombroso.

No insistencia en el criterio de linealidad en los incrementos salariales

El acortamiento de los abanicos salariales fue una constante reivindicación sindical hasta 1980, reflejada en las plataformas y causa frecuente de conflictividad en la negociación colectiva.

Los Pactos de la Moncloa recogieron, salomónicamente, este planteamiento recomendando “que la distribución del incremento indicado de la masa salarial en cada empresa se efectúe de modo que la mitad, al menos, del referido incremento se distribuya linealmente entre los trabajadores de la misma”.

La fuerte resistencia empresarial, sin embargo, hizo que la aplicación de la recomendación no fuera tarea sencilla.

No obstante, resultaba en alguna medida evidente, (y más tras la experiencia de los Pactos de la Moncloa que supusieron crecimientos muy inferiores porcentualmente para las rentas salariales más altas, enfrentando a los cuadros y técnicos con los sindicatos) que el mantenimiento de tal linealidad podía consagrar situaciones injustas y afectar al criterio de profesionalidad.

A partir del AMI todos los acuerdos han hecho referencia expresa al criterio de porcentualidad en los incrementos (dejando, en todo caso, la posibilidad abierta para tal aplicación negociada de otro tipo de distribución de las subidas salariales), lo que ha contribuido a una mayor integración de los diversos estamentos laborales en la negociación

colectiva protagonizada por las grandes organizaciones sindicales. Es de señalar, que se han utilizado criterios redistributivos o de linealidad en el incremento de las retribuciones de los funcionarios y en la revalorización de pensiones.

Permanece vigente, no obstante, como queda recogido en resoluciones de UGT, el concepto de “aumentos salariales por tramos” no ligado, como antaño, esencialmente a la reducción del abanico salarial, sino a una mejor “distribución de la carga” de los sacrificios derivados de la crisis. La introducción del aspecto fiscal en el concepto de defensa del “poder adquisitivo global”, es, en este sentido, un elemento nuevo y a la vez significativo que se inicia con el AES.

Incidencia de los acuerdos en la negociación colectiva

Todas las opiniones acerca de los acuerdos interconfederales coinciden en señalar su importante efecto sobre la negociación colectiva, que, despejadas las dudas planteadas en 1980 por la intención de CC. 00. de romper el AMI, ha transcurrido dentro de los cauces marcados por aquellos, lo que no deja de ser uno de sus méritos. Esta incidencia se manifiesta en lo siguiente:

a) Acuerdos Interconfederales

Los Acuerdos Interconfederales, definidos como “convenios de convenios” encauzaron la negociación colectiva que transcurrió, en todos los años, con notable fluidez. De hecho los sindicatos se inclinaron a considerar los macropactos no sólo como referencia de mínimos, sino también de máximos, lo cual puso, en algunos casos, a prueba su capacidad para mantener una disciplina negociadora. Por otra parte, se contribuyó poderosamente a clarificar el confuso panorama que se presenta en nuestro país a la hora de establecer los interlocutores válidos para integrar las mesas negociadoras, habida cuenta de la práctica imposibilidad de establecer la representatividad empresarial en los términos exigidos por la ley.

Todo ello trajo como consecuencia un espectacular descenso de la conflictividad (superior al 70%), fenómeno que configura el panorama de las relaciones laborales en los últimos años, y algo a su vez muy importante: la legitimación de organizaciones sindicales y empresariales como protagonistas incontrovertibles de la negociación colectiva.

b) Generalización de conquistas sociales

Una de las aspiraciones sindicales permanentes ha sido históricamente la lucha contra las desigualdades y la conquista de condiciones mínimas homogéneas para el conjunto de los trabajadores. La política desarrollada ha sido eficaz en este sentido: reducción de la jornada laboral de 2.006 horas anuales a 1.826; generalización de los 30 días de vacaciones desde los 23 que fijaba el Estatuto de los Trabajadores en 1980; extensión de los derechos sindicales (delegados sindicales, cuota sindical, excedencia, etc.) a la mayor parte de las empresas.

Esta función de defensa de intereses generales que el sindiato desempeña en nuestro país, más allá de lo que es la estricta salvaguardia de los intereses de sus afiliados, no es suficientemente comprendida y valorada. Los sindicatos españoles, cuya representatividad por otra parte, ha sido renovada cada 2 años realizan tareas de interés general muy importantes no siendo comprensible, por lo tanto, las reticencias que suscitan en determinados sectores temas como las subvenciones presupuestarias o la introducción de un canon voluntario de negociación colectiva, reticencias que no se expresan respecto al apoyo que reciben los partidos políticos u otras instituciones.

c) Centralización de las unidades de contratación

Si bien el número de convenios colectivos registro un sensible incremento, constante desde 1977, la negociación colectiva transcurrió con un grado importante de centralización derivado de la mayor tecnificación a que obligan los acuerdos, además de las razones sindicales que ya se han expuesto.

Los principios pactados para evitar la atomización y articular la negociación colectiva no tuvieron, es verdad, un desarrollo significativo pero hubo, sin embargo, un proceso de unificación de las plataformas y de las estrategias de negociación que se reflejó en una considerable dosis de uniformidad en los temas fundamentales de discusión.

Sin duda, el proceso de centralización tiene otras consideraciones sindicales muy importantes, que se analizan en otras partes de este artículo.

d) Extensión del ámbito personal de los convenios

Existen, como es sabido, deficiencias casi insalvables en las estadísticas para establecer con precisión el número de trabajadores sujetos a convenio colectivo. Pero si nos atenemos a los datos del Ministerio de Trabajo podemos comprobar un incremento sustancial del índice de cobertura que pasó de un 66% en 1979, a un 91% en 1984. (Cuadro nº 2).

Es un hecho que merece ser destacado por cuanto supone un serio avance en la protección de los trabajadores y en el fortalecimiento sindical.

e) Introducción de criterios racionalizadores

La atomización de las unidades de contratación constatada en nuestras relaciones laborales, caracterizadas por el gran número de convenios, realmente inconveniente en un país donde el 90% de los trabajadores están localizados en pequeñas empresas, fue objeto de especial atención en todos los acuerdos, ya que la multiplicidad de esfuerzos derivan de tal dispersión en la negociación no puede sino redundar en prejuicios para la cohesión de la clase trabajadora.

El AMI estableció principios, reiterados en todos los acuerdos posteriores, tendentes a: iniciar un proceso de concentración de convenios; alcanzar “racionalmente” como ámbito menor la empresa (buscando así la superación de los convenios de centro de trabajo y sobre todo, los convenios-franja) promover la unidad sectorial de ámbito nacional; absorber las Ordenanzas Laborales y las Reglamentaciones de Trabajo; y

fomentar la negociación articulada mediante el reenvío de los principios generales de contratación más reducidos.

Realmente hay que constatar que en esta tarea racionalizadora se han efectuado pocos avances, siendo un tema, crucial para la modernización de las relaciones laborales en España.

f) *Extensión del ámbito temporal de los convenios*

La vigencia de un año era la tónica general en los convenios antes de 1980. La recomendación de vigencias superiores contemplada en el AMI fue objeto de críticas y contestación por parte de algunos sindicatos. Sin embargo, ha ido combinado de manera significativa la tendencia hacia vigencias temporales superiores al año, a excepción lógicamente de las materias salariales. Ello contribuye a una mayor racionalidad de la negociación, a un mayor enriquecimiento de las materias objeto de contratación y a una mayor estabilidad de las previsiones empresariales.

Según estudio del MEC (1982), en 1980 el 32,7% de los convenios colectivos se suscribieron por dos años, porcentaje que el análisis de la Fundación "F. Largo Caballero" (1980) eleva al 36%. Según este dato, el porcentaje global no es demasiado elevado, pero hay que tener en cuenta que dicho porcentaje se eleva considerablemente (hasta el 48,4% según la última fuente) en los convenios de sector, que son los que afectan a un mayor número de trabajadores (el porcentaje es superior al 80% del total si tomamos los datos del BEL para 1981, 1982 y 1983).

g) *La cuestión del empleo*

Aún cuando han sido contempladas en los Acuerdos, la negociación de medidas relacionadas con la creación de empleo han tenido un tratamiento incipiente y poco significativo. El agotamiento de la negociación en las cuestiones salariales, la oposición empresarial a su tratamiento, la rigidez en la formulación de algunas cuestiones, como por ejemplo, el contrato de relevo en los primeros acuerdos, y hasta la resistencia obrera, en algunos casos, a la eliminación de horas

extraordinarias, han contribuido a que no se haya avanzado más en esta materia.

En realidad, es el AES quien abre mayores posibilidades de negociación sobre empleo (contratos en formación y prácticas, contrato de relevo, sustitución de horas extraordinarias por empleo, contratos a tiempo parcial, etc.), como empieza a evidenciarse en algunos convenios recientes.

Resulta, asimismo, significativo constatar que hasta ahora, la reducción de jornada ha sido abordada, en la práctica, más como ventaja social que como medida inserta en una política de reparto del trabajo. En realidad el sindicalismo español no ha establecido todavía el debate sobre la reducción del tiempo de trabajo en relación con el empleo.

PLANTEAMIENTOS NO DESARROLLADOS

Hay que decir, finalmente, que las estipulaciones referentes a algunas cuestiones de trascendencia que requerían un desenvolvimiento posterior en la negociación colectiva, no fueron suficientemente tratadas en ella por lo que han quedado como verdaderas asignaturas pendientes.

Entre ellas, destacan:

Sustitución de las Ordenanzas Laborales y Reglamentación de Trabajo. La sustitución de las normas laborales características del intervencionismo estatal en las raciones laborales devino en objetivo para la negociación colectiva a partir de 1980. Ese año el AMI - que aconsejó la absorción de su contenido por los convenios - y el Estatuto de los Trabajadores - cuya D.T. 2a. establece que las que estén en vigor “continuarán siendo de aplicación como derecho dispositivo, en tanto no se sustituyan por convenio colectivo” que abordase la cuestión en las mesas de negociación.

En realidad, ordenanzas y reglamentaciones, fueron paulatinamente modificadas por los convenios, sobre todo a partir de la potenciación de la negociación que operó a principio de la década de los 70 pero solo en aspectos parciales, ya que siguen subsistiendo sus disposiciones en

cuestiones de trascendencia como son la regulación de las categorías profesionales, faltas y sanciones y organización del trabajo.

Estas normativas, cuya concepción está basada en principios distintos de los que rigen en la hora actual, adolecen de casuismo excesivo, paternalismo y una rigidez incompatible con un sistema moderno de relaciones laborales. Baste con recordar que la Ordenanza Laboral para la construcción, por ejemplo, fue aprobada en 1970 y no refleja, naturalmente, los grandes cambios que se han producido en el mundo del trabajo desde entonces.

Sin embargo, el proceso de sustitución no ha sido todo lo eficaz que hubiera podido esperar-se y solo 304 sobre un total que supera el centenar y medio ha sido substituído. Sin duda, ha influído en ello la falta de cumplimiento de otra de las previsiones de los própios acuerdos, sobre la necesidad de establecer convenios sectoriales de ámbito estatal, cuya carencia es notoria en España, donde sectores como construcción, el metal y hosteireira están regulados por múltiples convenios provinciales.

- *Categorías profesionales.* El complejo sistema de categorías profesionales actualmente vigente está, fundamentalmente, establecido por las Ordenanzas Laborales y Reglamentaciones de Trabajo, aunque en algunos aspectos se introdujeron modificaciones mediante los convenios colectivos.

Sin embargo, no se ha profundizado la cuestión en la negociación colectiva, ni entre los própios firmantes de los Acuerdos, pese a su evidente necesidad si se tiene en cuenta su incidencia sobre la movilidad o la profesionalidad, y que sectores industriales de profundos y constantes cambios tecnológicos, como es el de la industria siderometalúrgica, están regulados por una Ordenanza Laboral que tiene ya 15 años de vigencia.

- *Estructura del salario.* Dice el informe del Ministério de Economía sobre la negociación colectiva en el período 1982/1983, que “la actual estructura salarial, cuya característica principal es la proliferación de conceptos, ha sido producto de la doctrina económica implantada en nuestro país a finales de la década de los cincuenta. Se vió entonces la necesidad de introducir en el sistema retributívo conceptos incentivadores

del rendimiento y del incremento de la productividad, exigências que se recogian en la Ley de Convenios Colectivos de 1958 al apuntar la necesidad de establecer “nuevas percepciones estrictamente adaptadas a las exigencias de cada caso... que supongan estímulo y colaboren al aumento de la producción”.

De tal manera, la negociación colectiva ha tenido, hasta muy recientemente, más a incrementar la caótica estructura salarial española - donde proliferan los complementos salariales - que a racionalizar un sistema que ocasiona numerosas dificultades, entre otros, a los propios trabajadores ya que en muchas oportunidades, determinados complementos se sustraen de la cotización a la seguridad social y de la base de cómputo de otros conceptos salariales.

El problema de la estructura de los saláries no fue tratado en los macroacuerdos, y se aborda en la negociación colectiva con relativa frecuencia. Sin embargo, hay que apuntar que los convenios suscritos desde principio de la década de los 80 tiende a concentrar los incrementos salariales en el salario base, lo que puede conducir a la simplificación de la estructura de las retribuciones.

Es este, en cualquier caso, un tema pendiente.

III EL MARCO INSTITUCIONAL

El contexto institucional dentro del cual se ha desarrollado la acción sindical ha sufrido modificaciones sustanciales, desde la transición, de las que señalaremos las que estimamos más relevantes.

a) La primera circunstancia es el tránsito, veloz y sin mayores traumas, desde el autoritarismo y el paternalismo de un Estado que conducía las relaciones laborales a golpe de Ordenanzas y Decretos, hacia la configuración de un amplio espacio de libertad en el que los interlocutores sociales ejercen la autotutela como principio básico de actuación.

El principio de *autonomía* de las partes para regular sus relaciones ha tenido profunda incidencia en las estrategias sindicales, ha mutado el contenido de la acción sindical según ya hemos visto, y ha dado a las organizaciones obreras una configuración distinta de la que tenían en la ilegalidad. En efecto, este principio no se refiere solamente a la amplia facultad de organización interna y de libertad en el ejercicio de la actividad sindical, sino que se traduce en un auténtico *poder normativo* del que es cotitular el sindicato y que permite a éste participar en la regulación de las más variadas materias.

En este punto, resulta interesante, como constatación del cambio conceptual en la negociación colectiva a través del tiempo, comparar los diversos textos legales (Ley de 24 de abril de 1958, Ley de 19 de diciembre de 1973, Estatuto de los Trabajadores de 10 de marzo de 1980) para comprobar el amplio espacio que la nueva legalidad reserva a los convenios colectivos, que ya no deben tender a fomentar “el sentido de unidad de la producción y comunidad de trabajo”, como decía la retórica franquista, sino que están destinados a “regular materias de índole económica, laboral, sindical y asistencial y, en general, cuantas otras afecten a las condiciones de empleo y al ámbito de las relaciones de los trabajadores y sus organizaciones representativas con el empresario y a las asociaciones empresariales”.

El amplio poder normativo que han adquirido sindicatos y empresarios tuvo, entre otras, dos derivaciones: la primera, imponer la filosofía de la concertación sobre la de la confrontación, y la segunda, modificar la postura, muchas veces sostenida por los sindicatos españoles, de propugnar las transformaciones normativas fundamentalmente a través de actos del poder público. Los sindicatos de la España de la democracia no han reivindicado una mejora de las Ordenanzas laborales, sino su desaparición para que las sustituya el libre acuerdo de las partes en la negociación colectiva. También se ha producido un proceso de inserción en las fuentes del poder, Gobierno y Parlamento, que han aceptado asumir criterios pactados por los agentes sociales entre sí o con el Gobierno. (el A.B.I., el A.N.E. y el A.E.S. son significativos ejemplos).

Es, sin embargo, tema permanentemente sujeto a la polémica (que se reabre ante cada opción que se presenta) la determinación del límite entre la autonomía de las partes y el poder del Estado para ejercer una función tutelar de derechos y garantías.

En términos generales se ha aceptado el principio y la conducta de los interlocutores se ha adecuado a ese esquema, pero ha habido supuestos en que las formulaciones generales han sido puestas a prueba.

Cuando se debatió el Estatuto de los Trabajadores, por ejemplo, se esbozaron críticas, de una parte, por su excesivo casuismo en cuestiones que debieron quedar al libre juego de las partes y, de otra, exactamente por el motivo contrario, ya que el texto no recogió reivindicaciones obreras como la de una reducción mayor de la jornada laboral (que pasó de 44 a 43 y 42 horas semanales) o la de vacaciones de 30 días.

Evidentemente, en el Estatuto se optó por dejar esas y otras muchas cuestiones a la negociación colectiva, estableciendo un límite mínimo, un sueldo, que casi siempre había de ser superado en los convenios colectivos.

La discusión se reprodujo con motivo de la ley de jornada de 40 horas semanales, de 1983, que el Gobierno socialista remitió al Parlamento atendiendo su compromiso electoral. Los empresarios criticaron duramente una Ley que, estimaron violaba el esquema general de la concertación.

Pero en esta cuestión no es tarea sencilla establecer principios inamovibles; por qué, por ejemplo, há de estar vedado al Estado establecer una jornada de 40 horas semanales y no ha de haber la misma prohibición para regular minuciosamente el derecho de huelga, que también puede ser objeto de regulación contractual o, aún, de autorregulación?

Esta y otras muchas interrogantes pueden formularse en un debate en el que las manifestaciones que se hacen puedan tener un efecto de boomerang importante.

Aunque existe un constante reclamo, de determinados sectores para que el poder público acentúe su neutralidad ante los actores sociales, lo cierto es que en España de la democracia se ha transitado significativamente en esa dirección; basta, para comprobarlo, recordar el

papel clave que jugó el Ministerio de Trabajo en la etapa anterior. Es notoria, por contraste, la reticencia que tiene la Administración para actuar, incluso ante situaciones en las que las Leyes les confieren competencia, (como es el caso de la extensión de convenios colectivos o la regulación de condiciones de trabajo mediante Decreto en los sectores donde no existía convenio).

El carácter tutelar del derecho del trabajo y el derecho/deber del estado para intervenir en defensa de la parte más débil de la relación laboral han sido criterios fundamentales que inspiraron durante muchos años el pensamiento de jueces, juristas, y de la propia Administración laboral y están arraigados todavía en la cultura de los actores sociales.

No parece aceptable admitir su súbita desaparición, basándose en una presunta igualdad entre los interlocutores que dista mucho de existir. El principio de autonomía de las partes no es, de manera alguna, incompatible con la obligación del Estado de establecer condiciones mínimas de trabajo y de apoyar las asociaciones profesionales y de promover el progreso social.

b) Otro hecho constatable es el cambio conceptual que se ha producido en torno a la *flexibilidad de la relación laboral*

La estabilidad y el carácter indefinido del contrato de trabajo han sido valores fundamentales, defendidos durante décadas por prácticamente todos los estamentos, desde jueces (que consagraron tales principios a pesar de no estar contemplados en la Ley de Contrato de Trabajo de 1947) a sindicalistas, profesores de derecho, y los propios empresarios, que no parecen haberlos cuestionado hasta mediados de la década de los 70.

Esos postulados han sufrido notables modificaciones. Si bien el contrato de trabajo por tiempo indefinido sigue siendo legalmente el principio general, basta con tener presente la amplitud de las modalidades de contratación por tiempo determinado, para llegar a plantearse la duda acerca de cuál es la excepción y cuál el principio. Algo similar puede afirmarse con respecto al despido, sobre el que pueden darse algunos datos en sí mismos explicativos: según fuentes del Ministerio de Trabajo, en el

período enero-octubre de 1984 se extinguieron, via regulación de empleo, 42.656 contratos, y mediante conciliación ante el MAC, en el mismo período, fueron despedidos 104.153 trabajadores.

La crisis económica provocó en Europa Occidental, a comienzos de la década: de los 70, un debate acerca de la necesidad de revisar los principios que regularon el contrato de trabajo en los períodos de prosperidad económica.

En nuestro país, la Ley de Relaciones Laborales de abril de 1976 - disposición con la que comenzó el cambio en el bloque normativo laboral - mantuvo el principio general de estabilidad en el contrato de trabajo, pero introdujo la posibilidad de celebrar contratos temporales en determinados supuestos ennumerados con carácter taxativa. Este marco normativo fue ampliado, aunque con carácter temporal, poco después mediante el Real Decreto-Ley 18/1976, de 8 de octubre.

Sin embargo, puede afirmarse que la flexibilidad en la contratación recibió un decidido impulso con los Pactos de la Mancloa que dieron lugar al verdadero aluvión normativo que hemos conocido desde entonces (los constantes cambios en las condiciones de contratación conspiración, sin duda, contra su eficacia) y cuya última manifestación ha sido la reciente reforma del Estatuto de los Trabajadores y las disposiciones que de él han derivado.

La postura sindical frente a esta cuestión no ha sido homogénea: como es sabido, CC.OO. defendió aquellos Pactos, aunque en 1980 - con motivo del debate del Estatuto de los Trabajadores - lanzó una dura campaña contra la contratación temporal.

UGT por su parte, que no apoyó los Acuerdos, se decantó hacia una aceptación, (con carácter coyuntural) ante la evidencia de la brutal caída del empleo) de la contratación temporal, pero con garantías que eviten su utilización fraudulenta y el efecto de sustitución de trabajadores fijos por eventuales. Las demás opciones sindicales han sido, en general, fuertemente críticas frente a la contratación temporal.

Por otra parte, la CEOE que admite la importante flexibilización que se ha producido en la contratación, está empeñada en la tarea de convencer

al Gobierno, a los sindicatos y a la sociedad en general de que la eliminación de requisitos para el despido colectivo (autorización de la Administración) y su abaratamiento, son requisitos imprescindibles para reactivar el empleo.

No parece fácil que consiga persuadir a sus interlocutores en un diálogo que se realiza con el telón de fondo de 2.800.000 parados.

Es evidente, en cualquier caso, que la mayor flexibilidad que, de hecho o de derecho, se ha producido afecta profundamente el contenido de la acción sindical.

c) Un tercer aspecto que puede señalarse, es la plena legalización del conflicto de clases, tema que hay que vincular, fundamentalmente, con el *derecho de huelga* que tras décadas de prohibición y penalización se admitió, con importantes limitaciones, en 1975 y con mayor amplitud en marzo de 1977. La Constitución y su interpretación por el TC han permitido configurar en nuestro país un verdadero y amplio derecho de huelga que permite equiparar nuestro sistema de relaciones laborales con el de cualquier otro estado industrial moderno en el que “el conflicto es el verdadero padre de todas las cosas” como apunta Otto Khan Freund.

Pero la institucionalización del conflicto implicó también variar en cierta medida su propio contenido. El derecho de huelga, que constituyó un arma fundamental de la lucha política de los trabajadores contra el franquismo adquiere una dimensión diferente, se despolitiza y se vincula más estrechamente a la acción reivindicativa de los sindicatos.

En 1979 se produjo una pugna dialéctica entre los sindicatos ante la huelga que UGT situó “en la correcta articulación entre la negociación y la presión”. “Lo que pretendemos, dijo su Secretario General, Nicolás Redondo, es pasar de una práctica sindical superideologizada... a una política sindical que produzca resultados prácticos, una acción sindical basada en la negociación como instrumento fundamental...” “la huelga debe ser un instrumento utilizado por los trabajadores una vez agotados todos los mecanismos de negociación.

El marco institucional, sin embargo, no se ha completado ya que existen cuestiones pendientes que requieren una actuación, tanto del poder público como de sindicatos y asociaciones empresariales, para configurar un esquema de actuación en el que la *participación* de éstos últimos se vertebre y consolide.

La celeridad con que se han producido las modificaciones institucionales a las que nos hemos referido no ha existido para afrontar cuestiones de importancia entre las que destacan al Consejo Económico y Social y los procedimientos de solución de los conflictos de trabajo.

Intentaremos, ofrecer también una breve visión crítica de los marcos autónomos de relaciones laborales y del sistema de participación institucional vigente.

EL CONSEJO ECONÓMICO Y SOCIAL

Una reflexión sobre el CES deberá comenzar por la propia pregunta de si es realmente necesario establecerlo, porque, a diferencia de lo que sucede con otras instituciones, existen al respecto opiniones divergentes. Así, algunos piensan en el riesgo de que este organismo lleve a convertirse en un “cementerio de elefantes”, mientras que en sectores del empresariado se ve con reticencias la constitución de una plataforma desde la que los sindicatos puedan ejercer presiones sobre el Gobierno y el Parlamento. A ello hay que añadir el temor de que con el CES se instaure más un foro de debate político que un instrumento eficaz.

Queda aludir, por último, a las dificultades de interpretación que presenta el propio texto constitucional (C.E.art. 131.2).

A hora bien, frente a estos argumentos se pueden alegar razones de peso que justifican la constitución del CES; entre ellas cabe señalar:

a) Permanencia y continuidad en el análisis y el debate sobrelas cuestiones socioeconómicas entre los interlocutores sociales

Es una realidad, incluso positiva, que existe concertación al margen de la existencia del CES, pero no es menos cierto que cuestiones

fundamentales para la modernización de las relaciones laborales que contienen los acuerdos-marco (productividad, estructura de los salarios, seguridad e higiene, sustitución de ordenanzas, arbitraje, etc.) quedan sin desarrollar porque no hay continuidad tras la firma de los convenios.

b) Participación de las fuerzas sociales en las orientaciones socioeconómicas del país.

Esta es una necesidad que deriva de la configuración de una democracia pluralista, en la que la participación de las organizaciones socio-profesionales constituye elemento sustancial y responde, además, a las exigencias de información, debate y negociación que requiere una economía industrial.

c) Establecimiento de bases comunes que permitan establecer puntos de partidas estadísticos, analíticos, de principios aceptados por todos sobre los que avanzar en las relaciones socioeconómicas.

d) Centro de elaboración técnica, que puede resultar necesaria para la toma de decisiones por el Gobierno, por cuanto recoge criterios de las organizaciones sociales, y para los empresarios, pero que probablemente puede suponer también un servicio imprescindible para las organizaciones sindicales.

e) Por último, cabe señalar la importancia de la creación del CES para evitar la dispersión y ordenar la configuración de tantos organismos equivalentes que se están creando en las Comunidades Autónomas, fenómeno que, sin el enmarque y referencia de un órgano a nivel estatal, puede desembocar en una distorsión importante de las relaciones laborales de nuestro país.

Ahora bien, en cuanto a las *características* que podrían configurar el CES, la primera cuestión relevante que cabe plantearse es si debe ser, necesariamente, el mismo al que hace referencia el artículo 131.2 de la Constitución, o si por el contrario, puede surgir a iniciativa de las partes

sociales a las que debe integrar, y tener, entre otras, la función de ser consultado e informar respecto a la programación económica.

Este interrogante parece el nudo gordiano que no ha sido dirimido desde que se inició en nuestro país el debate sobre esta cuestión y está obstaculizando la solución.

Son un efecto, importantes los problemas que se presentan a la hora de integrar el organismo que nuestros constituyentes han esbozado, entre los que puede apuntarse: la dificultad de conciliar en un mismo Consejo las vertientes planificadora y social; la presencia de las Comunidades Autónomas; la necesidad de delimitar hasta donde abarca las organizaciones que defiende interés socio-profesionales; la discusión sobre el concepto mismo y sobre la facultad de poner en práctica una planificación o programación económica; la posibilidad de convertir el Consejo, por la vía representativa de intereses estatales, empresariales, profesionales y laborales, en una tercera cámara.

Todo ello conduce a pensar en la conveniencia de constituir un CES con independencia del marco establecido por el art. 131.2 de la Constitución, sin perjuicio de que el mismo pueda asumir funciones de consulta sobre la planificación económica y de que el Gobierno pueda articular los mecanismos para llevar a efecto la función planificadora a la que faculta el precepto constitucional.

Por otra parte, el CES no debería convertirse en la cúpula de la concertación, en el instrumento permanente de la negociación, ni tener funciones arbitrales, como sucede en algunos países. El Consejo puede facilitar en gran medida el entendimiento y la negociación entre los interlocutores sociales como soporte importante, pero no debería constreñir la autonomía de los organismos rectores de las organizaciones, que son quienes deben negociar y acordar, ni sustituir a otras instituciones de mediación y de arbitraje.

El Consejo debería tener funciones de *participación y consulta* e un carácter más técnico que representativo. En este sentido parece comprobada, por experiencias, comparadas, la conveniencia de un número

reducido de componentes/miembros en representación de las diferentes organizaciones.

Con respecto a su *composición*, es necesaria una presencia paritaria de sindicatos y organizaciones empresariales conveniente la presencia de expertos cualificados nombrados por la Administración.

En cuanto a las *funcionas* consultivas y de participación que puede desempeñar el CES destacaría la de ser el *principal órgano consultivo del Gobierno* en materias económicas y sociales, emitiendo estudios e informes sobre las mismas (a petición de aquél o por propia iniciativa) para lo cual debería ser preceptivo su informe en los programas económicos que se elaboren.

Así mismo debería informar los anteproyectos de normas de especial relevancia en materias económica-sociales y laborales, e intervenir en aquellos asuntos en que resulte preceptiva la consulta a las organizaciones de empresarios y trabajadores en virtud de convenio internacional o de normas jurídicas internas.

En definitiva, por su condición de centro para el debate y análisis de las cuestiones de interés económico, social y laboral, el CES puede desempeñar un papel importante en la integración y participación de los agentes sociales, apoyando su trabajo y orientando sus decisiones.

PROCEDIMIENTOS DE SOLUCIÓN DE LOS CONFLICTOS LABORALES

Aunque el esquema establecido en el régimen anterior, caracterizado por una fuerte dependencia del poder público ha sufrido modificaciones, la situación que actualmente se nos presenta en lo que a procedimientos de solución de conflictos se refiere, no se adecúa a principios que imperan en otros aspectos institucional es y no cubre plenamente las necesidades - algunas de ellas perentorias - que tenemos.

Por un lado, se está produciendo el desmantelamiento del IMAC (su supresión ha sido dispuesta por la Ley de Presupuestos, aunque ha perdido ya parte importante de sus competencias por transferencias a las

Comunidades Autónomas) sin que exista un marco que clarifique la configuración de los procedimientos no judiciales.

Existe además, disfunciones en el procedimiento que convierten a la conciliación administrativa, en muchos casos, en un mero trámite establecido para actuar como filtro de la Magistratura de Trabajo.

Los órganos judiciales, saturados en un país de alta judicialización de las relaciones de trabajo (la Magistratura de Trabajo conoció en 1983 de 296.000 casos) están pendientes de una profunda restructuración que se introducirá con la Ley Organica del Poder Judicial que, de todas maneras, no parece que pueda introducir soluciones totalmente eficaces a un problema estructural cuya solución requiere de medidas complementarias.

La inexistencia de órganos y procedimientos efectivos de autocomposición de los conflictos, fundamentalmente a través del arbitraje, es un significativo vacío que afecta a determinadas situaciones (como las que derivan de la falta de acuerdo en la negociación colectiva) que pueden entrar en auténticos callejones sin salida.

Todo ello se enmarca, y este es uno de los datos más significativos en la falta de participación de sindicatos y asociaciones empresariales en las instancias establecidas lo que conspira notablemente contra su eficacia.

Resulta, por lo tanto, necesaria una profunda reforma de todo el sistema establecido que cumpla al menos con tres requisitos básicos: garantizar la participación de los interlocutores sociales, establecer la uniformidad de los procedimientos y potenciar al máximo las formas de autocomposición de los conflictos.

En esta dirección es conveniente afrontar sin demora la modificación de los procedimientos de conciliación, mediación y arbitraje para lo que están echadas ya bases importantes en el Acuerdo Económico y Social.

Un sistema que reúna simultáneamente el requisito de la eficacia y el prestigio entre trabajadores y empresarios parece que requiere, como primera medida, que las personas que formen los órganos que lo integren sean reciprocamente aceptadas. Es posible, por lo tanto, pensar en órganos colegiados de 3 miembros - formados por personas cualificadas, elegidas

de común acuerdo - que deben constituirse, por lo menos, en todas la ciudades en las que existan jueces de lo social.

Ante estos órganos o tribunales se desarrollará con carácter perceptivo y de obligatoriedad para las partes (modificando la desigualdad actualmente existente en favor del empresario) un procedimiento conciliatorio y de mediación. Fracasados ambos intentos, debe pensarse en el establecimiento de una instancia de arbitraje que puede ser obligatoria en determinados conflictos de menor complejidad jurídica, aunque salvando el derecho constitucional de acceso posterior a los Tribunales de Justicia. Por supuesto, queda abierta la posibilidad de arbitraje voluntario para todos los casos, individuales y colectivos, que las partes decidan voluntariamente someter a estos órganos.

Parece razonable pensar que la intervención de sindicalistas y empresarios en los órganos de conciliación, mediación y arbitraje impulsará significativamente la composición autónoma de los conflictos, reduciendo la intensa judicialización que es característica de la situación actual. Si este objetivo se consigue se descargará a los tribunales de justicia de una parte importante de su tarea, lo que significará una contribución muy importante para mejorar su funcionamiento.

Pero sobre todo, se adecuarán los procedimientos a los que hoy es un principio elemental en un sistema de relaciones laborales propio de la democracia industrial.

LOS MARCOS AUTÓNOMOS DE RELACIONES LABORALES

En los últimos años ha hecho su aparición un fenómeno de singular transcendencia para el futuro: la tendencia a la configuración de los llamados “marcos autónomos” de relaciones laborales.

Tal concepto surge en el País Vasco y responde a un contexto en el que cuentan con mayoría, en lo político y en lo sindical, las organizaciones nacionalistas. El cuadro se completa con la reciente creación de la patronal vasca, CONFEBASK, tras un proceso de pugna con los sectores empresariales más ligados a la CEOE.

La pretensión de constituir un marco específico y diferenciado tropieza con falta de competencia de la Comunidad Autónoma para legislar en materia laboral, como queda nitidamente establecido en la STC de 14 de junio de 1982, ante lo cual se elige la vía de hecho, al del acuerdo entre las partes, para configurarlo en el campo laboral.

Este objetivo es explícito en el programa de actuación de los dirigentes del PNV. Así, en la sesión del Parlamento Vasco de 30 de septiembre de 1981, en la que se debatió la constitución del Consejo de relaciones Laborales, el portavoz nacionalista dijo claramente: “hoy la Comunidad Autónoma carece de capacidad legislativa y, por tanto, a este Parlamento hoy todavía no se le ha concedido la posibilidad de poder legislar en materia liberal. Por tanto, cerradas como están las puertas para poder intervenir desde este Parlamento en las relaciones laborales, al menos en materia legislativa, nosotros pensamos que la única vía, y digo la única, para que esta Comunidad Autónoma pueda avanzar hacia la consecución de un marco propio de relaciones laborales es precisamente haciendo que este Consejo pueda tener carácter decisório, es decir, posibilidad en principio de que las partes libremente puedan pactar, puedan llegar a acuerdos dentro del Consejo y, a través de la vía de hecho, y digo a través de la vía de hecho, puedan establecer dentro de la Comunidad Autónoma un marco autónomo de Relaciones Laborales”.

En efecto, ese ha sido el camino seguido, a través de la creación del Consejo de Relaciones Laborales, del Acuerdo sobre Procedimientos de Resolución de Conflictos Colectivos y la Negociación Colectiva (firmado solo por ELA y CC.OO. y que está en vía de recurso ante el TC), y de la constitución del Consejo Económico y Social, todos ellos con una composición y características diseñadas en función de propiciar el marco autonómico de relaciones laborales.

El instrumento principal en esa dirección lo constituye la negociación colectiva, la formalización de convenios de nacionalidad, para que los convenios o acuerdos estatales no tengan vigencia en la Comunidad Autónoma, y coincida el ámbito de los convenios y de todas las relaciones laborales con el del sindicato vasco. Hay que recordar a este respecto la

frontal posición de ELA contra el artículo 83.2 del Estatuto de los Trabajadores (que señala que mantiene acuerdos interconfederales puede establecerse la estructura de la negociación colectiva, resolver los conflictos de concurrencia y señalar los principios de la complementariedad entre las diversas unidades de contratación), que llegó hasta la convocatoria de una huelga general.

La voluntad coincidente de sindicatos y empresarios apoyada y fomentada desde la Administración autonómica (e incomprensiblemente respaldada por CC.OO. de Euskadi), puede, de tal manera, establecer un bloque normativo que lleve en la práctica a que las normas y los convenios colectivos de ámbito nacional no tengan vigencia alguna en el País Vasco.

No es este un asunto bajado porque cuestiona la existencia de un marco de relaciones laborales, afecta a la unidad de mercado, contribuye a que se pongan en duda principios fundamentales sobre los que deben basarse los sistemas de cobertura social (como la existencia de “caja única” (y e o fin, repercute sobre la estructuración nacional del sindicalismo.

Este problema no es, desde luego, nuevo, y en 1932, con motivo de la discusión del estatuto de Autonomía para Cataluña, Largo Caballero utilizó toda su capacidad de percusión ante Azaña (como éste relata en sus memorias) para que quedara establecida la competencia exclusiva del estado en materia de legislación laboral.

Por otra parte, en diversas Comunidades Autónomas se ha producido un cierto efecto de emulación que, sin las connotaciones que hemos señalado para el caso de Euskadi, ha provocado la proliferación de organismos e iniciativas, que, si no se articulan en un diseño general, amenazan con hacer un mosaico de las relaciones laborales en nuestro país.

La proliferación de Consejos de relaciones laborales, Consejos Económico-Sociales, procedimientos de conciliación y arbitraje, organismos de empleo, formación profesional, seguridad e higiene en el trabajo, etc. a nivel autonómico o, incluso, local (existe ya un Consejo Económico Social en algún Ayuntamiento y se solicita su constitución en otros) exige urgentemente ser armonizada porque tales organismos

tienden, como es un proceso universalmente observado, a dotarse competencias.

A esta situación no son ajenas dos carencias: primera, la inexistencia a nivel nacional de estructuras como: CES sistema de arbitraje y conciliación; Plan Nacional de Formación Profesional; plan general de salud laboral, cuestiones que esperamos sean cubiertas con el desarrollo del AES; y, segunda, la abstracción que se ha hecho en el proceso de negociación de las transferencias, sobre todo en la primera etapa, de las consecuencias es que pudieran tener sobre el marco nacional de las relaciones de trabajo.

Particular objeto de reflexión debieran ser, en este sentido, las repercusiones que pueden producirse en materias como la política de empleo y formación profesional el personal funcionario y en especial, los trabajadores sanitarios porque no es admisible que los torneros puedan tener una calificación profesional diferente, o las enfermeras jornada laboral diversa, según la Comunidad Autónoma en la que trabajen.

Participación Institucional

Como puede comprobarse a través del Cuadro n. 6, existe una presencia significativa de las organizaciones más representativas de empresarios y trabajadores en organismos de las Administraciones públicas, lo que denota que la participación se ha ampliado notablemente desde que se dieron los primeros pasos, en 1979.

Pero algo muy distinto sucede con la intensidad de esa participación porque es evidente que la democracia no ha asignado, hasta ahora, un papel activo a las organizaciones en la configuración de las competencias, lo que se hace más patente en las de gran trascendencia social como son las relacionadas con la seguridad social. la salud y el empleo.

La presencia sindical en los Institutos se estableció a finales de 1978 mediante el R.D. 16 de 16 de noviembre, que dio nacimiento a las entidades gestoras de la seguridad social (INSS), los servicios sociales (INSERSO), la salud (INSALUD) y el empleo (INEM), todas ellas con rasgos característicos que se trasladarán a organismos de creación

posterior: el carácter tripartito de la participación a través de órganos cotejiados de “contral y vigilância”, y la *ausência de facultadas de gestão*. En nuestro esquema participativo, pues, la presencia de los sindicatos es poco menos que decorativa.

Situación muy distinta es la que nos ofrece el derecho comparado europeo, donde podemos ter gestión directa (a veces paritaria de las instituciones de protección social, en casi todos los países; presencia mayoritaria de los sindicatos en algunos; gestión directa de las prestaciones por desempleo (el caso de Bélgica, Dinamarca y la R. F. da Alemanha); gestión directa, asimismo, de determinados programas de formación profesional y salud laboral; capacidad de propuesta, designación de cargos y de elaboración de normativa interna en los órganos de gestión; larga experiencia de participación en el Consejo Económico y Social; gestión directa por promoción del estado, de determinados programas en lo referente a ocio y tiempo libre; amplia y profunda participación en la empresa, etc.

Es incomprensible que en nuestro país, no hayamos avanzado en este terreno, siendo así que en una democracia participativa el sindicato debe ser considerado factor esencial de integración y de control social. No es admisible que el Estado administre unilateralmente presupuestos gigantescos, como el de la seguridad social, que se nutren en proporción sustancial de aportaciones de empresários y trabajadores, o que se universalice la asistencia sanitaria, en gran parte financiada por estas mismas fuentes, sin que las organizaciones representativas intervengan activamente en el control y vigilância de los programas.

El panorama se ha agravado, en muchos casos, con las transferencias a la Comunidad Autónoma que se han realizado sin previsiones claras al respecto, lo que ha traído como consecuencia que instituciones que tenían previstas la presencia de las organizaciones obreras cuando estaban en la esfera competencial de la Administración central, la han perdido en las Administraciones autonómicas. Asimismo, se registra, como puede verse en los ejemplos que se indican, una cierta proliferación de organos cuya justificación es discutible.

IV LAS PERSPECTIVAS SINDICALES

1. La situación actual del sindicalismo español podríamos sintetizarla en los siguientes rasgos característicos: unos sindicatos con baja afiliación (según encuesta de EDIS, la afiliación sindical en España se sitúa en un 27% de la población asalariada) aunque con un nivel de representatividad mucho más amplio (el 70% de los cargos sindicales elegidos pertenecen a UGT y CC.OO.); implantados en los sectores tradicionales y con poca presencia en la pequeña y mediana empresa; sindicalismo profundamente dividido por espacios políticos diferenciados; con una estructura muy poco desarrollada, particularmente los sindicatos de carácter profesional o sectorial; con una acción sindical centrada en la negociación colectiva; sin una conexión articulada con el conjunto de la clase trabajadora; sin estructuras de formación, elaboración y debate; sin estructuras de prestación de servicios; con un talante negociador más que revolucionario.

2. Probalmente, de todos los desafíos que se le plantean al sindicalismo de nuestro país, el más perentorio es el que se refiere a la falta de instrumentos de elaboración, de análisis y de perspectiva. La infraestructura técnica de las organizaciones sindicales es totalmente precaria y ridícula, imposibilitada de responder a algo más que a las exigencias más aleatorias del día a día. No existe ninguna estructura permanente de estudio. Cualquier comparación con los Institutos y Gabinetes Técnicos de que disponen los sindicatos en la mayor parte de los países industrializados resulta imposible.

Preparación de sus dirigentes. Resulta evidente la imposibilidad, sobre esas bases, de responder seriamente a las complejas cuestiones, que en la actualidad se le plantean al sindicato.

Mal podrían afrontarse los retrasos ideológicos y culturales existentes en el seno de los sindicatos y emprender la compleja vía de una intervención sindical no simplemente defensiva, sino capaz de formular

pro-posiciones ante las opciones económicas y las mutaciones industriales, sin disponer de las estructuras de elaboración y debate que reclamamos.

En este sentido, el retraso en la devolución del patrimonio sindical, la relajación de la constitución del Consejo Económico y Social (que, entre otras cosas, podría servir de infraestructura técnica para las organizaciones sindicales) o la disolución del Instituto de Estudios Laborales sin que se plantee Siqueira el que, al menos una parte de los especialistas y medios de que este dispone, pudieran asignarse al servicio de los sindicatos, son actitudes que chocan con la pretensión de contar con organizaciones más desarrolladas.

3. No parece que de cara al futuro existan para el sindicato alternativas más ventajosas que la política de concertación. Fuera de ella nos encontramos con el llamado “relanzamiento del mercado” que comporta mayores desigualdades entre los grupos sociales y entre los propios trabajadores, menos bienestar social y mayor permisividad fiscal, el incremento de áreas de trabajo desreglamentado y sin tutela, y el propio declive sindical.

Parece, sin embargo, imprescindible una profundización y una mayor articulación, por parte sindical, de la política de concertación de la política de rentas que se viene desarrollando en línea con el esfuerzo que en este sentido realiza hoy día gran parte del sindicalismo europeo.

En efecto, el sindicalismo tiene desde hace años un camino difícil en su empeño por primar la ocupación con respecto al salario. Esa tendencia sindical, bastante generalizada en los países industrializados, se sitúa dentro de una actuación de las autoridades económicas relativamente nueva y distinta. Como señalan algunos especialistas (como Merli Brandini), a partir sobre todo de 1980, se produce un cambio esencial en la práctica de las políticas económicas. En efecto, se ha recalcado, y con razón como las políticas de oferta (“supply side policies”) desplazan bruscamente a las políticas de demanda Keynesianas que eran de uso habitual desde la post-guerra. Pero es menester añadir que también en las políticas de demanda se opera un giro brusco y transcendental: la moneda

se convierte en la palanca casi única con la que se pretende ajustar la economía. Con ello, la referencia a los fuertes y a los capaces constituye el fundamento ético de la actuación de la autoridad económica.

Si, hasta 1980, se puede decir simplificada que la cantidad de dinero se adaptaba al nivel nominal de las transacciones entre sujetos económicos (el sector real) expresadas a través de los precios, salarios y rentas; desde 1980 se impone a los sujetos económicos la necesidad de adaptarse ellos al férreo corsé de una masa monetaria dada y muy rigurosamente controlada. Ello explica el fatigoso camino que los sujetos deben recorrer para ajustar sus actos económicos a la dinámica deliberadamente restrictiva que impone la política monetaria actual. Todo ello con una obvia consecuencia: en la lucha por conseguir este bien subitamente mucho más escaso que es el dinero los fuertes aplastarán a los débiles, salvo que se acepte una moderación generalizada y equitativa.

De ahí la renovada exigencia de profundizar en la política de rentas, de todas las rentas.

4. En este contexto, la iniciativa de los Gobiernos más partidarios de este ajuste se expresa a través de una nueva y apremiante consigna: flexibilidad. Estamos en el inicio de una ofensiva que repercute en contra de los intereses de los trabajadores y del sindicato. En resumen la flexibilidad afecta a los salarios, la seguridad social, las condiciones de trabajo y el propio papel del sindicato y de la contratación colectiva. Todo esto es coherente con el esquema liberal, pero tiene poco que ver con los intereses de los trabajadores y con la perspectiva histórica que sus organizaciones representan.

Probablemente, el tema de flexibilidad del mercado de trabajo y de la duración de la jornada sean los que van a caracterizar el debate y la acción sindical en los próximos años.

El sindicato se enfrenta a la cruda realidad de una escisión del mercado de trabajo. Esa fractura se establece nitidamente - en la mayoría de los países europeos - entre quienes tienen trabajo, por un lado, y los que están sin empleo, por otro, con la agravante de que algunos sectores, y en

particular los jóvenes, corren el riesgo dramático de permanecer desocupados durante toda una generación.

Frente a esta realidad se suele poner como modelo el mercado de trabajo en el japon o EE.UU. En japon, el 30% de quienes trabajan lo hacen bajo el denominado régimen “leal”; el restante 70% lo hacen en régimen “mercenario”. La diferencia está en que el primer 30% trabaja en condiciones parecidas a las que aqui se denominam fijas. El otro 70% tiene mucho menos protección y garantías: es muy parecido, en cuanto a condiciones, al trabajo sumergido.

En EE.UU. se han creado 6-7 millones de nuevos puestos de trabajo en los últimos anos, pero casi todos en los sectores de baja productividad (cajeros, dependientes, dactilógrafos, fast-food), mal pagados y, en muchos casos, en empresas “non unionist”, es decir, sin presencia sindical.

En definitiva, otra forma de fractura del mercado de trabajo: de una parte los que tienen estabilidad y garantías; de otra, el resto una suerte de trabajo negro reconocido y aceptado.

Ninguna de estas puede ser una alternativa aceptable para el sindicato. Por el contrario, la solidaridad, que está impresa en la medula misma de la acción sindical, exige operar de manera decidida y coherente en pro de una política activa de reparto del trabajo; sobre todo, si se tiene en cuenta que para crear empleo ya no basta con alcanzar mayores tasas de crecimiento económico puesto que se ha interrumpido la relación anterior entre ele crecimiento de la economía y el aumento de los puestos de trabajo.

Para los trabajadores, es sobre el terreno dei empleo de los jóvenes y de los expulsados del proceso productivo donde se juega el equilibrio social del futuro. El problema del empleo también se plantea en términos de relaciones sociales; ya que en realidad, si un número cada vez mayor de personas no tienen trabajo, ello no depende en último término del progreso técnico, sino de una determinada estructura social que no distribuye los beneficios sociales derivados de la mayor eficiencia en la producción de bienes. El riesgo de que el progreso técnico se traduzca en una mayor concentración del poder y de la riqueza, en esa sociedad dual en la que está

emergiendo una nueva categoría de pobreza, resulta evidente, aún cuando esa concentración del poder y de la riqueza pueda favorecer también a una parte de la propia clase trabajadora.

Para el sindicato, por lo tanto, la vía del reparto del trabajo resulta un elemento estratégico esencial. Estrategia en la que los actuales trabajadores en activo tienen que poner en práctica una dosis fuerte de solidaridad, asumiendo una parte del costo derivado de dicha política, y frente a la que resulta insostenible la posición empresarial de pretender ir a la más absoluta flexibilidad del mercado de trabajo manteniendo al tiempo la rigidez en el horario y el poder absoluto de decisión en el seno de las empresas.

Por otra parte, como ha señalado acertadamente E. Maire, históricamente, quien ha representado la flexibilidad y la innovación ha sido el movimiento obrero, frente al taylorismo y la monarquía patronal. El futuro de los planteamientos sindicales no parece flexibilidad, sino en la exigencia de que la flexibilidad o la movilidad sean negociadas. Lo que resulta inaceptable para el sindicato es la puradesregulación del mercado de trabajo, propugnada por las políticas en boga, que deja unilateralmente en manos de los empresarios el control sobre el trabajo, en un significativo movimiento “moderno” que nos retrotrae al siglo XIX.

5. La experiencia de los últimos años ha supuesto un proceso de centralización de la negociación colectiva, como ya hemos señalado. Tal proceso ha evidenciado sus posibilidades y también sus limitaciones. Entre estas últimas se ha venido señalando la pérdida de iniciativa y de “gimnasia” sindical en los niveles inferiores, y el alejamiento de las decisiones respecto de los sujetos de la contratación colectiva, es decir, de los trabajadores.

Pero quizá la consecuencia más preocupante sea, en un contexto en que la negociación se ha cenido casi en exclusiva al ámbito centralizado, el hecho de que la actividad negociada se haya alejado de las condiciones de trabajo que se dan en el ámbito de la empresa.

Tal perspectiva acrecienta de manera extraordinaria el margen de discrecionalidad del empresario, lo que resulta más inquietante en una etapa en que la tradicional empresa taylorista, normalizada y estática, está siendo sustituida por una empresa mucho más fluida en cuanto a decisiones, en continuo proceso de evolución. Ello exige del sindicato una adaptación, un cambio desde esa negociación estática a otra de índole mucho más flexible y permanente en el seno de las empresas. Controlar la organización del trabajo, la introducción de nuevas tecnologías, las inversiones, etc. es para el sindicato una condición necesaria si quiere seguir representando realmente a la fuerza del trabajo, y evitar que se pase a una relación directa entre empresario y trabajador, en contra de lo que auguran y preconizan al respecto algunos técnicos de las relaciones laborales en estos momentos.

Se hace, por lo tanto, necesaria una mayor adecuación de la estructura de la negociación a una realidad más compleja que comprende la negociación con el Gobierno y otras instancias del estado, con la patronal y con la empresa.

Se hace patente a urgente necesidad de una reflexión del sindicalismo español de una parte, sobre la adaptación de la negociación a los objetivos de empleo, y de otra, una mayor articulación entre los diferentes niveles en los que puede y debe darse la negociación colectiva. No se trataría de reproducir viejos planteamientos de la Mamada "negociación en cascada", sino de definir el tipo de materias que podrían ser objetivo de negociación en cada ámbito.

Así, en un nivel centralizado, la negociación tripartita entre Gobierno, sindicatos y empresarios tendría por objeto los factores macroeconómicos y la política de rentas. En general, *el control de inflación; la política de rentas* en la que, desde el punto de vista sindical, adquirirían especial relieve el salario mínimo las prestaciones familiares, la fiscalidad, las prestaciones sanitarias y de previsión social -; *la política de inversiones públicas; la política de empleo*, estas serían las grandes cuestiones que habría que abordar en este nivel, afianzando así y profundizando en el

esquema iniciado en el AES, el cual ha supuesto un enorme salto cualitativo en la configuración de este marco de negociación.

En el ámbito sectorial, desde hace varios años se viene insistiendo en acometer la negociación de materias tales como la sustitución de ordenanzas, la modificación de las categorías profesionales y la movilidad, la estructura del salario, la ordenación de los horarios, la contratación a tiempo parcial, la tutela de la salud en el trabajo, etc., lo que abriría, en muchos sectores, un nivel de contratación enormemente importante para las federaciones sindicales y en cuanto a la adecuación de cuestiones esenciales para la mejora de la productividad y la modernización de las relaciones de trabajo.

Aspectos como la política de inversiones, las innovaciones tecnológicas, la organización del trabajo y las condiciones de seguridad e higiene, el sistema de horarios de trabajo, la negociación de la productividad (que, como hemos afirmado, no debería dirigirse a incrementar el salario, sino a la reducción de la jornada y al reparto del empleo), la formación profesional, los procedimientos de conciliación y arbitraje, etc., podrían constituir las materias objeto de negociación a nivel de empresa.

El lograr nuevos espacios de negociación y de iniciativa en el conjunto del sector público empresarial, la proposición de iniciativas a nivel territorial (que abarque la cuestión de la colocación, las iniciativas para una utilización local del Fondo de Solidaridad, los procesos de formación profesional, etc.) o la negociación en el enmarañado mundo retributivo de las Administraciones Públicas, constituyen por otra parte, cuestiones importantes todas ellas, para lograr una ampliación y un mayor peso de la negociación colectiva y de los propios sindicatos en nuestro país.

6. Los cambios que vienen operándose en la estructura productiva están modificando de manera radical la composición de la clase trabajadora y, como consecuencia, la base tradicional de afiliación sindical.

La evolución de la ocupación por sectores productivos tiende, como es notorio, hacia una gran reducción del empleo en la agricultura, a la

paulatina disminución en la industria y a un espectacular traslado hacia los servicios. Es fácil constatar que la distribución de la ocupación en la España del 85 tiene poco que ver con la de hace 50 años.

Por otra parte, la crisis industrial es la crisis de la gran empresa, sobre la que se ha asentado la acción y la fortaleza de las organizaciones sindicales. El sindicalismo tradicional es un sindicalismo de gran empresa mientras que la evolución parece caminar hacia la creación de unidades de producción medianas y pequeñas, en las que la presencia sindical es débil y diseminada.

Es oportuno, en este sentido, hacer referencia al efecto que están teniendo los procesos de reconversión sobre lo que se podría denominar los sectores de vanguardia del movimiento sindical de nuestro país, reduciendo su tamaño, peso específico, base de afiliación y número de militantes experimentados.

La base de ese sindicalismo tradicional, que ha sido definido adecuadamente de masculino e industrial está modificándose sustancialmente. La presencia de mujeres y jóvenes, por sus propias dificultades de acceso al trabajo entre otras causas, es escasa (resulta interesante poner de relieve el dato curioso de que en las grandes confederaciones sindicales de otros países, que a veces se ponen como modelo de afiliación, porcentajes superiores al 30% corresponden a afiliados que están ya jubilados).

Además, la general dificultad del sindicalismo de clase para implantarse entre los empleados, los cuadros y los trabajadores del sector terciario, se da de manera acentuada en nuestro país.

El cambio en la base sindical condiciona de forma inédita la propia unidad de los trabajadores y modifica las características del conflicto industrial, con la mayor incidencia de conflictos en sectores de servicios y la dispersión de las motivaciones y las formas de lucha.

La reunificación de las reivindicaciones y las acciones se convierte en una tarea cada vez más difícil para el sindicato. Incluso los modelos tradicionales de organización sindical se resienten: los órganos de

representación o de acción sindical en la fábrica, fundados sobre un núcleo de los funcionarios públicos o del sector de servicios en general.

La evolución en las pautas culturales, que se traduce en un grado mayor de vivências y expectativas individuales entre los trabajadores, sobre todo en los jóvenes, exige, a su vez, respuestas nuevas del sindicato. En definitiva, integrar en los planteamientos sindicales la problemática de los jóvenes y la mujer frente al trabajo; adoptar los mecanismos de acción y organización a una estructura mucho más diversificada de la clase trabajadora; responder a la realidad laboral de la pequeña y mediana empresa, en cuya tarea las estructuras sociales adquieren una renovada dimensión; cambiar los planteamientos y la mentalidad respecto a los cuadros; son todos ellos desafíos renovados, y en gran parte nuevos que se le plantean de forma perentoria a nuestro sindicalismo.

7. Como no podía ser de otra manera, tras una corta vida legal (de apenas ocho años) y dado el contexto en que se han desarrollado los sindicatos en España, la acción sindical está centrada, casi exclusivamente, en la negociación colectiva.

Cuestiones que han estructurado a organizaciones sindicales con gran presencia y peso social en otras partes, como la conexión con el movimiento corporativo y mutualista, son incipientes o inexistentes en el nuestro.

Más allá de la consulta o el posicionamiento ante determinadas reformas legislativas, la incidencia sindical sobre las políticas de salud, protección social, formación, etc. viene siendo muy escasa, en comparación sobre todo con la influencia que los sindicatos ejercen sobre estas cuestiones en países de nuestro entorno.

Hasta ahora, la acción sindical en España desconoce en la práctica lo que en otras experiencias sindicales abarca la llamada “vida social” y la lucha contra las desigualdades: vivienda, medio ambiente, enseñanza, servicios sociales.

Como ya se ha señalado, la participación institucional está recortada y limitada, por tanto, la acción sindical en una de sus dimensiones esenciales.

Este es, sin embargo, un componente básico de la inserción social del sindicalismo en los países europeos más avanzados, y les permite mantener, e incluso incrementar, su afiliación a pesar de la crisis (los sindicatos daneses, por ejemplo, priman haber aumentado la afiliación no obstante el nivel de desempleo relativamente alto, merced a que gestionan las prestaciones por desempleo) ya que la relación entre afiliación masiva y prestación de servicios resulta evidente. La prestación de servicios se hace aún más necesaria en un país como el nuestro donde la eficacia erga omnes de los convenios, afectando por igual a trabajadores con o sin afiliación sindical, es un factor que no incentiva la adscripción sindical.

Reducida la actividad del sindicato a la negociación del convenio y en su caso a la realización de alguna huelga, sin posibilidad real de prestar servicios, parece difícil avanzar en la vía de la afiliación y de la mayor inserción social del sindicato.

8. La conexión con los trabajadores y la propia vida democrática del sindicalismo, son cuestiones que reclaman atención a reflexión.

En efecto, en la nueva etapa legal la construcción de los sindicatos en España ha sido un proceso relizado “desde arriba”, estructuras de base consolidadas. Por otra parte, el alejamiento entre las reivindicaciones inmediatas de los trabajadores y los planteamientos más generales y a medio plazo que los sindicatos expresan en la situación actual, plantea problemas importantes de representación, legitimidad y aceptación de las organizaciones de trabajadores.

Las diferencias entre estas últimas y los trabajadores son, en nuestro país, muy escasas y limitadas. Las secciones sindicales son una realidad circunstancia a algunas grandes empresas, los sindicatos locales o provinciales son todavía estructuras por consolidar, y los instrumentos de información a los trabajadores muy limitados. En muchos casos el centro de la actividad sindical no es la empresa, sino la sede del sindicato. Ello conduce, en general, a que el sindicato se considera más como una algo lejana institución, que como un instrumento de auto-organización de los trabajadores.

Tal estado de cosas contribuye, a su vez, a que el debate democrático en el conjunto de las organizaciones sindicales se circunscriba a las estructuras más estables y representativas sin una articulación efectiva con las estructuras de base y con los afiliados. El flujo de la información y del debate es unidireccional, de arriba a abajo, lo que, sin duda, es objeto de seria preocupación en el seno de las organizaciones de nuestro país, sin haber logrado, no obstante, encontrar caminos eficaces hasta el momento para modificar esta situación, que afecta ciertamente al futuro sindical de España.

9. Es difícil que el sindicalismo español pueda responder eficazmente a los restos que acabamos de señalar (que no son todos naturalmente), mientras subsista el actual nivel de confrontación intersindical. Más grave, probablemente, que la propia existencia de agudas diferencias, es el ámbito de carácter básicamente político y la escasa articulación del debate en que se fundamentan.

Esta concurrencia exacerbada, caracterizada en ocasiones, más por una dialéctica política que sindical, alejada del debate riguroso sobre las grandes cuestiones que afectan a la acción sindical y probablemente, poco coincidentemente con la sensibilidad de los trabajadores, puede resultar profundamente negativa para el futuro y la credibilidad social del sindicalismo en su conjunto.

Son estas las formas para que se pueda efectuar una favorable política de rentas, reformar el sistema de protección social en un sentido solidario, articular y profundizar la negociación colectiva, responder a los desafíos sindicales de una profunda mutación del aparato productivo o lograr una mayor participación en las instituciones y en las empresas, sin cambiar de manera sustancial el discurso entre sindicatos, sin establecer más amplios espacios de colaboración entre las organizaciones mayoritarias de la clase trabajadora de nuestro país.

SINDICATO E SOCIEDADE NA PALAVRA DOS METALÚRGICOS

Roque Aparecido da Silva

O signo da democracia orienta os passos dos movimentos políticos e sociais do país nesta nova fase que se abre para a sociedade. Paralelamente à superação da crise econômica e à busca de soluções para os graves problemas sociais que atingem o país, assume prioridade no momento atual um amplo processo de revisão institucional orientado no sentido do estabelecimento dos parâmetros que deverão nortear as relações políticas e sociais em bases democráticas.

Visando contribuir para a compreensão dos possíveis caminhos a serem percorridos nesse processo, assim como das dificuldades que deverão ser enfrentadas em seu percurso, buscamos elucidar neste texto as diferentes concepções presentes num dos grupos envolvidos nessa trajetória, que se constitui na liderança sindical metalúrgica. Para tanto, a partir de entrevistas realizadas entre o final de 1982 e o início de 1983, no âmbito da pesquisa que realizamos a nível nacional sobre “Estrutura e Representação Sindical”, pretendemos discutir as visões de sociedade, as utopias e as perspectivas de ação sindical, presentes nos discursos dos principais líderes metalúrgicos do país, vinculados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e à Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT). A decisão de centrar o estudo nos metalúrgicos, decorre do papel de liderança que a categoria vem desempenhando no movimento sindical recente, tendo sido responsável por 70% do total de greves ocorridas no país entre 1978 e 1984.

Realizadas 4 anos após a emergência sindical de 1978 e num momento em que a “abertura política” dava mais um importante passo com as eleições diretas para governador dos Estados, essas entrevistas conseguem captar as visões que foram se constituindo em diferentes momentos políticos e ao longo de experiências e vivências distintas, que se refletem nas várias orientações para a condução do movimento presentes no cotidiano das lutas sindicais. Nesse sentido, procuramos reconstruir as realidades e as experiências vividas com a ajuda dos discursos dos atores, visando a entender o conteúdo da ação e da divisão sindical atual.

Procuramos, dessa forma, analisar as visões que se constituíram a partir das diferentes vivências do período autoritário e dos reflexos da história e da cultura social, buscando identificar as diferenças de visões e orientações entre as lideranças metalúrgicas. A partir dessa análise pretendemos dimensionar as divergências que têm dificultado a reunificação orgânica do movimento sindical, bem como elucidar as dificuldades que se colocam à sua participação na nova conjuntura política, que se abre a partir do fim do regime militar.

RECUPERANDO A HISTÓRIA

A expectativa quanto aos caminhos que deverá seguir o processo de transição atinge, embora com intensidades variadas, todos os setores sociais. No que diz respeito ao movimento sindical, a medida principal que se espera desse processo é a que leve à superação da legislação que mantém suas organizações sob tutela do Estado há praticamente meio século.

Elaboradas nos anos 30, as normas que regem a Constituição e o funcionamento dos sindicatos no Brasil estão inseridas numa legislação mais ampla em que os direitos individuais e coletivos do trabalho foram assegurados e generalizados a todos os trabalhadores urbanos.¹⁰

¹⁰ Essa legislação estabeleceu um sistema de monopólio da representação por parte de um sindicato único, organizado por categoria e base territorial que, para ter existência legal,

Embora a vinculação institucional dos sindicatos ao Estado tenha sido questionada por setores expressivos do sindicalismo nos primeiros anos da década de 30, antes do final da década já se configurava a derrota do sindicalismo autônomo que vigorava no período anterior.

As características que assumiu esse processo de implantação da organização sindical getulista, talvez seja uma das questões mais polêmicas da historiografia brasileira. Uma discussão que ainda não foi suficientemente desenvolvida é a que busca entender a dinâmica do movimento operário e sindical no período, relacionando-a com as conquistas sociais e políticas obtidas pelos trabalhadores, a partir da vitória das forças que impulsionaram a revolução de 1930.

Nesse sentido deve-se considerar que após décadas de lutas pelos direitos básicos do trabalho, apenas as categorias organizadas e com maior capacidade de ação sindical tinham conseguido assegurar alguns dos direitos básicos do trabalho, consagrados internacionalmente, e nenhuma categoria tinha assegurado o conjunto desses direitos. A grande maioria dos trabalhadores vivia, portanto, até 1930, em um mundo em que o despotismo do capital não tinha freios legais.

Com a legislação varguista, os direitos básicos do trabalho são generalizados e o movimento operário passa a ter como eixo importante de suas mobilizações a pressão sobre o patronato visando forçá-lo a cumprir a nova legislação.

A perda da autonomia dos sindicatos se consuma, pois, nesse processo de conquista de direitos sociais fundamentais dos trabalhadores¹¹ e em que os sindicatos oficiais passavam a se constituir no canal mais

passou a necessitar do reconhecimento formal por parte do Ministério do Trabalho, transformando os sindicatos em *órgãos* delegados do poder público, conforme estabelece o estatuto padrão definido pela lei para reger a constituição e a vida sindical.

¹¹ Wanderley Guilherme dos Santos faz uma observação elucidativa a esse respeito: “Ve-se que foi, na verdade, entre 1931 e 1935 que se começou a atender, de maneira eficaz e sob fiscalização do Estado, a todas as reivindicações operárias relativas às condições da acumulação, já verbalizados desde o início do século”. Santos W. G. CIDADANIA E JUSTIÇA, Ed. Campus, Rio de Janeiro, 1979 (grifo do autor).

eficaz para garantir o cumprimento desses direitos por parte do patronato, tendo em vista que, de acordo com a lei, somente esses sindicatos poderiam cumprir a função de representar os trabalhadores. Criou-se, portanto, uma situação em que a melhor via - senão a única - para assegurar os benefícios sociais estabelecidos era a organização sindical oficial.

Nessas condições o sistema de relações de trabalho arquitetado nos anos 30 conquistou um grau de legitimidade importante que contribuiu em grande medida para sua sobrevivência por meio século, apesar das profundas transformações econômicas, sociais e políticas por que passou a sociedade nesse período.

As normas legais que regem o funcionamento dos sindicatos, mantendo-os atrelados ao Estado, não chegaram a ser questionadas frontalmente pelas lideranças mais expressivas dos trabalhadores nos anos mais democráticos de nossa história política.

Como a partir dos anos 50 os sindicatos se constituíram numa importante peça do pacto populista, os diferentes governos do período não chegaram a aplicar as medidas abertamente repressivas, facultadas pela legislação, sobre as atividades e o funcionamento dos sindicatos. Inversamente, através de suas lideranças nacionais, as organizações sindicais chegaram a adquirir um poder de influência considerável a nível de alguns organismos do Estado e uma participação corporativa nas Comissões de Salário Mínimo, na gestão dos Institutos de Previdência Social e na Justiça do Trabalho.

Em tais condições, as lideranças sindicais não deram maior importância à conquista da autonomia para suas organizações. Pelo contrário, a defesa da vinculação dos sindicatos ao Estado passou a ser formulada claramente ao se combater tendências minoritárias que propugnavam pelo completo desvinculamento dos sindicatos em relação ao Estado¹².

¹² Costa Neto, Carlos Renato, "O que é o movimento de renovação sindical?", Revista Brasiliense, Nov./Dez., 1960, pgs. 69-86.

A instauração do regime autoritário em 1964 representa uma ruptura no processo ascendente que o movimento sindical percorria desde o início dos anos 50. Os mecanismos de controle sobre os sindicatos, previstos na legislação, foram acionados. No primeiro ano de governo militar, mais de 500 entidades sindicais foram vítimas de intervenção sindical.

Seus dirigentes foram destituídos dos seus cargos e substituídos por interventores nomeados pelo Ministério do Trabalho. As organizações intersindicais criadas no período pré-64, como o CGT, o PUA, o FSD foram desmanteladas. Ao mesmo tempo, novas regras legais foram instituídas limitando ainda mais a capacidade de luta dos trabalhadores: o direito de greve foi regulamentado de modo a praticamente eliminar a possibilidade de se decretar uma greve legal, a não ser por atraso de pagamento; os salários passaram a ser regulamentados por decretos que impuseram crescente perda do seu poder aquisitivo; a estabilidade no emprego foi eliminada, assegurando às empresas ampla liberdade de demissão de trabalhadores; os sindicatos perderam a participação na gestão dos Institutos Previdenciários; as Comissões de Salário Mínimo foram extintas e o Banco Nacional de Habitação, que administra uma parte dos salários de todos os trabalhadores do país, não só não lhes permite nenhuma forma de participação em sua gestão, como sequer lhes fornece qualquer informação sobre os projetos e planos de aplicação do capital.

Enfim, o Movimento Sindical perdeu todo o seu poder de influência a nível do Estado, juntamente com importantes conquistas sociais, assim como o seu poder de barganha frente ao patronato. Os sindicatos passaram a enfrentar dificuldades intransponíveis para organizar de forma eficiente a defesa dos interesses dos trabalhadores, que viviam em condições degradantes de vida e de trabalho no interior das fábricas.

SOCIEDADE E UTOPIAS

Uma das características marcantes do processo de democratização de regimes políticos autoritários é a emergência de uma profusão de projetos e utopias que vêm expressar não somente as diferentes visões de

mundo que apresentam os vários setores sociais como as distintas propostas de reorganização da sociedade presentes no interior de cada grupo social. Considerando-se que vários são os fatores importantes na definição dos diferentes projetos, convém destacar que eles tendem a ser profundamente marcados pelas condições nas quais foi vivida a experiência do autoritarismo.

No caso dos líderes metalúrgicos cujas entrevistas estamos analisando, o fato de que os vinculados à CONCLAT tenham vivido o período autoritário na condição de dirigentes sindicais enquanto que os demais tenham se mantido a maior parte do período vinculados à produção nas fábricas, favoreceu a constituição de visões bastante distintas, formando duas tendências de opiniões que se estruturam em torno de propostas diferentes de ação sindical.

Os discursos se articulam a partir de eixos e paradigmas diferenciados, expressando o ângulo de visão que cada um consegue ter da sociedade, a partir da condição em que viveram a experiência do autoritarismo.

O eixo da argumentação dos líderes metalúrgicos da CONCLAT é o das relações de trabalho, particularmente a relação dos sindicatos com os empresários e com o Estado. Para eles, os problemas enfrentados pelos trabalhadores brasileiros são passíveis de solução no âmbito dessa mesma sociedade, desde que se modifiquem algumas regras que orientam a convivência entre empregados e empregadores.

A existência de trabalhadores e patrões é entendida, portanto, como constitutiva da vida social mais abrangente, sendo considerada como legítima, conforme se pode notar nesta crítica feita por um deles: “Eles (os patrões), querem resolver os problemas deles e esquecem que nós estamos todos no mesmo barco. E temos que buscar solução para todos”. Nessa perspectiva, trabalhadores e patrões, cada um a seu modo, contribuem para a dinâmica da produção e da sociedade.

O problema central da sociedade é que os trabalhadores não conseguem disputar em igualdade de condições de modo a valorizar a sua contribuição específica (pelo trabalho) ao processo produtivo, visto que a

legislação não lhes favorece. Na superação dessa desigualdade o parlamento cumpre um papel central, por ser o *locus* onde as leis desfavoráveis aos trabalhadores deverão ser modificadas. As mudanças institucionais almejadas dizem respeito principalmente às normas que definem as relações entre trabalhadores e patrões. Para eles, as regras favorecem ao patronato, fazendo com que os trabalhadores já entrem no jogo perdendo. Trata-se, então, de assegurar as condições de igualdade para que as negociações coletivas possam se desenvolver livremente, possibilitando aos trabalhadores o avanço no plano de suas conquistas.

O principal entrave nessa caminhada seria o governo militar, que atua sempre ao lado dos empresários, chegando a colocar o exército nas ruas. Por mais resistentes que sejam às reivindicações dos trabalhadores, os empresários seriam levados a mudar de atitude, a partir das formas de pressão utilizadas pelos sindicatos, se não contassem com o apoio do governo.

Há, de fato, nessa concepção, uma aceitação ampla do *valorem si* das instituições políticas e sociais vigentes. Os problemas que ocorrem em seu funcionamento são considerados como conjunturas ou de responsabilidade de grupos ou indivíduos isolados. Nessa perspectiva, o parlamento deve ser fortalecido, pois representa “uma coisa grandiosa para toda sociedade de qualquer país democrático, da mesma forma que o sindicato é uma coisa grandiosa para os trabalhadores”, e os partidos cumprem um papel fundamental, pois a eles cabe a função de operacionalizar as mudanças institucionais que a sociedade exige.

Prevalece, ao mesmo tempo, uma visão bastante crítica sobre o papel da Igreja, que estaria “usando os problemas da classe trabalhadora para fazer política. Não está procurando favorecer o movimento sindical. Ela está criando um movimento paralelo”.

Para caminhar no sentido de dar solução aos seus problemas, o movimento sindical deve fortalecer-se junto aos trabalhadores, atuando em consonância com outros organismos da sociedade civil, com vistas à conquista de um regime democrático.

Sua perspectiva global traduz-se, portanto, na busca da democratização geral da sociedade, de forma a assegurar ampla liberdade política e de organização; a ampliação dos direitos sociais visando superar as desigualdades mais graves e a igualdade de condições para os trabalhadores, em suas relações com o patronato, no plano das negociações coletivas.

Para os líderes metalúrgicos da CUT o quadro é outro. A sua “leitura” da realidade ainda se faz com a ótica do interior das fábricas - onde viveram boa parte do período autoritário - a partir da qual analisam a sociedade como um todo.

Em sua visão, a problemática social do trabalhador brasileiro é estrutural. Os discursos articulam-se em torno da questão da transformação da sociedade e dos agentes dessa transformação: os próprios trabalhadores organizados, que não deverão ter grandes expectativas em contar com muitos aliados para essa empreitada.

Embora acreditem que algumas instituições da sociedade civil poderão apoiá-los, consideram que o papel decisivo cabe aos próprios trabalhadores, os únicos capazes de solucionar os seus problemas e os do conjunto da sociedade. “Só através da discussão dos trabalhadores é que surgirão ideias de como resolver” os problemas que a sociedade enfrenta. Nesse sentido a transformação da sociedade só se dará “na hora em que os trabalhadores ocuparem todos os espaços possíveis, e conseguirem uma organização geral do povo brasileiro”. Nesse processo de transformação social, a organização e a luta sindical têm um papel estratégico que chega a ser mais importante que o dos partidos políticos. é assim que “o partido deverá estar em função do sindicato e não o sindicato em função de qualquer partido”.

Para eles, existem basicamente dois interesses em jogo na sociedade atual: os dos trabalhadores e dos empresários, que dominam a sociedade fazendo com que o Estado seja administrado em função de seus interesses. Nas palavras de um dos entrevistados “patrão e governo estão no mesmo saco e trabalhador está num único buraco”. Com esse enfoque, questionam as instituições políticas e sociais, reconhecendo explicitamente a

contribuição prestada ao movimento sindical apenas por entidades como a OAB, a ABI e particularmente a Igreja, que estaria desenvolvendo uma atuação importante para a organização dos trabalhadores.

O conceito de oposição que elaboram tem origem nessa polarização básica presente na sociedade: “A oposição tem que ser caracterizada pelo posicionamento contra o regime que impera no país, que é capitalista... Eu acho que ele não conseguirá nunca ter uma distribuição de rendas que contente a toda a população brasileira e que os capitalistas também fiquem satisfeitos. Então tem que haver uma transformação, mas não acredito na maioria dos partidos de oposição. Eles são oposição, sim, ao poder e não ao regime”.

Essa negação radical da sociedade tem como síntese a utopia de uma sociedade auto-gerida pelos trabalhadores, em que não existia a exploração. A realização dessa utopia deve ser uma preocupação cotidiana dos trabalhadores, norteadora da atuação dos sindicatos.¹³

Esse quadro sintetiza uma visão global que articula o consenso entre os líderes metalúrgicos da CUT. Entretanto existem avaliações diferentes sobre as instituições da sociedade em que vivem, como em relação às características da sociedade auto gerida idealizada, que se expressam na prática cotidiana.

O legislativo, por exemplo, tem para alguns uma certa importância, pois poderá aprovar algumas leis que beneficiem os trabalhadores. Para tanto seria necessário aumentar o número de parlamentares operários que pudessem representar seus interesses, além de uma forte pressão por parte do movimento sindical.

¹³ Apenas 1 dos 7 líderes metalúrgicos da CUT que foram entrevistados apresenta uma inflexão diferente no discurso, aproximando-se dos representantes da CONCLAT, ao considerar que a solução para os problemas dos trabalhadores se dará no plano das negociações coletivas. Com a conquista da liberdade política, da autonomia sindical e da liberdade greve, os trabalhadores estariam em condições de absoluta igualdade frente ao patronato. As transformações mais profundas na sociedade seriam função dos partidos políticos. Dos líderes metalúrgicos da CUT entrevistados, este é o único que está na direção de um sindicato desde os anos 60.

RETOMANDO A EXPERIÊNCIA

Quais seriam as diferenças entre a experiência de um dirigente sindical e de um operário no interior de uma fábrica durante o período autoritário? Em que medida poderiam elas favorecer a formação de consciências tão díspares?

Para se entender a experiência vivida pelos dirigentes sindicais é necessário ter presente que os mais expressivos dirigentes e atvístas do período pré-64 foram afastados do movimento pelas intervenções nos sindicatos e pela repressão que se generalizou a partir do golpe militar. As negociações salariais foram substituídas por decretos elaborados pelos tecnocratas do regime, estipulando os índices de aumento que deveriam ter os salários. Face a qualquer tentativa de mobilização, a repressão se fazia presente, acompanhada de ameaças de destituição da diretoria da entidade.¹⁴

Frente à dificuldade para qualquer tipo de mobilização, os novos dirigentes sindicais¹⁵ foram levados a se adequar à nova realidade, em que os sindicatos passaram a ter como principal atividade a prestação de assistência médico-hospitalar, dentária e jurídica aos associados.

Nessas condições, o contato da diretoria do sindicato com suas bases e, mais concretamente, com o mundo da produção tornou-se muito limitado¹⁶. Os sindicalistas que estiveram desligados da atividade produtiva não viveram a realidade das condições de trabalho impostas pelo patronato no interior das fábricas. Pelo contrário, para realizar suas funções de representação dos trabalhadores, os dirigentes tinham que fortalecer sua

¹⁴ Com a greve de Osasco e Contagem, em 1968, os sindicatos tiveram suas diretorias destituídas e seus líderes presos.

¹⁵ A partir de 1965 começaram a se realizar eleições para a constituição de novas diretorias, nos sindicatos que tinham sofrido intervenção logo após o golpe militar.

¹⁶ Em pesquisa que realizamos na CEDEC constatamos que, em 1981, a principal formada contato de um grande número de sindicatos com suas bases era ainda a visita de associados à sede da entidade.

convivência com esferas variadas do poder, tanto a nível do Ministério do Trabalho como de diferentes instâncias da Justiça do Trabalho, distanciando-se sobremaneira dos problemas vivenciados cotidianamente pelos trabalhadores em seus locais de trabalho.

Esses, entretanto, agravaram-se intensamente com o fortalecimento do autoritarismo no país, na medida em que frente à inoperância dos sindicatos e às difíceis condições de luta dentro das fábricas, as técnicas de controle de mão-de-obra puderam ser utilizadas com maior eficácia pelo patronato.

O eixo central da estratégia empresarial de controle da força de trabalho consiste na atomização do operário no bojo de um processo coletivo de trabalho, a fim de evitar a resistência organizada dos trabalhadores. As políticas de cargos e salários são peças fundamentais dessa engrenagem, ao parcelar cada profissão em especialidades diferentes, cada uma com várias faixas salariais.

Armados os empresários de todos os mecanismos necessários para assegurar a normalidade do processo produtivo, a mais vadia absoluta passou a ser extraída em larga escala. A política salarial instituída em 1965 provocou uma queda dos salários reais dos metalúrgicos da ordem de 18% até 1970¹⁷. A partir do fim da estabilidade no emprego em 1965, o patronato utilizou intensamente uma política de alta rotatividade da mão-de-obra, que provocou dois efeitos simultâneos: a sujeição maior do trabalhador às imposições do processo de trabalho e das chefias, visto que a perda do emprego poderia ter efeitos catastróficos para ele e sua família; e a redução da folha de pagamento, na medida em que as novas contratações eram feitas com salários inferiores aos percebidos pelos demitidos.

O rebaixamento dos salários, que exigiam alguma forma de compensação, assim como a pressão do patronato representaram um poder de coerção mais que suficiente para que as horas extras se multiplicassem. Com isso, a jornada diária de trabalho, que normalmente é de 9,30 horas,

¹⁷ “DIEESE: Dez anos de Política Salarial”, São Paulo, 1975, mimeo.

foi acrescida de mais algumas horas. Conforme assinala Laís Abramo, essa política de horas extras teria beneficiado as empresas em dois sentidos: evitando a “contratação de novos empregados e os encargos trabalhistas decorrentes, bem como os problemas que poderiam surgir em relação a esse novo contingente em um momento posterior de retração da produção” e contribuindo para a “individualização do trabalho no interior da empresa e na sua relação com o patrão, pois em detrimento de uma luta coletiva por aumento salarial, o recurso às horas extras passou a ser um paliativo individual para o problema geral da perda salarial”.¹⁸

Com a generalização dos turnos, o trabalho passou a exercer um domínio ainda maior sobre a vida das pessoas. Trabalhando cada semana em um horário, trocando a noite pelo dia, perdendo, inclusive, os fins de semana, na medida em que o dia de descanso semanal também obedecia ao sistema de rodízio, o trabalhador foi levado a viver quase que exclusivamente em função da empresa, não lhe sendo permitido o “desenvolvimento de qualquer outra atividade (educativa, associativa, recreativa), com horário fixo. O isolamento vivido pelo trabalhador no interior da fábrica, reproduzia-se assim fora dela”¹⁹. A própria vida familiar era profundamente afetada, pois não tinha condições de acompanhar regularmente nenhuma atividade doméstica, passando muitas vezes vários dias sem sequer se encontrar com os filhos.

Qualquer tentativa mais consequente para mudar essa realidade poderia lhe causar a demissão, prisão e até mesmo consequências mais sérias para a própria vida.

A brutalidade das condições que estavam sendo vividas pela classe trabalhadora era conhecida apenas por ela própria. Os operários não tiveram possibilidades de contar com o apoio de qualquer outro setor social, visto que toda a sociedade estava amordaçada.

¹⁸ Abramo, Laís, “Greve Metalúrgica em São Bernardo: Sobre a Dignidade do Trabalho”, CE DEC, 1983, mimeo. Este texto contém uma ampla abordagem das condições de vida e de trabalho dos metalúrgicos da São Bernardo durante a década de 70.

¹⁹ Abramo, Laís, Idam.

O processo de resistência e de lutas contra essa realidade - que se desenvolveu de forma atomizada durante todo o período - constituiu-se, dessa forma, numa iniciativa que dependeu fundamentalmente dos próprios trabalhadores. Através dele, os operários metalúrgicos impuseram-se frente ao patronato e ao Estado, conquistando o reconhecimento da sociedade²⁰. Tornavam-se, assim, protagonistas de um processo social, passando a exercer significativa liderança sobre o movimento sindical urbano e rural, empunhando a bandeira de um novo sindicalismo que tem nos metalúrgicos do ABC paulista seu símbolo máximo.

Temos assim dois aspectos marcantes na constituição da visão dos militantes metalúrgicos: o do isolamento no interior das fábricas em condições degradantes de trabalho e o do processo de luta que os levou à conquista da dignidade e à afirmação perante a sociedade.

A característica mais forte dessa consciência é a disposição de levar a luta por suas reivindicações até as últimas consequências, contando fundamentalmente com suas próprias forças. Esta foi a conotação principal das lutas que emergiram de dentro das fábricas em 1978, colocando os trabalhadores como interlocutores indispensáveis do processo de transição política que vive o país.

O processo de lutas operárias desencadeado em 1978, vinha de certa forma sendo preparado durante todo o período autoritário. Logo após o golpe militar, com a perda dos sindicatos, começaram a se formar grupos de trabalhadores dentro das fábricas, para dar continuidade às suas lutas. Esses grupos, ao extrapolar o âmbito do local de trabalho, deram origem às chamadas “oposições sindicais” que, entre os anos de 1966 a 1968 e 1977 a 1979, chegaram a adquirir um peso e desempenhar um papel considerável como impulsionadoras do movimento.

²⁰ É interessante observar que as propostas centrais dessa tendência expressam claramente essas experiências vividas pelas novas lideranças: autonomia e liberdade dos sindicatos em relação ao Estado e aos partidos políticos e organização dos trabalhadores a partir de seus locais de trabalho.

Além de um trabalho voltado para o conjunto da categoria, visando a ampliar o seu raio de ação e criar condições para concorrer nas eleições sindicais visando a introduzir uma nova orientação à ação da entidade, os trabalhadores vinculados às oposições sindicais procuravam organizar a luta junto com seus companheiros de trabalho na fábrica, onde se defrontavam não apenas com a repressão policial sempre presente, como com a vigência patronal, o que implicava constantes demissões de ativistas operários que, via de regra, tinham seus nomes incluídos nas “listas negras” que circulavam entre as fábricas, tornando muito mais difícil encontrar um novo emprego.

Estas novas lideranças que começam a se constituir a partir de pequenas lutas nas fábricas e que procuram estender seu raio de ação para as categorias não contaram, até 1977, com o apoio de nenhum partido político oficial ou de qualquer outra instituição, com exceção da Igreja, que em todo o período autoritário atuou no sentido da congregação de setores sociais oprimidos.

Os próprios sindicatos, em sua grande maioria, não tinham relações com a atividade operária, que se desenvolvia nas fábricas. Pelo contrário, existem várias denúncias contra dirigentes sindicais que teriam indicado nomes de trabalhadores às direções das empresas para serem demitidos, por estarem desenvolvendo um trabalho de “agitação” junto a seus colegas.

É nesse contexto que se torna compreensível o discurso de um dirigente metalúrgico da CUT no sentido de que, no momento das eleições sindicais em que ele concorria como oposição, enfrentava “três inimigos: o governo, o patrão e o pelego”, sendo que este era considerado o pior, pois estava dirigindo o sindicato.

Essa experiência é, portanto, profundamente diferente daquela vivida pelos líderes sindicais que estiveram durante todo esse período afastados do universo das fábricas, seja por opção própria, seja por imposição do cargo.

De vivências históricas em condições tão díspares não se poderia esperar visões e atitudes semelhantes. A dificuldade para uma relação mais solidária entre as tendências atuais só poderá ser entendida se tivermos

presente essas condições em que se constituíram suas identidades coletivas.

OS METALÚRGICOS NA TRANSIÇÃO

Aparentemente as culturas políticas constituídas no período autoritário não abrem grandes possibilidades de convergências entre as tendências em que se dividem os metalúrgicos e o sindicalismo, atualmente. Entretanto, para uma compreensão mais abrangente de suas perspectivas atuais seria importante identificar os reflexos da experiência histórica nas lutas operárias e sindicatos que permearam o período autoritário e as características que adquirem a ação sindical nos últimos anos, em que as tendências se redefiniram e se estruturaram.

Sem dúvida, a continuidade da organização sindical unicitária é um fator determinante para que não se configure, até o momento, um sistema de pluralidade de organizações sindicais. No plano da organização oficial - Sindicatos, Federações e Confederações - essa eventualidade seria mais difícil pelo não reconhecimento legal. Entretanto, como observa Maria Herminia, “o Movimento Sindical ativo é, hoje, maior do que a rede sindical oficial”.²¹

Sobressai, neste plano, que as várias entidades sindicais extra-oficiais, em seus vários níveis, são unitárias. Formaram-se autonomamente, como entidades livres, e não abandonaram o princípio da unidade. Esta é a realidade do conjunto das Associações Profissionais e de Trabalhadores - Advogados, Professores, Servidores Públicos.²²

²¹ Almeida, Maria Herminia Tavares, “Sindicalismo Brasileiro e Pacto Social”, CEBRAP, mimeo.

²² No caso dos servidores públicos, como de professores da rede particular, há quem considere as Associações que existem em alguns locais de trabalho como sendo paralelas. Cremos, entretanto, que se trata de entidades de níveis diferentes: a cada categoria e a do local de trabalho. Ocorre que não existindo um estatuto que defina as relações entre essas dois níveis da organização, fica aberta a disputa pela representação, principalmente quando se trata da relação entre orientações sindicais diferentes.

Para se entender esse fenômeno não basta lembrar que, ao se manifestarem de forma coletiva, as reivindicações dos trabalhadores trazem consigo um forte impulso no sentido da unidade. Ao mesmo tempo, seria necessário considerar que esse é um princípio presente na cultura associativa brasileira. Em relação à organização sindical, não se conhece, desde a Constituinte de 1934, nenhum projeto que proponha a eliminação da unicidade.

Nesse sentido, cremos que ainda não se deve considerar como definitiva a atual divisão entre CUT e CONCLAT, apesar da sua manifestação aberta no plano político. Formalmente, apenas a CUT se constitui enquanto Central Sindical, devido à resistência que existe por parte de setores da CONCLAT contra a cristalização da divisão orgânica. Na última reunião nacional da CONCLAT, nos dias 8 e 9 de abril, a proposta de realização de um Congresso ainda este ano visando a formar uma segunda Central²³ foi derrotada. Decidiu-se pela convocação de um congresso unitário para março de 1986, o que indica que a insistência na unidade persiste.

A expressão pública das diferenças se manifesta, entretanto, desde as greves ocorridas a partir das fábricas, em 1978. Nesse momento, dirigentes sindicais praticamente desconhecidos até então emergem na liderança dos movimentos, ao mesmo tempo em que dezenas de trabalhadores que assumem a condução das greves nas fábricas passam a ser reconhecidos pela categoria. É o momento áureo das oposições sindicais que buscavam se organizar a partir das empresas, enquanto alternativas às direções consideradas inoperantes, que se encontravam à frente da grande maioria dos sindicatos. Ocorre, então, o primeiro confronto, com a participação da massa trabalhadora, entre as novas lideranças e as velhas direções.

Um setor dos sindicalistas que integra atualmente a CONCLAT somava-se, na época, às lideranças das greves, contrapondo-se ao

²³ Até o momento trata-se apenas de uma Coordenação Nacional, sem que tenha sido implementado ainda uma estrutura de Central Sindical.

imobilismo imperante nos sindicatos. No Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) em agosto de 1978, deu-se o primeiro passo no sentido da formação de um bloco de dirigentes sindicais, que se denominou “autênticos”, indicando a “inautenticidade” da representação dos demais.

Entretanto, se no momento da emergência sindical foi possível acomodar as diferenças que já se expressavam com nitidez no interior desse bloco, essa aproximação não durou muito tempo. A conformação das atuais tendências agrupadas na CUT e na CONCLAT, ganhou fisionomia no transcurso da mais importante greve operária do período, que colocou em xeque o regime autoritário: a greve de 41 dias realizada pelos metalúrgicos de São Bernardo, em 1980. Nesse movimento, em que o novo sindicalismo adquiriu visibilidade mais nítida e conquistou amplo apoio social, caracterizou-se uma nítida polarização quanto à condução que deveria lhe ser dada.

Enquanto os setores sindicais aglutinados em torno do Comitê de Solidariedade, que funcionou no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, pressionavam pela realização de um acordo que pusesse fim à greve para evitar o seu esvaziamento, em caso de se prolongar indefinidamente, os metalúrgicos de São Bernardo não abdicaram da decisão de manter a luta até praticamente o limite de suas forças, visando obter o atendimento das reivindicações.

Desde então, as divergências no que se refere ao tipo de condução a ser dada aos movimentos, tem sido uma constante, expressando-se de forma mais nítida entre os metalúrgicos do Estado de São Paulo, que são os mais mobilizados do país. As greves metalúrgicas que inauguraram a Nova República deram mais uma demonstração nítida dessas diferenças. Enquanto os sindicatos ligados à CONCLAT realizaram apenas 2 dias de greve, firmando o acordo sem que algumas das principais reivindicações fossem contempladas, os vinculados à CUT se mantiveram em greve por mais de um mês, exigindo a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, reajustes trimestrais nos salários e garantia no emprego.

Conforme se pode notar, não se trata de lutas por reivindicações diferentes, mas de formas distintas de conduzir a luta sindical. Essa divisão, que se manifesta nas duas tendências estruturadas presentes no meio sindical, apresenta-se, portanto, como um dado que não pode ser deixado de lado em qualquer análise das perspectivas do sindicalismo hoje.

Ela nos coloca, entretanto, frente a uma realidade pouco promissora para o movimento sindical. Por um lado, a participação dos sindicatos no processo de mudança em curso no país se torna da maior importância se levarmos em consideração que na Assembleia Nacional Constituinte poderá ser redefinido seu papel nas relações de trabalho e na sociedade. A presença do movimento sindical e dos trabalhadores nesse processo, tanto com propostas de mudanças que traduzam suas aspirações, como através da pressão massiva que poderá exercer, deverá ser fundamental nas definições que lhes dizem respeito. Por outro lado, a capacidade de intervenção do movimento sindical se vê debilitada pela divisão e pela dificuldade de elaborar propostas alternativas no plano institucional.

A procura de caminhos que permitam superar esses impasses colocados se apresenta, portanto, como a mais importante questão colocada hoje para o movimento sindical brasileiro.

O SINDICALISMO PARAENSE HOJE

Elson Luiz Rocha Monteiro

Reflexões sobre o Movimento Sindical em Belém

A proposta contida neste artigo, constitui-se basicamente em uma tentativa de analisar o movimento sindical urbano em uma área atrasada do chamado 3º mundo. No caso, trata-se de analisar o sindicalismo que se desenvolve contemporaneamente em uma área urbana da Amazônia, tomando-se por parâmetro a sua maior cidade, Belém do Pará, o que faremos a partir de uma abordagem que divide o desenvolvimento do raciocínio que pretendemos seguir em alguns itens de reflexão.

A QUESTÃO SINDICAL NA AMAZÔNIA

Consideramos a área da Amazônia, no Brasil, como uma região onde ocorrem alguns dos mais graves conflitos sociais que a história contemporânea do país registra. Há que se ressaltar que esses conflitos se desenvolvem predominantemente na área rural, tendo, porém, profundos reflexos em suas áreas urbanas.

A Amazônia vive hoje um brutal processo de penetração de um tipo de capitalismo selvagem, predatório, baseado na implantação de grandes projetos agrícolas, pecuários, minerais, agroindustriais, etc., que estão desencadeando, em larga escala, um processo de expropriação de pequenos proprietários, posseiros, índios, eliminação da pesca artesanal como forma de sobrevivência, etc. Uma tal ação tem desencadeado violentos conflitos no campo. Posseiros e pescadores resistem pela vida armada, a todo esse processo, que tem levado também a um grande êxodo rural, em direção às cidades da região sem infra-estrutura urbana e econômica para absorver a massa que vem formar um enorme contingente de desempregados, sub-empregados, sem condições de habitação, saúde, educação, vida, enfim.

Tudo isto com profundos reflexos em movimentos sindicais e sociais urbanos, como veremos adiante.

A QUESTÃO DO TRABALHO EM BELÉM

Para desenvolver este breve comentário sobre o movimento sindical em Belém, devemos considerar a questão de em qual setor se coloca o maior nível de oferta de emprego. Sabemos que, dentro de áreas urbanas, a oferta de empregos se dá nos setores secundários e terciários. No caso de Belém, cidade que não possui um parque industrial de importância, contando apenas com algumas pequenas unidades fabris, a presença maciça dos trabalhadores empregados se dá no setor comerciário, bancário, transportes urbanos, portuário e construção civil.

Antes de entrarmos na abordagem da questão sindical propriamente dita, queremos ressaltar que grande parte do contingente de pessoas que trabalham em Belém, além dos setores médios, como profissionais liberais, professores, etc. Destacamos a existência de um grande número de pequenos negócios, trabalhadores autônomos ambulantes e as diversas formas de sub-emprego que proliferam pela cidade, conforme demonstram os dados estatísticos do censo de 1980.

Tabela I - Pessoas economicamente ativas, de 10 anos ou mais, segundo a posição na ocupação.

	TOTAL	%
PEA	1.004.129	100,00
Empregados	491.781	48,98
Autônomos	411.713	41,01
Não remunerados	73.165	7,28

Sern declaração	13.705	1,36
-----------------	--------	------

Fonte: IBGE; Censo Demográfico 1980, Volume I - Tomo 5 Número 6 - p. 57

O quadro acima demonstrado é que a somatória percentual dos autônomos e dos não-remunerados (48,29%) não apresenta praticamente nenhuma diferença em comparação à participação relativa dos empregados (48,98%), incluindo os empregados domésticos, que recebem somente benefícios, demonstrando que o avanço da relação Capital Trabalho, como relação social, ainda é tímido no contexto econômico estadual.

Em relação aos autônomos e não remunerados cabe ressaltar que concordamos com a posição de Paul Singer, em relação a três aspectos: primeiro, que estas duas faixas sociais representam a área da produção simples de mercadorias; segundo, que a maioria dos não-remunerados executam serviços para os autônomos; terceiro, que dentro da faixa social dos autônomos, deve-se diferenciar entre autônomos pequenos-burgueses e autônomos proletários, utilizando-se como critério diferenciador, o nível de renda.

Tabela II - Pessoas economicamente ativas, de 10 anos ou mais, por rendimento médio mensal, segundo a posição na ocupação.

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	Pessoas por rendimento Médio Mensal Salário Mínimo				
	TOTAL	Até 1 S.M.	%	Até 2 S.M.	%
Autônomos e não remunerados	484.878	132.497	27,32	287.826	59,36
Empregados	491.781	199.188	40,50	357.175	72,62

Fonte: IBGE: Censo Demográfico 1980, *ibid.*, p. 57 a 61

Dentro do critério de renda e considerando que dois salários mínimos representam um baixo nível de reprodução econômica, podemos dizer que mais de 50% dos autônomos e não-remunerados podem ser considerados “autônomos proletários”.

O quadro acima descrito tem uma profunda repercussão no movimento sindical, já que um contingente numeroso de trabalhadores não está concentrado em empresas, em locais de trabalho, mas em atividades dispersas pela cidade, o que impede a maior organização, com base em categorias profissionais. Este aspecto, entretanto, não significa a ausência de organização desses trabalhadores e a sua participação em lutas sociais. O que ocorre é que a sua organização, não vai sedar através da forma sindical, mas sim de outra forma, dando-se, então, a partir de locais de concentração de moradia. Isto explica, em parte, porque em Belém temos um movimento sindical frágil e movimentos sociais relativamente expressivos. É o caso de movimentos de bairros, organizados a partir de centros comunitários e que tem como eixo reivindicações ligadas aos problemas relativos aos locais de moradia e que resultaram na formação da Comissão de Bairros de Belém - CBB, a qual tem empurrado mais os movimentos reivindicatórios das classes trabalhadoras que o movimento sindical.

Cabe ressaltar que estes movimentos reúnem em torno de si, operários, peixeiros, ambulantes, migrantes rurais, desempregados, sub-empregados, pequenos comerciantes, estudantes, etc., numa luta onde não falta o enfrentamento com a polícia, em algumas situações, tendo, porém, uma organização e características não sindicais, e que passa por questões como a *luta pela casa própria, luta por melhores condições de moradia*,

luta por mais-vagas nas escolas estaduais para as crianças da periferia, contra aumentos das passagens de transportes coletivos, creches, etc.

O MOVIMENTO SINDICAL

Após esta breve introdução, passaremos a abordar a questão do movimento sindical na cidade de Belém do Pará. Abordagem esta feita a partir dos contatos que temos com as lideranças sindicais locais e de nossa participação.

Analisarmos o sindicalismo paraense hoje, implica a consideração do que se passou no país nos últimos 20 anos, em termos de repressão, e que atingiu duramente o movimento sindical. Considerando então, a repressão e o cerceamento da atividade sindical levada a cabo pelo regime militar, podemos afirmar que o sindicalismo paraense até bem recentemente se encontrava bastante desarticulado, já que alguns sindicatos sofreram intervenções em 64 e desde então vinham sendo mantidos sob controle, como foi o caso dos combativos sindicatos dos estivadores e dos petroleiros. Com o processo de distensão política iniciado no governo Geisel e a “Abertura Figueiredista”, notamos, a partir de 1978, a rearticulação do movimento sindical paraense, que se reestrutura, conhecendo a partir de então um certo avanço organizacional.

A afirmação feita acima de que o movimento sindical paraense avançou nos últimos anos, também tem a sua contradita. Ao mesmo tempo que a organização sindical conheceu um pequeno avanço, podemos afirmar que o mesmo se encontra atualmente hibernando, acomodado em termos de movimento.

O ACOMODAMENTO SINDICAL

Afirmamos que o movimento sindical em Belém está em ritmo de hibernação a partir de três pontos que levantamos a seguir:

1 - Temos em Belém 55 sindicatos, dos quais 80% são dirigidos por sindicalistas “atrasados”, conhecidos no meio sindical como “pelegos”,

dirigentes sindicais estes que se preocupam muito mais com problemas de cúpula do que com a organização da categoria; são muito mais dirigentes e administradores de sindicatos do que líderes de categorias. Suas preocupações básicas são relativas à administração do sindicato.

2 - Em consequência da própria estrutura sindical e da ação desse tipo de dirigente predominante no meio sindical, os sindicatos se transformaram em órgãos assistenciais, que centram suas atividades basicamente na oferta de serviços médicos, dentários, escolares (ensino profissionalizante em alguns casos), etc., e isto passa a ser o eixo da atividade sindical, de tal modo que não realizam assembleias gerais, não informam a categoria nem a nível específico, nem a nível geral, não contribuindo desta forma nem um pouco para a organização da mesma.

3 - A outra questão que se coloca para o sindicalismo paraense hoje, é a questão da unicidade sindical a nível de organização das categorias, pois isto envolve um desnível na mobilização entre os sindicatos de uma mesma categoria. A atual estrutura sindical, que permite sindicatos municipais, faz com que não haja uma mobilização mais ampla de uma mesma categoria, pois se um sindicato com maior capacidade de mobilização deflagra um movimento reivindicatório, outro, da mesma categoria profissional, de um outro município, não acompanha e muitas vezes lidera em direção contrária, diminuindo o poder de pressão para serem atendidas as reivindicações. Achamos, por isto, que os sindicatos, deveriam ser estaduais.

A QUESTÃO CUT x CONCLAT

Faremos agora uma rápida abordagem a respeito da ação desenvolvida pelas duas centrais sindicais recentemente construídas no país, no que se refere a sua ação no meio sindical paraense.

Em relação às suas atuações no meio sindical do Pará, as secções regionais da Central Única dos Trabalhadores e da Confederação Nacional das Classes Trabalhadoras, não têm produzido efeitos e, na verdade,

refletem o acomodamento do movimento sindical em Belém, pois não mobilizam, já que sua relação se dá apenas a nível de cúpula, e do mesmo modo não sofrem pressão das bases, estas desinformadas e desmobilizadas.

Em relação às duas centrais sindicais existem comentários específicos a serem feitos, o que pretendemos fazê-lo a seguir, abordando a ação de cada uma no meio sindical paraense.

CUT

Em relação à ação desenvolvida no meio sindical pela Central Única dos Trabalhadores, articulada pelos sindicalistas ligados ao Partido dos Trabalhadores, parece-nos que em sua atuação no movimento sindical está havendo uma certa falta de sensibilidade na percepção do estágio em que este se encontra e isto leva a que este grupo de sindicalistas tente puxar o movimento dos trabalhadores com palavras de ordem que nos parecem irrealistas, considerando o atual nível de organização e mobilização dos trabalhadores. A CUT tem lançado palavras de ordem como: “Coletivização da Terra”, “Reforma Agrária Radical”, “Greve Geral”, etc. Ora, lançar este tipo de palavra de ordem, que pressupõe a existência de um movimento num estágio de organização e mobilização avançado, para um movimento sindical fraco a nível nacional, reflete apenas uma visão distorcida que têm os líderes da CUT do sindicalismo brasileiro, refletindo mais uma visão local, extrapolada para uma análise nacional.

Explicando melhor, a direção da CUT, centrada no coração industrial do país - São Paulo é área do ABCD, onde o movimento sindical está mais forte e mais organizado - tende a mobilizar o movimento sindical com palavras de ordem que têm penetração apenas naquelas áreas do país mas que não penetram e nem refletem o movimento sindical nacionalmente. E o maior exemplo disso é o fracasso em que têm resultado as várias tentativas de realizar uma greve geral com data marcada.

Parece-nos, entretanto, que a CUT está começando a perceber isto e começa a tentar uma reformulação deste tipo de política, já vem propondo ultimamente ações como as de “luta pela jornada de trabalho de 40 horas”,

“reajuste trimestral”, “salário desemprego”, e outras, que passam a refletir um estágio de reivindicações mais específicas e mais de acordo com o nível em que se encontra o movimento sindical brasileiro, de modo a que possa travar uma luta conjunta a nível nacional.

CONCLAT

Em relação à ação levada no meio sindical pelo grupo de sindicalistas articulados em torno da Confederação Nacional das Classes Trabalhadoras, CONCLAT, nosso breve comentário em termos críticos levantará uma questão que vem se dando pelo menos a nível regional.

Sabemos que os sindicalistas articulados na CONCLAT estão ligados a diversas organizações políticas que se vinculam em sua “face externa” ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o PMDB. A crítica que temos a fazer é relativa a uma certa tendência deste setor do movimento sindical, em algumas áreas, de vincular a política sindical aos governos do PMDB, fazendo uma política que visa primordialmente a “não desestabilizar os governos democráticos”. A partir deste tipo de política, o movimento sindical começa a afastar-se dos problemas reais vividos pelos trabalhadores, para vivenciar apenas os problemas dos chamados “governos democráticos”, levando a um acomodamento por parte do sindicalismo paraense, como se apenas a mudança de governo fosse a questão essencial do sindicalismo. Neste ponto concordamos com a frase ouvida do líder sindical Raimundo Gomes, do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração de Petróleo do Pará, Amapá e Amazonas de que o “MOVIMENTO SINDICAL DEVE PENSAR EM MUDANÇAS SOCIAIS E NÃO APENAS DE GOVERNO”.

O que percebemos na verdade, é a necessidade da CUT e CONCLAT se articularem e trabalharem mais unitariamente no meio sindical. No caso do Pará, por exemplo, onde a CUT é mais organizada no campo e a CONCLAT na cidade, eles poderiam, trabalhando juntos, articular melhor a ligação campo x cidade que é muito precária, e achamos

que este trabalho unitário não é difícil de ser realizado. Ele tem se tornado difícil dado aos encaminhamentos e ao modo como eles têm sido feitos.

CONCLUSÕES GERAIS

Concluindo estes breves comentários sobre o sindicalismo paraense dentro da nossa visão pessoal, desejo abordar algumas questões mais gerais sobre o movimento sindical hoje.

Dentre os aspectos gerais que envolvem o movimento sindical hoje, uma das reivindicações mais levantadas pelos sindicalistas brasileiros, é a da mudança na estrutura sindical. Achamos também que esta reivindicação é fundamental, pois a dependência do Ministério do Trabalho é um dos aspectos que envolvem o atual sindicalismo brasileiro colocando-o numa situação de quem se encontra de “mãos amarradas”, pois a dependência econômica e legal dos sindicatos ao Ministério, os tem impedido de avançar mais em direção a uma reestruturação que lhes permita atuar com mais autonomia, buscar estruturas financeiras mais sólidas, levantar fundos de greve, etc. Dentre os diversos aspectos que envolvem esta questão, levantamos um que é o relativo à questão das eleições, que são dirigidas pela diretoria em exercício do sindicato, que, desta forma, manipula, favorece a chapa a ela ligada, dando-se o caso, muito comum, de dirigentes sindicais que perpetuam-se na direção de um sindicato, pois em época de eleição manipulam a seu favor, filiando com datas adulteradas, quitando sócios, criando listas fantasmas, etc. Desta forma fecha-se o espaço democrático para a atuação de diversas tendências dentro do movimento sindical. Por isto, parece-nos que na época da eleição deveria ser criada uma comissão que dirigisse os trabalhos, de modo a impedir as irregularidades que favorecem a uma ou a outra chapa.

Em um sindicalismo frágil como o paraense, este aspecto é tão forte, que apenas em um sindicato paraense vislumbramos algum tipo de oposição que consegue se manter relativamente atuante, e ainda assim, articulada com parte da estrutura dirigente: o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil em Belém. No resto dos sindicatos em Belém,

praticamente inexistente oposição com alguma base. Quem dirige o sindicato controla o movimento da categoria como um todo.

É em cima de bandeiras gerais dos trabalhadores que o movimento sindical pode avançar unitariamente. Os sindicatos, através de suas centrais sindicais, deveriam pegar questões como esta da mudança da estrutura sindical, questões como a da luta pela garantia do emprego, índice do INPC, luta por um salário real, liberdade e autonomia sindical, Assembleia Nacional Constituinte, encaminhando-as unitariamente construindo assim, a partir da ação conjunta na prática, a tão desejada Unidade Sindical que poderá levar à formação de uma Central Sindical Unificada.

Em nossos contatos com sindicalistas, percebemos a possibilidade de todo um trabalho unificado que pode ser desenvolvido pelo movimento sindical paraense, inclusive a partir da organização de debates em cima de teses diversas como a criação de um *Fórum de Saúde do Trabalho*, discutir e iniciar uma campanha contra a atual *Lei de Greve*, a questão do *neopoputismo que tenta envolver hoje os trabalhadores*, temáticas como o *Congelamento da Dívida Externa*, a questão da *Estatização* e a luta contra a *Privatização das Empresas Estatais*, a situação da *Corrupção* no sistema, a mobilização por *Aposentadorias Reais*, o *Congelamento dos Bens de Consumo*, etc... Acreditamos que a partir de problemas específicos e comuns que o sindicalismo paraense pode avançar de forma unificada e em bases sólidas, saindo assim do atual marasmo em que se encontra.

CONCLUSÃO FINAL

Para finalizar, não podemos deixar de falar no momento histórico que vive o país, que começa a sair de um regime militar autoritário, para viver uma fase de transição que se inicia a partir da posse do Presidente José Sarney. Penso que com a “Nova República”, os trabalhadores ganham um espaço para avançar em direção a uma melhor organização restabelecer plenamente o Direito de Greve, e conseguir, desde que mobilizados e organizados, a quebra da tutela do Ministério do Trabalho avançar cada vez mais na conquista pelas *Liberdades Democráticas*. Devem os

trabalhadores, porém, estejam atentos à tentativa provável as feita pelo governo que se inicia, com a colocação de proposta de Pac Social que, na prática, significará a reorganização do país à custa de trabalhadores, as principais vítimas dos 20 anos de regime militar. Concluimos afirmando que A REORGANIZAÇÃO DO PAÍS NÃO PODE SER REALIZADA A CUSTA DOS TRABALHADORES. Impedir isso é uma tarefa básica para o movimento sindical frente ao governo que ora se inicia.

SINDICATOS, DICTADURA Y TRANSICIÓN: CHILE A LA LUZ DE LA EXPERIÊNCIA BRASILEÑA

Gonzalo Falabella

INTRODUCCIÓN

Porque Brasil avanza, después de todo, hacia la democracia mientras Chile permanece estancado? Cual es el rol que juegan los sindicatos durante Las dictaduras y como influencia la transición democrática? Bajo que condiciones este papel se hace mas efectivo, si la transición es bloqueada, como ocurre en Chile? Los casos chilenos y brasilenos son muy relevantes para responder estas preguntas, pues en ambos países los sindicatos han cumplido un papel importante en la confrontación de la dictadura. Pero mientras en Brasil el proceso culmino en la democracia - después de una transición, eso si, de 11 años - Chile no muestra senales de avance en esa dirección a pesar de las grandes mobilizaciones convocadas por los sindicatos para estos efectos desde 1983. Mas bien se ha retrocedido y el país se encuentra nuevamente bajo Estado de Sitio y control efectivo de los militares.

El análisis se centra en el caso chileno y usa la experiencia brasilenã - como contraste histórico y presente - para explicitar los cuellos de botella así como las oportunidades que ha abierto el movimiento sindical chileno para impulsar una transición efectiva a la democracia. La hipótesis central del trabajo establece que el aporte sindical a una transición cierta depende tanto de la autoconfianza del regimen (militares y sectores del grande capital, principalmente, que le sirven de sustento), como de la fuerza y

capacidad política de la oposición y experiencia política propia de los sindicatos al momento del golpe; el tipo de régimen militar que se implanta y sus logros; y el desarrollo sindical durante la dictadura y la transición.

La debilidad sindical pregolpe aumenta esa confianza (2). Pero la autoconfianza del régimen abre a su vez espacio para el desarrollo propio del sindicalismo, debido al incremento en las inversiones a que esa confianza lleva, y con ella, el aumento del empleo y en consecuencia, de la base social obrera. Por su parte, la fuerza sindical disminuye el interés del régimen por la democracia. Por estas razones la transición es un proceso lleno de ambivalencias...

En Brasil se dieron ambas condiciones. Primero, la autoconfianza sin oposición sindical durante el “milagro económico” que llevó a la declaración oficial del inicio de la apertura en 1978. Segundo, la crisis, el fracaso parcial del modelo económico y una movilización - en particular sindical - sin precedentes, aunque no en el conjunto del país, al menos en su corazón económico (São Paulo). Esta movilización se explica por el aumento del empleo fabril y la ruptura de la vieja relación populista de dependencia sindical del Estado. El resultado fue una amplia demanda por la democracia, una baja de la autoconfianza del régimen y una apertura controlada de 11 años.

En Chile nunca ha habido confianza del régimen en sí mismo ni del gran capital que lo apoya. Por el contrario, siempre ha reinado el miedo a los trabajadores — y sus sindicatos — al pueblo y sus partidos. El modelo económico fracasó totalmente - a pesar de ciertas “apariencias” de éxito en 1980 - pues nunca hubo confianza de ningún sector para invertir. Debido a ello, la base social obrera disminuyó y no aumentó como en Brasil. A diferencia de ese país, la movilización que siguió al fracaso económico se basó en la capacidad de liderazgo y fuerza histórica del sindicalismo chileno, ya que bajo la dictadura solo ha conocido la represión y el desempleo. El fracaso económico y la movilización sindical y popular resultaron en un régimen aún más centrado en sí mismo y temeroso de abrir las puertas a la democracia y un movimiento sindical y popular demasiado débil para torcerle la mano al régimen y forzar una transición efectiva.

El trabajo se centra en aquellos elementos que explican la fuerza o debilidad del sindicalismo antes y durante la dictadura: a) la relación sindicato/estado y sindicato/partido populista u obrero, y b) el desarrollo político sindical - es decir, comunicación entre los trabajadores, presencia nacional, crecimiento de su base social y capacidad de “pensar el país” y actuar en consecuencia. A partir de ese diagnóstico se estudia el efecto del desarrollo sindical sobre el tipo de régimen que se implanta, su grado de apertura democrática y las consecuencias que la relación régimen/sindicato tiene en términos de la capacidad política sindical y de una transición real a la democracia.

El trabajo se divide en tres partes: la experiencia sindical brasileña; contrapunto con la experiencia chilena; y conclusiones que de allí se derivan sobre sindicatos y transición democrática, organización y estrategia sindical.

1. LA EXPERIENCIA SINDICAL BRASILEÑA

El caso brasileño es importante por dos razones: primero, porque toda la organización y el movimiento sindical han sido permeados y marcados, hasta hoy día, por la legislación corporativa del Gobierno de Vargas a fines de los años 30. Segundo, por la experiencia sindical durante 21 años de Gobiernos Militares, que acentuó los aspectos más negativos de esta legislación, la ilegitimidad de la relación sindicato/estado y robusteció su base social. Así abrieron nuevos rumbos para el movimiento sindical en ese país, que le permitieron jugar un papel importante en la transición a la democracia.

A. La etapa populista: el condicionamiento estatal

Respecto al primer punto, la legislación Varguista es, en cierta forma copia de la legislación fascista de Mussolini en Italia, pero adaptada a las condiciones brasileñas. Por ello no se puede hablar, en sentido estricto, de una legislación fascista (3). Este origen es muy importante porque desde fines de los años 30, durante el primer gobierno de Vargas y

hasta hoy día, la legislación sindical establece un rol central del Estado en las relaciones laborales. De esta forma el sindicato no depende para su legitimación del respaldo de sus bases, sino del hecho de que el Estado lo reconozca o no. Las finanzas sindicales no las maneja el sindicato, El Estado reparte un cierto porcentaje para obras sociales y otro tipo de servicios. Ellas no pueden, de manera alguna, ser utilizadas para un fondo de huelga. El Ministerio del Trabajo puede reconocer o no a una directiva después de una elección sindical y en la negociación colectiva debe atenerse a una serie de procedimientos que, por ejemplo, hicieron difícil declarar legalmente una huelga.

Estas limitaciones en la vida sindical brasileña han existido por más de 40 años, desde que el movimiento era aun muy joven. Así, muy tempranamente se les impuso esta legislación que comenzó a moldear la vida sindical brasileña. En síntesis, se trata de un sindicalismo que es fuertemente condicionado por el Estado en su desarrollo futuro (4).

El único órgano que puede negociar efectivamente en Brasil, desde los años 30, es el sindicato territorial de la rama. No existe sindicato de fábrica, como en Chile, que pueda negociar legalmente. Tampoco hay federaciones nacionales por rama que puedan negociar efectivamente, ni tampoco centrales nacionales.

Brasil es un país federal, con gobiernos “estadales” con bastante autonomía del gobierno federal (o nacional), similar al sistema político de los Estados Unidos. Hay un sindicato metalúrgico del estado de São Paulo, por ejemplo, pero los dirigentes sindicales del estado no son elegidos directamente por los trabajadores sino por los diferentes sindicatos territoriales. Cada uno de esos sindicatos, aunque tenga mil o un millón de afiliados tiene igual peso, un solo voto. Con este sistema el Estado se ha asegurado, desde la época de Vargas, que los sectores menos organizados, es decir los municipios sindicalmente más débiles, prevalezcan sobre los más fuertes, o sea sobre los centros industriales más desarrollados. Por esta razón las federaciones tienden a ser muy superestructurales. Mas superestructurales aún son las confederaciones, pues son elegidas por medio de un sistema análogo al de las federaciones: en este caso, cada

federacion estadual tiene un voto en la eleccion de la confederación nacional, cualquiera sea el numero de afiliados que posea Adernas, existe solo una Confederación en todo el área industrial por lo cual cada rama no tiene representacion propia y, en consecuencia, la confederación es doblemente superestructural: por haber sido elegida indirectamente y en forma no representativa y por no tener sindicatos nacionales por rama que representar.

Alise fue moldeando um sistema sindical poco representativo configurado por dirigentes sindicales muy controlados por el Estado. De alli que a los dirigentes se les liame “pelegos”, servidores del Estado, principalmente aquellos de nivel estadual y sobre todo, nacional. Los únicos dirigentes representativos son aquellos de los sindicatos territoriales, e incluso ellos han tenido por lo general, serias dificultades para mantener una relación fluída con sus bases en las distintas fabricas, ya que el Estado no permite la organización sindical al interior de ellas.

Bajo estas condiciones se desarrolló, desde los anos 30, una casta de dirigentes sindicales estaduais y nacionales, que no respondia ante sus bases, ni era elegida por ella. Ello permitio al Estado y al Partido Populista, (que gobernó Brasil durante casi 30 años), usar este sistema de contral era tal que, si en un município el Partido oficial perdía una elección sindical, podia anularla sucesivamente hasta que los dirigentes de su indicacion ganaran las elecciones. Este sistema político se llama “populista” pues, el Estado, usando un mínimo de represión, jugo’ un rol central en la vida económica, social y política del país (6). Jugo un papel central, por ejemplo, durante muchos anos en la solución de una série de cuestiones importantes para los trabajadores (empleo, salários, educación, vacaciones, obras sociales, seguridad social), al punto que sectores mas izquierdistas que se desarrollaron al interior de ese partido ocuparon el Gobierno la comienzos de los anos 60 y fueron derrocados (7). Desde entonces se implantaron sucesivos Gobiernos Militares que han gobernado el país hasta 1985.

Los distintos Gobiernos Populistas que existieron hasta 1964 desarrollaron programas económicos - industriales en particular - similares a los realizados por el Frente Popular en la industrialización de Chile. Pero con el desarrollo industrial se expandió significativamente la base social obrera. Pero en Chile, el núcleo obrero principal precedió a la industrialización, constituyéndose ya en el siglo pasado en las minas, ferrocarriles y puertos a lo largo del país. Además en Brasil, a medida que fue creciendo la base fabril, ya había una legislación preestablecida que la fue enmarcando. En Chile, al momento de ser elegido el Gobierno del Frente Popular, el movimiento sindical ya se encontraba constituido y también los partidos obreros. (La primera huelga general se llevó a cabo en Chile en 1890.) Por esta razón los trabajadores chilenos tenían ya una personalidad propia al iniciarse el Gobierno Frenteista. Nunca hubo "Populismo", en sentido estricto, con un Estado autoritario y fuerte que "protegía" y controlaba a los sindicatos, como en Argentina y México. Allí más aún que en Brasil, el Estado controló y encauzó la vida sindical, presentándose, y siendo de hecho reconocido, como un "aliado" de los sindicatos en sus reivindicaciones más sentidas (8). La legitimidad de los gobiernos populistas fue aún mayor, debido a sus prácticas nacionalistas de control, por ejemplo, del capital extranjero. En síntesis, el populismo se caracterizó, para bien y para mal, por la fuerte ingerencia del Estado en la vida económica, social y política del país, afectando en forma determinante el desarrollo tanto numérico como político de los trabajadores y su organización sindical.

La etapa populista de América Latina es un período en el cual los países Europeos y los EE.UU. se encuentran absorbidos en sus propios problemas (como la crisis del año 30 y a segunda guerra mundial). Ello les impidió intervenir en la región, como antes acostumbraban, abriendo así espacios a los países de la región para desarrollar políticas más autónomas. Son los países más desarrollados, con mayor mercado interno y control de sus recursos, los que lograron desplazar a los Gobiernos oligárquicos movilizando a los sectores medios y populares para estos efectos (9).

B. Los sindicatos bajo el régimen militar (10)

El segundo punto que es necesario remarcar del caso brasileño es la experiencia de 21 años de dictadura militar. El golpe de 1964 es un pronunciamiento contra el Gobierno Populista de izquierda de João Goulart. La experiencia de la dictadura es importante en dos sentidos: primero, por la expansión del empleo productivo aumentando la base social de los trabajadores; y segundo, por el rompimiento del viejo estilo populista de relación sindicato-estado que ocasiono la dictadura, permitiendo un desarrollo sindical mas autónomo, particularmente en São Paulo donde se concentró el nuevo desarrollo industrial.

El grado de represión en Brasil fue muy inferior a Chile, pues el desarrollo autónomo de la clase obrera era menor, y en consecuencia, el temor sentido era también menor. En Argentina como en Chile el temor fue mayor. Pero no solamente la fuerza de la clase obrera o su debilidad crea una mayor o menor represión, sino en la “otra” clase, crea a su vez una mayor o menor “confianza de clase”. Esto es importante pues el efecto sobre la clase obrera se hace sentir no solo en términos de menor represión política, sino también en términos de empleo, a raíz de la mayor inversión que provoca una mayor confianza de clase entre los empresarios. A diferencia de Chile y Argentina durante los años 70, la inversión transnacional, estatal y privada fue enorme en Brasil. Allí no todos los préstamos se fueron en importaciones de whisky y otros suntuarios o se fugaron del país, como ocurrió en Chile. Gran parte de esos préstamos quedaron en el país en forma de inversiones que llevó, en 20 años (1960-1979), el empleo asalariado del 59% al 65%; el empleo productivo asalariado al 40%; y el empleo industrial del 14.8% al 23.8% de la PEA, según datos de la OIT y el Banco Mundial. En el caso chileno el empleo industrial disminuyó en esos 20 años del 30.0% al 13.2% de la PEA (11). Desde el punto de vista de la base social obrera brasilena esto significa, por ejemplo, que en una pequeña zona geográfica de São Paulo se concentraron mas de seiscientos mil trabajadores metalúrgicos. Las grandes transnacionales como la Volkswagen, la Ford, invirtieron y emplearon a gran cantidad de trabajadores (12).

Pero la dictadura brasileña no sólo llevó a un crecimiento impresionante del número de trabajadores. También ocasionó un quiebre importante en el estilo de relación populista y dependiente Estado/Sindicato, particularmente entre los sindicatos que representan a las nuevas capas de trabajadores que nacieron de las nuevas inversiones. La importancia del quiebre Estado/Trabajadores a que lleva la dictadura - al abandonar prácticas populistas tradicionales y establecer sólo una relación autoritaria de control, desmovilización y represión si es necesario - es fundamental en el desarrollo de nuevas prácticas sindicales. En efecto, por un lado la dictadura mantuvo la legislación populista, ya que implicaba un control importante de los trabajadores por el Estado, y agregó a ella tres leyes que refuerzan ese control o persiguen su desmovilización: a) congelación de la negociación colectiva, fijando-se - como luego se haría en Chile - el porcentaje de reajuste salarial por decreto; b) pérdida de estabilidad en el empleo; c) restricciones mayores al derecho de huelga - prácticamente cualquier actividad es considerada estratégica, incluida los bancos. El uso de la legislación populista sin el espíritu que la creó y esta nueva legislación cuyo único objetivo es el control y desmovilización sindical, representa el fin de la relación populista Estado/Sindicato (13).

La importancia de este quiebre está en la mayor autonomía que logran los trabajadores en general y los sindicatos en particular respecto al Estado y también de los partidos de influencia sindical debido a las limitaciones que la dictadura les impone a su actuación. Rota la vieja relación con el Estado y los partidos los trabajadores ganan autonomía. Los primeros que comienzan a pensar en forma independiente son los sindicatos territoriales - por las razones antes expuestas de mayor representatividad - y comienzan a hacerse eco de las reivindicaciones de su base. Por otro lado, en las empresas más modernas y grandes de la región de São Paulo a surgir, en forma espontánea, comisiones de fábrica que intentan y finalmente logran negociar reivindicaciones mínimas con sus empleadores, a pesar de las que la ley no lo autorice - o lo prohíba - explícitamente.

Todo ello fue configurando un despertar autónomo de los trabajadores y un sindicalismo de base y territorial mas independiente, distinto al de la etapa populista. En las zonas de la nueva industrialización donde surgen comisiones de fabrica (en la Volkswagen, la Ford, y otras grandes empresas, que cuentan a veces con mas de 40.000 trabajadores) logran darle nueva direccion a los sindicatos locales - particularmente en las comunas metalúrgicas del ABC Paulista, Santo André, São Bernardo y São Caetano - movilizando a miles de trabajadores. Durante la huelga de São Bernardo, las reuniones sindicales debieron realizar-se en estádios de fútbol congregando, hacia fines de la de cada, a más de 90.000 trabajadores.

Dos son, en consecuencia, los rasgos fundamentales de la dictadura brasileña. Por un lado, se llevaron a cabo grandes inversiones - debido a la confianza de clase de empresarios transnacionales y nacionales, tanto estatales como privados - que resultaron en el crecimiento numérico y en la concentración geográfica de la clase obrera. Este hecho facilitó su movilización. Por otro lado, se rompió la relación populista tradicional sindicato/estado lo cual abrio espacio para una mayor autonomia sindical. Los sindicatos se encontraban fuertemente controlados, sin ni siquiera poder negociar sus salários, En 1977 comenzo un proceso de mobilizacion obrera cuando los sindicatos descubren que el porcentaje de reajuste oficial tenía un “equivoco” equivalente al 34.1% de su salario real en el calculo de la inflación de 1973, hecho que el Gobierno se nego a reconocer a pesar que el hecho fue documentado por fuentes reconocidas tanto estatales como privadas. Luego de un período de negociación y publicitación se iniciaron huelgas en las fabricas de São Bernardo en Mayo de 1978 que se extendieron luego a otras comunas adyacentes. Las mobilizaciones continuan hasta finalizar la década. Las demandas son reconocidas como justas por la población y aún por algunos empresários, quienes califican la actitud del Gobierno como entorpecedora y no de apoyo para el desarrollo de relaciones laborales fluídas. Demandas económicas se transforman en sociales y luego en políticas, exigiendo derechos sindicales y ciudadanos,

la sociedad industrial creada bajo la dictadura no puede ser contenida bajo los marcos rígidos del régimen autoritario... (14).

El Gobierno, conciente de los cuellos de botella del regimen militar, planificó en 1974 una transición controlada a la democracia, abertura que simboliza la confianza de clase existente entre diversos sectores del capital, después del así llamado “milagro económico”. Pero muy luego suceden dos hechos inesperados: la crisis económica y las movilizaciones de los trabajadores - que incluso constituyen en São Paulo su propio partido, el Partido de los Trabajadores - PT - y otros sectores sociales (estudiantes y pobladores). La efectividad de la lucha sindical no puede comprenderse solo en términos sindicales, desconociendo el rol fundamental cumplido, por ejemplo, por los barrios en apoyo a esa lucha. El encuentro de ambos, produjo un efecto superior a la suma de cada uno (15). Finalmente se constituyeron dos centrales sindicales - CUT y CONCLAT - pero de carácter muy superestructural debido al vacío existente en la organización sindical brasileña - al igual que en Chile - entre el sindicato territorial y esas centrales adernas del carácter poco representativo de dichas centrales.

Estas movilizaciones significaron un cuestionamiento mas amplio del régimen al que se unieron incluso sectores empresariales, forzando una democratización mas efectiva. En 1978 se llevaron a cabo nuevamente elecciones directas de senadores y diputados y en 1982 de Gobernadores de Estado y el resto de los Congresos Federal y Estaduales, donde la oposición demostró una vez más su fuerza. En 1984 la lucha fue por las elecciones directas para Presidente, movilizándose 1,5 millones en São Paulo y 1 millón en Rio, pero sin éxito (16). Primó el criterio militar de la elección indirecta y la transición controlada, la que ya se prolongó 11 años... La característica principal de la vida política brasileña en los últimos años es la lucha por la ‘dignidad’ como la definió Lula, el Presidente del Sindicato de São Bernardo del ABC, líder de las huelgas 1978-80, y actual Presidente del PT - la plena ciudadanía política y la democracia (17).

SINDICALISMO CHILENO

La característica mas importante del sindicalismo chileno, que se contrapone a la brasileña, es su temprana constitución debido a lo que podemos llamar las condiciones “naturales” de ese país - que dieron lugar a un movimiento sindical militante desde su nacimiento mismo en el siglo pasado - y la estructura sindical que se implanta con la legislación laboral de 1924. Ambas condicionaron fuertemente sus características posteriores, lo marcaron hasta hoy día, e indican tanto sus puntos fuertes como débiles. En esta sección se analizaran primero las características recién referidas y las condiciones que enfrentan los sindicatos bajo la dictadura.

A. Formación de clase temprana, autonomía estatal y dependència partidária de los sindicatos

Chile es un país largo, angosto y accesible, y debido a ello, de fácil comunicación; sus recursos naturales y, en consecuencia, su población se encuentran repartidos a lo largo del territorio; y finalmente, el país tiene una población culturalmente muy homogénea (lenguaje, religión, y etnicidad es decir, su raza/cultura) debido a la baja proporción de población indígena - luego del holocausto del Pueblo Mapuche - y de inmigrantes, a diferencia del resto de América Latina, y de Brasil en particular. El resultado es doble. Por un lado surge, ya en el siglo pasado, un proletariado minero militante en el norte, centro y sur del país (los mineros son militantes en todo el mundo debido a sus condiciones de trabajo y el hecho de formar comunidades cerradas que refuerzan sus valores obreros. (18). Por otro lado, este proletariado tiene presencia nacional y fácil comunicación entre sí, y con otros sectores obreros (nacidos del desarrollo de actividades de apoyo a la minería - ferrocarriles y puertos de exportación - o por inversión de utilidades mineras en actividades fabriles y urbanas). Así en 1890, como ya se indicó, los trabajadores chilenos llevan a cabo su primera huelga nacional. En el espacio de dos semanas pararon los mineros, portuarios, ferrocarrileros y trabajadores urbanos en el norte, Santiago y Valparaíso, Talca y Concepción, hecho insólito en términos de cualquier país del mundo en esa época (19).

Estas características dieron una base muy sólida al sindicalismo chileno y que voluntad humana alguna, por represiva que fuese, logró destruir. Se suceden varias masacres después de esta huelga. Sin embargo el frente que organiza la Federación Obrera de Chile, FOCH, en 1925 - primero para oponerse a la legislación sindical y proyecto de nueva constitución y luego para lanzar la candidatura presidencial del doctor de ejército Santos Salas - logra nada menos que el 30% de los votos - más que Allende en 1958 cuando casi derrota a Alessandri, el candidato conservador, en las elecciones de ese año - (20). En consecuencia, en 1925 el movimiento obrero chileno estaba ya plenamente constituido y tiene dos características principales: por un lado el sindicalismo continuó siendo un fenómeno nacional y no regional, y por otro lado, el sindicato antecedió al partido político obrero de la época (21).

El Partido Comunista - PC, asumió como propio el programa de la FOCH - al momento de nacer, en 1922, no tiene programa propio. El Partido Obrero Socialista - POS, que lo antecedió, se autodefinió - en las palabras de Recabarren, su fundador y fundador luego del PC - como un partido de apoyo al desarrollo sindical; es decir, su vocación era impulsar el desarrollo de algo ajeno a sí mismo. Tal es así que Lenin en un comienzo no admitió al PC chileno en la internacional, pues lo consideró demasiado "sindicalista"... Pero la FOCH fue aceptada en la Internacional Sindical. El PC se reorganizó en forma centralista después de la represión que sufrió durante la dictadura de Ibañez (1927-31) y del rompimiento con el sector trotskista del partido, según documenta el propio historiador de ese Partido, Ramírez Necochea. Adhiere también a los principios de la internacional, ahora bajo Stalin y logra ser finalmente aceptado en la referida organización (22).

En 1932 nace un segundo partido obrero, el Partido Socialista, PS, producto de la confluencia de anarquistas, trotskistas, y sectores sociales asalariados y desempleados urbanos y de la corta experiencia del Gobierno Socialista de Marmaduke Grove, fundador del partido (23). El PS logra organizar los primeros sindicatos conforme a la nueva legislación y en 1936 nace una nueva central unitaria, la Confederación de Trabajadores de

Chile, CTCH, que los agrupa a todos. La unidad PS, PC, PR (Partido Radical), agrupada en el Frente Popular, gana las elecciones de 1938 y sube al poder. Gobierna bajo diferentes fórmulas partidarias durante 10 años, incluídos liberales y demócratacristianos (llamados falangistas entonces, como Eduardo Frei, Presidente de Chile). Los trabajadores chilenos jamás perdieron su perfil propio frente al Estado pues, a diferencia de lo ocurrido bajo el populismo, ya estaban constituídos como clase, tanto sindical como partidariamente. Pero el sindicalismo chileno se desdibuja después de ladictadurade Ibañez, principalmente durante los Gobiernos frentistas (1938-1947). Al nacer la CTCH, por ejemplo, su programa es aquel del Frente, justo lo contrario a lo anotado para la COCH. Al morir el Frente la CTCH se divide en dos pues se rompe la unidad PS-PC e incluso se divide luego el propio PS (24).

Pero los sindicatos - esta vez de empleados públicos y privados, la ANEF y la CEPCH respectivamente - aprenden de la experiencia frentista y dirigen el proceso de constitución de una nueva central, unitária, política, pero como dice su declaración de principios - autonomía de partidos, del Estado y de la interferencia internacional que, en el año 1953 cuando nacio la Central Única de Trabajadores, CUT, en plena guerra fría, era muy fuerte (25). La CUT mantiene su autonomia partidária hasta más o menos 1962, pero luego - como reconoce Figueroa, su Presidente desde 1965, en una entrevista a la que nos referiremos - nuevamente su subordina a la estrategia política de la alianza PS-PC, es decir al Frente de Accion Popular, FRAP, y luego a la Unidad; Popular, UP, hundiendo a caer el Gobierno Popular. Gran parte de sus logros y limitaciones hasta 1973 se explican precisamente por la segunda característica fundamental del sindicalismo chileno que analizaremos a continuación.

En 1924 el congreso nacional llevada ocho años debatiendo las distintas propuestas de tegislacion laboral de liberales y conservadores. El objetivo era controlar la creciente militancia sindical. Los militares debieron amenazar con un golpe en 1924, y solo así lograron aprobar, en un solo dia, toda la legislador) en discusión. Se estipuló una estructura sindical para los obreros solo por fabrica, con muy pocos recursos, los que

no podían ser usados como fondo de huelga. Con ello se pretende destruir la organización regional por rama de la FOCH y tratar de controlar así, en la base, a los trabajadores. La legislación impuesta a los obreros, es decir, el sindicato de fábrica, es aquella propuesta por los conservadores a partir de su experiencia patronal de control paternalista de los campesinos en la hacienda. Solo a los sindicatos de empleados se les permite organizarse y negociar nacionalmente - la propuesta liberal - base sobre la cual nace la CEPCH algunos años más tarde (26).

Este tipo de estructura creó un nuevo sindicalismo obrero, muy autónomo, democrático y militante en la base, con miles de dirigentes formados en la lucha diaria de fábrica a lo largo del país, experiencia que tiene ya 60 años. Pero, así como la militancia sindical permaneció, y se legitimó aún más con el respaldo legal a la actuación sindical, creó también miles de sindicatos, hecho que dispersó la fuerza obrera que tuvo la FOCH y los Anarquistas de la IWW. Ante esta situación sólo les quedó recurrir a los partidos: primero, para organizar federaciones nacionales por ramas, y luego - por la debilidad también de estas, pues tampoco ellas podían negociar - para unir a las débiles federaciones bajo una sola central, la CTCH. Los efectos negativos de esa dependencia partidaria sirvieron de lección durante los primeros 10 años de la CUT. Pero luego ella volvió a repetir los mismos errores, porque el tipo de estructura que produjo la legislación del 24 sólo podía desembocar en una dirección nacional controlada por los partidos. Este fenómeno se reproduce, y en forma aún más acentuada, bajo el Plan Laboral dictado por los militares en 1979.

La CUT venía presionando bajo Figueroa, en forma insistente, por un cambio en los derechos de organización y negociación sindical. Sólo a la Confederación de Trabajadores del Cobre, CTC, se le otorgó el derecho legal a negociar, a raíz del "Nuevo trato al Cobre" en 1955. Las federaciones de pequerías y medianas empresas (gráficos, panificadores, molineros, cuero y calzado, construcción, etc.) lograron negociar "de hecho" por acuerdo con la confederación patronal respectiva. Finalmente, se logra crear las comisiones tripartitas de negociación por rama bajo el Gobierno de Frei en 1968 y un año más tarde la CUT logra negociar, por

primera vez y a nombre de todos los trabajadores del país, un reajuste nacional de sueldos y salarios, firmando un acuerdo con el Presidente de la República. Estas garantías se extienden bajo Allende. Pero la experiencia anterior, y el peso determinante de los partidos y del Gobierno después del triunfo popular, dificultan sobremanera una perspectiva propia para los sindicatos. La situación de emergencia que vivió desde un inicio ese Gobierno, no permitió hacer efectiva una mayor autonomía sindical.

Las garantías sindicales que se extienden durante los años 60 comprenden también a los campesinos. Hasta entonces les era casi imposible organizarse. La ley campesina promulgada por Frei crea sindicatos que negocian a nivel comunal, provincial y nacional. Pero la situación sindical campesina tiene otras dificultades aún mayores que las anotadas para los sindicatos de fábrica. Primero, se instituye la división sindical campesina por ideologías - como ocurre hoy dentro del conjunto del movimiento sindical chileno - y nacen varias centrales que, hasta hace muy poco, estuvieron dispersas (curiosamente las centrales campesinas se reunificaron, hace poco tiempo, después de casi 20 años, por presión progresista externa, que condicionaron para ese efecto su apoyo económico). Segundo, la organización campesina nace dependiente de los partidos y del Estado, situación que se mantiene bajo Allende. Se trata de un fenómeno similar al anotado en Brasil para los sindicatos industriales en la etapa populista. Es el Estado y el Partido quién promueve la organización y movilización campesina. Desaparecido el apoyo de estos bajo la dictadura, la desmovilización campesina se hace sentir. Por el contrario, en Brasil la legislación campesina fue distinta a la industrial y permitía tanto la unidad de distintas capas campesinas a nivel territorial, como su unidad a nivel nacional formándose una central fuerte y pujante, la CONTAG. A diferencia de los obreros, en Brasil los campesinos si ocupan el territorio lo que, unido a su organización, los puede transformar más rápidamente en un movimiento social nacional.

En síntesis, hemos visto la fuerza que da la homogeneidad y omnipresencia nacional obrera en Chile. Ello permitió impulsar un movimiento no solo sindical sino también popular, pues se le unieron en

zonas contiguas sectores pobres urbanos, empleados y campesinos. También vimos la vitalidad de una estructura sindical de fábrica, que fue el sustento de un sindicalismo militante y controlado por sus bases. Pero además vimos que esto último limitó la autonomía sindical en el nivel nacional respecto de los partidos - pero nunca del Estado, como en el Populismo - y tuvo consecuencias serias a lo largo de su historia y hasta hoy día. Las palabras de Figueroa son sintomáticas. Refiriéndose a este tema hizo una dura autocrítica y una fuerte crítica a la Unidad Popular, en una reunión de la CUT en Londres con ese frente político en 1975:

“En nuestra historia hemos cometido varios errores. Primero, el error de haber incorporado a la CTCH al Frente Popular y haber terminado con ella cuando el Frente se rompió, por falta de unidad política. Cometimos otro error durante el Gobierno Popular, al haber llevado a la CUT al Gobierno y al haberla amarrado, por así decir, al conjunto de la alternativa del Gobierno Popular y por lo tanto, confrontándonos con el problema de la división de la clase. Los Demócratas Cristianos apoyaron el golpe, porque no supimos trabajar con ellos en los sindicatos. Estos errores históricos se pagan muy caros. Por eso debemos defender (nuestra autonomía) con mayor pasión que antes porque hay un proceso vivo en marcha. No somos nosotros, los dirigentes del movimiento obrero chileno los responsables de lo ocurrido? Por supuesto; no podemos negar nuestra responsabilidad. En la vida política, la correlación de fuerzas de la sociedad cambia, pero el instrumento de la clase una proyección histórica”.

Y agregó: “La CUT no es una organización que es base de la Unidad Popular... Si la UP quiere reunirse con su comité sindical, puedo hacerlo. Pero esa no es la CUT... Una cosa es la lealtad política que uno tiene a su partido, a una ideología, y otra cosa es un instrumento de la unidad de la clase... Debemos dejar esto muy en claro. Esto no quiere decir que ella (la CUT) sea una organización 100% autónoma, que se maneja con su propia cabeza. No. Se dirige con una cabeza política, a través de sus militantes; pero como institución, debe ser una institución que funciona con posición propia, con su propia cabeza, y con su propia línea política, que es elaborada por consenso. Si la UP quiere convocar a su comité sindical lo

puede hacer; pero esa no es la CUT. Estamos de acuerdo en establecer una coordinacion con la Unidad Popular y mañana, discutiremos con la DC y podemos establecer una coordinacion con ella. Trabajamos en esa direccion... No se si he sido suficientemente claro. Esta es la posicion que tenemos en relacion a estos problemas y queremos que nos entiendan. Como militante de un partido, cada cual responde ante su partido; pero como institución, respondemos a la clase”.

El análisis anterior nos indica que sólo una estructura sindical que se organiza y negocia a todos los niveles (28), puede ser fuerte y crear un sindicalismo autónomo y militante, que coopera, segun convenga a sus intereses, con políticas específicas de partidos y Gobiernos, pero sin amarrarse a ninguno de ellos.

B. Los sindicatos en el regimen militar

El sistema de relaciones sindicato/partidos/estado funciono en forma legitima desde los años 30, hasta el momento del golpe militar de 1973 debido a la sincronía desarrollo económico/derechos sociales y políticos (es decir, industrializacion/democratizacion del Estado). Como vimos, los partidos jugaron un rol fundamental apoyahdo el desarrollo sindical a nivel nacional, tanto de federaciones, o sea por sectores (têxtil, minera, metal, bancaria, empleados públicos, marítimos y portuários, campesinos, etc.), como en la formación y legitimacidh de centrales nacionales, como la CTCH y la CUT. Los sindicatos tambieh lograron avanzar a traves del Estado, mediante la influencia de partidos pro-sindicales en el parlamento e en el Gobierno. Así lograron evitar la represion a las organizaciones sindicales de hecho o lashuelgas ilegales que llegaron a ser mas del 80% del total y pasar leyes favorables a sus intereses referentes a la política salarial y de bienestar social (ley de reajustes, pensiones, seguro social, habitacion, educacion, vacaciones, aguinaldos, etc.).

Este sistema de relaciones sindicato/partidos/estado, tuvo su fin con la Negada al poder del nuevo Gobierno en 1973. Su primera medida es la proscripción de la CUT (y del sindicato nacional de profesores, SUTE) y

ta congelacion de las actividades sindicales mediante el Decreto Ley (D.L.) 198. Pero ese decreto estabiliza, al menos, las estructuras sindicales existentes a niveles de fabrica y federaciones nacionales de rama, lo cual permite a los trabajadores reunirse - bajo vigilância policial - desde un inicio y mantener la organizacion viva, sobretudo en la base. Mediante negociaciones “informales” con los patrones - por ejemplo, negociando el nivel, causal y condiciones del desempleo - y una serie de actividades deportivas y culturales, la organizacion se mantiene presente en las fábricas desde un inicio (29).

Los sindicatos rechazan asimismo tanto la propuesta del Ministro del Trabajo Diaz Estrada que propuso en 1975 un sistema sindical a la brasilena - territorial, sin sindicatos de fabrica, con federaciones nacionales debiles y sin centrales nacionales - y los “comités de resistência” propuestos por algunos partidos. Usan, en cambio, el D.L. 198 para reorganizar su vida sindical bajo las nuevas condiciones, y conforme a su experiencia histórica, en sindicatos de fábrica. El Plan Laboral de 1979 debe reconocer esta realidad. Pero el Plan obtiene, una vez más, el apoyo de los patrones al institucionalizar la fragmentacion sindical por fábrica, o grupos de trabajadores dentro de la fábrica, deshaciendo así todo el camino andado en la construcción de federaciones y centrales desde 1924...(30).

Paralelamente se reprodujeron, usando también el D.L. 198 y a pesar de la oposición y represion oficial, las antiguas federaciones e incluso surjieron nuevas centrales. Ellas sobreviveu con la ayuda de la solidaridad internacional y la valentia de sus dirigentes quienes se mantienen activos a pesar de su desligación de la base. El Plan Laboral institucionaliza esta desvinculacion al negarle a los dirigentes nacionales toda función en la negociación colectiva - solo pueden participar desde fuera, y en forma privada, como “asesores” técnicos del sindicato de fábrica). Pero la solidaridad no Nega directamente a los sindicatos de base, pues son miles. Ni siquiera llega directamente a las federaciones y centrales o grupos, sino a los grupos, vía los partidos. El Partido, como correa de transmisión de dineros externos, se transforma en un ente mucho menos legítimo que cuando actuaba bajo condiciones democráticas, apoyando la organización

y defendiendo los intereses sindicales en el seno del Estado. Mas aún, los partidos entran a participar de la división ideológica del sindicalismo internacional, y en consecuencia, se forman cinco grupos nacionales, agrupados desde 1983 en el Comando Nacional de Trabajadores, CNT. Três de ellos son apoyados por a) los sindicatos socialistas/socialdemocratas y comunistas (Coordinadora Nacional Sindical, CNS), b) norteamericanos (Central Democrática de Trabajadores, CDT) y c) demócrata-cristianos (Frente Unido de Trabajadores, FUT) (31). Los otros dos grupos nacionales (1a. Confederación de Empleados Particulares de Chile, CEPCH, y la Confederación de Trabajadores del Cobre, CTC), que se formaron sobre la base de confederaciones legales y por lo tanto no dependieron de los partidos como otras federaciones, son precisamente las únicas que han mantenido su independencia de los partidos y lucha ideológica internacional.

En Brasil los sindicatos no tuvieron necesidad de recurrir a la asistencia material internacional pues tenían, según la ley de los años 30, acceso a fondos del Estado, lo cual los mantuvo también dependientes del mismo hasta casi el final de la década del 70. En Chile, en cambio, los sindicatos se han visto obligados a recurrir a la asistencia externa, debido a su autonomía del Estado y la falta de apoyo de los propios partidos (a causa de la represión a la que estuvieron sometidos). Sin embargo, quienes recurrieron no fueron los sindicatos de base, sino sus anteriores representantes: las federaciones, y estas a través de los grupos, y ellos a través de los partidos. La relación de las federaciones con sus bases se hizo crecientemente más difícil debido a três razones: a) los conflictos a que llevó la reproducción en Chile de la división internacional por grupos ideológicos; b) la incapacidad de los grupos sindicales nacionales para jugar el tipo de rol que antes, bajo la democracia, cumplieron las federaciones y las centrales en conjunción con los partidos; y c) el nuevo sistema administrativo del régimen de control regional de la población, al cual se corresponde mejor un sistema de dirección sindical regional como el brasileño y no el chileno basado en federaciones nacionales por rama.

Esta situación se complicó por la falta de confianza de clase del capital, nacional o internacional, para invertir y crear empleo, lo que no permitió crear en Chile el tipo de base social que obtuvieron los sindicatos en Brasil, y sobre la base de la cual se movilizaron independientemente a fines de los años 70.

Pero el problema del empleo en Chile fue aun mas serio. No solo no hubo nuevas inversiones sino se promovio incluso una política, impulsada por los “Chicago Boys”, (una generación de economistas formados durante casi 30 años en la Universidad de Chicago) que requería llevar a Chile a su ventaja comparativa del siglo pasado, es decir, a promover solamente la producción agrícola y minera. Ello implicaba el quiebre de la industria nacional, lo que se estimuló “promoviendo préstamos para importar productos manufacturados en el extranjero y bajando los aranceles, superiores al 100%, a 10%. Pero que había detrás de esa política y como se explica? La hipótesis que aquí se propone - más allá de la intención inmediata de reducir salarios - es que el “miedo” a la clase obrera (al “comunismo” en lenguaje oficial), llevó no solo a la represión política, sino también social y económica, intentándose destruir a la clase obrera en su misma base social. (En un estudio de la SOFOFA, a comienzos de 1974, se proyecta un desempleo del 14% para 1979, cuando el desempleo había aumentado, desde un promedio de 3%-4% en el período 1972-1973, al 9; el promedio de desempleo durante el período 1973-1983 fue de 19,5% (32). Porque? Se buscó ese efecto, es decir el desempleo, para doblegar así a los trabajadores y sus organizados? Lo lograron? Solo debilitados, bastante, pero no destruidos, para que después de casi 10 años reaparecieran con su mismo espíritu y presencia de siempre, más achacosos, pero presentes. Como se explica esta capacidad de resistencia? Para contestar esta pregunta es necesario que volvamos a analizar las primeras características mencionadas al comienzo de esta parte del trabajo las condiciones “naturales” del país - que hacen que la clase obrera chilena sea siempre un elemento omnipresente en el desarrollo del país. Incluso numericamente, a pesar de todas las políticas económicas en su contra, los asalariados constituyen más del 70% de la población empleada, y dentro

de ella, los trabajadores productivos y de servicios productivos, aun hoy día, son la mayoría.

La reemergencia de los trabajadores en la vida nacional es un hecho evidente, principalmente a través del rol jugado por el Comando Nacional y por los trabajadores empleados y desempleados en sus poblaciones. Lo atestiguan las protestas (32). Otros sectores populares, en especial la juventud, han cumplido un rol importante en esas protestas. Ello ha hecho evidente, una vez más, la falta de confianza de clase de los empresarios estatales y privados, y más importante aun, la cuestión del miedo institucional de los militares. Esta situación ha cerrado al régimen en torno a sí mismo y demorado indefinidamente el tránsito a la democracia. El país sigue dividido en cuatro bloques - incluido los militares y las tres clases principales - y cada uno se siente más seguro que nunca de “su” verdad. Cada cual se reconstituye; todos tienen fuerza para confrontarse, ocupar sus “posiciones” - en lenguaje militar - y el país, mientras tanto, sigue hundiéndose por el impase creado por el empate de esas fuerzas. Porque?

Nuevamente debemos retornar al argumento de las condiciones naturales del país, que lo hacen muy homogéneo, cultural, étnica y regionalmente, y en consecuencia, hace que las diferencias hayan sido, son y sigan siendo solo de “clase social”, sin intermediaciones de ningún tipo. De allí que en Chile nunca fue necesario investigar la naturaleza social del país, y un par de slogans izquierdistas, de centro o derechistas bas-taban y lograban - increíblemente - representar la realidad aunque, por supuesto, con grandes simplificaciones. Como salir de esas interpretaciones de la realidad más o menos ciertas, pero pobres, a partir de las cuales se definen políticas burdas que tienen empantanado a Chile? Si no se enfrentan urgentemente estas cuestiones todo parece indicar que el país seguirá bloqueado por muchos años más.

La discusión en torno a un “acuerdo social” puede permitir avanzar. Y, para precisar su sentido y evitar malos entendidos, se ejemplificará citando la opinión de un dirigente nacional sindical, que no es ni del Bloque Socialista, BS, ni de la Alianza Democrática, AD, sino del Movimiento Democrático Popular.(34), y allfocupa un cargo dirigente. En una reunión

nacional sindical expliccTporque se oponía al “pacto social”. Sin querer quizás, lo definió citó un ejemplo, para explicar como el vê el proyecto futuro de relaciones entre las clases. Según él, para sacar adelante al país arruinado por la dictadura, en la futura democracia tos trabajadores no pueden amarrarse a un determinado Gobierno y sus planes. Deben participar con voz propia, sin traba alguna que los maniate. En el sector de la construccion, opinó que debieran participar en los nuevos planes habitacionales no solo el ministério, sino tambieh el colégio de arquitectos, la federación de la construcción, los empresários y los pobladores. A partir de allfhabría que “negociar” planes de construccion, salários, necesidades de insumo y los espacios de cada cual (en el pacto o acuerdo social). Que nos estaba diciendo este dirigente cuando expreso el sentir de muchos otros dirigentes sindicales de distintas ideologias? Planteón, esencialmente, un “encuentro” sin condiciones entre las clases en su expresion social para que allí, en el terreno mismo y no por decreto, sino por la “capacidad” de cada cual, dirija “el que se la pueda mejor” (es decir, quien tenga mayor capacidad direccón). Si son los empresários, pues bien, entonces les faltará desarrolto a los trabajadores; si son los profesionales, pues bien, les faltara desarrpillo a las demas clases; si es el Estado, quiere decir que ninguna clase es capaz de dirigir, ni siquiera la clase media profesional. (Bajo estas condiciones - es decir, sin mayor influencia popular en el Estado - este actuara seguramente en forma “autoritária”, aún quando se trate de un Estado “de-sarrollista” y formalmente “democrático”). Si cada clase no está di-puesta a jugarse por su hegemonía y “en democracia”, Chile seguira igual, entrampado y sin futuro. Y las clases, cada una de ellas, tambien. Allí debe focalizarse ta problemática del rol de los sindicatos en la transicioh chilena, a partir de una perspectiva tanto histórica como de futuro. De alli surgen tambien los grandes desafios de esta etapa tan critica para ese país.

Finalmente el CNT (a pesar de su desligazón institucional con la base sindical, provocada por la dictadura - y el Plan Laboral en especial - y de su fuerte vinculacion partidária), expresa mas capacidad “de pensar el país”, en los términos aquí propuestos, que los bloques políticos. El

Comando debe hacer un esfuerzo permanente - a diferencia de aquellos - por ser fiel a sus bases, empleadas - representadas por miles de sindicatos a lo largo del país - desempleadas y los demás desempleados, es decir, a la gran mayoría del país. La opinión de dirigentes como Figueroa desde el exilio, meses antes de morir, y de muchos otros en Chile, así lo atestiguan. Lo demuestra en forma particular la propuesta de) Comando, en Abril de 1984, al proponer una salida original al impase político (similar a aquella presentada en el terreno social, por el dirigente de la construcción recién citado, pero ahora referida al terreno político): el encuentro de las fuerzas institucionales - judiciales, militares, profesionales, eclesiásticas, intelectuales y artísticas, etc. - para derimir el empate clasista. No fueron escuchados, los militares, los partidos y sus bloques pueden permanecer por más tiempo encerrados en sí mismos y sus ideologías. Los trabajadores de todos los tipos, incluidos los trabajadores por cuenta propia - profesionales, transportistas, comerciantes, los “grémios” que han sufrido también las consecuencias del régimen - no pueden darse ese lujo. Sobre ellos, debido a la presión de sus bases organizadas, pesa más la urgencia del momento.

Así, en Chile las organizaciones sociales de los trabajadores - asalariados y por cuenta propia — han demostrado mayores condiciones de pensar el país. En Brasil esta capacidad ha sido más evidente hasta hace poco en los militares, institución que tiene — en comparación con Chile - mayor presencia orgánica nacional que las dos clases principales (35). El entorpecimiento mayor en el caso chileno se encuentra todavía en el terreno partidario (o sea, el MDP, AD, BS) (34), que expresan intereses aun parciales de los trabajadores asalariados e por cuenta propia, empleados y desempleados, y el bloque militar, principalmente el ejército liderado por Pinochet.

El desafío para el Comando y sus aliados (desempleados, pobladores, estudiantes y los “grémios”) es claro. Por que no “abrir las ventanas”, como nos canta el “Inti-llimani desde Roma, y convocar “de Médio” y forzar un gran diálogo nacional que saque a Chile de su actual impase?

III. CONCLUSIONES

A. Generales

1. *Formación de la clase obrera:* A diferencia de Brasil, los trabajadores chilenos se constituyeron “como clase” muy temprano en este siglo. La clase obrera ya estaba formada en 1925, y en 1936 plenamente consolidada. A ello se debe su independencia del Estado, más aliado colaboraciones con Gobiernos específicos. En Brasil, en cambio, el proceso de constitución de los trabajadores como clase nacional ha sido más difícil, debido a la experiencia populista que sin duda los ha marcado fuertemente (36). Aún hoy día los trabajadores no logran tener una presencia importante más allá de 2 o 3 Estados. Pero allí son fuertes hoy día y se trata del corazón económico del país. Por ello lograron movilizarse autónomamente y afectar el ritmo y la naturaleza de la transición pensada por los militares en 1974.

2. *Autoconfianza del régimen:* La “confianza de clase” que la debilidad del sindicalismo brasileño golpeó despertó en los sectores del gran capital - estatal, transnacional y nacional privado - que sirvieron de sustento al régimen permitió, y a diferencia de Chile; un crecimiento espectacular de los trabajadores, aunque en pocos lugares del país. Lo anterior se explica, por el aumento de las inversiones y, por lo tanto, del empleo productivo. La autonomía y, finalmente, 4ª movilización sindical brasileña es resultado tanto de ese crecimiento concentrado, como del tipo de régimen - militar - que rompe en gran medida, por su carácter casi exclusivamente autoritario, con el viejo estilo populista de relación Estado/Sociedad. En Chile el rompimiento es aún mayor por dos razones. Primero, porque la autonomía Sindicato/ Estado antecedió al régimen. Segundo, porque el miedo de los militares y del capital a la clase obrera es mayor (Brasil mantuvo, durante la mayor parte del régimen, formas parlamentarias y partidarias, aunque controladas). También en Chile el

rompimiento Estado y Sindicato es mayor. En el Plan Laboral, por ejemplo, el Estado solo norma y entrega el manejo de las relaciones industriales al capital, via el mercado laboral. Pero el miedo a la clase obrera, que fue debilitada pero sigue aún muy presente en Chile, inhibe a militares y empresários a abrir las puertas a la democracia. La movilizacion sindical brasileña, así como el fracaso final del modelo (o “milagre”) económico, mantuvo el ritmo de la transición, pero también determino su lentitud debido a la “confianza”, sino perdida, al menos debilitada a partir de 1977.

En Chile esta cuestión del miedo/confianza es particularmente importante respecto de las F.F.AA., sostén principal del regimen desde un comienzo. Los sindicatos ponen a prueba, de manera aguda, su capacidad hegemónica, de liderazgo, en la propuesta que hagan hoy día respecto al rol de los militares bajo un regimen democrático.

3. *Capacidad hegemónica de los sindicatos:* La estructura comunal sindical brasileña y su historia de dependència estatal no permitio el surgimiento de una dirección nacional fuerte y capaz de pensar el país al final de la dictadura. En Chile, en cambio, a pesar de la represión económica social y política (incluía la legislación laboral de 1979 que institucionaliza la separación sindicato de fábrica/dirección nacional), el Comando Nacional de Trabajadores expresa - aun con dificultades debido a su división interna por ideologías y fuerte vinculación partidaria - el sentir de la mayoría del país. Asalariados y desempleados son más del 80% de la población activa más del 70% de la población ocupada. La premura de los tiempos y la necesidad de salir del empate clasista e institucional a cuatro bandas - incluidos los militares - se hace sentir con mas fuerza en el Comando, pues los intereses de los trabajadores encuentran menos “filtros” ideológicos en su seno que en el caso de los bloques políticos y militar. He allí la enorme responsabilidad del Comando. Los partidos y sus alianzas y el regimen estan mas expuestos a pensar en términos puramente institucionales (militares) o de clase (grupos políticos) y, en consecuencia, no logran “pensar el país”.

La raíz de esta situación es la homogeneidad social del país, la que simplifica demasiado los discursos, los ideologiza y lleva a mirar la política en términos puramente clasistas o institucionales y no logra colocar esa visión en una perspectiva de democracia, es decir, de disputa leal por la hegemonía. Un proyecto hegemónico implica representar los intereses de todas las clases - y de las FF. AA. - pero, por supuesto, más los intereses propios. Bajo estas condiciones serán reconocidos por la población, en primer lugar, aquellos intereses que ofrecen mayores garantías al país en su conjunto.

Brasil es una sociedad muchísimo más heterogénea culturalmente, con un territorio inmenso y entendido en latitud y longitud, aun por ser conquistado, con recursos industriales concentrados y más modernos que Chile, pero no repartidos por el territorio. En consecuencia, es un país mucho más difícil de pensar y su clase obrera es menos de temer, pues es una entidad básicamente regional, del Estado de São Paulo. Por esta razón, el debate político fue mucho más abierto en Brasil, los discursos son menos ideologizados, y el prácticamente a todo el régimen y la sociedad. En Chile la situación es diferente. El socialismo no es un problema de hoy en Brasil, sino la dignidad, la democracia y la plena ciudadanía política. El objetivo en Brasil es — aplicando las palabras del sociólogo francés Alain Touraine a ese país — “estatizar el estado y civilizar la sociedad civil”, es decir, “desestatizar” la sociedad. Las condiciones objetivas que explican por qué Brasil sí avanza, después de todo, hacia un encuentro democrático son: a) la existencia de FF.AA. con capacidad hegemónica, de pensar el país y con confianza en sí mismas. b) La presencia de una clase obrera más moderna (y por lo tanto más abierta y menos dogmática), c) El hecho que todas las clases tengan menos conciencia de sí mismas que en Chile, lo cual facilita pensar al país como un espacio común para el desarrollo de cada clase, y d) la combinación, espacio para el desarrollo económico nacional - que es inmenso en Brasil - y bajo nivel de ciudadanía política. Esto permite compatibilizar más fácilmente desarrollo económico y desarrollo de la democracia, evitando cuellos de botella para el uno y el otro. Esta combinación, precisamente, permitió compatibilizar desarrollo y

democracia en Chile hasta comienzo de la década de 1970. El reestablecimiento inmediato de los niveles de ciudadanía, una vez recuperada la democracia en Chile, bajo una economía mas pobre que a comienzos de los 70, dificulta su reestablecimiento, aumentando así el miedo por la democracia...

B. Sobre la organizacion sindical

Finalmente, algunas conclusiones en el terreno orgánico sindical pues si el sindicalismo ha jugado y puede jugar un papel importante en la transición a la democracia, su capacidad orgánica es fundamental.

1. Solo una estructura que se expresa y negocia en cada nivel (es decir, en la fábrica, region, sector económico y nacionalmente, como es el caso de Itália y Suécia), da lugar a un sindicalismo fuerte y autónomo de la interferência estatal, partidária y externa. Ello permitirá a los sindicatos “pensar con su propia cabeza” - frase magnífica usada por el Presidente de la CEPCH chilena en una entrevista en 1979 - y colaborar con esas organizaciones en las circunstancias que convenga a sus intereses. Por el contrario, en aquel nivel donde sindicalismo es flaco, será controlado por otras organizaciones ajenas a el y que “pensaran” por él.

2. En el caso chileno, los puntos mas débiles son el nivel regional, sectorial/federal y central/nacional. Bajo condiciones no-democráticas, mas aun, cuando la negociacion nacional (sectorial o central) se encuentra bloqueada, el nivel regional, por ser la forma natural de movilizacion, es el decisivo. Asilo demuestra la experiência brasilena donde la presencia de los trabajadores es mas fuerte (São Paulo). En segundo lugar, el nivel nacional, debido a la capacidad de unificacion que ofrece y de “pensar el país”, hacer alianzas y promover iniciativas. Este es el fuerte del Comando Nacional de Trabajadores chilenos. Es la debilidad de la cúpula sindical brasilena actual (dividida entre sindicalistas del viejo estilo populista y los nuevos sectores del ABC Paulista y de otras grandes empresas modernas - petróleo, químicas) que no han logrado expresarse, aun con diferencias, en

una sola central. Pero, en la medida en que en Chile las estructuras intermedias - regional y federal - se robustezcan, la base tendrá expresión y unificación mas allá de ella misma. La cúpula podrá así expresar mejor a su base y superar sus divisiones ideológicas. Podrá pensar mejor el país y a la clase obrera chilena a partir del mismo, y no solo en términos de un conjunto de ideologías (socialdemócrata, democristiana, socialista o comunista).

Como demuestra la experiencia de estos últimos años, los sindicatos chilenos han logrado unificarse mas allá de sus diferencias y han demostrado capacidad, criterio y amplitud, para mirar mas allá de sí mismos y para establecer alianzas para la democracia (37). Este juicio es mas difícil referido a la oposición propiamente política. El elemento “crítico” en su pensar el país es la propuesta sindical sobre las Fuerzas Armadas bajo la democracia. Si en su pensamiento y discurso, acción y relación con ellas, logran avanzar, seguramente el país también avanzará a la democracia. Y los militares han demostrado en otros regímenes militares, incluso en Chile, mayor disposición de relación con sindicatos que con partidos obreros... El desafío que tienen por delante los sindicatos es inmenso. Serán capaces de responder? Aún está por verse. Pero la potencialidad si existe, como se ha argumentado a lo largo del análisis.

C. Sobre el contenido de la demanda sindical

Para superar el “ideologismo” o “clasismo” estrecho en Chile es necesario trabajar seriamente el problema socio-económico del empleo, particularmente al nivel sindical. Con más de 30% de desempleo, este tema debería transformarse en el elemento organizador del pensamiento y lucha sindical, hoy y mañana. Si se enfrenta este problema central para la clase y el país a todo nivel de la estructura sindical, proponiendo alternativas - para sí, para los asalariados, los trabajadores por cuenta propia y los desempleados, en particular su juventud - los sindicatos reconstituirán su legitimidad y, mas aun, la ampliarán. Es a partir de allí que podrán unificar a la clase, a los trabajadores de todo tipo, al pueblo en su conjunto y lograrán pensar al país, su futuro, y actuar en consecuencia (38).

NOTAS

(1) Otro factor importante en la caída de regimenes militares es la derrota en una guerra externa - como en Grécia, Portugal y Argentina. Sobre la debilidad de los regimenes militares debido a su falta de legitimidad, ver Nicos Poulantzas, *A Crise das Ditaduras Portugal, Grécia, Espanha*. (Rio: Paz e Terra, 1976).

(2) En el texto hay referencias repetidas a los conceptos de confianza de clase, legitimidad y hegemonia. Los três estan relacionados y se refieren a la certeza de una clase de poseer capacidad de direccion del país; ser reconocido nacionalmente en esa capacidad; y ser capaz, efectivamente, de dirigir el país. Capacidad hegemónica requiere considerar los intereses de todas las capas, clases e instituciones - iglesia, militares - relevantes de una nacion, presentandolos intereses propios, no silo como compatibles pero indispensables para el desarrollo del conjunto, haciendolos primar por sobre los de los demas sin provocar mayor contestacion. Sobre el concepto de hegemonía, ver Luciano Gruppi, *Il concetto di Egemonia in Gramsci* (Roma: Editori Reunit, 1977).

(3) La relación estado/sindicato bajo el populismo es de corporatización, control y movilización. Bajo el fascismo es solo de corporatización y control, y a la clase obrera está suficientemente desarrollada para usar la movilización en su provecho si el regimen asi lo intente (Ver Nicos Poulantzas, *Fascismo y Dictadura*, México: Siglo XXI, 1974). Es la clase media el sustento de masas y la base de la legitimidad del regimen (Ver Richard Hamilton, *Who voted for the Nazis?* Princeton: Priceton University Press, 1981).

(4) Se ha exagerado la debilidad del sindicalismo brasileño pre-Estado Novo, particularmente la influencia anarquista. Ver Paulo Sérgio Pinheiro y Michael Hall, *A Classe Operaria no Brasil: documentos 1889-19301* (São Paulo: Alfa-Omega, 1979); Edgar de Oecca, *O silêncio dos vencidos*

(São Paulo: Brasiliense, 1981) y Maria Célia Paoli, “Os trabalhadores na fala dos outros”, mimeo. Sobre los Sindicatos durante la etapa populista ver Mareia de Paula Leite “Sindicatos e Trabalhadores em a crise do Populismo”. Tese de Mestrado, Campinas, 1983.

(5) Vargas creó tanto el PSD como el PT8 ampliando así las bases de su legitimación entre diferentes clases.

(6) El PC Brasileño ayudó a legitimar este sistema de relaciones Estado/Sociedad post 1945. Ello le permitió avanzar su propia influencia en el movimiento sindical. A diferencia de la Argentina - y en parte también de México - la cúpula sindical brasileña no fue robustecida bajo la legislación varguista, lo que permitió al PC influenciar significativamente al movimiento sindical. Tal espacio jamás fue abierto por Perón a socialistas y comunistas, quién robusteció el rol de la cúpula a cambio de la exclusividad de la relación con ella.

(7) Una cúpula sindical débil abre más espacio al desarrollo de sectores progresistas dentro y fuera del partido populista. Por esta razón en Argentina estos sectores siempre han tenido dificultad para desarrollarse. Ver Francisco Delich, *Crisis y Protesta Social* (Buenos Aires: Siglo XXI, 1973).

(8) La fuerza sindical del populismo se explica en gran parte por estos logros, ya que la relación no es solo unilateral, de mero control por el régimen y apoyo sindical al régimen. Sobre el caso de México ver, Ian Roxborough y Francisco Zapata, “Algunos mitos sobre el sindicalismo en México”. *Dialogos, El Colegio de Mexico* N° 84 (1978).

(9) Fernando H. Cardoso y Enzo Faletto, *Dependência y Desarrollo en America Latina* (México: Siglo XXI, 1969); Osvaldo Sunkel y Pedro Paz, *El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo* (México y Santiago: Siglo XXI y Editorial Universitária, 1970).

(10) Bajo un Gobierno Militar la característica fundamental en la relación Estado/Sindicato es el control pues la corporatización es inefectiva. El sindicato tiene espacio suficiente para desarrollar formas orgánicas alternativas, debido al vacío en la relación Estado/Sociedad que producen estos regímenes, como se demuestra en este y otros trabajos (Ver Gonzalo Falabella, "Sindicatos y Partidos bajo Regímenes Militares Autoritarios y Períodos de Transición Democrática: Los casos de España y Portugal". Trabajo presentado al 10 Congreso Mundial de Sociología. México, agosto 1982 y "Un nuevo sindicalismo? El Gran ABC bajo las dictaduras", en Gonzalo Falabella (ed.) Sindicatos y Dictaduras. Argentina, Brasil, Chile. Ginebra y Madrid: Naciones Unidas y Alianza Editorial, próximo a ser publicado). Los regímenes militares tampoco intentan movilizar a la clase media menos aun a la clase obrera. Su estilo de relación Estado/Sociedad es burocrática-autoritaria, por tratarse de militares y no de un partido en el poder, con ideología atrayente, como ocurre en el fascismo y populismo. En Brasil - mas claramente que en Chile donde el ingrediente personalista de Pinochet es importante - es la institución militar la que gobernó y constituyó el eje del régimen. Ver Fernando H. Cardoso, Autoritarismo e Democratização (Rio: Paz e Terra, 1975).

(11) OIT, Anuário Estadístico; Banco Mundial, World Tables, 1964, 1976, 1984.

(12) Este hecho indicaría que la profundización de la industrialización a la que se refiere Guilherme O'donnell habría ocurrido en Brasil — y también en la Argentina de Onganía - pero no en las dictaduras del cono sur en los años 70. Para una discusión sobre la tesis de O'donnell ver David Collier, *The New Authoritarianism in Latin America* (Princeton: Princeton University Press, 1979, traducido al portugués). Serra tiende a diferir, en su artículo en ese volumen, con la tesis de O'donnell para el caso de Brasil, así como - mas explícitamente - con la de Marini sobre el subimperialismo

brasileño. Cuatro variables distinguen a las dictaduras de los 60 y 70 – ver “Un nuevo sindicalismo”, op. cit.

(13) Ver nota (3) y (10).

(14) Ver José Alavao Moisés, *Lições de Liberdade e Opressão* (Rio: Paz e Terra, 1982); Los artículos de Roque Aparecido da Silva en CEDEC, *Sindicatos em uma época de crise* (Petropolis: Vozes, 1984); Lais Abramo, “La experiência de enfrentamiento con la estructura sindical oficial en São Bernardo, Brasil”, en *Sindicatos y Dictaduras*, op. cit. y John Humphrey, *Capitalist Control and Workers’ Struggle in the Brazilian Auto Industry* (Princeton: Princeton University Press, 1982. Traducido al portugués).

(15) Ver Lúcio Flex Federico Kowarick, “Os caminos do encontro”, CEDLA (Octubre de 1983), Amsterdam. Mimeo.

(16) Ver Ricardo Kotscho, *Explode um novo Povo* (São Paulo: Brasiliense, 1984).

(17) Ver, Lula. *Entrevistas e Discursos* (São Paulo: ABCD, 1980), y Luís Flavio Baimo et al. *As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo (1977-1979)* (São Paulo: BG, 1983).

(18) Seymour M. Lipset, *Política Man* (NY: Doubleday & Co., 1960); Clark Kerr et. al., “The interindustry propensity to strike” en A. Kornkauser et. ali. (eds.). *Industrial Conflict* (NY: McGraw Hill, 1954); James Petras and Maurice Zeitlin, “Miners and Agrarian Radicalism”, *ASR*, 32 (Aug. 1967), 4 y Francisco Zapata, “Enclaves y sistemas de relaciones industriales en America Latina”, *Revista Mexicana de Sociologia*.

(19) Herná Ramírez Necochea, *Historia del Movimiento Obrero en Chile. Antecedentes Siglo XIX*. (Santiago: Ed. Austral, 1958).

(20) Aunque la hegemonía de la FOCH en el origen del movimiento obrero chileno está bien documentada la influencia de los anarquistas - como también demuestran Pinheiro y Hull en el caso de Brasil - ha sido poco tratada. Para un estudio sobre el particular y el rol de la IWW, ver Peter de Schazo, "The Valparaiso Maritime Strike of 1903 and the development of a revolutionary labor movement in Chile". *Journal of Latin American Studies*, vol. 2 (1979) y Manuel Montoya, "Cambio de Estructura en el Proceso Histórico Chileno y sus efectos sobre el Grêmio Gráfico" FLACSO. *Memória* (1969), Santiago, Chile.

(21) Este argumento se encuentra desarrollado en mi tesis doctoral, "Labour under Authoritarian Regimens: The Chilean Union Movement, 1973-1979". University of Sussex, 1980 (a ser publicada por Zed Press, Londres, 1986).

(22) Hernán Ramírez Necochea, *Origen y Formación del Partido Comunista de Chile* (Santiago: Ed. Austral, 1965).

(23) Enzo Faletto et. al. *Génesis Histórica del proceso político chileno* (Santiago: Quimantu, 1972).

(24) Jorge Barria, *Trayectoria y Estructura del Movimiento Sindical Chileno* (Santiago: INSORA, 1963).

(25) Barria, *ibid.*

(26) J.C. Morris, *Elites, Intellectuals and Consensus* (NY: W. F. Humphrys Press, 1966).

(27) Transcripción de la cinta magnetofónica, Instituto para el Nuevo Chile, Rotterdam, 1979.

(28) Estas son precisamente las conclusiones del V y VI Congresos de la CUT (ver *Memorias a los Congresos*).

(29) Entrevistas del autor. Ver tambien, OIT, La situacion sindical en Chile. (Ginebra: OIT, 1975).

(30) Un extracto del Plan Laboral se encuentra en Gonzalo Falabella, "Les syndicats sous un regime autoritaire: Le cas du Chili". Problemes D'Amérique Latine, Vol. 58, nos. 4599-4600 (1980). Anexo. Vertambiefi Guillermo Campero y José A. Valenzuela, El Movimiento Sindical Chileno en et Regimen Militar Chileno, 1973-1981 (Santiago: ILET, 1984). El objetivo del Plan fue enmarcar las relaciones laborales en el nivel de la fábrica - dispersando la lucha sindical - y someterlas a las fuerzas del mercado a cambio del relajamiento del control estatal que en ese entonces exigían los sindicatos internacionales. Un intento similar fue realizado en Brasil - sin éxito - a raíz de la crisis, la presion del FMI y la conflictividad sindical de base. Un analisis de esta política y una propuesta alternativa se encuentra en Gonzalo Falabella, Lais Abramo, Nair Bicalho, Roque Aparecido da Silva y Ruy Carvalho, "Novas relações sindicais no Brasil: O debate, experiências internacionais e uma proposta para a discussão". CNRH Documento de Trabalho n. 12, Janeiro 1984.

(31) Según cálculos del autor basados en el número de sindicatos que firman cartas abiertas a las autoridades con los dierentes grupos sindicales nacionaies entre 1973 y 1979, la representatividad de cada uno es la siguiente: CNS 56%, CDT (ex-UDT) 28%, CEPCH 7%, FUT 4%. La CTC representa solo al sector de la Gran Minería del Cobre (5 empresas) y a un total de 29,00 a 22,00 trabajadores (cifras 1970-1980). Ver Gonzalo Falabella, "Labour in Chile under the Junta, 1973-1979". ILAS, Wor-king Paper 4, University of London, 1981.

(32) Desde Mayo de 1983 y hasta Noviembre de 1984 - ver anexo - el CNT, por lo general solo y a vces en conjunto con algunos "grémios" y los bloques políticos de oposicion, llamaron a jornadas nacionales de protesta que movilizaron a miles de ciudadanos en todo el pais, principalmente en

Santiago. A parte de la huelga en el Cobre, la forma fundamental de protesta se den los barrios populares y luego tambie en los de clase media. El objetivo central de las jornadas fue exigir renuncia de Pinochet, la democracia y una nueva política económica para el país.

(33) En Guillermo Campero y R.ene Cortazar, “Cohcertación versus organizado por la DC y el BS agrupa a sectores socialistas que rechazan la via armada. A pesar de vários intentos, no hanlogrado concretar un programa comun de retorno a la democracia, Si ha existido coordinacion, liderado porel CNT, por los dias nacionalesde protesta.

(35) La debilidad de las clases sociales en Brasil ha sido exagerada. Sobre el particular ver Marilena Chaui “Apunamentos para uma crítica de Ação Integralista Brasileira”, en Marilena Chaui et. al., Ideologia e Mobilização Popular (Rio: Co-ediccões CEDEC/Paz e Terra 3, 1978). En el presente trabajo solo se hace referencia comparativa a esta debilidad relativa de las clases en Brasil en contrapunto con Chile.

(36) Ver Regis de Castro Andrade, “Porque os sindicatos son fracos no Brasil?”, en Sindicatos en una época de crise, op. cit.

(37) CNT ha iniciado en Diciembrede 1984 conversaciones oficíales con la Confederación del Comercio y la Produccioh que agrupa, desde los anos 30, a las grandes organizaciones patronales de la Industria, Agricultura, Minerfa y Comercio. Por su parte, la COT - que ha dejado recientemente, trabajadores por cuenta propia y del pequeno capital, los así llamados “grémios” que se movilizaron contra el Gobierno de Allende (transportistas, comerciantes y profesionales principalmente). Ambos frentes sociales de oposicion buscan una salida a la crisis del país, después que el Gobierno reimplanto el Estado de Guerra Interna en Noviembre de 1984. Como dice Raúl González Flores, “já que os políticos não fazem política, eles - os sindicatos - se sentem compelidos a fazê-lo”, en “Chile um país sem saída” Lua Nova vol. 2, n. 1, abril-junho 1985.

(38) La capacidad hegemónica del sindicalismo sueco e italiano se ha basado en la centralidad dada a la cuestión del empleo en sus plataformas. La diferencia con luchas centradas en los salarios es que aquella abre la perspectiva política de los sindicatos haciéndolos plantearse problemas nacionales - y no solo de clase como ocurre en la lucha salarial - y ser reconocido en ese carácter por la población, avanzando así su legitimidad. Por otro lado, luchas puramente centradas en el salario son un terreno fértil para el contrataque del capital y el desarrollo de su propia legitimidad (los trabajadores pueden ser fácilmente presentados ante el país como egoístas, anti-crecimiento, y promotores del caos social y político y ser colocados así a la defensiva. Por el contrario, aquellas centradas en el empleo ponen el capital a la defensiva), y a que no es este su terreno propio (es decir el de la acumulación) sino aquel de los trabajadores, particularmente en un momento de crisis económica, como hicieron los sindicatos suecos desde los años 30 y los italianos, desde los años 60, en relación al desempleo del sur del país - y su escaso nivel de desarrollo - y de la juventud en particular. Ver Costa Esping Andersen, "The political Limits of Social Democracy: State Policy and Party Decomposition in Denmark and Sweden", en Maurice Zeitlin, *Classes, Class Conflict and the State* (Cambridge Winthrop, 1980), y Luciano Lama, *Sobre el Sindicato* (Barcelona: Ed. Laia, 1976).

MOVIMENTOS SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA

*Alex Fiúza de Melo, Edna Maria Ramos de Castro
Hecilda Mary Veiga, Rosa Acevedo, Thomas Mitschew*

Edna Castro - Este debate foi pensado logo após ficar definido o tema central do V Congresso Nacional de Sociólogos do Brasil, qual seja, “Os sociólogos e a construção da democracia”. Resolvemos ocupar este primeiro dia do nosso Encontro Estadual - que objetiva preparar nossa participação àquele congresso - para uma discussão mais ampla, abrindo pistas ao balanço do movimento sindical e popular, nos últimos 20 anos no Pará. Nos interessa particularmente conhecer e avaliar as formas pelas quais se deram quer as resistências invisíveis dos trabalhadores nesses anos de dura repressão às lutas políticas, quer o aparecimento de novas estratégias políticas mais decisivas na construção da democracia no país.

Espera-se tornar mais precisa, ao longo deste Encontro, a participação política dos sociólogos em todo esse processo de organização da classe trabalhadora, não se fechando no encaminhamento de suas reivindicações específicas, mas se integrando nas lutas sociais de nossa época, e particularmente, sob a forma de colocar seu conhecimento a serviço da organização das camadas populares. Desta maneira, mesmo no plano mais geral do processo que está conseguindo resgatar a dignidade do povo brasileiro, se está fazendo também um balanço indireto do cotidiano dos sociólogos paraenses (e o número é expressivo) que aí se engajaram espontaneamente, em diferentes níveis de atuação.

De 1964 a 1984, na longa trajetória que inclui experiências políticas amargamente silenciadas pela repressão e o ressurgimento de novas forças

sociais e políticas - como cantamos com Chico Buarque “apesar de você, amanhã há de ser, outro dia...” há muitos passos atropelados ou vitoriosos que precisam ser registrados para fins da memória histórica (que é uma força) do movimento social. Ao criar este espaço de debate a APS quer ainda incentivar a pesquisa e a prática de acompanhamento dos movimentos emergentes. é evidente que a presença recente no cenário político do país desse novo personagem social - movimento sindical e popular - sobretudo depois das grandes mobilizações de 78 e 80 e com a campanha “diretas, já”, vêm alterando-se as relações de força e o embate entre capital e trabalho no Brasil. As camadas populares colocam-se diferentemente nesse quadro, em todos seus segmentos, organizados ou não, através de lutas “surdas” ou de estratégias claramente definidas, enquanto base do atual movimento sindical e popular.

As esquerdas brasileiras e latino-americanas, mesmo filiando-se a raízes marxistas diferentes, não tiveram a clareza necessária à compreensão da realidade das forças populares, incorrendo em erros de análise e de orientação da prática política que precisam ainda ser reavaliadas para fins do processo atual. Objetivando acrescentar alguns elementos de reflexão ao debate do papel das esquerdas na América Latina - importante para compreender-se também sua atuação no Pará - e sua articulação com os movimentos sociais, o sociólogo e professor da UFPA. (Thomas Mitschein, iniciará esta parte de exposições.

Thomas Mitschew - Em primeiro lugar gostaria de ressaltar que me sinto um pouco no mato sem cachorro com relação ao tema que me foi atribuído. De fato não sei como abordar um problema tão complexo como o desenvolvimento dos movimentos sociais na América Latina em vinte minutos. Mas destacando a complexidade do assunto lembro-me muito bem, como o movimento estudantil europeu dos anos sessenta, se identificando em grande parte com as lutas anti-imperialistas do Terceiro Mundo, simplificava as perspectivas políticas dos movimentos sociais no chamado “quintal dos Estados Unidos”.

Na verdade a “Nova Esquerda” do velho continente encarava a América Latina como um grande barril de pólvora pronto para explodir a qualquer momento.

Esta expectativa revolucionária foi justificada da seguinte maneira:

1) existe uma situação pré revolucionária em decorrência da crescente miséria social que impossibilita a legitimação do sistema de dominação;

2) os traços comuns da cultura latino-americana facilitarão a unificação política dos movimentos nacionais de libertação dando-lhes uma dimensão continental;

3) mesmo se todas as condições subjetivas não estiverem maduras para iniciar a luta revolucionária, a vanguarda pode acelerar a criação de tais condições através da implantação de núcleos de resistência armada, sobretudo nas áreas do campo.

Sabemos hoje que esta perspectiva política generalizando as experiências da revolução cubana não era aplicável para a América Latina.

Faz parte da tragédia histórica o fato de ela levar à morte uma grande parcela da jovem esquerda latino-americana que via nela uma saída dos impasses econômicos e sociais dos seus respectivos países. Segundo o teórico argentino Ernesto Laclau, a tentativa de repetir o caminho da revolução cubana nos outros países da América Latina representa um processo que pode ser comparado, do ponto de vista do seu resultado político, com a situação europeia depois da revolução bolchevique na Rússia. Dizia: “Também ali o prestígio fulgurante de uma revolução vitoriosa deslumbrou a esquerda revolucionária; também ali a repetição mecânica de um modelo - os soviets - foi proposta como panacéia universal de Paris a Berlim Roma e Budapeste; também ali, finalmente, a realidade demonstrou ser mais forte que todo voluntarismo utópico, e chegou a hora do refluxo e do repensar”.

Partindo daí, eu deveria passar a palavra para o próximo conferencista destacando que apesar da relativa unidade sócio-cultural da América Latina a análise e a compreensão dos seus movimentos sociais

têm que passar pelas suas condições específicas a nível local, regional e nacional. Mas temos ainda um outro aspecto para nos aproximarmos do tema.

Movimentos sociais são movimentos de emancipação das classes subalternas que na experiência europeia desde o século passado estão intimamente interrelacionados com a ideia do socialismo. Portanto, pode-se perguntar: Qual é a relação entre movimento social e socialismo na América Latina?

É evidente que se trata de uma questão que exige uma abordagem histórica que está fora do alcance da nossa discussão. Parece-nos, inclusive, que a história do socialismo no subcontinente suamericano ainda não foi escrita, pelo menos não de uma forma abrangente, isto é, através de um ângulo teórico que relaciona a história das ideias com a história real.

Mas mesmo assim - sabendo das minhas deficiências na área da historiografia - gostaria de apresentar de uma forma bem sucinta algumas hipóteses sobre a questão levantada.

1) A ideia do socialismo na América Latina foi importada nas últimas décadas do século passado por imigrantes europeus que fundaram na sua nova pátria pequenos núcleos anarquistas, sindicalistas e socialistas. O horizonte teórico e a atuação prática destes militantes permaneceram, via de regra, nos seus países de origem.

Vale a pena citar um trecho de um relatório que três socialistas alemães, fazendo parte da comissão executiva do Partido Operário do Brasil, mandavam em 1893 para o Congresso da Internacional Socialista em Zurique: “O operário brasileiro é liberal e generoso. Ele não hesita em assinar listas de subscrições em favor de companheiros atingidos pela infelicidade nem em sustentá-los em caso de necessidade. Mas para contribuir financeiramente às associações de luta lhe falta convicção.

Essa falta de compreensão freia o desenvolvimento da ideia, pois, sem meios, não é possível difundir impressos destinados a esclarecer o trabalhador, nem traduzir obras dos melhores autores de nossa escola na língua do país, nem ensinar nosso evangelho através de agitadores que

percorriam esse imenso território. Se nós tivéssemos meios de propagar o socialismo entre nós desde a infância, poderia ser vitorioso no Brasil mais rapidamente que em qualquer outro país.

Em outras palavras: O que está sendo avaliado como obstáculo central da penetração da ideia socialista na consciência popular é a carência de meios financeiros ou, mais especificamente, a falta de disciplina no pagamento das contribuições para as entidades operárias. A especificidade das relações sociais marcada pela coexistência de diversos modos de produção e a conseqüente desintegração social e regional não se apresentam como problema.

De uma maneira geral, podemos dizer que todas estas iniciativas de origem europeia - sejam elas de cunho anarquista, sindicalista ou socialista - se dirigem primordialmente a um proletariado industrial que naquela época em função das estruturas eminentemente agrárias dos países latino-americanos era, por natureza, inexpressivo.

2) A partir dos anos trinta, se desencadeia na América Latina, em decorrência da grande depressão e da segunda guerra mundial, um processo de industrialização substitutiva de importações que fomenta, pela primeira vez, o surgimento de um proletariado nato em escala maior.

Na Argentina e no Brasil, ou seja, nos dois países-chave da região em termos geopolíticos e econômicos, este novo desenvolvimento se realiza no plano político através de pactos populistas que incluem o jovem operariado urbano na base de uma legislação trabalhista corporativa.

Nas ciências sociais e políticas há vários autores - liberais e marxista - que encaram a política populista e sua relação com o proletariado primordialmente do ponto de vista da repressão realçando a negação das liberdades sindicais, o atrelamento dos sindicatos ao Estado, etc.. .

Na minha opinião se trata de um enfoque teórico pouco convincente, pois ele negligencia o fato de o Estado garantir direitos sociais que a classe operária, mesmo dispondo de todas as liberdades democráticas, dificilmente teria conquistado na base do seu próprio poder de barganha.

“A arbitragem do Estado”, destaca Vinícius Caldeira Brant quanto ao exemplo brasileiro, “nas relações entre patrões e empregados, também pareceu por muito tempo representar mais a aspiração dos trabalhadores do que uma conveniência das classes patronais. Em todas as situações em que o poder de pressão política das classes trabalhadoras era maior do que o seu poder de barganha no mercado de trabalho, a intervenção do Estado parecia garantir conquistas maiores do que seria de se esperar na livre negociação. A reivindicação dos sindicatos foi, muitas vezes, voltada para a regulamentação legal, procurando-se mais a proteção do Estado do que a pressão direta sobre os patrões”.

Partindo daí poderia-se dizer que se trata de um proletariado que se socializa do ponto de vista ideológico e político “dentro” do Estado, encarando-o como garantia do avanço social.

No meu entender uma análise séria da relativamente fácil marginalização das posições socialistas e comunistas dentro do operariado, no decorrer do ciclo da política populista, tem que privilegiar este aspecto que - apesar das suas dinâmicas diferentes - marca tanto o getulismo como o peronismo.

3) É evidente que a problematização da relação entre socialismo e movimento social na América Latina tem que dedicar uma atenção especial aos Partidos Comunistas cujo caminho político está intimamente interligado com os rumos da revolução bolchevique de 1917.

Na historiografia europeia tornou-se comum abordar o desenvolvimento dos partidos comunistas nos anos vinte e trinta de acordo com a sua adaptação às mutantes linhas estratégicas da Terceira Internacional criada em março de 1919.

No caso dos PCs da Sulamérica isto não faz muito sentido porque eles não apenas desempenham nos anos vinte uma função política inexpressiva, como a própria Internacional começou a dar mais atenção aos problemas latinoamericanos somente a partir de 1928, quando se iniciou sua chamada “virada para a esquerda”.

Antes ela se concentrava, sobretudo, na questão alemã, partindo da esperança que a Alemanha, onde a influência do PC no seio da classe operária era bastante grande, pudesse quebrar depois da Rússia, como segundo elo da corrente imperialista.

Uma presença mais expressiva da Terceira Internacional na América Latina foi possível em junho de 1929 através da realização do primeiro congresso de comunistas latinoamericanos em Buenos Aires. Naquela oportunidade Humbert Jules-Droz, enviado da Internacional, ministrou a conferência principal destacando que na América Latina as classes revolucionárias seriam os pequenos camponeses e os proletários rurais e, além disso, exigindo dos seus companheiros a formação de partidos bolchevistas autônomos.

Vale a pena apontar um comentário de um comunista colombiano com relação às críticas da Internacional a respeito da atuação dos comunistas sulamericanos. “O companheiro Luis (Humbert Jules-Droz, T.M.) afirmou que a Internacional Comunista há pouco teria descoberto a América Latina; mas eu preciso acrescentar que ela ainda não conhece a Latinoamérica porque a crítica apresentada por ela a respeito do movimento latinoamericano manifesta de um lado uma riqueza dialética que todos admiramos, mas que se destaca também através de uma falta de compreensão para a verdadeira psicologia das massas que formam o movimento revolucionário”.

Na realidade o “terceiro período” da política da Internacional não teve importância prática para os PCs latinoamericanos. O seu verdadeiro crescimento começa apenas a partir do momento da aliança entre os Estados Unidos e a União Soviética durante a segunda guerra mundial quando os PCs tomam parte do movimento contra o fascismo, pela democracia e pela paz. O grande aumento da quantidade de afiliados aos partidos naquela época indica esta evolução. Nos anos cinquenta, junto com o surgimento da guerra fria, esta tendência regrediu consideravelmente.

De modo geral pode-se dizer, apesar de algumas exceções, como o caso chileno, que os partidos comunistas não conseguiram desempenhar um papel decisivo na política nacional dos seus respectivos países.

A questão dos motivos causantes desta situação levariam a uma ampla e longa discussão. Eu, pessoalmente, gostaria de destacar que vale a pena considerar o aspecto do eurocentrismo dentro do marxismo latinoamericano.

4) Depois da crise do modelo de industrialização substitutiva das importações iniciou-se na América Latina uma nova política econômica marcada pela abertura e internacionalização dos mercados internos.

No caso brasileiro este processo leva, no seu coração industrial, no ABC paulista, ao surgimento de um novo e moderno proletariado que, segundo Álvaro Moisés, nasce “enquanto classe, fora do Estado e, frequentemente, contra o Estado”. Trata-se de um operariado que apesar da sua militância sindical é pouco influenciado pela ideologia socialista. Segundo Francisco de Oliveira a cultura socialista está fora do cotidiano das classes subalternas do Brasil.

Resumindo: É evidente que se trata de uma abordagem bem genérica tendo como objetivo principal o incentivo à discussão. Mas se concluirmos que o socialismo tem tido tradicionalmente pouca penetração nos movimentos sociais na América Latina, deveríamos destacar também que aqueles que encaram uma política socialista como saída do círculo vicioso capitalista precisam repensar os seus conceitos e as suas estratégias para retomar a alternativa socialista como prática de libertação.

Edna Castro - O próximo expositor é Alex Fiúza de Melo, Professor de Ciência Política no Curso de Ciências Sociais da UFPA que discorrerá sobre algumas preocupações teórico-práticas nas relações entre movimentos sociais e partidos políticos bem como sobre os desafios principais na nossa história política recente.

Alex Fiúza de Mello - O meu desafio não é menor que o de Thomas, que falou da América Latina. O meu é “só” do Brasil. Eu teria que abordar em 20 minutos a questão partidária no Brasil, que envolve também a questão dos movimentos sociais.

Se nós pensarmos nas origens históricas dos partidos políticos modernos, veremos que os mesmos não podem ser compreendidos senão como um produto, também, dos movimentos sociais. Foi na Europa no século passado e no início deste século que começaram a se desenvolver e a se consolidar o que chamamos hoje de partidos. Acho que é importante dizer que no Brasil a questão política vai assumir características específicas e próprias que não são redutíveis à história de outros países e, portanto, a uma teoria sobre os partidos elaborada na Europa. E mais ou menos sobre isto que eu gostaria de falar.

Acho que se nós pensássemos sobre a história do Brasil - e aqui eu lanço um desafio para a gente pensar a partir dessa ótica - veríamos que ela é, no fundo, a história das debilidades de uma sociedade civil cercada desde a sua origem por uma escravatura edificada por intervenção de um Estado absolutista com características diferentes de outros países da América Latina: é que a própria Coroa, a burocracia do país colonizador, transportou-se para cá. Este fato, em nosso processo civilizatório, não deve passar despercebido e serve para se compreender muitas coisas que hoje ocorrem e que têm certamente sua raiz na dominação colonial. As “revoluções pelo alto” se sucederam: 1822, 1889, 1930, 1937, etc. A fragilidade do material com que nossas instituições democráticas têm sido edificadas ao longo de nossa evolução política pode ser atestada nos momentos de “curto-circuito”, onde geralmente os atingidos nunca são os donos do poder, mas sim as classes populares.

Dentro desse processo bastante contraditório, acho que os políticos representam este tipo de fragilidade. Quando falo em fragilidade, em sociedade civil, estou levando em consideração a existência objetiva de uma sociedade nacional que não encontrou meios organizativos capazes de conduzir com certa autonomia o processo de seu desenvolvimento político-

econômico e social, contra um Estado que se implantou aqui, de fora para dentro e de cima para baixo, diferente, portanto, da Europa.

O nosso Estado burguês não é o da Europa, que foi construído no bojo de uma luta ampla, de uma organização de classe que se impôs, historicamente, naquele continente. Aqui o Estado surgiu de “fora” para “dentro” e se “preocupou”, inclusive, em construir uma sociedade burguesa então inexistente. Ele não é produto de uma sociedade nacional burguesa; ao contrário, será o artífice dessa construção. Isto aqui é um particular muito sério na nossa história e que precisa ser compreendido em toda sua extensão. Os partidos representam, nesta ótica, um exemplo muito claro dessa fragilidade.

Gostaria, a esta altura, de levantar algumas questões que me parecem complexas; tentarei sintetizar um pouco, pois são pontos que eu gostaria de tocar rapidamente para refletir, sobretudo, esse caráter frágil da vida partidária do nosso país. Primeiramente, a gente pode pensar que os partidos de tendência nacional só vão surgir no Brasil a partir de 1945, após um período de extinção do sistema partidário anterior (predominantemente regionalizado) durante o Estado Novo. Quer dizer, falar em partidos implica inclusive em se colocar aspas, visto que em termos nacionais isto só vai ocorrer a partir de 45 e com uma experiência de menos de 20 anos, ou seja, mal nasceu o novo sistema partidário, já foi abolido - porque 20 anos em termos de história não conta nada (ou muito pouco!).

Outro fator vale destacar em relação aos partidos: é que sua dinâmica se dá sob forte controle do Estado. é o caso da legislação eleitoral. Até hoje a legislação eleitoral é responsável por uma tutela muito grande do Estado sobre a sociedade civil, com repercussões consideráveis na vida das organizações partidárias, isto quando os partidos não nascem por iniciativa das próprias pessoas que estão presentes no seio dos aparelhos do Estado. Por exemplo, tem-se a formação do PSD a partir de 45, criado através das próprias interventórias do Estado Novo, sob liderança de Getúlio Vargas que estava sendo deposto por um regime que se implantava. O próprio PTB emerge sob controle de pessoas vinculadas ao

Ministério do Trabalho, quer dizer, indivíduos comprometidos com a burocracia estatal anterior.

Outra razão para colocar aspas nos partidos decorre do fato de muitos deles constituírem-se em verdadeiras frentes, sem tendências ideológicas claras. Temos o caso da UDN em 45. Temos também o caso do PMDB hoje, onde você não identifica tendências ideologicamente transparentes, vinculadas a um segmento explícito da população. Esses partidos surgem sem bases sociais sólidas no interior das classes populares.

Os nossos sistemas partidários têm uma característica comum e que se traduz no afastamento das camadas pobres do controle das arenas de decisão. O crescimento do nosso sistema partidário, de 45 até agora, é acompanhado por um desenvolvimento hipertrofiado do poder Executivo, da burocracia, o que leva, por exemplo, o Simon - que é um estudioso do assunto - a falar de cooptação do sistema de partidos pelo Estado.

Há que lembrar também a ausência de liberdade organizativa para certas tendências políticas, como o PCB que teve tênue período de vida legal. Viveu alguns meses e até hoje está na ilegalidade (a data deste trabalho-N.R.).

Parece-me que 64 vai confirmar, entre outras coisas, esta fragilidade dos partidos. Quando o antigo sistema partidário começava a se fortalecer depois de 20 anos, é exterminado por um grupo, por uma ação militar associada aos interesses estrangeiros, sem demonstrar capacidade ou força de reação.

E de novo, a partir do Estado, são criados bionicamente os partidos da ARENA e do MDB. Temos em seguida o esvaziamento do Poder Legislativo, com o Congresso Nacional transformando-se em simples arena de bate-bocas e sem poderes para decidir alguma coisa dentro do país. Por seu turno, o Poder Executivo passou a fazer inveja aos filósofos absolutistas mais importantes, como Thomas Hobbes.

Difícilmente a gente encontra em outros países uma legislação tão autoritária como a dos decretos-leis, decurso de prazo, sendo esta a nossa contribuição à teoria do autoritarismo a nível mundial. Estão aí a Lei de Segurança Nacional, o Pacote de Abril que fecha o Congresso, cria

senadores biônicos, etc. Esta é a história de nossos sistemas partidários. A partir de 64 o Leviatã entra na economia como nunca e controla militarmente a vida política do país.

Então nós temos, a partir de 64, partidos que cooptam com uma situação de dominação de um grupo social não hegemônico, não representativo dos interesses sociais majoritários, das classes populares. Temos, assim, uma perpetuação da discriminação de classe no interior dos partidos, os quais não por menos acabam apresentando uma burocracia nata, congênita, ou seja, ao aceitarem serem cooptados pelo Estado, nascem com raiz burocrática e não sobrevivem senão através de vida burocrática.

Sem dúvida, o novo pluripartidarismo foi conquistado a partir das pressões populares, (não se pode negar o papel das forças populares, das greves do ABC, etc.); mas também foi promovido pelo Estado, preparado pelo Estado, na busca de uma legitimidade que se estava perdendo a certo momento, porque diante da crise mundial, o bloco no poder percebia que estaria no buraco se não buscasse essa legitimidade.

O projeto de Petrônio Portela, por exemplo, o Golbery trabalhou nele. Era necessário quebrar uma tendência de harmonização entre as frentes de oposição nesse país, quer dizer, era necessário separar essas oposições. Eu acho que em parte as oposições entraram um pouco nesse jogo. Em contrapartida a uma retirada (um início da retirada, não?) das Forças Armadas da política, formar-se-iam novos partidos que deveriam ser confiáveis para o sistema. Basta citar, por exemplo, o PP e o PTB, além do próprio PDS.

Além do mais, o controle das informações passaria pelo monopólio dos meios de comunicação. Em sociedades politicamente abertas, nós não podemos descurar da influência dos mass-media. A televisão, por exemplo, deu recentemente todo um timbre ao movimento das “diretas já”. Eu penso que sem a divulgação televisiva, a amplitude das repercussões políticas do movimento teriam sido reduzidas. Assim, pois, como a TV pode ajudar, ela pode também (se interessar à classe dominante) ofuscar eventos de alto significado político.

Eu diria que nós temos 3 desafios no momento, em termos partidários: 1º) desvinculação da tutela do Estado; 2º) liberdade de organização para partidos que vivem até hoje na ilegalidade e 3º) a desburocratização dos partidos, quer dizer, maior abertura à participação popular no interior dos partidos, senão as eleições diretas continuam a ser indiretas, a meu ver, porque passam pela convenção, que é burocratizada e elitizada.

Eu acho, particularmente, que a desburocratização dos partidos é o maior desafio, já necessidade dos partidos atingirem uma fase, na linguagem gramsciana, “pós-uterina”: ao invés de olharem para dentro de si, elaborem um projeto social mais amplo, se preocuparem com a hegemonia no sentido de ganhar a adesão de camadas amplas da sociedade, se preocuparem mais com as questões sociais que com questões de nível corporativo das próprias organizações. Isto me parece um desafio para os próximos anos, sobretudo para esses partidos que começam a se implantar agora e que nós não sabemos, mas que eu espero que tenham vida longa daqui pra frente.

Edna Castro - Passo a palavra à próxima expositora, Hecilda Mary Veiga que além da intensa participação nas lutas sociais desde sua época de estudante, vem, nos últimos anos, dedicando-se ao estudo do movimento sindical no Pará, enquanto pesquisadora da FASE. Hecilda propõe-se a discutir a formação do movimento operário desde o surgimento da organização de algumas categorias de trabalhadores urbanos, notadamente no setor serviços, bem como a retomada do movimento sindical no Pará, sobretudo a partir de fins da década de 70.

Hecilda Veiga- Em nosso país, os sindicatos nasceram com a classe operária e como resultado da mobilização em torno de suas reivindicações. Como o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil de Belém, por exemplo, criado em 1908 no decorrer da greve da categoria pela redução da jornada de trabalho que, àquela época, se estendia por 14 horas diárias.

Por sua vez, desde o surgimento das primeiras associações de trabalhadores até os últimos anos da Velha República, o Estado definirá a “questão social” como “questão de polícia” e, assim, tratará por meio dos aparelhos repressivos o conflito entre o capital e o trabalho, não somente ignorando o direito de organização dos trabalhadores como também realizando inúmeras tentativas de controle das atividades sindicais.

Com o advento da Revolução de 30, há uma redefinição do Estado para com a “questão social”. Nesse sentido, no Estado que emerge no pós-30, é a criação do Ministério do Trabalho que vai permitir intervir na “questão social”, tomando a si antigas reivindicações trabalhistas. Aluando em dois níveis, jurídico-institucional via leis de proteção ao trabalho e da repressão, desarticula o Movimento Operário existente e suas lideranças, edificando em seu lugar uma estrutura sindical a ele subordinada e controlada pelos “pelegos”. Através do Decreto 19.770, de março de 1931, interfere na questão sindical consolidando a presença do Ministério do Trabalho no funcionamento dos Sindicatos.

O Movimento Operário resistiu durante 7 anos a essa intervenção, posto que a nova legislação trazia em seu bojo os fundamentos da estrutura em vigor até nossos dias: a oficialização mediante o reconhecimento do Ministério do Trabalho; a proibição de Centrais Sindicais Regionais e Nacionais; o verticalismo e o corporativismo copiado à Carta del Lavoro, fascista. Então, nesse período, coexistiram duas formas de estrutura sindical; no seu decorrer, além da repressão, o Estado utiliza outras formas para minar o sindicalismo independente, como a de restringir aos associados dos Sindicatos Oficiais o usufruto da legislação trabalhista vigente.

Com a decretação do Estavo Novo, em 1937, a legislação oficial implantou-se definitivamente, reforçando-se sobremaneira o controle do Estado sobre a vida sindical. Na sua vigência, farta legislação instituirá o Imposto Sindical, a Justiça do Trabalho, o salário-mínimo; em 1943, todas as leis concernentes aos problemas trabalhistas serão codificadas na Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT. A Greve será proibida como recurso anti-social e nocivo ao trabalho.

Então, a política social posta em execução sob a égide da Paz Social através do Ministério do Trabalho, dos Institutos Previdenciários e da CLT, significará o atraso e o emperramento da atividade sindical não apenas ocasionando a perda da tradição e experiência de luta como, ademais, impedindo a acumulação de forças e, principalmente, o crescimento da organização dos trabalhadores nos locais de trabalho. Por outro lado, em decorrência dessa política, encastelou-se em boa parte dos organismos sindicais uma burocracia inerte e comprometida com o patronato e o Estado, transformando os Sindicatos em apêndices do Ministério do Trabalho ou, então, silenciosas agências para atendimento jurídico.

Na conjuntura da Redemocratização, ou seja, na da passagem do Estado Novo ao regime liberal-democrático da Carta Magna de 1946, essa situação não será alterada. Isto apesar da grande mobilização das massas urbanas, notadamente a da classe operária, em ruidosas manifestações de rua pela Constituinte, contra a carestia, por exemplo. Ou, então, na deflagração do movimento grevista que se estenderá de 24 de dezembro de 1945 a 31 de março de 1946, obtendo importantes conquistas sociais. Ou, ainda, na criação de Entidades Sindicais paralelas com vistas a quebrar o verticalismo da estrutura sindical em vigor, como o Movimento Unificador dos Trabalhadores - o MUT, sob cuja inspiração se realizam Congressos Regionais (como o do Pará, de 21 de abril a 01 de maio de 1946, articulado pela União Geral dos Proletários do Pará - UGPP, com a adesão e participação de segmentos expressivos de trabalhadores urbanos e rurais) e o Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, em setembro, no Rio de Janeiro, ensejando espaço para a discussão sobre Autonomia e Liberdade Sindical e à organização da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil — a CGTB.

Para elucidar esse problema, isto é, o da continuidade da estrutura sindical consolidada durante a ditadura estadonovista e, como sabemos, em vigor até nossos dias, precisamos levar em conta o processo de redemocratização que teve curso no país àquela altura.

O processo de redemocratização não significou o alijamento dos grupos no poder, no decorrer da ditadura; ainda mais, sob a liderança

desses mesmos grupos não só ocorreram as eleições federais de 02 de dezembro de 1945 (e das quais sairá vitorioso o candidato do Partido Social Democrático - PSD, General Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra do Estado Novo), como também se formula a Constituição de 1946 que conservará importantes aspectos político-institucionais do Estado Novo. E por que isto se deu?

Em primeiro lugar, o processo de restauração democrática iniciado em 1945 resultando muito mais de eventos internacionais (ou seja, o da derrota militar do nazi-fascismo) do que de dissensões internas graves, não poderia ultrapassar os limites da reformulação político-institucional. Outrossim, não produzirá a mudança radical dos grupos no poder. Desse modo, a passagem do regime de Vargas ao Governo Dutra não pode ser vista como uma ruptura.

Em segundo lugar, como o processo de redemocratização não efetuará o desmantelamento do regime deposto, ocorrerá o acoplamento do novo sistema partidário à estrutura burocrática pré-existente. Então, criados por Vargas em 1945 e sob as bases dessa estrutura - Interventorias, DASP, “daspinhos”, IAP’S, estrutura sindical corporativista - o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) partilharão de suas prendas; ao PSD caberá o controle dos recursos das Interventorias e do DASP, ao PTB o dos recursos das instituições previdenciárias e da estrutura sindical corporativista. Vai daí que, no decorrer dos trabalhos da Constituinte (de fevereiro a setembro de 1946), o PSD e o PTB enquanto coligação majoritária atuará no sentido de transferir pontos cruciais do arcabouço político-institucional do Estado Novo à Carta Magna de 1946.

Portanto, não somente é institucionalizada a estrutura sindical que a ditadura do Estado Novo consolidou como, ademais, se dará continuidade à estrutura política tornada sólida em sua vigência; por isso mesmo, a natureza do sistema político da democracia brasileira dos anos 1946/ 64 tornar-se-à patente já quando da brutal repressão aos movimentos paredistas de 1946 e da cassação do Partido Comunista, em 1947.

Em terceiro lugar, para melhor elucidar a questão, se faz necessária a análise da conduta do Partido Comunista nessa conjuntura. Diferentemente dos Partidos criados à época, o Partido Comunista do Brasil não possuía qualquer relação anterior com os órgãos do aparato burocrático-estatal. Conquistada a legalidade em abril de 1945, será portavoz das reivindicações dos trabalhadores e aparecerá às classes populares como portador da solução para suas aspirações de melhores condições urbanas e sociais de vida. Embaçado pelo oportunismo, vai abdicar do confronto, em nome da conciliação de classes e, inevitavelmente, da perspectiva histórica que deveria nortear sua atuação. Entretanto, apesar dos acenos e demonstrações de boa vontade ao sistema político, o Partido Comunista terá seu registro cancelado em maio de 1947 e, posteriormente, em janeiro de 1948, os parlamentares eleitos sob sua legenda sofrerão a cassação de seus mandatos. Encerrado o curto e um dos raros períodos de vida legal desde a fundação em março de 1922, submergirá na clandestinidade. Com o endurecimento político que se segue ao cancelamento de seu registro, a CGTB terá seu funcionamento proibido e vários sindicatos sofrem a intervenção do Ministério do Trabalho.

Com o Golpe Militar de 1964, se aprofundará o controle do Estado sobre a vida sindical. Aqui no Rara, dois Sindicatos dos mais atuantes - o dos Petroleiros e o dos Estivadores - terão suas sedes invadidas e ocupadas militarmente; a dos Petroleiros pelo Exército, a dos Estivadores por Fuzileiros Navais, ambos sofrendo intervenção do Ministério do Trabalho. De imediato, duas das mais caras conquistas serão usurpadas aos trabalhadores brasileiros: a do Direito de Greve e a da Estabilidade no Emprego, com a introdução do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

Por outro lado, a ditadura militar passará a adotar uma política de arrocho salarial causando, assim, a redução significativa do poder aquisitivo dos trabalhadores. Em 1967, com a criação do Instituto Nacional da Previdência Social - INPS (através da junção dos antigos Institutos de Aposentadoria e Pensões, como o IAPI, IAPB, por exemplo) aumentará a contribuição dos trabalhadores para a Previdência Social; assim, de 3%

com que antes contribuíaam passarão a descontar 8%, enfrentando duras provações para o acesso aos serviços de saúde da Previdência. Daí que, além de órgão subalterno do Ministério do Trabalho, o Sindicato será transformado também em silenciosa agência para a assistência médica, uma espécie de Posto do INAMPS.

Entretanto, o balanço desses últimos 20 anos do movimento sindical não apenas registra a perda de importantes conquistas sociais do passado, a repressão que se abate sobre as lideranças ou as intervenções ministeriais. Nesses anos, crescem o tamanho da classe operária e das categorias do setor serviços, cresceu o associativismo no campo multiplicando-se, assim, os sindicatos urbanos e rurais.

Esses anos têm sido de resistência. Quem não se lembra das greves de Osasco (SP) e Contagem (MG), em 1968, sob o cerco policial? Aqui no Pará - e poucos sabem disto - o II Encontro Sindical dos Trabalhadores, realizado de 02 a 04 de agosto de 1968, não somente aprova reações de repúdio ao arrocho salarial e ao FGTS, como também reivindicará autonomia sindical, a sindicalização do funcionalismo público, a execução da Reforma Agrária, a restauração das liberdades democráticas através da Anistia, restabelecimento de eleições diretas e a convocação imediata de Assembleia Constituinte livre e soberana.

Essa tentativa de retomada não tarda a ser abafada; em 13 de dezembro, com a decretação do AI-5, recrudescerá a repressão contra o movimento dos trabalhadores e de outros segmentos da sociedade brasileira.

Finalmente, a partir de 1978, dar-se-á a retomada das lutas sindicais com os metalúrgicos de São Paulo, fazendo germinar a ideia da independência, da autonomia e democracia sindical. No Pará, a reanimação do movimento sindical ocorrerá nos primeiros meses de 1979 (de março a junho) com o debate sobre o Anteprojeto da nova CLT, promovido pelos Sindicatos do Petróleo, Jornalistas, Estivadores, Fumageiros e de Termoelétrica. O resultado desse debate, em forma de proposta dos Sindicatos locais, posteriormente será enviado à Comissão Interministerial encarregada do assunto, em Brasília.

Em julho, o Sindicato do Petróleo comemora o “Dia Nacional de Luta em Defesa do Monopólio Estatal do Petróleo e Contra os Contratos de Risco”; o manifesto lançado na ocasião é distribuído aos milhares em Belém. Nesse período, os estivadores impedidos de trabalhar no porto de Munguba, dão início à luta contra a JARI obtendo, meses após, resultados satisfatórios. Também os professores se organizam criando a Associação dos Professores do Pará, a ADEPA, denunciando precárias condições de trabalho, os baixos salários e as intimidações da SEDUC.

Por sua vez, em manifestações de rua, debates na categoria, colagem de cartazes e pixações na área comercial, os bancários desenvolvem movimentada Campanha Eleitoral às eleições de 22 de novembro. Nesse mesmo dia, ocorrerá a greve dos motoristas. A diretoria do Sindicato denuncia ao DOPS as lideranças grevistas e centenas de motoristas são presos, abortando o movimento logo às primeiras horas da manhã. Também os sociólogos, as assistentes sociais, os médicos, os ensacadores e os vigilantes se organizam em Associações Profissionais para a defesa de seus interesses.

Em 1980, no decorrer dos trabalhos do I Encontro de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical - ENTOES, a avaliação acerca do movimento sindical no Pará (em franca reanimação, como vimos) indicava a ausência de categorias operárias no processo de retomada das lutas. Era de esperar, entretanto, que na movimentação que se esboçara em 1979, a iniciativa ficasse a cargo das categorias do setor serviços.

Como sabemos, Belém tem grande parte de sua população economicamente ativa trabalhando no aparelho do Estado (EMBRATEL, Correios, SUDAM, ENASA, CDP, CELPA, COSANPA, TELEPARA, SECRETARIAS), no sistema financeiro (Bancos e Agências de Financiamento, Captação e Poupança) e ainda no comércio (Lojas, Supermercados, Armazéns). O parque industrial é reduzido, com cerca de 50 mil operários distribuídos nos ramos de Construção Civil, Têxtil, Alimentação, Sabão e Velas, Papel e Papelão, Metalurgia, Cerâmica, Madeiras, Couro e Gráfico. Ao par disso, milhares de pessoas desenvolvem atividades no Setor Informal, prestando serviços os mais

diversos: Ambulantes, biscateiros, feirantes, lavadores de carro, engraxates, vendedores (de comida, frutas, picolés, tacacas), entre outros.

A ausência das categorias operárias se devia não somente ao fato de sua pequena expressão na atividade econômica da cidade, como também pela razão de seus Sindicatos - de reduzido número de associados - contarem com diretorias desmobilizadoras e/ou pelegas. Somando-se a isto, em plena vigência da política “de abertura” do Governo Figueiredo, o uso de força policial, para conter os movimentos paredistas deflagrados no país, intimidando os trabalhadores com o espectro da repressão e da perda do emprego.

Em 1981, a reanimação do movimento prossegue incorporando novas categorias. Em novembro, desta vez em movimentada Campanha Salarial, cerca de 5.000 operários da Construção Civil abandonando os canteiros da obra percorrem com cartazes as principais ruas de Belém, dirigindo-se em passeata para a Delegacia Regional do Trabalho, onde se dava a última tentativa de negociação, de resultados favoráveis à categoria. Já retomada a tradição de lutas do passado, em 1982, a Campanha Salarial dos operários da Construção Civil culmina em Greve que paralisa a maioria dos canteiros de obra da cidade. Logo a seguir, será a vez dos gráficos que, em meio a difícil Campanha Eleitoral, reconquistaram a direção de seu Sindicato.

O ano de 1983 marcará a divisão do movimento sindical, juntamente quando, em agosto, parte desse movimento reunido em São Bernardo organiza a Central Única dos Trabalhadores - a CUT e em Praia Grande organizará a Coordenação das Classes Trabalhadoras – a CONCLAT. Essa divisão se refletirá em Belém, dificultando o encaminhamento unitário dos problemas dos trabalhadores, problemas sobremaneira agravados pela crise econômica sem precedentes, que o Brasil hoje atravessa.

Edna Castro- Também neste debate o movimento sindical e popular no campo ficou em último lugar - mas aqui é só na exposição. Na realidade, sua posição, encerrando as exposições, tem o significado de ressaltar a importância dessas lutas na Amazônia, bem ao contrário da

opinião da tradicional esquerda brasileira que, ao perceber o campesinato conservador, deixou de lado seu possível potencial revolucionário. Rosa Acevedo traz a este debate, alguns resultados de suas pesquisas, feitas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, sobre os diferentes agentes que atuam no cenário rural amazônico além de traçar um balanço da organização sindical dos trabalhadores rurais.

Rosa Acevedo - Uma leitura rápida do “O Liberal” de ontem, 10 de maio, traz à tona os problemas que fazem a atualidade do movimento social no campo e vários dos seus eixos nos últimos 20 anos. Uma primeira informação relata o ataque do Presidente do INCRA, Paulo Yokota, à proposta da CNBB sobre a Reforma Agrária. Yokota comenta que “os Bispos estão voltando a fazer discursos irracionais” e solicita “um maior sacrifício da população”, isto para justificar o ritmo de trabalho e os custos dos assentamentos de colonos. Uma segunda, diz respeito a solicitação de uma CPI na Assembleia Legislativa para apurar fraudes no ITERPA. As denúncias sobre irregularidades nas transferências de terras referem-se a 8 glebas do Mojú. Lúcio Flávio comenta na sua coluna: “... o ITERPA sempre sugeriu um mercado de venda de terras 3 não o responsável por uma política governamental vital”. Uma terceira notícia informa sobre o movimento dos garimpeiros da Serra Pelada, incluindo o desmentido, por parte do governador, do deslocamento de tropas para aquela área. A quarta notícia é sobre a ocupação da agência da FUNAI em Araguaína pelos Apinagés, Krão e Xerende e as declarações do Ministro do Interior, Mário Andreazza, sobre a resistência dos Xinguanos, que não “justifica o uso da violência e da intimidação”, sobretudo quando estamos lidando com povos já em adiantado grau de aculturação.

Debater e interpretar esses fatos permitiria mostrar quais são os grandes princípios da distribuição de recursos como terra e minérios e da riqueza socialmente produzida no Brasil; que tipo de política econômica e fundiária tem aprofundado as contradições sociais no campo; em prol de quem agem as instituições do Estado, como também em que bases político-sociais sustentaram-se as políticas oficiais nos últimos 20 anos.

Iniciamos pela revisão da política fundiária, ponto de convergência das lutas pela terra que se desenvolvem em todas as regiões do país, entre as quais se destaca a Amazônia e principalmente, o Pará.

Nos anos 70, o Estado colocou em prática as políticas mais favoráveis aos grupos capitalistas. Essas políticas, sobretudo, é que dão conta das transformações da estrutura fundiária da região. A Amazônia é incorporada aos interesses do capital nacional e internacional, através de um modelo de ocupação baseada nas grandes empresas. A política de ocupação e a fundiária serão sustentadas institucionalmente pela SUDAM, BASA, INCRA. O mesmo território previsto nos planos para o estabelecimento de colonos, de pequenos proprietários, serviu na prática para a concentração fundiária e para a acumulação do capital.

Através da política de incentivos fiscais, as atividades agropecuárias, a expansão da grande empresa e o latifúndio afirmaram-se. Os instrumentos financeiros e a administração agrária contribuíram para acelerar os mecanismos econômicos que visam à especulação sobre a terra. Por outro lado, as empresas de colonização privada e os grandes grupos minerais acamparam para si imensas superfícies. Dessa forma a Amazônia é hoje um território dividido entre os grandes conglomerados capitalistas nacionais e internacionais. Os objetivos econômicos definidos pelos governos pós-1964 se conjugaram com os objetivos da Segurança Nacional. Dentro desse quadro, os problemas de terra da Amazônia se transformaram em questão militar e dessa forma passaram a ser tratados, é esse o enfoque do problema dado por José de Souza Martins.

A multiplicação dos conflitos pela terra na Amazônia é o produto lógico do modelo de desenvolvimento econômico. Esses conflitos são a expressão das contradições mais profundas enraizadas no seio dessa sociedade. Eles decorrem da estrutura agrária existente e da política ditada pelo governo durante esses últimos anos.

O quadro da situação fundiária do país é muito grave. A concentração da propriedade fundiária tem aumentado e acelerado a um ritmo surpreendente. Em 1972 as estatísticas oficiais - o Cadastramento do

INCRA - mostravam um perfil de distribuição da terra que coloca o Brasil no grupo de países com taxa de concentração das mais elevadas do mundo:

- 72% dos minifúndios destinam apenas 12% da superfície cadastrada;

- em oposição, 25% de latifúndios monopolizavam 78% da terra.

Segundo a mesma fonte, o número das propriedades de mais de 100,000 ha tinha passado de 62 no ano de 1967, para 83 em 1972. Já no ano de 1978, totalizariam 141. Enquanto isso, as pequenas propriedades de menos de 10 ha, representavam em 1963, 36% dos estabelecimentos, ocupando 2% da superfície cadastrada. Em 1972, elas correspondiam apenas a 28% dos estabelecimentos, ocupando apenas 1% da superfície.

Cálculos da Comissão Pastoral da Terra - CPT, apontam que mais de 10 milhões de trabalhadores rurais, vivem dispersos no Brasil à procura de terra. O processo de concentração da terra leva inevitavelmente ao aumento do número de trabalhadores sem terra. No documento: “A Política Agrária do Governo e os conflitos de terra no Brasil”, a CONTAG mostra a situação desses trabalhadores:

Entre 1967 e 1972, os assalariados permanentes, moradores, arrendatários diminuíram em número absoluto, ao mesmo tempo que os posseiros e os pequenos proprietários. Enquanto isso, o número de assalariados temporários duplicou (de 3.900.000 para 6.800.000 no curso desse período): são os “bóias frias” dispersos por todo o país é desse contingente que dependem as grandes fazendas. Essa massa de trabalhadores vê diminuir seus salários e as suas oportunidades de emprego se restringem a 6 ou 7 meses no ano. As mulheres trabalhadoras estão em situação ainda mais grave: 87% da categoria não tem carteira de trabalho assinada pelos patrões.

As regiões novas e, entre elas, a Amazônia são consideradas como capazes de absorver essas populações expulsas de outras áreas, mas elas conhecem o mesmo processo de concentração, em grau ainda mais do que a média do país. As grandes propriedades têm-se apropriado de 95% da superfície cadastrada na Região Norte, o que significa em números absolutos, aproximadamente 102 milhões de ha.

Na Amazônia, encontram-se formas mais conflitivas de ocupação territorial. Ao modelo de ocupação orientado para os pequenos camponeses, e a ocupação mais antiga das comunidades indígenas opõe-se a estratégia de invasão e de monopolização de grandes áreas de terras.

Na década de 70, estimava-se em quase 15.000a entrada anual de famílias na Amazônia. Pequenos lugares transformaram-se, da noite para o dia, em cidades; entre outros casos podemos citar o de Conceição do Araguaia. Em 1950, a população era de 4.944 habitantes em 60, subiu para 11.283; em 1970, o número era duas vezes maior. Em 1980, a população foi calculada em 112.397 habitantes sendo apenas 2% nascidos no Estado.

Assim, os fluxos espontâneos superam as previsões dos projetos de colonização oficial, o que alarma as autoridades e, ainda mais, os proprietários e pretendentes à terra. As autoridades procuram fórmulas de controle para os que eles denominam “invasores de terras”.

Assim, quando o Estado construiu a estrada PA-270, no município de Conceição, ele errou na estimativa da pressão dos posseiros em defesa dos seus lotes. Pensou-se em construir barreiras, como foi a solução anunciada pela Secretaria de Agricultura; a SUDAM pretendeu estabelecer postos de recepção e de seleção de imigrantes sobre as principais estradas: Cuiabá-Porto Velho, Belém-Brasília, Cuiabá-Santarém e Transamazônica. Em vão.

Esse modelo de ocupação inviabiliza a pequena propriedade e compromete toda a produção de milhares de trabalhadores. Os índices de fixação da população são ínfimos. Segundo dados do INCRA, existiam em 1972, 72.590 estabelecimentos agrícolas ocupando 42,5 milhões de ha; mais de 21.614 eram latifúndios, por exploração ou por extensão, ocupando 38 milhões de ha, enquanto 52.300 minifúndios se dividiam 2,1 milhões de ha; existiam apenas 1.345 empresas rurais, com 2 milhões de ha.

Os efeitos dessa política de venda e compra de terra são paradoxais. A nova propriedade rural não gerou desenvolvimento da agricultura na economia amazônica. O setor agrícola diminuiu sua participação na renda interna; o volume de importações de produtos alimentares aumentou: a

utilização das terras é crescentemente voltada para os produtos de exportação: pimenta, guaraná, cacau, dendê, melão, café e carne, enquanto a produção de subsistência diminui em termos relativos.

Os camponeses que entravam em número cada vez maior se transformaram rapidamente em posseiros, ocupando as terras mais próximas, efetivamente inexploradas. Essas terras constituíram as grandes extensões reconhecidas pelas suas riquezas minerais. É sintomático ver como num certo período, os técnicos passaram a desqualificar essas terras para o uso agrícola, milhões de hectares da Amazônia foram consideradas inférteis, impróprias para a agricultura. Os eventos eram mais favoráveis aos projetos pecuários. Detrás dessas terras, estavam interesses outros como a exploração da madeira e das jazidas minerais.

Contrariamente à política de colonização e de integração norte/nordeste, propalada pelo governo Médici, desenvolveram-se as negociações especulativas ligadas aos círculos financeiros, onde a terra entrou como mercadoria, como meio de acesso a outras formas de riqueza: incentivos fiscais, créditos, subvenções, etc... que são mais importantes que a utilização produtiva do solo.

A concentração fundiária, estimulada pela política de incentivos fiscais posta em prática, favoreceu até 1976, 341 projetos, com uma superfície média de 23.700 ha.

O engodo da “colonização social” observa-se claramente.

Ao longo da Transamazônica, onde foi previsto estabelecer 100.000 famílias, foram instaladas apenas 6.000. No atual Estado de Rondônia, em 1981, mais de 30.000 famílias esperam lotes agora reduzidos de 100 para 50 ha. Da área total arrecadada pelo INCRA, apenas 10% foi destinado à colonização em módulo de 100 ha. Dessa superfície somente 7,8% foram destinadas aos grupos indígenas. A estratégia tem sido de manter a força de trabalho e pequenos colonos disponíveis às demandas das médias e grandes empresas. Essas foram selecionadas para as culturas de exportação, como cacau ou de uso industrial como a seringa. Dentro desse modelo, o Estado renuncia a desenvolver um campesinato relativamente próspero em favor do capital; sua intenção tende a polarizar rapidamente a

sociedade em função da grande propriedade e do capital, por um lado, e de um pequeno campesinato semi-proletariado, por outro lado.

No Pará, os resultados da colonização são também reveladores: entre 1960 e 1972, à área dos minifúndios tem diminuído proporcionalmente, ao mesmo tempo em que empresas maiores nascem em condições latifundiárias: 28.000 minifúndios ocupavam uma superfície de quase 1,2 milhões de ha; as 689 empresas rurais se estendiam numa superfície de 1,3 milhões de ha, igual a de apenas os seis maiores latifúndios; 12.000 latifúndios por exploração ocupam uma superfície de 17,4 milhões de ha.

Se considerarmos os interesses do capital industrial estrangeiro, sem dúvida os conflitos de terra podem ser compreendidos dentro do esquema de redistribuição do capital na região. Os trabalhadores de Minas Gerais e Goiás, estão ameaçados pelo projeto agrícola japonês, conhecido por PROJETO DO CERRADO. O PRODIAT, conduzido com a participação do BIRD, prevê na região sob controle do GETAT, uma produção de alimentos para 100 milhões de pessoas, destinada à exportação. O cultivo de arroz abrangeria uma área de 1,8 milhões de ha ao longo do rio Tocantins. é também dentro desse grupo que considera-se o projeto JARI. O projeto da Suiá-Missú, compreendido numa área de 678 mil ha, o da CODEARA com 300 mil, o da VOIKSWAGEM; com 140000, o King Ranch, em Paragominas, com mais de 100 mil ha; a Georgia Pacific com 500 mil ha, a Robin Mac Glom de 400 mil ha, a Toyonenca com 300.000. Esses projetos representam aproximadamente 3 milhões de ha à disposição desses grupos. Poderemos continuar citando Anderson Clayton, Good Year, Nestlé, Mitsubischi, Liquifarm, Bordim, Swif Armour, Camargo Corrêa, Bradesco, Mappim, Electrofaras. Algumas famílias estão bem situadas nessa relação .de grandes proprietários; entre elas, vale citar; os LUNARDELLI, com 350 mil ha nos municípios do leste paraense, a família Junqueira com 160 mil ha, etc...

Esses projetos nasceram e se legitimaram no espírito do Programa de Integração Nacional - PIN, que colocava como objetivo prioritário a integração da região à economia do país, o desenvolvimento de projetos de

ocupação dos “espaços vazios”, e a criação de pólos regionais de desenvolvimento. Foi na primeira etapa do PIN que se iniciou a construção da Transamazônia e da Cuiabá-Santarém. As terras a margem dessas estradas passaram a formar parte do patrimônio da União, dependendo do Conselho de Segurança Nacional, com sensível perda de autonomia por parte dos Estados.

Os pólos de desenvolvimento regional - POLAMAZONIA - onde se concentram as atividades agropecuárias e industriais foram lugares preparados para receber os investimentos privados.

Ao lado da política de doação de terras, o programa de crédito agrícola do governo, sustentado no PROTERRA (1972), facilitou recursos creditícios para a agricultura e a pecuária: aquisição de terras, ampliação de propriedade, compra de máquinas e modernização dos estabelecimentos rurais. A CONTAG denunciou seus resultados: financiamento mínimo em matéria fundiária, exclusão dos pequenos agricultores segundo critérios de seleção rigorosos, retorno às formas de indenização prévia e em dinheiro, e na prática um recuo da legislação agrária. Esse programa funcionou como canalizador de recursos para pecuária, acelerando a expulsão dos trabalhadores.

Os decretos oficiais têm-se revelado em oposição aos interesses dos trabalhadores rurais; são eles a negação de toda esperança de REFORMA AGRARIA no contexto de política fundiária colocada em prática pelos diferentes governos militares. A aliança entre o Estado, as Empresas e o latifúndio especulativo é evidente: Os atos legais se orientam para facilitar Cessas transações, caracterizadas pela sua ilegitimidade, já foram grilados 8 milhões de ha, na década de 1970. Mediante as Exposições de Motivos 005 e 006, essas transações encontram apoio em atos legais arbitrários. A de n. 005, de 1976, permite que se regularize a situação com titulação irregular, sanando situações que, muito embora gestadas na tortuosidade de atitudes reprováveis, mesmo a revelia da lei e da ordem, se redimem na medida em que promovem o desenvolvimento da região; a de n. 006, de 1977, apresentada pelo Conselho de Segurança Nacional e o Ministro da Agricultura, permite legitimar posses de até 2.000 ha na faixa de fronteira

e 3.000 km fora, sem licitação pública prévia para posseiros com morada habitual a cultivo efetivo e ocupando a área pelo menos durante 10 anos (isto é antes da colonização recente).

Em 1980, quando o Presidente do INCRA dava suas opiniões sobre a Lei de Usocapião implantada naquele ano, manifestava que, com essa Lei, a raiz do problema fundiário não era atingida. Em 1980, tinham sido expropriadas 950 mil ha, e para 1981, o INCRA estava tentando esclarecer a situação de 12 milhões de terras, essas cifras, segundo ele, “já mostravam” a insignificância da Lei. Para os trabalhadores, a permanência em áreas de conflito tem o sentido de uma vitória; ela concerne 18 zonas chamadas de tensão social.

Assim, no Acre, foram expropriados 260 mil ha, que correspondiam a sete seringais. A CONTAG tem frequentemente denunciado as demoras dessas expropriações que favorecem a eclosão da violência no campo.

O vazio das instituições e das leis de reforma agrária ocorre paralela à interferência progressiva dos órgãos de segurança nacional no domínio fundiário, como a criação do GETAT e do GEBAM em 1980, grupos que substituem o INCRA na intervenção sobre as questões de regularização fundiária. A experiência demonstra sua intervenção a favor dos grandes grupos. A regularização colocam em marcha mecanismos sofisticados para acionar a expropriação dos trabalhadores rurais.

CONFLITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

Os conflitos de terra têm estreita relação com a política econômica, uma vez que ela se opõe à realização da reforma agrária exigida pelos trabalhadores brasileiros desde 1960. Através da aprovação pelo Congresso, em 1962, da Lei de expropriação por interesse social, abriu-se o caminho para essa reforma. O movimento camponês vinha de organizar no nordeste as Ligas Camponesas. A pressão popular por reformas de base estava na ordem do dia e o governo constitucional devia responder a elas. As primeiras expropriações foram decretadas no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Nordeste. A lei de reforma agrária era Impedida

constitucionalmente pelo debate sobre as formas de indenização (prévia e em dinheiro), os proprietários com interesses especulativos, os setores tradicionais e os grandes proprietários, os banqueiros e industriais brasileiros e estrangeiros se sentiram ameaçados. Eles solicitaram a intervenção do Exército no processo político que termina no golpe militar de 1964. O governo militar anunciou no mesmo ano medidas de defesa da propriedade territorial e suas orientações sobre a questão agrária. Essa legislação fundiária definira seus critérios, instrumentos e Instituições. Criam-se o INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e o IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária. O primeiro estava com responsabilidade das colônias fora das zonas prioritárias, a região amazônica incluída; o IBRA se encarregaria dos Estados do Rio de Janeiro, Ceará, Rio Grande do Sul e Distrito Federal a parte de Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Pernambuco e Paraíba, declarados prioritários para a Reforma Agrária. A Reforma Agrária fica assim limitada a casos de tensão social e de reinserção de minifundiários ou vítimas de conflitos em outras regiões. A partir desse momento, a Amazônia se torna a região de colonização e de reinserção dos trabalhadores.

O governo admite a Reforma Agrária como um problema técnico e militar e não como problema político, para ele a concentração fundiária está separada da questão política. Coloca assim em prática e despolitização da questão fundiária e exclui os camponeses da política, e das decisões relativas aos seus próprios interesses; igualmente desloca a questão fundiária e ao mesmo tempo cria mecanismos para desenvolver a expansão capitalista e criar o vaio político no campo.

Os conflitos se disseminaram no sul, sudeste, nordeste e se multiplicaram rapidamente na Amazônia, sobretudo depois das medidas de regularização de terras de 1976 (Exposição de Motivos).

A CPT cadastrou em 1969/81, 715 conflitos. Entre 1975 e 1976, 60% dos conflitos tiveram lugar na Amazônia, e 76,5% dos mais graves com mortes e feridos. Em 1983, a CPT Regional II divulgou a morte, entre 1979 e 1981, de 31 pessoas, entre eles líderes sindicais, 3 indígenas.

Essa violência organizada pelos latifundiários conta com suas próprias milícias privadas, como se tem anunciado em Paragominas e como funciona no município de Vizeu, na área da CIDAPAR; diante dessa situação, o movimento sindical e o movimento popular exigem o fim do mandonismo.

Hoje os camponeses representam uma das forças mais importantes dentro do movimento social brasileiro. Na categoria, segundo a CONTAG, quase 6.800.000 são sindicalizados e formam 2.500 sindicatos, reagrupados em 21 federações e reunidos na CONTAG.

O sindicato rural é concebido dentro da estrutura ligada ao Estado e subordinado aos seus aparelhos, onde ainda é determinada sua base territorial: o município, por seu lado, as Delegacias Regionais do Trabalho - DRT exercem rigorosa fiscalização de recursos e intervêm nas suas decisões.

O golpe militar praticamente apagou esse movimento sindical. (Existiam na época de criação da CONTAG, reunindo todos os sindicatos autônomos, um total de 270 sindicatos reconhecidos). A CONTAG foi subordinada ao Estado; a repressão atingiu lideranças; vários deles foram mortos ou presos.

Na Amazônia, destaca-se o movimento sindical do Maranhão e do Pará. No Maranhão, nos primeiros anos da década de 70, os sindicatos perfaziam um total de 87; em 1980 chegam a 129, sendo 18 reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, esse aumento se explica pela criação do PRORURAL (Lei de 25 de maio de 1971). Os anciãos, trabalhadores inativos, procuram na regulamentação da Assistência Social e Médica, através do FUNRURAL receber benefícios. A criação de sindicatos obedece também a interesses políticos regionais. Alguns sindicatos são atingidos pela repressão, e a situação mais generalizada foi de desmobilização das oposições. Em 1973, a CONTAG realizou seu II Congresso Nacional de Trabalhadores e exigiu uma Reforma Agrária que garantisse o acesso à terra de todos aqueles que a trabalham. Pouco a pouco, o movimento sindical chega a tomar uma linha combatida diante da agressão e da violência dirigida pelos grupos que comandam a

expropriação de milhões de camponeses. Muitas vezes, essas diferentes formas de auto-defesa chegam a ser independentes dos próprios Sindicatos: Eles elaboram regulamentos internos à comunidade conforme sua concepção da utilização dos meios de produção e o acesso a ela. (Exemplo, a Lei de Anilzinho, ou o Estatuto da Terra Cabocla da Comunidade de S. Pedro da Agua Branca). Graças a essa ação sindical, os trabalhadores têm conquistadora direção de sindicatos que se comprometem com as suas lutas.

No Pará, o movimento sindical foi timidamente retomado na metade da década de 70, em Santarém, com a influência da FASE e do Movimento de Educação de Base - MEB. Discussões teóricas sobre o encaminhamento sindical envolveram os trabalhadores assalariados; essa linha deslocou-se no final da década para o apoio da luta de posseiros e pequenos proprietários empobrecidos e ameaçados pelos latifundiários e pelas grandes empresas. Em outras partes, os sindicatos conheceram fases de ascensão e declínio, como foi o caso do Sindicato de Oeiras, que se colocou na cabeça do I Encontro Estadual realizado em Belém, na Igreja da Conceição, em 1978. A esse Encontro seguiu-se o do Baixo Tocantins em 1981.

A estratégia de retomada dos Sindicatos passa pela formação de oposições dentro do Sindicato, com vistas a aumentar o grau de organização interna (formação de delegacias, por exemplo) e a disputar as eleições. Nesse sentido, cada um dos sindicatos, que atualmente são considerados como renovados, detém experiências particulares de atuação local, de formação e ampliação de delegacias, de mobilização para as campanhas eleitorais, de influência regional; acumula experiências no confronto com a estrutura sindical regional que se coloca de forma quase invariável a serviço dos latifundiários, utilizando-se da polícia e de diversas manobras para continuar no poder.

Em entrevista realizada com o Secretário Regional da CPT Regional II, obtivemos o quadro do movimento sindical no Estado. Nos 87 municípios do Estado, contam-se aproximadamente 70 sindicatos, em

fases diferentes de organização e de articulação com o movimento sindical local e nacional.

Um primeiro grupo de sindicatos renovados inclui: Oeiras, Santarém, Baião, Monte Alegre, Prainha, Itaituba, Macapá, Marabá, Mojú, Tomé-Açu. Outro grupo inclui os sindicatos que passaram a ter núcleos organizados no interior do sindicato com vistas a ocupar lugares nas diretorias, ou com elementos representados na direção atual: Faro, Abaetetuba, Currálinho, Gumpá, Cameté, Acará, Bujaru, Conceição, Altamira, Aveiro, Jacundá, Bagre, Limoeiro do Ajuru, Óbidos, Nova Timboteua, Oriximiná, Vizeu, São Domingos do Capim, Entre aqueles que se encontram em fase de organização sindical passando a fundar grupos : pró-delegacia, encontramos Afuá, articulado com o Sindicato de Macapá e Barcarena. Vários sindicatos têm passado por experiências de eleição, onde diversas manobras têm levado ao estabelecimento de Juntas Governativas, ou estão sob ameaça: caso de Igarapé-Miri, Gumpá, Oeiras, Itaituba, Itupiranga, Mocajuba. A formação de novos municípios, desmembrados do município de Conceição tem redundado em manobras do conhecido Bertholdo para aproveitar da fase de implantação e colocar diretorias do seu estilo; é o caso de Rio Maria, Xinguara, Redenção.

Sindicatos que abrangem grandes municípios encontram dificuldades sérias para articular a participação dos seus associados; vários deles passam a ser prejudicados pelo isolamento geográfico.

O avanço do movimento sindical é mostrado por quase 40 sindicatos definindo posições combativas. Todavia, a representatividade do movimento não tem desenvolvido todas suas potencialidades. Várias dessas diretorias foram eleitas com um número pequeno de eleitores. A desinformação afeta bastante o encaminhamento dos processos eleitorais, o que beneficia aqueles grupos articulados com setores políticos e empresários interessados em desmobilizar o sindicalismo combativo, é o caso de editais publicados que marcam e desmarcam eleições, em vários casos perdendo-se a oportunidade de formalizar a inscrição de chapas de oposição.

É essa parcela do sindicalismo que empenha-se na luta pela REFORMA AGRARIA e que leva essa bandeira aos seus eleitores nas campanhas, que coloca a luta por melhores salários para os trabalhadores rurais, assistência odontológica e médico-hospitalar para o trabalhador do campo. Em abril de 1983, foi aberta a CAMPANHA NACIONAL PELA REFORMA AGRARIA que visa a articular o apoio de toda a sociedade brasileira à luta pela implantação imediata da REFORMA AGRARIA, reforçando politicamente as lutas e a organização dos trabalhadores rurais. Essa campanha solicita a adesão das entidades democráticas que lutam pelos direitos do trabalhador rural.

Para concluir, sugerimos que esse II Encontro leve ao V Congresso Nacional de Sociólogos a síntese dos problemas do trabalhador rural do Pará e da Amazônia e continue procurando os meios de melhor se articular nas suas lutas. No Pará, o debate deve ser continuamente articulado; novos fatos enraizados em estruturas conhecidas que devem ser mudadas merecem uma reflexão permanente. O primeiro passo é manter um nível de informação sobre a problemática entre os membros da Associação Profissional dos Sociólogos e os estudantes de Sociologia. Nossa colaboração com as entidades que assessoram o movimento sindical carece de sistematização e continuidade. O repasse de nossos trabalhos, experiência de pesquisa e reflexões muito podem contribuir para colaborar concretamente com a luta.

SOBRE OS AUTORES:

Elmar Aitvater

Doutor em Economia Política e Professor Titular do Instituto Otto Suhr da Universidade Livre de Berlin.

Gonzato Falabella

Sociólogo e Professor na Universidade de Maryland.

Otto Jacobi

Doutor em Economia e Pesquisador do Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt.

Thomas A. Mitschein

Doutor em Sociologia, atualmente Coordenador da Casa de Estudos Germânicos e Pesquisador do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará.

Elson Luiz Rocha Monteiro

Professor de História da Universidade Federal do Pará.

Roque Aparecido da Silva

Mestre em Sociologia de Desenvolvimento e Pesquisador do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), São Paulo

J. M. Zufiaur

Sociólogo espanhol e Militante Sindical.

Edna Castro - Socióloga, professora de Sociologia no Centro de Ciências Sociais e Políticas do IFCH/UFPA

Alex Fiúza de Mello - Sociólogo, professor de Sociologia no Centro de Ciências Sociais e Políticas do IFCH/UFPA

Hecilda Veiga - Socióloga, professora de Sociologia no Centro de Ciências Sociais e Políticas do IFCH/UFPA

Rosa Acevedo - Socióloga, professora de Sociologia no Centro de Ciências Sociais e Políticas do IFCH/UFPA

Thomas Michhein - Socióloga, Diretor da Casa de Estudos Germânicos da UFPA

Observação: Os ensaios de Elmar Altvater e Otto Jacobi foram traduzidos do alemão para o português por Claudio Maurício Flores Morales, Professor da Casa de Estudos Germânicos da Universidade Federal doPará.